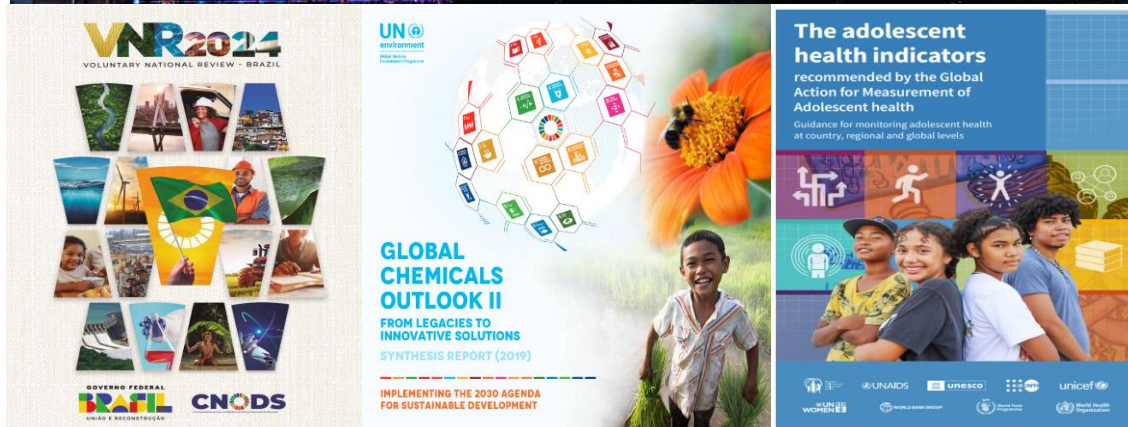


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 11/2024
19 de junho a 02 de julho de 2024



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 04 de julho de 2024



SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

14 - Desenvolvimento, saúde e seus determinantes no ECOSOC e HLPF 2024 - *Paulo Buss e Santiago Alcázar*

23 - Confiança e solidariedade - *Santiago Alcázar*

29 - Revisão Nacional Voluntária do Brasil, apresentada ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas 2024- Mensagens-chave

32 - Desigualdade sustentável em saúde hoje: Revisitando o Sustainable Health Equity Movement (SHEM) - *Juan C. Garay*

34 - Com a marca da excelência e tradição do sanitarismo brasileiro, o Comitê Executivo da OPS finalizou a 174ª reunião com avanços para a saúde pública nas Américas - *Guto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez*

41 - Visão de conjunto de informes e debates de especial interesse para a saúde global e diplomacia em saúde na 56ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU - *Armando De Negri Filho*

69 - O novo painel global científico-político sobre produtos químicos, resíduos e prevenção da poluição - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

79 - Relatório da Comissão de Aplicação de Normas da OIT mostra crescente erosão de direitos sociais, perseguição a sindicalistas e aumento da precarização do trabalho - *René Mendes*

96 - Indicadores da saúde do adolescente recomendados pela Ação Global para a Saúde do Adolescente - *Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos*

102 - Responsabilidades das corporações comerciais na transformação dos sistemas alimentares: entre a inocência e a realidade - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

115 - Afinal, o que é a ética da Inteligência Artificial segundo a UNESCO? - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

123 - Banco Mundial e as Perspectivas Econômicas Globais e Regionais - *Isis Pillar Cazumbá*

127 - Inovação, Comércio Global, Dívida e Desenvolvimento - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

136 - As Organizações da Sociedade Civil no embate com o *greenwashing* e outras práticas abusivas de grandes indústrias - *Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos e Luis Eugênio de Souza*

154 - O povo queniano lidera o caminho: a negação do inaceitável abre a possibilidade para o exercício imaginativo - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

164 - Sul Global: De olho no futuro - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*

182 - Preservação ambiental e inclusão de povos tradicionais no G20. Ministros da Educação se encontram no G7. Um preocupante futuro para a OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

195 - Demora da Arabia Saudita em integrar os BRICS, novas admissões pausadas e a 6ª Reunião sobre Biotecnologia e Biomedicina, Saúde Humana e Neurociências - *Claudia Hoirisch*

199 - A turbulência política sul-americana e a busca por respostas através da cooperação hemisférica - *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo*

210 - Aposta na produção local na África - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

222 - Na França, a vitória foi histórica, mas não suficiente - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

227 - Gaza: mais que uma calamidade, é um massacre em câmara lenta - *Lúcia Marques*

236 - 70 anos dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica - *André Costa Lobato*

240 - Atualização EUA - *Guto Galvão*

Autores deste fascículo - 250

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 254

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 254

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 11/2024 – 19 de junho a 02 de julho de 2024

Apresentação

O debate sobre a *Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* é onipresente nas agências, programa e fundos do sistema das Nações Unidas e, geralmente, pauta também as agendas de debates das inúmeras organizações plurilaterais, como G20, G7, G77 + China, BRICS+, União Europeia, União Africana, ASEAN, Liga dos Estados Árabe, CELAC e muitas outras.

Um dos momentos políticos mais importante dos debates em torno da Agenda 2030 e seus ODS ocorre todos os anos, no mês de julho, na sede das Nações Unidas, em Nova York: a reunião do *Painel Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF, na sua sigla em inglês)*, sob os auspícios do *Conselho Econômico Social da ONU*.

Este ano não é diferente, em absoluto, por isso recebe toda a atenção dos nossos analistas, e em mais do que apenas em um fascículo dos Cadernos. Neste número, iniciamos a cobertura do HLPF – a plataforma política do mais alto nível nas Nações Unidas, criada especialmente para acompanhar a Agenda 2030 e seus ODS.

Mas não nos restringiremos a este tema, pois a diplomacia da saúde global continua a se manifestar em muitas outras frentes, como veremos nos diversos trabalhos expositivos e analíticos que colocamos à disposição dos nossos leitores.

Também se destaca na quinzena, de 3 a 5 de julho, no Rio de Janeiro, a realização da terceira *reunião dos Sherpas do G20*. O objetivo é iniciar a preparação do *draft da declaração de líderes do grupo*, a ser apresentada em novembro. O encontro inclui a entrega das contribuições dos grupos de engajamento, como o T20. No último dia haverá a divulgação dos resultados da reunião, que serão analisadas no próximo informe. Destaque também para a *Cúpula do Mercosul*, que ocorre no próximo fim de semana em Assunção, sob a presidência do Paraguai, já coberto de polêmicas pela anunciada ausência de Milei, que decidiu vir antes a uma reunião da direita internacional, em Balneário Camboriú.

Como de praxe, também vamos continuar a revisar questões políticas que se colocam acima dos eventos da diplomacia da saúde global, e que exercem influências poderosas sobre a vida humana e planetária: eleições, que definem as orientações políticas e as governanças, inclusive da saúde e, lamentavelmente, as guerras.

As eleições (e um golpe frustrado)

Dois dos mais importantes países da Europa definem seus destinos políticos nesta semana: França e Reino Unido. No Oriente Médio, realiza-se a eleição antecipada para a Presidência do Irã.

Na **França**, a extrema-direita, com Marine Le Pen na liderança, finalmente realizou seu sonho: vencer uma eleição legislativa no país (33,5% dos votos no primeiro turno). Mas não tem assegurada maioria absoluta. A união dos 'democratas' pode bloquear seu caminho no segundo turno, que se realiza a 7 de julho. A aliança de esquerda recebeu 28,5% dos votos. O grande derrotado foi Macron, cuja aliança que o sustentava recebeu cerca de 21% dos votos. Uma

aliança sensata destas duas forças (com abdicação de candidaturas de um grupo para candidatos com melhores condições eleitorais do outro) pode alcançar mais de 50% do percentual de votos contra a ultradireita, o que lhe permitirá fazer a indicação do(a) primeiro-ministro(a), que será do bloco de esquerda se a aliança esperada se concretizar e a lógica dos números se impuser. Em jogo, importantes conquistas da previdência social e da saúde. Na publicação *France: Health System Summary 2024*, do *European Observatory on Health Systems and Policies*, acessível em <https://eurohealthobservatory.who.int/publications/i/france-health-system-summary-2024> o leitor pode encontrar a explicitação de algumas das questões em aberto a serem tratadas nesta legislatura que será eleita no próximo domingo.

As **eleições gerais no Reino Unido em 2024**, que serão realizadas a 4 de julho, determinará a composição da Câmara dos Comuns e, por consequência, seu governo nacional. O Brexit em 2020, e suas consequências para a economia britânica, bem como a Covid-19 e o aumento do custo de vida parecem ter enterrado as esperanças do Partido Conservador do primeiro-ministro Rishi Sunak de permanecer no poder. Pesquisas recentes confirmam a preferência do povo britânico pelo Partido Trabalhista, e seu líder Keir Starmer, de 61 anos, que alcançam cerca de 48 pontos percentuais contra 27 dos Conservadores. Uma má notícia, entretanto, é que o partido 'Reform UK', de extrema direita, liderada por Nigel Farage, um dos promotores do Brexit, registra quase 20% das intenções de voto em algumas pesquisas. Segundo a *Confederação do National Health Service*, o serviço nacional de saúde está no topo da lista de preocupações para a população às vésperas das eleições gerais. Apesar de o NHS continuar a ser uma das instituições mais valorizadas do Reino Unido, uma década de subinvestimentos, uma pandemia sem precedentes e o aumento da demanda deixaram os serviços de saúde sob extrema pressão. *The Lancet* analisa em editorial publicado em 29 de junho ([https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(24\)01344-8.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(24)01344-8.pdf)) as propostas de todos os partidos, ao qual remetemos os leitores interessados nas implicações das eleições do Reino Unido sobre a saúde e o sistema de saúde.

No **Irã**, o candidato reformista Massoud Pezeshkian e o conservador Saeed Jalili vão disputar o segundo turno das eleições presidenciais, em 5 de julho. A disputa no primeiro turno foi realizada um ano antes do previsto, após a morte do presidente Ebrahim Raisi, em maio, num acidente de helicóptero. O comparecimento foi baixo neste primeiro turno, realizado em 28 de junho: menos de 40% dos eleitores dos 61 milhões aptos a votar. Pezeshkian recebeu cerca de 10,4 milhões de votos (42,45% dos válidos), enquanto Jalili obteve em torno de 9.5 milhões (38,61%), dados validados pelo Conselho dos Guardiões do Irã. O também conservador Mohammad Baqer Ghalibaf, que ficou em 3º lugar, com pouco mais de 3 milhões de votos, pediu que seus eleitores votassem em Jalili no segundo turno, unindo os conservadores. Tudo indica, assim, que as políticas do atual regime permanecerão, seja internamente, seja na política exterior.

O que era temido no **processo eleitoral americano** se concretizou: o menos ruim dos candidatos foi muito mal no debate da noite de 27 de junho contra o inominável Donald Trump. Mesmo Biden admitiu. Os democratas entraram em pânico e o *establishment* do partido, mas também a grande imprensa e outros atores políticos que temem o ex-presidente mentiroso, ultradireitista e agressor da democracia, vêm apelando para que Biden desista em favor de outro nome. 72% dos americanos acham que Biden não tem condições mentais para exercer um novo mandato. Ele e a família resistem. O debate foi um deserto de ideias e um duelo de candidatos rejeitados pela vasta maioria dos eleitores e só presentes na disputa pelo esvaziamento profundo da democracia. O mundo teme que em novembro o pior aconteça.

O frustrado golpe militar na **Bolívia** deve ser devidamente registrado, por se tratar de um grave atentado à democracia na região, trate-se de um golpe tradicional, ou de um ‘auto-golpe’, como alguns atores políticos vêm denunciando, inclusive, entre ele, o ex-presidente Evo Morales, do mesmo partido, Movimento ao Socialismo, do presidente Arce. A população boliviana imediatamente se mobilizou contra o golpe. A CELAC e quase todos os países do continente (exceto os Estados Unidos da América e a Argentina), assim como a OEA e a União Europeia, reagiram de imediato em defesa da legalidade e das instituições democráticas, um belo exemplo a ser sempre seguido.

As **próximas eleições** de que temos notícias são: *Mongólia* (junho, Legislativo), *Burkina Faso* (julho, Executivo) e *Ruanda* (agosto, Executivo e Legislativo). As eleições no Uruguai estão marcadas para outubro (ver o informe sobre ALC).

As guerras

Reafirmamos aqui a permanente postura pacifista do CRIS, contra a guerra, sempre entoando o canto de **“Saúde como Ponte para a Paz”**. Uma vez mais, lamentamos ter que trazer aos nossos leitores atualidades sobre os horrores das guerras em curso no mundo e seu terrível impacto sobre a saúde humana e planetária e sobre os sistemas de saúde. Como fazemos regularmente, compilamos informes da OMS e outras agências sobre os diversos conflitos militares em curso, que trazem absurdos danos para a vida humana e os sistemas de saúde dos países envolvidos, como forma de mostrar seu absurdo efeito deletério global.

Os conflitos militares em **Gaza e Cisjordânia, Sudão, Iêmen, Ucrânia, Haiti e tantas outras partes do mundo** são corajosa e dolorosamente recordados em diversos artigos dos nossos analistas, neste fascículo dos Cadernos, para os quais convidamos a leitura atenta de nossos leitores.

=====

Buss e Alcázar apresentam ampla introdução sobre a reunião anual 2024 do Conselho Econômico Social das Nações Unidas e do HLPF 2024 (julho de 2024), apresentado e tecendo comentários em relação à três documentos críticos que alimentarão os debates: 1) Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024 das Nações Unidas; 2) Relatório de 2024 sobre Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável: Financiamento para o Desenvolvimento numa Encruzilhada; e 3) Informe da SDSN: Sustainable Development Report 2024 - The SDGs and the UN Summit of the Future. Ao final, apresentam e comentam o *draft zero* da Declaração Ministerial que será emitida pelo ECOSOC e HLPF.

Alcázar faz um brilhante recorrido do processo anterior ao **HLPF 2024**, tecendo comentários sobre momentos políticos decisivos e nada menos que dezesseis documentos-chave produzidos pelo consenso político, embora muitas vezes retórico, da governança global. Peça de leitura obrigatória para os que pretendem se introduzir neste fascinante debate da Agenda 2030 e seus ODS.

Publicamos também as mensagens-chave do **Relatório Voluntário Nacional (RNV) sobre os ODS**, apresentado pelo **Brasil** ao HLPF, no âmbito do ECOSOC 2024, depois de tê-lo feito pela última vez em 2017, passando, portanto, todo o governo Bolsonaro sem apresentá-lo. O RNV brasileiro é um calhamaço de 347 páginas já disponível no site do HLPF, acessível em: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2024/VNR%202024%20Brazil%20Report.pdf>. A criação da Comissão Nacional do Desenvolvimento Sustentável, desde o início do governo Lula, é um considerável avanço, e o retorno do país ao HLPF com este informe um fato muito

auspicioso. Em um próximo artigo nos Cadernos vamos apresentar as principais conclusões e debater o RVN em profundidade, assim como o faremos no *Seminário Avançado do CRIS sobre 'Desenvolvimento, saúde e seus determinantes no ECOSOC e HLPF 2024'*, programado para dia 24 de julho, de 10 às 13h.

Num curto artigo, **Garay** recorda-nos a trajetória do valente **Movimento pela Equidade Sustentável na Saúde** (*Sustainable Health Equity Movement*), desde sua carta ao The Lancet, logo no início da pandemia de Covid-19, em 2020, com sua coleção inesgotável de injustiças e inequidades, mas transcendendo a pandemia e estendendo sua análise e ações para outros campos, esferas e atores políticos, sempre na defesa da saúde humana e planetária, orientado pelo princípio inegociável da equidade. O Movimento continua. Para conhecê-lo e a ele aderir, o leitor deve acessar: <https://www.sustainablehealthequity.org/>

De Negri Filho, apresentando destaques do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, traz os informes sobre dois conflitos brutais que violam massivamente os direitos humanos e de povos e nações: o *conflito israelense - palestino em Gaza*, e o *conflito interno no Sudão*. Ao aplicar seriamente o conceito de determinação social da saúde, encontramos nestas guerras a continuidade da política e da economia por outros meios, e a inevitável destruição das condições que promovem a saúde e permitem a atenção às doenças e lesões. De forma associada, destacamos o informe sobre as pessoas deslocadas internamente, em um misto de causas entre guerras, violência derivada do crime organizado e impacto das mudanças climáticas e crises ambientais.

Em segundo lugar, destaca o bloco de informes relacionados diretamente à saúde, com o informe da equatoriana Beatriz Miranda-Galarza sobre os *direitos das pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares*, doença negligenciada ainda cercada de estigmas e com a atenção fragilizada em sistemas de saúde debilitados; o informe da *relatora especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, Tlaleng Mofokeng*, a qual destacou o tema dos direitos humanos dos usuários de drogas e defendeu as estratégias de descriminalização do consumo e de redução de danos.

Destaca, ainda, os informes e debates sobre os *direitos humanos dos migrantes e sua importância econômica para os países de médio e baixo ingresso*, com as remessas de migrantes atingindo US\$ 669 bilhões, em 2023, o que excedeu o investimento estrangeiro direto e superou a assistência oficial ao desenvolvimento; o informe sobre *a independência e autonomia dos juizes e advogados como condição essencial para a garantia dos direitos humanos de qualquer natureza*; e o informe do *Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras organizações empresariais*, o qual ressaltou a necessidade urgente de os investidores implementarem os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.

Galvão, Reges e Bermudez destacam o **174º Comitê Executivo da OPS**, considerado o primeiro produto da administração do diretor Jarbas Barbosa. Fazendo jus à extraordinária carreira do Diretor, e seguindo a tradição de grandes sanitaristas brasileiro, como Marcolino Candau, Carlyle Guerra de Macedo e Ciro de Quadros, ele demonstrou forte liderança e compromisso com a inovação, ao apresentar excelentes resultados nesse momento crucial para avançar a nova OPS: *"PAHO Forward 2.0"*, que deve marcar uma nova etapa da organização e da saúde pública nas Américas.

Destaca-se ainda que a **OMS** divulgou relatórios sobre a situação humanitária crítica no Sudão e em Gaza, destacando problemas de fome extrema e desnutrição. No Sudão, após 14

meses de guerra civil, metade da população enfrenta insegurança alimentar severa, enquanto em Gaza, 96% da população enfrenta níveis elevados de insegurança alimentar aguda devido ao recrudescimento das hostilidades e à interrupção do acesso humanitário.

Também remetemos o leitor interessado ao *Seminário Avançado do CRIS sobre a Agenda da Saúde Global e a Assembleia Mundial da Saúde*, que se realizou em 12 de junho e está acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bEwhsfgeJps&list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN&index=9&t=328s>

Magalhães e Galvão, nossos analistas em **ambiente e saúde**, informam que desde 2019 discute-se a necessidade de estabelecer um Painel Global científico-político para fornecer suporte científico sobre **substâncias químicas e resíduos**. Um grupo de trabalho foi criado para definir a formação e responsabilidades desse painel. Recentemente, no terceiro encontro do GT, houve pouco avanço. Foi proposta a criação de um secretariado conjunto com a OMS, que não foi aceito pelos países membros, e a discussão continua.

O **PNUMA** divulgou resultados sobre a contaminação por poluentes orgânicos persistentes (POPs), mostrando uma diminuição nos níveis dos 12 POPs da Convenção de Estocolmo, mas um aumento significativo nas concentrações de substâncias perfluoroalquiladas (PFAS), conhecidas por serem cancerígenas e relacionadas a doenças crônicas e más-formações congênitas.

A 174ª sessão do **Comitê Executivo da OPAS** aprovou a resolução para “*Fortalecer a ação do setor saúde sobre mudanças climáticas com equidade*”, propondo ações em cinco áreas: adaptação, mitigação, engajamento comunitário, vigilância e evidências, e financiamento. O monitoramento e a avaliação dessa política estarão alinhados com as estruturas de gestão baseada em resultados da OPAS e da OMS, com relatórios de progresso a serem apresentados em 2029, e um relatório final em 2034.

HEI e IHME desenvolveram uma plataforma sobre a poluição do ar e seus impactos na saúde global, revelando que, embora a exposição ao PM_{2,5} esteja diminuindo mundialmente, as populações de países de baixa e média renda ainda enfrentam níveis significativamente mais altos em comparação com países de alta renda.

O texto de nosso analista **René Mendes** oferece uma breve análise dos relatórios e informes elaborados pela *Comissão de Aplicação de Normas* da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, apresentados e debatidos no decorrer da *112ª Conferência Internacional do Trabalho*, realizada em Genebra, de 3 a 14 de junho de 2024. O ponto de partida foi o Relatório apresentado à Conferência, onde foram apontadas as denúncias de violações e de outros descumprimentos das normas internacionais do trabalho, listados e analisados segundo a natureza e tema da Convenção descumprida ou violada, e segundo o país. Os trabalhos e discussões realizados durante a Conferência foram relatados pela Comissão e apresentados no seu encerramento. Este relatório final, na parte já disponibilizada, constitui subsídios para muitas análises. Nosso breve texto apresenta uma visão panorâmica da situação do mundo, a partir de mais de 20 casos individuais de países, os quais apontam tanto a persistência de violações antigas e já anteriormente denunciadas, quanto surpreendentes e graves retrocessos em países que já haviam avançado, em todas as regiões do mundo.

Ainda sobre a *Conferência da OIT*, sugerimos ao leitor que ainda não assistiu procure ver o *Seminário Avançado sobre Saúde Global Diplomacia da Saúde do CRIS*, que se realizou no dia

26 de junho, em: <https://www.youtube.com/watch?v=FYSYBvz5Xcw&list=PLz0vw2G9i8v-mMVAQPrzpQUQhqa-0obSN&index=6>

Historicamente, o mundo carece de indicadores abrangentes para a **saúde dos adolescentes**, o que tem dificultado o desenvolvimento eficaz de políticas e intervenções específicas para essa população e o acompanhamento das metas de saúde. O documento “*The adolescent health indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent health (GAMA)*”, publicado em junho de 2024 pela OMS, em colaboração com UNAIDS, UNESCO, UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres, Banco Mundial e World Food Programa, propõe uma lista de 47 indicadores para o monitoramento e avaliação da saúde do adolescente. Nossas analistas **Massari, Gomes e Santos** apresentam o documento e os indicadores sugeridos pelo Grupo Consultivo GAMA. Investir na saúde dos adolescentes é fundamental e contribui para construir sociedades mais saudáveis.

Nilson e Oliveira-e-Silva discutem como o **sistema internacional de segurança alimentar e nutricional**, reunindo organismos multilaterais e governos, tem atuado em relação às grandes corporações e seu papel e participação na transformação dos sistemas alimentares, particularmente no âmbito da Cúpula sobre Sistemas Alimentares.

Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues trazem a *Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial (IA)*, indicando os principais pontos do documento, o seu escopo de aplicação, finalidade e objetivos, valores e princípios, áreas de ação política com orientações para a sua implementação e indicação de recursos de monitoramento e avaliação. Buscam contribuir para a construção de conhecimento a respeito da ética da IA e facilitar o entendimento básico e geral sobre este importante documento diante do desenvolvimento acelerado e uso desenfreado dos sistemas e tecnologias de IA.

O artigo sobre as **Instituições Financeiras Internacionais**, da nossa analista **Ísis Cazumbá**, informa que o **Banco Mundial** lançou novo relatório sobre as perspectivas econômicas regionais e globais, que mostra estabilidade da economia global pela primeira vez dos últimos três anos, porém com níveis de crescimento bem abaixo dos padrões históricos.

A **OMPI** destaca eventos paralelos da última Assembleia Mundial da Saúde que apresentaram inovações e esforços de colaboração para os desafios urgentes da saúde global. Economistas se reuniram no *Fórum de Líderes Globais*, durante o 60º aniversário da **UNCTAD**, e abordaram questões cruciais sobre o futuro do comércio, do desenvolvimento e da estabilidade global. Desde a criação da UNCTAD, em 1964, o comércio global cresceu significativamente. Os países em desenvolvimento aumentaram sua participação no comércio global de mercadorias, passando de 22%, em 1964, para 44%, em 2023. Desde 2010, a dívida pública global dobrou, atingindo pico histórico de US\$ 97 trilhões em 2023. Mais de 40% da população mundial vive em países que gastam mais com pagamentos de juros da dívida do que com educação ou saúde. São os conteúdos do informe de **Chamas e Cesário** para este fascículo 11 dos Cadernos.

No período de 12 a 26 de junho de 2024, foram monitoradas 48 **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCS)**, das quais 37 fizeram manifestações merecedoras de registro neste informe. Nesta quinzena, como nas anteriores, vemos que a interseção entre crise climática e direitos humanos tem sido central nas agendas das OSC de interesse público. Ao desenvolverem esforços contra a exploração ambiental e as crises humanitárias, as OSC de interesse público denunciaram o *greenwashing* e outras práticas abusivas de indústrias de setores como tabaco, alimentação, pesca e medicamentos. Enfatizaram, por fim, a necessidade de uma governança global mais assertiva e responsável. No que tange às **Organizações de**

Interesse Privado, destacaram-se as manifestações relativas à vacinação de um bilhão de crianças contra sarampo e tétano pelo Gavi. Houve ainda manifestações sobre os impactos da inteligência artificial e a desigualdade de gênero. As OSC de interesse privado também mencionaram os robustos financiamentos que obtiveram de bancos multilaterais. Enfim, este período registrou questões persistentes na agenda da sociedade civil, mas trouxe a novidade de um maior número de denúncias de práticas abusivas de grandes indústrias. É que nos reporta o **grupo de trabalho sobre movimentos sociais globais**, sob a liderança do **prof. Luis Eugênio Souza**.

De Negri e De Negri Filho voltam a explorar as nossas 3 áreas principais: Realidade político-econômica, Saúde e Clima. Segundo os autores, trazendo notícias emocionantes para os movimentos de resistência do Quênia, analisam as manobras do OSC em torno de temas urgentes, como a reforma econômica em torno de novos marcos críticos, a realidade cruel de Gaza e a necessidade empírica de consolidar um novo futuro radical, longe das noções falhadas de hoje de desenvolvimento, saúde e justiça.

Sobre o **Sul Global**, nossos analistas **Ungerer, Kastrup e Nery** informam que o **UNOSSC** vai se preparando para um evento paralelo no HLPF, visando discutir o alívio da dívida dos países e aprender com as experiências locais para lidar com o sobre-endividamento que afeta 40% dos países do Sul Global. O UNOSSC também destacou o impacto da parceria do Fundo IBSA e na intensificação da Cooperação Triangular.

O **Brasil** destacou projetos de **cooperação Sul-Sul** na agricultura na América Latina, Caribe e África, intercâmbio com Belize sobre o trabalho infantil, com trocas de experiências brasileiras e boas práticas na geração de dados. Na área da *saúde*, o destaque foi para a cooperação em saúde materno infantil com a Tanzânia, e a doação do Brasil de 10 mil coleiras para cães impregnadas com inseticida, com o objetivo de controlar surto de leishmaniose visceral na Bolívia.

Já o **G-77 e a China** seguem impulsionando o melhor para o Pacto para o Futuro, cientes de que o principal objetivo da Cúpula sempre foi dinamizar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a concretização de todos os ODS nos próximos seis anos. Durante o Segmento de Assuntos Humanitários do ECOSOC 2024, de 25 a 27 de junho passado – cujo tema foi “Colocar a humanidade em primeiro lugar face aos conflitos e às alterações climáticas: Fortalecendo a assistência humanitária e o respeito pelo direito humanitário internacional e promovendo eficácia, inovação e parcerias – o G-77 e a China destacaram, mais uma vez, que as principais crises globais afetam desproporcionalmente os mais vulneráveis, e que quase 300 milhões de pessoas em todo o mundo necessitam de assistência humanitária; por isso, é imperativo que haja compromisso com humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, para aliviar o sofrimento e defender a dignidade de todos os afetados. O Grupo também participou da comissão preparatória para a entrada em vigor do Acordo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional.

O **Movimento Jovem dos Não-alinhados** segue envolvido com a discussão sobre a ação climática e promoção da sustentabilidade ambiental. O **Centro Sul** esteve bastante ativo em reuniões sobre o Termo de Referência para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional; a Conferência de Líderes de Desenvolvimento rumo à prosperidade compartilhada: Soluções colaborativas para o desenvolvimento global; e publicou artigos de pesquisa sobre a resistência antimicrobiana: Otimizando o Uso de Antimicrobianos

em Animais Produtores de Alimentos; as restrições e perspectivas para práticas sustentáveis do setor pecuário na Argentina com ênfase no uso de antimicrobianos; transformando estruturas não militares de governança global, avaliando as prioridades do Capítulo 5 do Pacto para o Futuro; e sobre acabar com os abusos dos direitos humanos relacionados com as empresas.

O **GT do CRIS sobre G20, G7 e OCDE** reporta que após uma quinzena marcada por eventos na agenda da saúde, o **G20** avançou em questões ambientais e climáticas nos encontros da Iniciativa de Bioeconomia e do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática e Ambiental que aconteceram em Manaus. O **T20** antecipa seu Comunicado aos Líderes do G20. O destaque do **G7** vai para a reunião dos ministros da educação do grupo na cidade italiana de Trieste entre os dias 27 e 29 de junho. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a divulgação da mais atual edição do *Society at a Glance*, novos estudos sobre educação e uma coletânea de destaques de outros estudos e pesquisas de temas variados promovidos pela organização durante o período.

Demora da Arabia Saudita em ingressar nos **BRICS**? Segundo **Hoirisch**, o desequilíbrio na abordagem contida na declaração dos MRE sobre os conflitos *Rússia x Ucrânia* e *Hamas x Israel*, vem retardando a entrada do país árabe no grupo. Enquanto o conflito em Gaza é abordado em dezoito linhas, cujo teor principal é o de críticas a Israel, sem haver qualquer menção ao Hamas e ao ataque terrorista do grupo que provocou a guerra; o conflito na Ucrânia, no qual uma das partes é membro do BRICS, mereceu apenas um trecho vago. O temor em Riad é que o alinhamento com as posições do BRICS comprometa não apenas seu desejo de manter uma “equidistância” em relação à guerra da Ucrânia, mas principalmente o interesse de se posicionar como uma força estabilizadora no Oriente Médio. Um acordo de paz com Israel continua sendo parte desse plano. Não apenas o quinto recém-chegado demora a se integrar, mas a tão anunciada expansão do grupo também está congelada. O chanceler russo, Sergei Lavrov anunciou, baseado numa decisão consensual dos membros do BRICS, que a associação fará uma pausa nas admissões e se concentrará na integração dos recém-chegados. *As reuniões do BRICS não param*. Após a reunião dos MRE, o GT do BRICS realizou a sua *6ª Reunião sobre Biotecnologia e Biomedicina, Saúde Humana e Neurociências* (Moscou, 24-25 de junho). O evento contou com a presença de delegações oficiais do Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã e Emirados Árabes Unidos. Os especialistas discutiram o novo ciclo inovador de desenvolvimento de vacinas e medicamentos em seus países, as oportunidades de participação nas convocatórias do Programa-Quadro de CTI do BRICS, definiram as prioridades nas áreas de cooperação e os planos do GT para 2025. Debateram sobre propostas de cooperação no campo da agrobiotecnologia, inovação alimentar e nutrição saudável.

Minayo, Brito e Tobar apresenta o panorama político e econômico recente da **América Latina e Caribe**. Abordam a *54ª Assembleia Geral da OEA*. No dia 4 de julho começa uma série de reuniões em Assunção, que culminaram no dia 8, com a *Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e de Estados Associados*, quando era esperado o encontro dos presidentes dos seus maiores parceiros: Milei e Lula. Entretanto, Milei não irá, mas sim comparecerá à uma reunião de líderes conservadores em Santa Catarina na mesma época. Lula vai emendar a participação em Assunção com uma visita à Bolívia. Além disso, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o *ORAS-CONHU*, que cumpriu agenda nos temas saúde neonatal e câncer infantil; o *COMISCA*, que realizou LX Reunião Ordinária; a *OTCA*, que discutiu a importância da Amazonia em fórum global de cidades; e, por fim, o *SELA*, que cumpriu agenda em riscos a desastres.

A **União Africana** debruça-se seriamente sobre a guerra no **Sudão**, exigindo soberania, integridade territorial e a independência do país, enquanto a União Europeia adota sanções

contra responsáveis, incluindo o antigo chefe da diplomacia do Sudão. O **CDC África** obtém considerável investimento para apoiar a produção local de produtos de saúde. O **CDC África** realiza oficina de capacitação em curadoria de dados para expandir a capacidade genômica, com a participação do INS de Moçambique. Finalmente, o ANC conseguiu criar o governo de unidade nacional da *África do Sul*, com a coligação de 10 partidos. O **UNFPA** inova estratégias para erradicar a MGF e o casamento infantil na *África Oriental e Austral*. A **OMS AFRO** apoia a definição de um novo roteiro para remodelar o ecossistema de financiamento da saúde no continente. É o que nos informam os analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

A **União Europeia** recebe a presidência rotativa da Hungria, sob a vitória da extrema direita no primeiro turno das legislativas da **França**. A vitória foi histórica, mas não suficiente para compor maioria. Macron clama por uma união democrática e republicana, para enfrentar o segundo turno, que definirá as maiorias no parlamento e o futuro do governo do país. Enquanto isso, as eleições no **Reino Unido** prometem retirar os conservadores e levar de volta o Partido Trabalhista ao poder. **Freire** informa que *Ministros da Saúde da UE* clamam para que a saúde seja mantida como prioridade no próximo mandato da Comissão Europeia no documento [O Futuro da União Europeia da Saúde](#), que define áreas chave para a política de saúde da UE, como a crise na força de trabalho e a segurança no abastecimento. O **Conselho da UE** está negociando mecanismo interno de licenciamento compulsório em situações crises. A **OMS Europa** divulga relevante relatório sobre determinantes comerciais da saúde.

O **Oriente Médio** em questão: calamidade, catástrofe humanitária, crime humanitário, crime de guerra, massacre são algumas das expressões que apareceram nos 11 relatórios elaborados, e divulgados nos últimos dois meses, pelas agências da ONU, sobre Gaza e sobre os Territórios Palestinos Ocupados, e por organizações parceiras humanitárias que atuam em Gaza. Nossa analista, **Lúcia Marques** apresenta e comenta esses relatórios. Dois deles trazem análises jurídicas que deverão ser usadas no Tribunal de Haia sobre genocídio e crime de guerra praticados pelos líderes de Israel e Hamas.

Pela falta de dados, os números são imprecisos, mas não deixam de ser astronômicos! E mostram que são as crianças que mais estão sendo penalizadas. Se as bombas não as matarem, a doença ou a fome estão a rondar. São milhares de crianças desaparecidas sob escombros, enterradas em valas comuns ou perdidas, cujas famílias foram dizimadas. São milhares de crianças cujos futuros foram destruídos pela ganância dos senhores da guerra, pela insanidade do ódio e pela gana de um homem que é capaz de tudo para se manter no poder. Os líderes políticos falharam abjetamente.

Pequim comemora os 70 anos dos *Cinco Pontos de Coexistência Pacífica*, fundamento da política externa chinesa para um mundo pós-colonial. **Lobato** informa ainda que o Brasil inaugura Consulado em Chengdu. Prêmio Nacional de Ciência grande participação de jovens (<45 anos). Prêmio principal vai para pioneiro do sensoriamento remoto.

Guto Galvão, no seu informe sobre os **Estados Unidos**, traz aos leitores um estudo publicado por Drew Altman no KFF de 24 de junho de 2024, com uma “comparação lado a lado” sobre a saúde, entre o Presidente Biden e o ex-Presidente Trump. Ele tem feito isso em cada eleição, mas considerou essa vez uma tarefa especialmente desafiadora. Um estudo feito por Eric Coker e outros (*Climate change and health: rethinking public health messaging for wildfire smoke and extreme heat co-exposures*) analisou efeitos da fumaça de incêndios florestais e o calor extremo, dois perigos sensíveis ao clima que podem ter efeitos adversos significativos à saúde. A exposição a ambos os perigos pode ocorrer simultaneamente, levando à co-exposição,

o que pode amplificar os riscos à saúde. Nas conclusões os autores destacam que mensagens eficazes de saúde pública são cruciais para informar o público sobre os perigos da co-exposição e promover medidas de proteção.

Encerramos esta edição compartilhando com os leitores(as) a imensa alegria de termos alcançado, com este fascículo, as **95 edições** destes **Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde** – desde o primeiro, em março de 2020 – e ultrapassamos, em junho, os **100 Seminários Avançados** realizados, desde setembro de 2020. São marcas para comemorar, que se somam às celebrações dos **15 anos** do **Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)** da **Fundação Oswaldo Cruz** e dos **10 anos** do **Centro Colaborador da OMS/OPS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul** na FIOCRUZ.

Foram mais de 20 mil páginas nos Cadernos, e mais de 300 horas de apresentações e discussões, com mais de 600 painelistas nos Seminários, processos nos quais procuramos concretizar nossos compromissos políticos e acadêmicos com a saúde humana e planetária, a justiça social, a equidade, o bem comum.

Foram horas, dias, semanas, meses, anos, de intenso trabalho para materializar nosso sonho febril de ter no Brasil e na Fiocruz um centro desta envergadura, e estamos satisfeitos com o trabalho realizado até aqui.

O retorno que recebemos dos nossos leitores e leitoras dos Cadernos e das audiências dos Seminários nos encorajam a continuar. É o que estamos fazendo com este fascículo dos Cadernos e que pretendemos continuar enquanto formos úteis à sociedade brasileira e global.

Sinta-se a vontade para enviar este Caderno a outros possíveis leitores. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 04 de julho de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz



Desenvolvimento, saúde e seus determinantes no ECOSOC e HLPF 2024

*Paulo Buss
Santiago Alcázar*

O debate sobre a Agenda 2030 e os ODS é onipresente no âmbito do sistema multilateral das Nações Unidas, e geralmente pauta também a agenda das organizações plurilaterais, como G20, G7, G77 + China, Movimento dos Não-Alinhados, BRICS, União Europeia, União Africana, ASEAN, CELAC e outras.

Um dos momentos políticos mais relevantes ocorre todos os anos, no mês de julho, em Nova York, no âmbito do Conselho Econômico Social das Nações Unidas (ECOSOC): o *Fórum Político de Alto Nível* (HLPF, na sua sigla em inglês).

No presente artigo, selecionamos e comentamos três documentos que alimentarão os debates sobre Agenda 2030 e seus ODS, seja no *HLPF do ECOSOC*, em julho de 2024, seja na *UNGA 79* e na *Cúpula do Futuro*, em setembro de 2024, em Nova York. No final, tratamos da Declaração Ministerial (zero draft) que sai como resultado do HLPF e do ECOSOC.



Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável 2024, no âmbito do ECOSOC

O HLPF é a principal plataforma da ONU para o desenvolvimento sustentável. Desempenha um papel central no acompanhamento e análise da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos seus ODS. Todos os Estados-membros da ONU, bem como representantes de organizações da sociedade civil, participam no HLPF, que se reúne sob os auspícios do ECOSOC.

O HLPF 2024 será realizado de 8 a 17 de julho, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social. Isto inclui o segmento ministerial de três dias do fórum, de 15 de a 17 de julho, como parte do segmento de alto nível do Conselho. A reunião encerra em 18 de julho. Neste ano, o

ECOSOC é presidido pela Embaixadora Paula Narváez, representante do Chile. A programação completa do ECOSOC pode ser acessado em: <https://ecosoc.un.org/en/meetings/ecosoc-sessions>, e o do HLPF em: <https://ecosoc.un.org/en/events/2024/high-level-segment-council-including-three-day-ministerial-segment-high-level-political>. Toda a programação pode ser acessada online e assistida pela UN-TV.

O tema do ano será *“Reforçando a Agenda 2030 e erradicando a pobreza em tempos de múltiplas crises: a entrega eficaz de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras”*. (A/DEC/77/553). Os temas dos oito HLPF já realizados, desde 2016, no âmbito do ECOSOC, encontram-se no quadro abaixo. Clicando sobre o tema, o leitor interessado acessará toda a programação e a documentação do respectivo HLPF.

O HLPF em 2024, sem prejuízo da natureza integrada, indivisível e interligada dos ODS, vai rever em profundidade: Objetivo 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 13) Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos; Objetivo 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis; e Objetivo 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

O HLPF 2024 será o primeiro sob os auspícios do ECOSOC após a **Cúpula dos ODS de 2023**¹ - o HLPF convocado sob os auspícios da Assembleia Geral, em setembro de 2023. O HLPF de 2024 apoiará a implementação da Declaração Política² e outros resultados da mencionada Cúpula dos ODS para fazer avançar a Agenda 2030 e os ODS.

Revisões Nacionais Voluntárias

Como ficou definido desde o início do processo de implementação da Agenda 2030, em 2015, os Estados-membros apresentam voluntariamente a evolução do alcance dos ODS em seus respectivos territórios. Neste ano, os seguintes Estados manifestaram interesse em realizar Revisões Nacionais Voluntárias (VNR) da respectiva implementação da Agenda 2030: Armênia, Áustria, Azerbaijão, **Belize, Brasil**, Chade, **Colômbia**, Congo, **Costa Rica, Equador**, Guiné Equatorial, Eritreia, Geórgia, Guiné, **Honduras**, Quênia, Laos, Líbia, Maurítânia, Maurício, **México**, Namíbia, Nepal, Omã, Palau, **Peru**, Samoa, Serra Leoa, Ilhas Salomão, África do Sul, Sudão do Sul, Espanha, Síria, Uganda, Vanuatu, Iêmen e Zimbábue. Em **negrito**, os 8 latino-americanos. Para conhecer o RVN sobre os ODS de qualquer dos países acima basta clicar sobre o nome do país no site <https://hlpf.un.org/2024/vnrs>.

¹ **Cúpula dos ODS de 2023** - A Cúpula dos ODS de 2023 se realizou de 18 a 19 de setembro de 2023 na sede das Nações Unidas em Nova York. Segundo o Secretário-Geral António Guterres marcou o início de uma nova fase de progresso acelerado em direção aos ODS, com orientação política de alto nível sobre ações transformadoras e aceleradas até 2030. Convocada pelo Presidente da Assembleia Geral, a Cúpula marcou a metade do prazo estabelecido para a concretização da Agenda 2030 e dos ODS. Foi a peça central da Semana de Alto Nível da Assembleia Geral. Ainda segundo Guterres, respondeu ao impacto das crises múltiplas e interligadas que o mundo enfrenta e espera-se que reacenda um sentimento de esperança, otimismo e entusiasmo pela Agenda 2030.

²<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n23/306/68/pdf/n2330668.pdf?token=AuCG367WlvNold3zRF&fe=true>

O Brasil apresentará sua RNV neste ano, depois de tê-lo feito pela última vez em 2017, tendo passado, portanto, todo o governo Bolsonaro sem apresentá-la. A RNV brasileiro é um calhamaço de 347 páginas já disponível no site do HLPF, acessível em: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2024/VNR%202024%20Brazil%20Report.pdf> Em um próximo artigo vamos apresentar as principais conclusões do RNV do Brasil e debatê-lo em profundidade.

Os RNV são uma excelente oportunidade para que cada país apresente os avanços na implementação da Agenda 2030 e na consecução dos ODS no seu território, como também compartilhar experiências e dificuldades encontradas.

Outros eventos à margem do HLPF 2024

Tradicionalmente, muitos outros eventos de grande interesse são realizados à margem do HLPF. Os de 2024 podem ser acessados em: [eventos paralelos³](#), [laboratórios VNR](#), [eventos especiais](#) e [exposições](#). A sede da ONU em Nova York fica repleta de participantes e abre-se à participação de múltiplos *major stakeholders* da sociedade civil, além dos representantes oficiais dos países.

QUADRO 1 - HLPF AO LONGO DOS ANOS

- [2023 - Acelerar a recuperação da doença do coronavírus \(COVID-19\) e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a todos os níveis](#)
- [Cúpula dos ODS de 2023](#)
- [2022 - Reconstruir melhor a partir da doença do coronavírus \(COVID-19\), ao mesmo tempo que avançamos na plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#)
- [2021 - Recuperação sustentável e resiliente da pandemia de COVID-19 que promova o impacto económico, social e ambiental](#)
- [2020 - Ação acelerada e caminhos transformadores: concretizando a década de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável](#)
- [2019 - Capacitar as pessoas e garantir a inclusão e a igualdade](#)
- [Cimeira dos ODS 2019](#)
- [2018 - Transformação para sociedades sustentáveis e resilientes](#)
- [2017 - Erradicar a pobreza e promover a prosperidade num mundo em mudança](#)
- [2016 - Garantir que ninguém fique para trás](#)

Principais documentos sobre a Agenda 2030 e seus ODS para o HLPF

Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024 das Nações Unidas

O *Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024⁴*, lançado em 28 de junho, analisa o progresso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, utilizando os dados e estimativas oficiais das Nações Unidas mais recentes disponíveis, no qual avalia o progresso em cada Objetivo e nas metas associadas. Preparado pela **ONU DESA** em colaboração com mais de 50 organizações internacionais e regionais, o Relatório pretende servir como um recurso fundamental, fornecendo os dados e evidências mais recentes para o desenvolvimento de recomendações e soluções para avançar no progresso em direção aos ODS.

³ https://sdgs.un.org/sites/default/files/2024-05/2024HLPF_SpecialEvents_0.pdf

⁴ Acesso: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2024.pdf>

Na apresentação do documento, o SG Antonio Guterres faz uma leitura preocupante. Sinaliza que apenas 17% das metas dos ODS estão no caminho certo, quase metade está mostrando progresso mínimo ou moderado e o progresso em mais de um terço estagnou ou até regrediu.

Segundo ele, os efeitos assustadores da pandemia de COVID-19, a escalada dos conflitos, as tensões geopolíticas e o crescente caos climático estão atingindo duramente o progresso dos ODS. Além disso, deficiências sistêmicas e desigualdades no sistema econômico e financeiro global deixam os países em desenvolvimento enfrentando desafios enormes e crescentes com apenas uma fração do apoio internacional de que precisam e merecem.

As desigualdades continuam crescendo. A crise climática continua a aumentar. A perda de biodiversidade está acelerando. O progresso em direção à igualdade de gênero continua decepcionante. E os conflitos na Ucrânia, Gaza, Sudão e outros lugares deixaram 120 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo.

Essa situação não vai melhorar por si só: os países em desenvolvimento, como um todo, enfrentam a pior perspectiva econômica de médio prazo em uma geração.

Nesse contexto, a firme unidade dos governos por trás da Agenda 2030, conforme demonstrado na Cúpula dos ODS em setembro de 2023, oferece um vislumbre de esperança. Seu compromisso de resgatar os ODS e entregar um Estímulo aos ODS gerou um novo ímpeto por trás dos Objetivos.

O relatório também destaca que, apesar das tendências profundamente preocupantes, algum progresso está sendo feito – com reduções na mortalidade infantil, infecções por HIV e no custo de remessas e melhorias no acesso à água, saneamento, energia e banda larga móvel. Para transformar esses ‘brotos verdes’ em progresso acelerado e transformador, ações mais ousadas são necessárias, propõe o SG Guterres:

Primeiro, precisamos de paz. Devemos resolver os conflitos armados em andamento por meio do diálogo e da diplomacia, e prevenir conflitos futuros, defendendo os princípios e valores da Carta das Nações Unidas.

Segundo, precisamos de solidariedade. Os países em desenvolvimento precisam urgentemente de mais recursos financeiros e espaço fiscal. Precisamos reformar a arquitetura financeira internacional desatualizada, disfuncional e injusta para facilitar um investimento muito maior nos ODS.

Terceiro, precisamos de um aumento na implementação. Investimentos massivos e parcerias mais eficazes são necessários para impulsionar transições críticas em alimentos, energia, conectividade digital e muito mais, desbloqueando o progresso em todos os Objetivos.

E sustentando todos os nossos esforços deve haver um esforço mais concentrado para dismantlar as barreiras de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, porque não podemos esperar atingir os Objetivos sem igualdade de gênero.

Este relatório destaca a necessidade urgente de uma cooperação internacional mais forte e eficaz para maximizar o progresso a partir de agora. A *Cúpula do Futuro* deste ano oferece uma oportunidade vital, abrindo caminho para mais avanços na conferência *Financing for Development* e na *Cúpula Social Mundial* em 2025.

Com mais de seis anos restantes, não podemos desistir de nossa promessa de 2030 de acabar com a pobreza, proteger o planeta e não deixar ninguém para trás, conclui o SG.

Relatório de 2024 sobre Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável: Financiamento para o Desenvolvimento numa Encruzilhada

O mundo enfrenta uma crise de desenvolvimento sustentável. O *Relatório de 2024 sobre Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável: Financiamento para o Desenvolvimento numa Encruzilhada*⁵ conclui que os desafios de financiamento estão no centro da crise e colocam em perigo os ODS e a ação climática. A janela para salvar os ODS e evitar uma catástrofe climática ainda está aberta, mas a tendência é se fechar rapidamente.

As lacunas de financiamento para o desenvolvimento sustentável são grandes e crescentes – as estimativas de organizações internacionais e outras estimam em cerca de 4 bilhões de dólares de investimento adicional necessário anualmente para os países em desenvolvimento. Isto representa um aumento de mais de 50% em relação às estimativas pré-pandemia. Entretanto, o fosso financeiro não foi superado, com os países em desenvolvimento pagando cerca de duas vezes mais, em média, em juros sobre o seu stock total de dívida soberana que os países desenvolvidos. Muitos países não têm acesso a financiamento acessível ou estão em situação de sobre-endividamento.

Ambientes facilitadores fracos impedem o progresso. O crescimento global médio diminuiu, enquanto os quadros políticos e regulamentares ainda não estabelecem incentivos adequados. Os orçamentos e despesas públicas não estão totalmente alinhados com os ODS. Os investidores privados não são incentivados a investir o suficiente nos ODS e na ação climática.

O mundo está numa encruzilhada. Segundo o informe, esta é a última oportunidade para corrigir o rumo se quisermos alcançar os ODS até ao prazo de 2030. Só um impulso de investimento urgente, em grande escala e sustentável, pode ajudar a alcançar os objetivos globais. A *Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento* (Espanha, julho de 2025) será uma oportunidade quase derradeira para uma mudança coerente do financiamento. São necessárias quatro ações:

- Preencher lacunas de financiamento para investimentos nos ODS/clima (públicos e privados) em grande escala e com urgência;
- Superar lacunas políticas e de arquitetura institucional global, com reformas nas instituições internacionais;
- Superar as lacunas de credibilidade e confiança, tanto a nível internacional como a nível interno; e
- Formular e financiar novos caminhos de desenvolvimento

Os gastos militares crescentes, as disputas geopolíticas e o isolacionismo de muitos países são fortemente desfavoráveis para o financiamento responsável do desenvolvimento. Mas como alerta o documento, o custo da inação é muito maior e gerará consequências globais irrecuperáveis e que definitivamente atentarão, em última na análise, contra a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta.

⁵ Acesso: [Financing for Sustainable Development Report 2024 | DESA Publications \(un.org\)](https://www.un.org/development/desa/publications/financing-for-sustainable-development-report-2024/)

O Informe da SDSN: *Sustainable Development Report 2024 - The SDGs and the UN Summit of the Future*

A *Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN)* publicou a sua avaliação global anual do progresso dos ODS⁶, que revela que nenhum dos 17 ODS está no caminho certo para ser alcançado até 2030. O relatório oferece recomendações para a *Cúpula do Futuro (SoF)* melhorar a ONU para alcançar o desenvolvimento sustentável, resumido pelos cinco Ps – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

A SDSN lançou o relatório em Paris, França, a 17 de junho de 2024. Publicado pela primeira vez em 2016, o Relatório de Desenvolvimento Sustentável, liderado pelo Presidente da SDSN, Jeffrey Sachs, fornece dados para acompanhar e classificar o desempenho de todos os Estados-Membros da ONU nos 17 ODS.

O relatório é uma das várias avaliações dos ODS divulgadas todos os anos na preparação para o HLPF). O [Relatório de Progresso dos ODS do Secretário-Geral da ONU](#) e o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Divisão de Estatísticas da ONU, ambos analisados páginas atrás neste Caderno, também informarão as deliberações do HLPF. As avaliações deste ano também apoiarão a Cúpula do Futuro (UNGA, setembro 2024).

Com o tema “*Os ODS e a Cúpula do Futuro da ONU*”, a nona edição do Relatório de Desenvolvimento Sustentável apresenta cinco conclusões principais:

- A nível mundial, apenas 16% das metas dos ODS estão no bom caminho para serem alcançadas até 2030, com os restantes 84% demonstrando progressos limitados ou a sua reversão.
- O ritmo do progresso varia amplamente entre os grupos de países. Os países nórdicos continuam a liderar. Os países BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – demonstram fortes progressos. O relatório também apresenta resultados médios e perfis de países para os países BRICS+ (Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), seguindo o [convite do bloco em 2023](#) para incorporá-los na aliança. Pobres e vulneráveis, as nações estão muito atrasadas.
- Investimento a longo prazo continua a ser um desafio para o desenvolvimento sustentável, pelo que há necessidade urgente de reformar a arquitetura financeira global.
- Os desafios globais exigem cooperação global. O Índice de Apoio dos Países ao Multilateralismo Baseado na ONU ([UN-Mi](#)) do relatório classifica Barbados como o mais alto e os EUA como o mais baixo no seu compromisso com a ONU.
- As metas dos ODS relacionadas com os sistemas alimentares e fundiários estão “particularmente fora do caminho”. [Os caminhos FABLE](#) (Alimentação, Agricultura, Biodiversidade, Terra e Energia) descritos no relatório procuram apoiar sistemas alimentares e terrestres sustentáveis.

Como contribuição para a próxima Cúpula do Futuro, o relatório [formula recomendações](#) que se alinham com as cinco secções do Pacto para o Futuro: desenvolvimento sustentável e financiamento para o desenvolvimento (FfD); paz e segurança internacionais;

⁶ Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G. (2024). The SDGs and the UN Summit of the Future. Sustainable Development Report 2024. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. doi:10.25546/108572 Acesso: <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2024/sustainable-development-report-2024.pdf>

ciência, tecnologia e inovação (CTI) e cooperação digital; juventude e gerações futuras; e transformar a governança global.

Entre as recomendações estão [cinco estratégias complementares](#) para reformar a arquitetura financeira global:

- Aumentar a escala do financiamento proveniente de fontes oficiais, incluindo a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) bilateral e instituições financeiras multilaterais (IFM), incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD);
- Aumentar a escala e o desempenho dos bancos de desenvolvimento nacionais orientados para a missão e adequados à finalidade, para fornecer financiamento a longo prazo para alcançar os ODS;
- Instituir uma tributação global sobre as emissões de dióxido de carbono (CO₂), viagens aéreas e marítimas e transações financeiras, entre outros exemplos, “para mobilizar recursos globais suficientes para fornecer os bens públicos globais necessários”;
- Reformar os mercados de capitais privados e a sua regulamentação, incluindo o sistema de notação de crédito, em apoio a maiores fluxos privados de capital para os países de baixa renda (PBR) e para os países de renda média-baixa (PMBR); e
- Reestruturar as dívidas existentes, incluindo trocas de dívida por ODS, trocas de dívida por Natureza, taxas de juros mais baixas e financiamentos mais longos, que se alinhem com “o horizonte temporal para alcançar o desenvolvimento sustentável”.

[O Índice e os Painéis de ODS](#) do relatório classificam o desempenho nos ODS de todos os Estados-Membros da ONU, bem como os seus efeitos positivos e negativos nas capacidades de outros países para alcançá-los. Tal como acontece com a [classificação de 2023](#) do desempenho global dos países quanto aos ODS, a Finlândia, a Suécia e a Dinamarca surgem no topo. A Serra Leoa, Madagáscar e a Zâmbia causam os efeitos de repercussão mais positivos e menos negativos.

A Declaração Ministerial do HLPF⁷

A *Declaração Ministerial* será o principal resultado do HLPF. Nos últimos três dias do Foro Político de Alto Nível, os ministros deverão examinar as conclusões e considerar o *projeto de declaração*⁸ preparado de antemão pela Presidente e a sua equipe de colaboradores. A declaração, uma vez aprovada, será encaminhada à 79ª sessão da AGNU, que terá início na terça-feira, dia 10 de setembro do corrente ano. A declaração será então objeto de consideração da Cúpula do Futuro (22 e 23 de setembro) e, em seguida, do debate geral da 79ª AGNU, com início previsto para a terça-feira, dia 24.

Como se pode ver pelo trajeto que terá a Declaração Ministerial, não se trata de mais um documento da ONU. As origens da Declaração remontam a setembro de 2020, quando a AGNU adotou a resolução A/Res/75/1 intitulada *Declaração sobre a comemoração do 75º aniversário das Nações Unidas*⁹. A ocasião era para comemorar, mas não somente. O mundo estava, e ainda está, em uma situação de sobreposição de crises, todas gravíssimas. Era o momento de revitalizar os compromissos e dar à ONU os instrumentos para conduzir o navio no

⁷ Acesso: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2024-05/Zero%20Draft%2030%20Apr%202024.pdf>

⁸ <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2024-05/Zero%20Draft%2030%20Apr%202024.pdf>

⁹ <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n20/248/80/pdf/n2024880.pdf?token=ZQ9W6OutlOHJb15uHH&fe=true>

mar de tempestades ameaçadoras. É nesse contexto que os representantes dos Estados membros solicitam ao Secretário-Geral a produção de um documento que oriente a Organização nesses novos tempos tumultuosos. No ano seguinte, na 76ª sessão da AGNU, o SG apresentou o importante documento Nossa Agenda Comum¹⁰ que, em grandes linhas, propõe revigorar o multilateralismo, energizar a implementação dos compromissos existentes, buscar soluções comuns para desafios comuns e, por último, mas não menos importante, resgatar a confiança. O SG também propôs que Nossa Agenda Comum fosse o documento de base para a realização da Cúpula do Futuro, que deveria realizar-se em setembro de 2024.

Tanto Nossa Agenda Comum, como a ideia da Cúpula do Futuro foram aprovadas pela 76ª AGNU. Desde então o Secretariado tem preparado documentos que serão considerados nessa ocasião. São os seguintes esses documentos: Pacto do Futuro, Declaração sobre as Gerações Futuras e Compromisso Digital Global¹¹.

Esses três documentos inserem-se nos propósitos da Agenda 2030 e os 17 ODS, que são a matriz a partir da qual deve buscar-se avançar no caminho do desenvolvimento sustentável.

É nesse contexto extraordinário que o HLPF 2024 é especial. O Foro, como todos os anos, examinará os avanços dos ODS e fará sugestões, mas desta vez o fará olhando para a Cúpula do Futuro, para os compromissos acordados em Nossa Agenda Comum, bem como para os documentos Pacto do Futuro, Declaração sobre as Gerações Futuras e o Compromisso Digital Global e a Declaração Ministerial adotada na Cúpula dos ODS, realizada em 2023¹².

O projeto zero da Declaração Ministerial, bem como os documentos de apoio estão disponíveis para serem acessados¹³. À diferença da Declaração de 2023, a que deverá emanar do HLPF 2024 é menos extensa e mais focada.

O texto da Declaração deverá deter-se brevemente sobre as principais tendências no mundo, os desafios e os seus impactos nos ODS. Em seguida deverá propor o que considera mais urgente: ações prioritárias e novos caminhos para a sua realização bem como para o financiamento dos ODS. É aqui que deverão surgir os elementos de conexão com o Pacto para o Futuro e a Cúpula para o Futuro, que deve se interpretar como a oportunidade para fazer frente aos novos desafios para os quais a Organização não estaria plenamente preparada. Como diz o SG na página web da Cúpula para o Futuro, “não podemos construir um futuro para os nossos netos com um sistema criado por nossos avôs”.

O principal desafio do HLPF e da Cúpula para o Futuro é sair da camisa de força da arquitetura financeira internacional, que é o principal obstáculo para alcançar o desenvolvimento sustentável. Com efeito, os países em desenvolvimento têm que recorrer a empréstimos extorsivos para levarem adiante os ODS. Segundo relatório da UNCTAD de 2024 intitulado *A world of debt to global prosperity* 3.3 bilhões de pessoas no mundo vivem em países que devem decidir entre investir no desenvolvimento ou pagar os custos dos empréstimos que para países africanos podem ser 4 vezes superiores àqueles cobrados aos EUA e até 8 vezes aos da Alemanha. A iniquidade está imprimida no DNA do sistema financeiro internacional e isso tem que mudar.

¹⁰ <https://www.un.org/en/common-agenda>

¹¹ <https://www.un.org/en/summit-of-the-future>

¹² <https://www.un.org/en/conferences/SDGSummit2023/political-declaration>

¹³ <https://hlpf.un.org/2024/outcomes>

A Declaração Ministerial tem que enfatizar as inequidades em geral, mas terá que sublinhar que a única forma de avançar é mudando o sistema financeiro internacional da cabeça aos pés. Não é mais possível empurrar com a barriga, como se tudo estivesse bem e o tempo estivesse em nosso favor. Não há mais tempo. É preciso mudar e transformar todo o sistema. A alternativa é não fazer nada, mas então o preço será muito maior e, com certeza impagável.

Confiança e solidariedade

Santiago Alcázar

O Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês) 2024, será realizado de 8 a 17 de julho. Como se sabe, o HLPF é a plataforma política do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) com mandato para acompanhar a evolução da Agenda 2030 e os ODS. Os últimos três dias do HLPF serão dedicados à reunião de ministros e à adoção da declaração política que será encaminhada à *Cúpula para o Futuro*, a realizar-se nos dias 22 e 23 de setembro, no âmbito da 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)¹⁴. O que segue é uma breve memória para ajudar o leitor a não se perder na confluência de eventos que fazem o contexto.

Em setembro de 2020, a AGNU adotou a resolução A/Res/75/1 intitulada *Declaração sobre a comemoração do 75º aniversário da Organização das Nações Unidas*¹⁵. A ocasião era para celebrar, mas não somente. O mundo estava assolado por inequidades crescentes, pobreza, fome, conflito armado, terrorismo, mudança climática e pandemias. A Covid-19 havia sido declarada pandemia em 13 de março daquele ano e em apenas algumas semanas já se mostrava como o maior desafio global na história das Nações Unidas. O medo generalizado com a Covid-19 aumentava à medida que a opinião de especialistas, segundo a qual esta seria a primeira de uma série de pandemias, consolidava-se nas crenças comuns do dia a dia. Com cada dia vinham anúncios de mortes, sofrimentos, incompetências administrativas, má fé política, negacionismos e uma vontade absurda de destruir as bases da convivência civilizada. A Covid-19 trouxe à tona, ademais, a evidência que o nosso mundo está interconectado como nunca antes e que somos tão fortes como o elo mais frágil dessa cadeia de relacionamentos. Para os que se reuniram naquela 75ª sessão da AGNU era preciso voltar a privilegiar a Agenda 2030, o mapa de caminho de consenso para o desenvolvimento sustentável. Para eles era preciso retomar o ideal de transformar o nosso mundo, como anunciado pela resolução A/Res/70/1¹⁶, que lhe dera origem. Era o momento de revitalizar os compromissos, reiterar as promessas e solicitar ao Secretário-Geral que preparasse um documento com esse espírito desbravador renovado.

O documento com espírito desbravador renovado é *Nossa agenda comum*¹⁷, preparado pelo SG e apresentado na AGNU seguinte, a 76ª sessão, em 2021. O documento é a visão do Secretariado sobre o desafio que temos pela frente e o que tem de ser feito para sair da sobreposição de crises. Em grandes linhas, propõem reafirmar a Carta da ONU, revigorar o multilateralismo, reforçar a implementação dos compromissos existentes, acordar soluções comuns para os desafios comuns e resgatar a confiança.

A Carta das Nações Unidas é, ou deveria ser, a base para todas as ações da comunidade de nações. Acontece que tem sido prática corrente colher alguns princípios e valores assentados na Carta em prejuízo de outros, o que na linguagem *onusiana* se chama *cherry-picking*. Os três

¹⁴ Para quem quiser explorar o mundo do HLPF é recomendável acessar a página <https://hlpf.un.org>

¹⁵ <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n20/248/80/pdf/n2024880.pdf?token=ZQ9W6OutlOHJb15uHH&fe=true>

¹⁶ <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n15/291/89/pdf/n1529189.pdf?token=UrFtTBwwvsG2gBRckv&fe=true>

¹⁷ <https://www.un.org/en/common-agenda>

pilares sobre os quais se assenta a Carta são a paz, os direitos humanos e a cooperação para o desenvolvimento.

Com respeito ao pilar da paz, a guerra na Ucrânia e o genocídio em Gaza, somente para ficar nos exemplos recentes mais emblemáticos, são eloquentes provas da incapacidade de frear os desmedidos políticos que conduzem à espiral da violência. O exorbitante volume de recursos para defesa quando comparados à Agenda 2030 e os ODS, ademais, constituem demonstração irrefutável da fragilidade desse pilar. Com relação ao pilar dos direitos humanos, bastaria passar em revista as inúmeras resoluções da AGNU e do Conselho de Segurança sobre Palestina, solenemente ignoradas pelos EUA, Israel e os seus aliados, para convencer-se de que esse pilar, como o da paz, parece carcomido. O terceiro pilar, o do desenvolvimento – alçado ao status de direito pela Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento¹⁸, adotada pela AGNU em 1986, e cuja interpretação mais atualizada é a Agenda 2030 e os seus ODS – parece mais um sinal de interrogação que uma coluna para sustentar peso. A história das Nações Unidas poderia ser analisada a partir dos contínuos fracassos em levar adiante a proposta do desenvolvimento. É significativo que após quase 80 anos o problema do desenvolvimento ainda permaneça sem solução para aproximadamente 2/3 dos Estados membros. Por isso a interrogação: que desenvolvimento?

Com respeito às outras quatro propostas contidas em *Nossa Agenda Comum* – revigorar o multilateralismo, reforçar a implementação dos compromissos existentes, acordar soluções comuns para desafios comuns e resgatar a confiança – as três primeiras dizem respeito ao que se espera de uma organização como a ONU. Evidentemente não há outra opção senão um multilateralismo forte, que exija o cumprimento dos compromissos adotados e que tenha como missão primordial a busca de soluções comuns para desafios comuns. Ninguém em sã consciência objetará que a ONU cumpra esses nobres propósitos.

O problema é que para fazê-lo é necessário que haja confiança, justamente o que propõem a quarta proposta: o resgate da confiança. Resgatar é voltar a tomar, a recuperar algo que se perdeu, portanto; algo sem a qual nada pode ser feito de boa fé. Não se pode investir na paz, nos direitos humanos ou no desenvolvimento, pois fica faltando a honestidade, a convicção, a boa intenção. Desde quando se perdeu a confiança, poder-se-ia perguntar. Desde sempre, seria a resposta mais coerente, a julgar pela falência dos três pilares em sustentar os princípios e os valores sobre os quais se erigiu o sonho de nações unidas em torno ao ideal da paz, do respeito aos direitos humanos e da promoção do desenvolvimento.

É a má fé da Aliança Atlântica que levou à insana guerra na Ucrânia. É a má fé que permite o genocídio de palestinos pelo regime de Tel Aviv. É a má fé que impede a plena realização dos direitos humanos. É a má fé que obstaculiza o avanço para o desenvolvimento.

Em *Nossa Agenda Comum* o SG propõe a *Cúpula para o Futuro*, bem como a adoção de um *Pacto para o Futuro*.

A versão zero do *Pacto para o Futuro* está disponível na página web da *Cúpula para o Futuro*¹⁹. Trata-se de documento com 5 capítulos e 51 recomendações de ação. A introdução ao documento resume o propósito do Secretariado e deveria ser aquele que venha a ser abraçado

¹⁸ <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development>

¹⁹ <https://www.un.org/en/summit-of-the-future>

pelos líderes. Diz a introdução: *Em 2015 resolvemos liberar a humanidade da tirania da pobreza e cuidar de nosso planeta.*

Palavras fortes e decididas, aguardando ações igualmente fortes e decididas. Infelizmente, como reconhece o projeto zero do Pacto, a pobreza aumentou, as inequidades se ampliaram, enquanto a mudança climática, a perda de biodiversidade e a poluição representam um sério risco ao meio ambiente e interpõem uma barreira quase intransponível para o desenvolvimento.

Nós não aceitaremos um futuro em que a dignidade e a oportunidade sejam negadas à metade da população do mundo ou que constituam, ao contrário, privilégio de uns poucos.

Os cinco capítulos do projeto de Pacto são os seguintes: i) desenvolvimento sustentável e financiamento sustentável; ii) paz e segurança internacional; iii) ciência, tecnologia, inovação e cooperação digital; iv) juventude e gerações futuras; v) transformação da governança global. Cabem breves comentários sobre cada um dos capítulos para oferecer o contexto em que se situam no corpo do documento.

Com respeito ao capítulo i) – *desenvolvimento sustentável e financiamento sustentável* – o projeto zero faz menção à importância de efetivar os ideais consubstanciados no projeto zero da declaração política que emanará da reunião ministerial do HLPF²⁰, bem como os princípios inscritos na Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Rio-92²¹ e o cumprimento dos compromissos da Agenda de Ação de Adis Abeba²². A preocupação central é o crescente gap financeiro para garantir o financiamento dos ODS. Antes da pandemia da Covid-19, os recursos financeiros para cumprir os 17 ODS era da ordem de aproximadamente US\$ 2 trilhões, anuais. Segundo o relatório sobre os ODS 2024, o gap hoje seria superior a US\$ 4 trilhões, anuais. A soma talvez impressione, mas compare-se com o gasto militar em defesa, que em 2023 foi pouco superior a US\$ 2.4 trilhões²³, e se terá uma ideia de onde se situam as prioridades da agenda internacional: a defesa da paz e o do desenvolvimento ou a espiral da violência que conduz a todas as guerras? A questão agrava-se ainda com o peso da dívida dos países em desenvolvimento, que os obrigam a verdadeira escolha de Sofia: investir nos ODS ou pagamento do serviço da dívida?

Segundo relatório da UNCTAD de 2024, intitulado *A world of debt to global prosperity*, 3.3 bilhões de pessoas no mundo vivem em países que enfrentam aquela escolha de Sofia. Os países em desenvolvimento têm que conviver com uma arquitetura financeira internacional que exacerba os impactos negativos da sobreposição de crises sobre o desenvolvimento sustentável. Os países em desenvolvimento são obrigados a terem de recorrer a empréstimos em condições desfavoráveis, assim gerando a lógica de endividamento perverso. Segundo o relatório da UNCTAD, os custos para empréstimos em países africanos podem ser 4 vezes superiores àqueles dos EUA, e até 8 vezes os da Alemanha. A iniquidade está imprimida no DNA do sistema financeiro internacional, e isso tem que mudar.

²⁰ Ver parágrafo primeiro acima. A Declaração ministerial será comentada em artigo separado com o Doutor Paulo Buss.

²¹ <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf>

²² <https://brasil.un.org/pt-br/70189-adis-abeba-paises-alcançam-acordo-histórico-para-financiar-nova-agenda-de-desenvolvimento-da>

²³ <https://www.dw.com/pt-br/gastos-militares-globais-atingem-novo-recorde-em-2023/a-68886898>

Com respeito ao *capítulo ii) – paz e segurança internacional* – é preciso ter presente que existem atualmente muitos conflitos armados, que trazem morte, sofrimentos, deslocamentos, destruição e atrasos. Há dois, contudo, que hoje podem constituir-se em tragédias de proporções desconhecidas: a guerra na Ucrânia e o genocídio em Gaza.

O que diferencia o primeiro conflito armado dos demais é a dimensão nuclear entre os oponentes. Rússia e a OTAN orquestrada pelos EUA têm, efetivamente, capacidade para destruir o Planeta diversas vezes. Não é este o lugar para comentar sobre as causas que levaram ao confronto. Aqui cabe apenas apontar para o fato de que, para ambos os lados, o resultado se torna uma questão existencial. A Rússia jamais admitirá derrota que implique submissão a uma eventual hegemonia norte-americana, e tudo fará para impedir que isso aconteça, inclusive lançando mão de seu poderoso arsenal nuclear, maior que o de seus oponentes. Para a OTAN, a situação é um pouco diferente, mas igualmente grave. Washington e os aliados europeus conformam a OTAN, mas não se deve pensar que constituem um bloco monolítico, não obstante as declarações nesse sentido. Washington pode, a qualquer momento, largar os europeus e aceitar negociar com a Rússia, se entender que é impossível obter uma vitória no campo de batalha. Nesse caso, os europeus se viriam na situação incômoda de ter de aceitar os termos que obviamente serão mais favoráveis para a Rússia, com as consequências que isso representaria. A defesa da Ucrânia teria que ser abandonada. O país veria suas dimensões geográfica, econômica e política significativamente reduzidas e altamente dependente de ajuda externa, o que o tornaria o novo *sick man of Europe*. É altamente duvidoso, ademais, que o extraordinário celeiro ucraniano sobreviva ao desastre ambiental. É possível que ainda não exista uma percepção nítida da existência de uma *linha vermelha*, que não pode ser ultrapassada, sob hipótese nenhuma, por nenhum dos lados. É óbvio, no entanto, que mais cedo ou mais tarde ela será apresentada de maneira brutal. Espera-se, talvez com incontido otimismo, que não se chegue a esse ponto imaginário de não retorno. A hora é da diplomacia e do velho bom senso, que terá que voltar a andar, ainda que com muletas.

O caso do Oriente Médio talvez não seja tão crítico, mas não se pode deixar nada ao acaso, uma vez que existe a probabilidade que o incêndio se propague a toda a região e a outras, em círculos concêntricos, até atingir o resto do mundo, se a confrontação adquirir conotações religiosas. A ameaça crescente de conflito envolvendo Israel e o Líbano pode desencadear efeito cascata, com o provável envolvimento do Irã, que dispõe de armas nucleares, dos EUA e da Rússia. O regime de Tel Aviv encontra-se cada vez mais isolado. Os países do chamado Sul Global já tomaram lado e vários países europeus também. A solução para essa complexa equação depende única e exclusivamente dos EUA, para quem Israel é o seu mais importante aliado e, por essa razão, não medirá esforços para evitar derrota no campo militar, mas sobretudo no campo político. A questão não chega a ser existencial, ao menos para os EUA, que têm no pragmatismo a principal bússola de sua política externa. Nesse contexto, os EUA não precisam abandonar Israel, apenas usar de todos os meios de que dispõe para reorientar as suas aspirações, garantindo-lhe segurança e paz. Será, talvez, necessário, sacrificar o sionismo, mas que importância pode ter isso quando Israel já é um Estado soberano internacionalmente reconhecido, membro das Nações Unidas e de todas as suas agências? É melhor negócio para todos viver em paz e segurança, rezam os ditames do pragmatismo, a menos que se interponham os interesses do lobby das armas, e aí também haveria um pragmatismo, menos evidente, mas não menos possível. Em todo caso, enquanto a solução dos dois Estados convivendo em paz e segurança não for efetivada, não haverá nem paz nem segurança, apenas uma espiral de violência e de lamentos do que poderia ter sido um mundo melhor.

Os comentários sobre os capítulos iii) – ciência, tecnologia, inovação e cooperação digital – e iv) – juventude e gerações futuras, serão deixados para outra oportunidade em artigos separados, por razão de espaço.

O capítulo v) – *transformação da governança global* talvez seja o mais crucial, mas ao mesmo tempo o mais difícil de levar adiante. Ademais de ambicioso pela dimensão que encerra, a transformação da governança global é algo que pode ser feito igualmente para o bem ou para o mal. Não há garantia de que exista modelo melhor do que este que temos, com todos os seus defeitos e falhas. Sempre é possível piorar, diz o ditado.

Reformar o Conselho de Segurança, para que seja mais democrático, representativo e operacional; conceder mais responsabilidades à AGNU, para que possa melhor enfrentar os desafios da mudança climática; fortalecer o Conselho Econômico e Social, com vistas a torna-lo o motor por excelência do desenvolvimento sustentável; conferir ao Secretariado os recursos e os instrumentos para levar adiante as decisões de seus Estados membro; tornar o Banco Mundial e o FMI agências voltadas para o desenvolvimento sustentável – são desafios cíclicos que podem ser realizados mediante uma única condição: confiança. Enquanto não houver confiança todas as soluções serão meias solas. Nada pode substituir a confiança, que alimenta a solidariedade e a energia para levar adiante as transformações necessárias para um mundo assolado pela fome, a pobreza, as inequidades crescentes, conflitos armados, terrorismo, mudança climática e futuras pandemias.

Nada leva a crer que estamos em um ponto da história que permita inferir que a confiança instalou-se nas consciências dos líderes mundiais. É preocupante assistir ao avanço da extrema direita na Europa, com a violência que a caracteriza e a falta de confiança nos princípios e valores da Carta da ONU. Não ajuda que a disputa para as próximas eleições norte-americanas se dê entre um homem que apresenta alarmantes sinais de deterioração mental e um outro que confia apenas na mentira. É perturbante que 3 mil pessoas detenham mais de US\$ 15 trilhões, equivalentes a 15% do PIB mundial ou à soma dos PIBs do Japão, da Alemanha, da Índia e do Reino Unido²⁴; é perturbante porque essa enormidade de recursos reflete de maneira clara o estado de desigualdade e injustiça no mundo atual, que tendem a aumentar.

Todos os sinais acima são assustadores, mas o mais grave é ainda mais crítico. No documento *Nossa Agenda Comum*, que é o instrumento escolhido para relançar o ambicioso projeto de ação para uma nova etapa do multilateralismo, o Secretariado considerou importante esclarecer o que se entende pelo termo *solidariedade*. A definição, extraída da resolução A/Res/57/213, intitulada *Promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa*, de 2003²⁵, esclarece, no parágrafo 4º inciso “f”, que a solidariedade é *um valor fundamental em virtude da qual desafios globais devem ser geridos de maneira que os custos e os ônus são distribuídos de maneira correta, de acordo com os princípios de equidade e justiça social, que asseguram que aqueles que sofrem ou são os menos beneficiados recebem ajuda daqueles que mais se beneficiam*.

É extraordinário que a AGNU tenha tido o trabalho de definir o que é solidariedade, isso em 2003, 58 anos depois da criação das Nações Unidas. A Carta, pelo visto não a menciona, nem a Declaração Universal dos Direitos Humanos; nem os instrumentos jurídicos de direitos

²⁴ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/06/13/em-discurso-na-oit-lula-ataca-guerras-e-monopolio-da-ia-leia-a-integra.htm>

²⁵ <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n02/553/28/pdf/n0255328.pdf?token=tjF2QQmL2IW0fEaA05&fe=true>

humanos que emanaram da Carta e da Declaração Universal. A solidariedade, é de se supor, era até então, até 2003, desconhecida. Agora, por meio de *Nossa Agenda Comum* há o resgate desse fundamental conceito. Resgatar, havíamos dito, é voltar a tomar, a recuperar algo que se perdeu, portanto. A conclusão imediata é que ademais da confiança, que também se perdeu, é preciso resgatar a solidariedade. Mas como resgatar algo que talvez nunca tenha existido no dia a dia da ONU, ao ponto de ter de recorrer a uma definição para expressar aquilo que entre seres humanos normais é evidente, porque reflete o que há de mais profundo na condição humana? Não estranha que existam estas iniciativas para corrigir o que parecem ser disfunções orgânicas.

Cabe registrar as recomendações da *Rede de Soluções das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável*²⁶, presidida pelo economista Jeffrey Sachs. A Rede de Soluções conta com mais de 1.900 instituições membros e 55 redes nacionais e regionais distribuídas em todo o mundo. As recomendações seguem os 5 capítulos do *Pacto do Futuro* e devem ser lidas em conjunto. Em artigo separado far-se-ão observações e comentários sobre este importante documento, que deve embasar os debates do HLPF.

De igual maneira, o *relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável 2024*²⁷, oficialmente lançado pelo SG na última sexta-feira, dia 28 de junho, é o principal documento para medir os avanços dos ODS. Como seria de esperar, para alguém que vem acompanhando a evolução dos ODS, apenas 17% das metas estão a caminho de serem cumpridas. A metade mostra avanços insuficientes e 1/3 encontram-se paralisadas ou em franca regressão. Como disse o SG por ocasião do lançamento do relatório, *a realização dos compromissos sobre desenvolvimento sustentável está sendo reprovada*. O fracasso para assegurar a paz, para confrontar a mudança climática e para comprometer recursos para o desenvolvimento sustentável estão minando a Agenda 2030 e os ODS. Contra esse complexo pano de fundo, o SG propõe três ações transformadoras: i) paz; ii) solidariedade; iii) empuxe para a implementação dos compromissos acordados. Todas essas propostas reformadoras foram comentadas neste artigo. Todas dependem de confiança e de boa fé, elementos que estariam a merecer definições precisas, como solidariedade, que até 2003 ninguém aparentemente sabia o que era e hoje, salvo alguns iluminados, tampouco.

O *relatório sobre financiamento para o desenvolvimento sustentável*, lançado em abril deste ano²⁸, reconhece que o desafio do financiamento está na origem da crise dos ODS. Segundo as projeções do relatório, 600 milhões de pessoas continuaram a viver na pobreza em 2030, a metade das quais seriam mulheres. O progresso na ação contra a mudança climática é lamentável e as emissões de gases de efeito estufa continuam a aumentar. As necessidades de financiamento para alcançar os ODS situar-se-iam hoje na casa dos trilhões de dólares, mas o custo da inação deverá ser muito maior. Ainda que tenha havido progresso na agenda de financiamento, acordado na Consenso de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento²⁹, as mudanças em curso estão a reclamar volumes e compromissos incomparavelmente maiores. O relatório sobre financiamento deposita fé – outra palavra para

²⁶<https://www.unsdsn.org/news/recommendations-of-the-un-sustainable-development-solutions-network-for-the-summit-of-the-future/>

²⁷ <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/>

²⁸ <https://desapublications.un.org/publications/financing-sustainable-development-report-2024>

²⁹

https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.198_11.pdf

confiança – na 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que deverá realizar-se na Espanha, de 30 de junho a 3 de julho, de 2025.

Espera-se que até lá todos tenham apreendido o que é solidariedade e confiança.

Revisão Nacional Voluntária do Brasil, apresentada ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas 2024³⁰

Mensagens-chave

Em 2023 foi retomado o compromisso do Brasil com a Agenda 2030. O país está se reconstruindo dos efeitos da pandemia, do negacionismo da ciência e dos ataques ao Estado Democrático, que produziram mortes, desemprego, desinformação, inflação e o retorno da fome, em um Brasil que antes era admirado pelo mundo por suas políticas inovadoras de desenvolvimento.

Com relação à Agenda 2030, da qual o Brasil foi intenso participante desde suas primeiras negociações internacionais, o período anterior também foi conturbado. O último Relatório Nacional Voluntário (RNV) data de 2017 e a Comissão Nacional para os ODS (CNODS) foi extinta em 2019. Mesmo assim, a sociedade brasileira adotou os ODS como orientação estratégica para criar alternativas e resistência.

Em correção de rota, o Governo Federal reintroduziu a participação social como método de governo e recriou em 2023 a CNODS, uma comissão paritária com a participação de todos os ministérios, de governos estaduais e municipais, e de representações plurais da sociedade civil. Também reorganizou as prioridades internas para o acompanhamento e aceleração da Agenda 2030.

Neste Relatório Nacional Voluntário (RNV), o Brasil está comprometido com o princípio de "não deixar ninguém para trás", que tem definido as escolhas e ações para enfrentar profundas desigualdades históricas.

O Brasil retomou sua participação ativa em fóruns internacionais, promovendo agendas alinhadas aos ODS, como demonstram os temas prioritários de sua presidência no G20: combate à fome e à pobreza; as três dimensões do desenvolvimento sustentável; e a reforma da governança global. O grande objetivo subjacente a essas prioridades é a redução das desigualdades dentro das nações e entre elas, que o Brasil elegeu como "objetivo-síntese" da Agenda 2030.

Internamente, foram reconstruídas as condições do desenvolvimento sustentável, em seus pilares sociais, econômicos e ambientais.

Na dimensão social, o Programa Bolsa Família foi refundado e ampliado, para aumentar os efeitos das transferências de renda, o emprego, por sua vez, foi recuperado, promovendo o poder de compra popular pela queda da inflação e estimulando o crescimento da economia.

O compromisso histórico com o combate à fome, à pobreza e às desigualdades é complementado com a proposta pioneira de adoção voluntária do 18º objetivo, sobre igualdade étnico-racial. O ODS 18 representa o compromisso brasileiro com o enfrentamento às desigualdades étnico-raciais enquanto ponto central para a sustentabilidade. Em linha com os ODS 5 e 10, o Brasil recriou o Ministério das Mulheres e o Ministério da Igualdade Racial e, pela primeira vez na história, passou a contar com um Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por uma mulher indígena.

Na dimensão ambiental, as prioridades são o combate ao desmatamento e o enfrentamento das emergências climáticas. Já alcançamos uma diminuição substantiva do desmatamento na Amazônia em 2023, revertendo a tendência de aumento dos anos anteriores. Reconhecemos que os impactos dos eventos climáticos extremos são sentidos, sobretudo, pelas populações socioeconomicamente mais vulnerabilizadas.

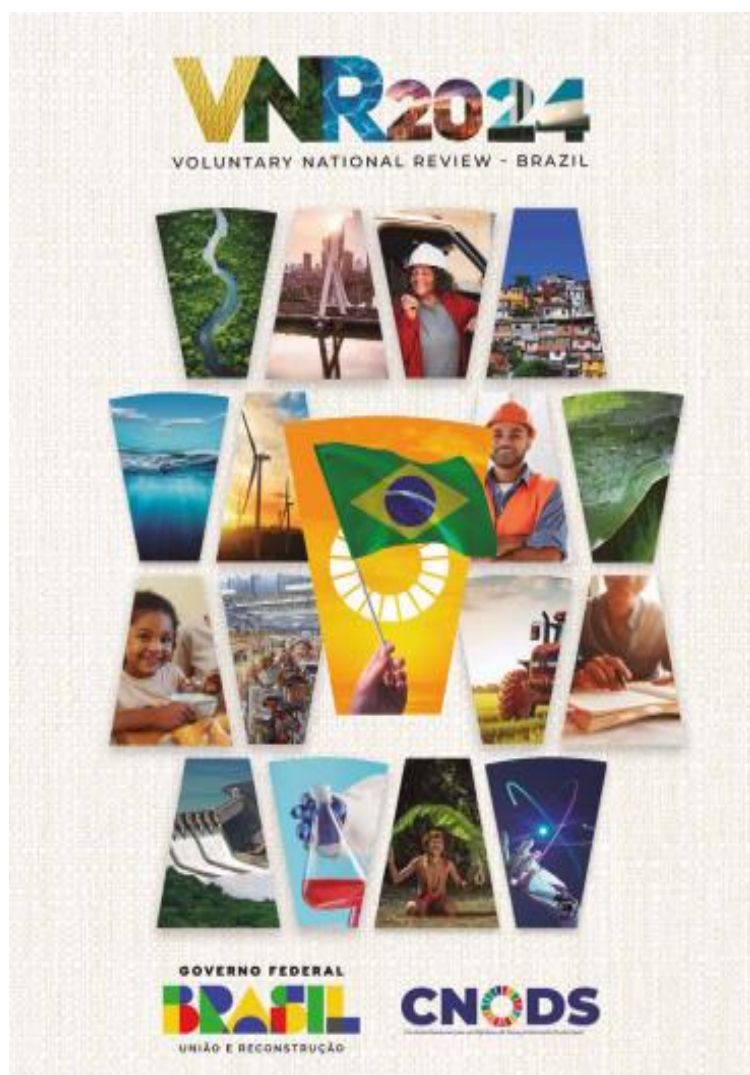
³⁰ A versão integral da RVN do Brasil, em inglês, está acessível no portal do HLPF: <https://hlpf.un.org/countries/brazil/voluntary-national-reviews-2024> e o PDF em: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2024/VNR%202024%20Brazil%20Report.pdf>

O governo brasileiro tem integrado as ações de mitigação e adaptação e as contribuições nacionalmente determinadas com os ODS. Ressalta-se a realização da COP30, em 2025, na cidade amazônica de Belém, além de ações relacionadas à governança da água, cidades sustentáveis, proteção do oceano e uso de energia renovável.

Na dimensão econômica, a inovação e a sustentabilidade fundamentam a Nova Política Industrial, que tem como missão o fomento à bioeconomia, descarbonização e transição energética justa. Destaca-se, também, o Plano de Transformação Ecológica, que também visa uma transição justa e propõe intersetorialmente parcerias com atores estatais e não-estatais.

O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, estruturado com participação social, apresenta indicadores e metas que permitirão avaliar e monitorar a execução do orçamento. Foi aprovado como Lei Federal para o período entre 2024 e 2027 e está conectado com as metas e indicadores da Agenda 2030. Assim, o PPA fortalece os instrumentos de monitoramento dos ODS no Brasil.

Este Relatório reforça que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão social, instituições sólidas e uma democracia plena. Os próximos anos serão de grandes desafios para o mundo e para a Agenda 2030. O Brasil reafirma seu compromisso com a aceleração no atingimento das metas e indicadores dos ODS, visando alcançar um futuro mais pacífico, justo, próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.



Desigualdade sustentável em saúde hoje: Revisitando o Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Juan C. Garay

Em 2020, a pandemia da COVID-19 destacou nitidamente as desigualdades em saúde, afetando desproporcionalmente comunidades vulneráveis em todo o mundo. Populações desfavorecidas enfrentaram maiores riscos de infecção e mortalidade, agravados pelo acesso limitado à assistência médica devido às desigualdades sistêmicas que tratam a saúde como uma mercadoria. Sistemas de saúde sobrecarregados em países ricos prencunciaram desafios terríveis para nações de baixa e média renda.

A estocagem e o lucro por nações mais ricas desencadearam uma carta aberta à ONU³¹, apoiada por mais de 120 entidades, que representam cinco milhões de profissionais de saúde pública e defensores do direito universal à saúde, pedindo liderança global ética por meio de uma Força-Tarefa Global de Equidade em Saúde dentro da OMS para coordenar uma resposta abrangente e focada na equidade à pandemia. Ela pediu alocação justa de recursos *versus* caridade de sobras, estrutura vinculativa internacional garantindo acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e medicamentos eficazes *versus* monopólios lucrativos protegidos por patentes e sistemas universais de saúde fortalecidos *versus* serviços de saúde fragmentados entre e dentro dos países.

A carta recebeu o apoio de um grande número de ex-chefes de estado, ministros e defensores da saúde global, enfatizando a necessidade urgente de uma resposta equitativa à pandemia, e dando origem ao *Sustainable Health Equity Movement (SHEM)*.

Dois anos depois, o SHEM enfatizou como alcançar a equidade sustentável em saúde exigia abordar a desigualdade social e a crise climática, que criaram disparidades de saúde crescentes, evitáveis e injustas, e defendeu a incorporação da equidade sustentável em saúde como um princípio ético orientador em todas as políticas³². Em seguida, concluiu como o poder desigual, a disparidade econômica, os danos ambientais e os conflitos exacerbaram as desigualdades em saúde, reveladas pelo acesso inadequado a serviços de saúde, riscos ambientais e necessidades educacionais não atendidas, contribuindo para a mortalidade prematura.

O compartilhamento global de conhecimento, dificultado por monopólios de patentes, continuou sendo uma barreira crítica para a equidade devido aos mercados movidos pelo lucro. Portanto, o SHEM pediu uma estrutura globalmente vinculativa, que promova a equidade em saúde e reformas econômicas que redistribuíssem a riqueza por meio de impostos justos, protegendo os direitos dos trabalhadores e a equidade ambiental, respeitando os limites planetários e fazendo a transição dos combustíveis fósseis. Por meio de governança baseada em direitos humanos, garantindo a gestão responsável de recursos e serviços. O SHEM solicitou

³¹ Chiriboga D, Garay J, Buss P, Madrigal RS, Rispel LC. Health inequity during the COVID-19 pandemic: a cry for ethical global leadership. *Lancet* 2020; 395: 1690.

³² Castro A, Marmot M, Garay J, de Negri A, Buss P, Movement on behalf of the SHE. Achieving sustainable health equity. *Bull World Health Organ* 2022; 100: 81–3.

novamente o estabelecimento de uma Comissão de Equidade em Saúde Sustentável com um Relator da ONU para monitorar o progresso.

Três anos depois, o SHEMA nos lembrou que a equidade em saúde sustentável significa alcançar e manter resultados de saúde equitativos para todas as pessoas, inclusive para as gerações futuras, e que abrange três ações principais: garantir o direito à saúde, fornecendo acesso a serviços de saúde abrangentes para todos, independentemente do status social ou político; criar condições para uma vida saudável, abordando os determinantes sociais e ambientais da saúde humana e a interface humano-animal-ambiente; e cumprir todos os direitos humanos, incluindo direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos³³.

Hoje, quatro anos depois, a missão da SHEMA continua altamente pertinente e até dramaticamente urgente. Embora o conhecimento humano tenha permitido taxas de mortalidade reduzidas e sem precedentes e aumentos na expectativa de vida durante os últimos 60 anos, as desigualdades em saúde, ainda que em grande parte não medidas, persistem³⁴ e há sinais de que a expectativa de vida pode estar diminuindo globalmente, enquanto as mudanças climáticas preveem um rebaixamento ainda maior nas próximas décadas.

A governança global hoje favorece os interesses econômicos em detrimento do bem-estar humano. Em grande parte, retórica, acordos insuficientes e atrasados como a agenda de 2030, os acordos da COP sobre mudanças climáticas, a convenção tributária da ONU, o apelo por cessar-fogo em atos relacionados ao genocídio, como a situação atual em Gaza e Darfur, e a discussão sobre o tratado da pandemia, revelam um acordo humano quebrado. O SHEMA hoje deve intensificar e expandir seu apelo pelos princípios éticos da equidade, por meio de uma profunda transformação da governança política, econômica e de conhecimento global, nacional e local para defender a democracia, a paz, a justiça e a dignidade, preservando a vida humana em equilíbrio com outras formas de vida em nosso planeta compartilhado.

³³ Goldstein S, Mabry RM, Friedman EA, Sales ALL de F, Castro A. Achieving and Maintaining Equitable Health Outcomes for all, Including for Future Generations. *International Journal of Social Determinants of Health and Health Services* 2024; 54: 65–7.

³⁴ Garay J. Restoring Broken Human Deal – PEAH – Policies for Equitable Access to Health. 2024. <https://www.peah.it/2024/04/13164/> (accessed June 3, 2024).

Com a marca da excelência e tradição do sanitário brasileiro, o Comitê Executivo da OPS finalizou a 174ª reunião com avanços para a saúde pública nas Américas

**Luiz Augusto Galvão
Paula Reges
Luana Bermudez**

Resumo: Esse o 174º Comitê Executivo da OPS pode ser considerado o primeiro produto da administração Jarbas Barbosa. Fazendo jus à extraordinária carreira do Diretor e seguindo a tradição de grandes sanitários brasileiros como Marcolino Candau, Carlyle Guerra de Macedo e Ciro de Quadros ele demonstrou forte liderança e compromisso com a inovação, ao apresentar excelentes resultados nesse momento crucial para avançar a nova OPS: “PAHO Forward 2.0” que deve marcar uma nova etapa da organização e da saúde pública nas Américas.

Destaca-se ainda que a OMS divulgou relatórios sobre a situação humanitária crítica no Sudão e em Gaza, destacando problemas de fome extrema e desnutrição. No Sudão, após 14 meses de guerra civil, metade da população enfrenta insegurança alimentar severa, enquanto em Gaza, 96% da população enfrenta níveis elevados de insegurança alimentar aguda devido ao recrudescimento das hostilidades e à interrupção do acesso humanitário.

Palavras-chave: 174º Comitê executivo da OPS; OPAS 2.0, crise humanitária, fome.

Abstract: *This 174th Executive Committee of the PAHO, can be considered the first product of the Jarbas Barbosa administration. Doing justice to the Director's extraordinary career and following the tradition of great Brazilian sanitarians such as Marcolino Candau, Carlyle Guerra de Macedo, and Ciro de Quadros, he demonstrated strong leadership and commitment to innovation by presenting excellent results at this crucial moment to advance the new PAHO: "PAHO Forward 2.0," which should mark a new stage in the organization and public health in the Americas.*

It is also worth to note that the WHO has released reports on the critical humanitarian situation in Sudan and Gaza, highlighting issues of extreme hunger and malnutrition. In Sudan, after 14 months of civil war, half of the population faces severe food insecurity, while in Gaza, 96% of the population faces high levels of acute food insecurity due to escalating hostilities and disrupted humanitarian access.

Keywords: 174th PAHO Executive Committee, PAHO 2.0, humanitarian crisis, hunger.

PAHO Forward 2.0

Todos que conhecem a extraordinária carreira do Dr. Jarbas Barbosa não se surpreendem com os avanços da organização desde que ele assumiu o cargo de Diretor da Organização Panamericana da Saúde (OPS) em 1º de fevereiro de 2023. Seguindo a tradição de grandes sanitários brasileiros como Marcolino Candau, Carlyle Guerra de Macedo e Ciro de Quadros ele vem demonstrando forte liderança e compromisso com a nova OPS: “PAHO Forward 2.0” que deve marcar uma nova etapa da organização e da saúde pública nas Américas.

Sob a direção do Dr. Barbosa, a OPAS tem feito progressos significativos em diversas áreas, incluindo:

● **Fortalecimento da resposta à pandemia de COVID-19:** A OPS tem desempenhado um papel fundamental na coordenação da resposta regional à pandemia, fornecendo orientação técnica aos países, distribuindo vacinas e insumos essenciais e apoiando o fortalecimento dos sistemas de saúde. O [fundo rotatório da OPS](#) que é exemplar para outras regiões da OMS.

● **Promoção da equidade em saúde:** O Dr. Barbosa tem enfatizado a importância da equidade em saúde e tem trabalhado para reduzir as disparidades em acesso à saúde e qualidade dos serviços na região, incluindo o lançamento da aliança para a [atenção primária à saúde](#).

● **Abordagem das mudanças climáticas e saúde:** A OPS foi a primeira região da OMS que reconheceu a urgência da questão das mudanças climáticas e seus impactos na saúde em 2008 e 2011 com a [Estratégia e Plano de Ação sobre Mudança Climática \(CD51/6\)](#) e o Diretor tem tomado medidas para manter essa prioridade e fortalecer a capacidade dos países para se adaptarem e mitigar esses impactos.

● **Promoção da inovação em saúde:** O Dr. Barbosa tem incentivado a inovação em saúde, incluindo o uso de tecnologias digitais e novas abordagens para a prevenção e o tratamento de doenças.

● **Fortalecimento da cooperação regional:** A OPAS tem trabalhado para fortalecer a cooperação entre os países da região para enfrentar os desafios de saúde pública de forma conjunta.

Apesar dos avanços alcançados, ainda existem desafios a serem enfrentados na região, como a persistência de doenças transmissíveis, o aumento de doenças crônicas não transmissíveis e os impactos das mudanças climáticas na saúde. O Dr. Barbosa tem se mostrado determinado a trabalhar com os países-membros da OPAS para superar esses desafios e garantir o acesso universal à saúde de qualidade para todos.

174ª sessão do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)

O [Comitê Executivo da OPAS](#), composto por nove Estados-membros eleitos por um período de três anos, reúne-se duas vezes por ano e funciona como um grupo de trabalho para a Conferência Sanitária Pan-Americana e o Conselho Diretor da OPAS. As resoluções aprovadas serão agora discutidas e votadas pelos 35 Estados-membros da OPAS, que se reunirão de 30 de setembro a 4 de outubro de 2024, em Washington, D.C., durante a reunião do Conselho Diretor da Organização. Após quatro dias de debates, a 174ª sessão do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) finalizou seus trabalhos em Washington, D.C., no dia 28 de junho de 2024. Representantes dos nove países-membros deste órgão deliberaram sobre uma agenda crítica para a saúde pública na região.

Foram abordados 48 itens da agenda, aprovadas 16 resoluções, revisão de três relatórios de progresso e cinco relatórios finais. A reunião renovou o compromisso da OPS com os valores panamericanos de equidade, excelência, solidariedade, respeito e integridade.

Dentre os destaques da sessão, está a aprovação do Plano de Ação para o Fortalecimento dos Sistemas de Informação para a Saúde, essencial para expandir e consolidar

essas estruturas ao nível nacional e subnacional. O plano prioriza a saúde digital e abrange áreas como imunização, vigilância epidemiológica e doenças transmissíveis e não transmissíveis.

Também foram abordadas uma estratégia e plano de ação para reduzir a carga da sepse, e uma política para fortalecer a ação do setor da saúde em relação às mudanças climáticas e à saúde, com foco na equidade. Esta política visa fortalecer a capacidade do setor para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas e reduzir as desigualdades em saúde.

Uma política sobre cuidados de longo prazo e uma estratégia para fortalecer as funções essenciais de saúde pública, focada em acelerar a transformação dos sistemas de saúde, também foram discutidas.

Os Estados-membros reafirmaram seu compromisso com o controle do tabaco na região durante o debate sobre a estratégia e plano de ação para acelerar a implementação da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco. Uma estratégia para integrar cuidados emergenciais, críticos e operacionais também foi validada, assim como uma estratégia de inteligência epidemiológica para fortalecer os sistemas de alerta precoce para emergências sanitárias.

Destaques das Resoluções Aprovadas na 174ª Sessão do Comitê Executivo da OPAS:

Entre as 16 resoluções aprovadas, cada uma delas visando promover avanços concretos em áreas prioritárias para a saúde pública nas Américas, das quais as resoluções abaixo foram consideradas de especial interesse:

1. Plano de Ação para o Fortalecimento dos Sistemas de Informação para a Saúde

- **Objetivo:** Ampliar e fortalecer os sistemas de informação em saúde em nível nacional e subnacional, com ênfase na saúde digital.

- **Áreas de abrangência**

- Imunização
- Vigilância epidemiológica
- Doenças transmissíveis e não transmissíveis
- Integração de dados
- Análise de dados
- Tomada de decisões baseada em evidências

2. Estratégia e Plano de Ação para Reduzir a Carga da Sepse

- **Objetivo:** Reduzir a mortalidade e morbidade associadas à sepse, uma grave infecção que pode levar à morte.

- **Ações**

- Aumento da conscientização sobre a sepse
- Melhoria do diagnóstico precoce e do tratamento
- Fortalecimento dos sistemas de saúde para lidar com a sepse
- Promoção de pesquisas sobre sepse

3. Política para Fortalecer a Ação do Setor da Saúde em Relação às Mudanças Climáticas e à Saúde

- **Objetivo:** Fortalecer a capacidade do setor da saúde para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas e proteger a saúde das populações.

- **Ações**

- Avaliar os riscos à saúde relacionados às mudanças climáticas
- Desenvolver e implementar planos de ação para lidar com esses riscos
- Promover a colaboração entre os setores da saúde e do meio ambiente
- Aumentar a resiliência dos sistemas de saúde

A resolução sobre política de mudança climática e saúde teve um grupo de trabalho para finalizar os seus termos, o qual chegou a bom termo e à provação da resolução que será apresentada no conselho diretivo. A OPS é pioneira nesse tema, tendo aprovado em 2011 a primeira resolução específica das diferentes regiões da OMS intitulada "[Mudança Climática e Saúde Humana: Melhorando a Resiliência e Reduzindo Riscos](#)", essa resolução reconheceu os impactos sérios da mudança climática na saúde das Américas e instou os Estados Membros a tomarem medidas para:

- **Aumentar a consciência** sobre os riscos à saúde relacionados à mudança climática;
- **Fortalecer os sistemas de saúde** para se prepararem e responderem aos eventos climáticos extremos;
- **Proteger os grupos mais vulneráveis**, como crianças, idosos e comunidades indígenas;
- **Promover a pesquisa** sobre os impactos da mudança climática na saúde;
- **Reduzir as emissões de gases de efeito estufa** e mitigar as mudanças climáticas.

Essa resolução foi um marco importante na resposta da OPS à mudança climática e estabeleceu a base para o trabalho contínuo da organização nessa área. Desde então, a OPS lançou diversas outras iniciativas e resoluções para abordar os desafios da mudança climática e da saúde.

4. Política sobre Cuidados de Longo Prazo

- **Objetivo:** Assegurar o acesso universal a cuidados de longo prazo de qualidade para pessoas com necessidades de longa duração.

- **Ações**

- Desenvolver e implementar políticas nacionais de cuidados de longo prazo
- Fortalecer os sistemas de saúde para fornecer cuidados de longo prazo
- Promover a integração dos cuidados de longo prazo com outros serviços de saúde
- Capacitar profissionais de saúde para fornecer cuidados de longo prazo

5. Estratégia para Fortalecer as Funções Essenciais de Saúde Pública:

- **Objetivo:** Acelerar a transformação dos sistemas de saúde para que sejam mais eficazes, equitativos e eficientes.

- **Ações**

- Fortalecer a governança e a liderança em saúde pública
- Reforçar a capacidade de avaliação de riscos e resposta a emergências de saúde pública
- Promover a saúde da população e a redução das desigualdades em saúde
- Desenvolver e gerenciar recursos humanos para a saúde pública

6. Estratégia e Plano de Ação para Acelerar a Implementação da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco

- **Objetivo:** Reduzir o consumo de tabaco e seus efeitos nocivos à saúde.

- **Ações**

- Aumentar os impostos sobre o tabaco
- Implementar proibições abrangentes de publicidade e promoção do tabaco
- Oferecer serviços de cessação do tabagismo
- Alertar o público sobre os perigos do tabaco

7. Estratégia para Integrar Cuidados Emergenciais, Críticos e Operacionais:

- **Objetivo:** Fortalecer os sistemas de saúde para fornecer cuidados de emergência, críticos e operacionais de alta qualidade.

- **Ações**

- Desenvolver e implementar redes de serviços de emergência
- Padronizar os protocolos de atendimento
- Capacitar profissionais de saúde
- Garantir o acesso equitativo aos cuidados

8. Estratégia de Inteligência Epidemiológica para Fortalecer os Sistemas de Alerta Precoce para Emergências de Saúde Pública

- **Objetivo:** Melhorar a capacidade de detectar e responder rapidamente a surtos de doenças e outras emergências de saúde pública.

- **Ações**

- Fortalecer os sistemas de vigilância epidemiológica
- Desenvolver e implementar sistemas de alerta precoce
- Capacitar profissionais de saúde em investigação de surtos
- Melhorar a comunicação de riscos

Crises humanitárias e fome

A OMS divulgou dois relatórios sobre a situação crítica humanitária no Sudão e em Gaza no que os aflige em aspectos de fome extrema e desnutrição.

Catorze meses após o início de uma devastadora guerra civil, metade dos 25,6 milhões de habitantes do Sudão enfrenta níveis de segurança alimentar classificados como “crise”, emergência ou “catastrófico”, de acordo com a mais recente análise da Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (Integrated Food Security Phase Classification - IPC, em inglês).

Esses números representam mais de metade da população do país, que enfrentam níveis agudos de insegurança alimentar, de acordo com a última análise de insegurança alimentar aguda IPC, realizada entre o final de abril e o início de junho de 2024.

O IPC é uma iniciativa inovadora de múltiplos parceiros para melhorar a segurança alimentar, a análise nutricional e a tomada de decisões. Ao utilizar a classificação e a abordagem analítica do IPC, os governos, as agências das Nações Unidas, as ONGs, a sociedade civil e outros intervenientes relevantes trabalham em conjunto para determinar a gravidade e a magnitude da insegurança alimentar aguda e crônica e das situações de desnutrição aguda num país, de acordo com padrões internacionalmente reconhecidos.

Como membro da parceria IPC, a OMS forneceu conhecimentos técnicos e informações sobre a situação da saúde para esta avaliação e apoiou o desenvolvimento da Análise da Vulnerabilidade Nutricional no Sudão e de Gaza.

No Sudão, são os piores níveis de insegurança alimentar aguda já registados pelo IPC. Isso representa uma deterioração acentuada e rápida da situação de segurança alimentar em comparação com a atualização anterior do IPC divulgada em dezembro de 2023. O IPC alertou que mais pessoas enfrentariam níveis elevados de insegurança alimentar aguda durante a época de escassez, sem uma cessação imediata das hostilidades e dos esforços humanitários. Nos últimos meses, o conflito intensificou-se significativamente e expandiu-se para outras áreas entre facções armadas e um aumento da violência organizada, deslocamentos massivos, interrupção dos serviços básicos de saúde e impedimento do acesso humanitário, o que levou a uma deterioração da situação de segurança alimentar e nutricional no Sudão. A emergência humanitária deixou 755 mil pessoas em níveis catastróficos de insegurança alimentar (IPC Fase 5) em 10 estados, com o espectro cada vez maior da fome. Nos níveis atuais, mais de 1.000 pessoas por dia correm risco de morte, afirma o relatório.

As deficiências nutricionais aprofundam a vulnerabilidade à doenças múltiplas, particularmente em crianças, para quem a combinação de subnutrição e adocimento pode ser fatal.

Devem ser tomadas medidas urgentes para prevenir a fome. O acesso humanitário deve ser restaurado. As instalações de saúde e os profissionais de saúde devem ser protegidos. O povo sudanês merece saúde e paz.

Os intensos combates entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e o grupo rebelde paramilitar, Forças de Apoio Rápido (RSF), levaram à guerra civil mais brutal vista em décadas, com efeitos de bola de neve na saúde, na fome e no deslocamento em massa de pessoas.

Apesar das enormes necessidades, as partes armadas do conflito obstruem sistematicamente os trabalhadores humanitários e negaram deliberadamente o acesso de carregamentos humanitários pela fronteira com o Chade, de acordo com o que denunciou o Comitê Permanente Interagências (IASC) para o Sudão num comunicado em maio, 2024. É expressa a violação do direito humanitário internacional.

Já referente a Gaza, a análise da insegurança alimentar aguda do IPC foi realizada entre 21 de abril e 13 de junho de 2024 por mais de 70 analistas de ministérios estaduais e federais, Gabinete Central de Estatísticas, Ministério da Agricultura de Estado, agências das Nações Unidas, ONG e agências técnicas. A análise abrangeu três períodos: abril - maio de 2024 (atual),

junho - setembro de 2024 (primeira projeção), outubro de 2024 - fevereiro de 2025 (segunda projeção).

A situação deteriorou-se significativamente no sul de Gaza, na sequência do recrudesimento das hostilidades no início de maio. Mais de um milhão de pessoas foram deslocadas desde o início da ofensiva de Rafah, em 6 de maio. O encerramento da passagem fronteiriça de Rafah e as interrupções na passagem de Karem Shalom restringiram ainda mais o acesso humanitário a quase dois milhões de pessoas nas províncias do sul. Uma maior concentração de populações deslocadas em áreas com água, saneamento, higiene, saúde e outras infraestruturas essenciais significativamente reduzidas aumenta o risco de surtos de doenças, o que tem também efeitos catastróficos no estado nutricional e de saúde da população.

Atualmente, 2,15 milhões ou 96% da população de Gaza enfrentam níveis elevados de insegurança alimentar aguda e 495 000 pessoas (22% da população) ainda enfrentam uma extrema falta de alimentos. Dada a imprevisibilidade do conflito em curso e dos desafios de acesso humanitário, qualquer mudança significativa pode levar a uma deterioração muito rápida para a fome. Só o fim das hostilidades e o acesso imediato, desimpedido e sustentado da ajuda humanitária poderão reduzir a catástrofe da fome.

Visão de conjunto de informes e debates de especial interesse para a saúde global e diplomacia em saúde na 56ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Armando De Negri Filho

Resumo: Buscamos utilizar os informes de mídia do Conselho que sintetizam as apresentações e debates principais, incluindo os links dos informes apresentados e frequentemente o acesso aos debates. Em primeiro lugar destacamos os informes sobre dois conflitos brutais que violam massivamente os direitos humanos e de povos e nações como o são o conflito israelense - palestino em Gaza e o conflito interno no Sudão. Ao aplicar seriamente o conceito de determinação social da saúde, encontramos nestas guerras a continuidade da política e da economia por outros meios e a inevitável destruição das condições que promovem a saúde e permitem a atenção às doenças e lesões. De forma associada destacamos o informe sobre as pessoas deslocadas internamente, em um misto de causas entre guerras, violência derivada do crime organizado e impacto das mudanças climáticas e crises ambientais. Em segundo lugar, destacamos o bloque de informes relacionados diretamente à saúde, com o primeiro informe da equatoriana Beatriz Miranda-Galarza sobre os direitos das pessoas afetadas pela lepra e seus familiares, com uma doença negligenciada ainda cercada de estigmas e com a atenção fragilizada em sistemas de saúde debilitados. E o informe da relatora especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, Tlaleng Mofokeng, a qual destacou o tema dos direitos humanos dos usuários de drogas e defendeu as estratégias de descriminalização do consumo e de redução de danos. Em terceiro lugar, destacamos os informes e debates sobre os direitos humanos dos migrantes e sua importância econômica para os países de médio e baixo ingresso (com as remessas de migrantes atingindo US\$ 669 bilhões em 2023, o que excedeu o investimento estrangeiro direto e superou a assistência oficial ao desenvolvimento); destacamos também o informe sobre a independência e autonomia dos juízes e advogados como condição essencial para a garantia dos direitos humanos de qualquer natureza e finalmente destacamos o informe do *Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras organizações empresariais*, o qual ressaltou a necessidade urgente de os investidores implementarem os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.

O webcast das reuniões do Conselho de Direitos Humanos pode ser encontrado [aqui](#) Todos os resumos das reuniões podem ser encontrados [aqui](#). Documentos e relatórios relacionados à 56ª. sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos podem ser encontrados [aqui](#).

Comissão de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e sobre Israel

No dia 19 de junho, o Conselho teve diante de si o *relatório da Comissão de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e sobre Israel*. O relatório reitera os crimes de guerra cometidos por Israel. Em relação às operações militares e aos ataques de Israel em Gaza, a partir de 7 de Outubro, a Comissão concluiu que as autoridades israelense eram responsáveis por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, incluindo extermínio, ataques intencionalmente dirigidos contra civis, assassinio ou assassinio intencional, utilização da fome como método de guerra, transferência forçada, perseguição de gênero, violência sexual e de

gênero equivalente a tortura e tratamento cruel ou desumano. O "cerco total" de Israel à Faixa de Gaza armou o fornecimento de bens de primeira necessidade para ganhos estratégicos e políticos, incluindo o corte do fornecimento de água, alimentos, eletricidade, combustível e outros suprimentos essenciais, incluindo assistência humanitária. Constituiu um castigo coletivo, impactando de forma desproporcional mulheres grávidas e pessoas com deficiência, e estava causando graves danos às crianças, incluindo mortes relacionadas à fome. O uso deliberado de armas pesadas em áreas densamente povoadas constituiu um ataque intencional à população civil.

A Comissão considerou que as forças israelenses cometeram violência sexual e baseada no gênero, com a intenção de humilhar e subordinar ainda mais a comunidade palestina. A Comissão concluiu que formas específicas de violência sexual e baseada no gênero faziam parte dos procedimentos operacionais das Forças de Segurança israelenses. O flagrante desrespeito pelo direito internacional em todo o território palestino ocupado impactou desproporcionalmente as crianças palestinas. Em Gaza, as Forças de Segurança israelenses mataram e mutilaram dezenas de milhares de crianças, e outras milhares provavelmente permanecem sob os escombros. Os ataques israelenses também afetaram severamente a infraestrutura essencial para o bem-estar das crianças, incluindo hospitais, escolas e serviços básicos.

Muitos oradores apelaram à responsabilização pelos crimes cometidos contra o povo palestino. É preciso reparar os crimes cometidos pela potência ocupante. Israel deveria permitir a entrega de ajuda humanitária ao povo palestino. As restrições à ajuda estavam causando fome. Os oradores apelaram a Israel para que respeite as decisões e medidas provisórias aplicadas pelo Tribunal Internacional de Justiça e o mandato da Comissão e de todos os mecanismos internacionais competentes. Todos os Estados precisavam cooperar com as investigações do Tribunal Penal Internacional. Era necessária uma solução política negociada para alcançar a paz.

Alguns oradores congratularam-se com a adoção das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, incluindo a resolução 2735 recentemente adotada, e apelaram à sua aplicação. Todos os Estados precisavam cooperar com as Nações Unidas. Vários oradores condenaram qualquer forma de represália contra os Procedimentos Especiais por se manifestarem contra os crimes israelenses.

Os oradores fizeram perguntas sobre a forma como os Estados-Membros poderiam reforçar os mecanismos de responsabilização; como a crise de liquidez das Nações Unidas afetou o mandato da Comissão; como a Comissão estava cooperando com os tribunais internacionais; e se a Comissão encontrou provas de punição coletiva do povo palestino.

Sobre o informe da Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos para o Sudão.

A crise de liquidez das Nações Unidas teve um impacto negativo na Missão, deixando-a sem pessoal. Mais do que nunca, foram necessários mecanismos independentes para monitorar e documentar as atrocidades repetidamente cometidas por ambos os lados do conflito no Sudão. Como tal, o trabalho da Missão foi crucial e enviou uma mensagem à população sudanesa de que eles não seriam esquecidos e que a responsabilização surgiria. Muitos oradores declararam apoiar a renovação do mandato da Missão.

Muitos oradores expressaram a sua profunda preocupação com os contínuos relatos de violência em massa contra civis, especialmente mulheres e crianças, incluindo violência sexual e baseada no gênero e limpeza étnica, resultando em milhões de deslocados internos e

refugiados. Durante mais de um ano, o mundo foi testemunha de atrocidades angustiantes cometidas contra o povo do Sudão. Os relatos desde o início do conflito ficaram cada vez mais horripilantes e levaram à maior crise de deslocamento em todo o mundo.

Milhões estavam em fuga e milhões enfrentavam a fome. As partes beligerantes continuaram suas agendas egoístas de buscar a vitória militar, sem levar em conta a defesa dos direitos básicos do povo sudanês. Milhões de civis foram torturados, atacados e mortos. Quase 10,8 milhões de pessoas foram deslocadas. Dezoito milhões de pessoas enfrentaram insegurança alimentar aguda, incluindo 14 milhões de crianças, e a fome foi instrumentalizada como arma de guerra. Os oradores expressaram preocupação com a escalada dos combates em El Fasher em áreas densamente povoadas. É hora de calar as armas.

Todas as partes foram instadas a dar prioridade à segurança e ao bem-estar dos civis, implementando um cessar-fogo imediato. É inaceitável que os civis continuassem a ser visados neste conflito. Este cessar-fogo seria a base para abordar as causas profundas do conflito e alcançar justiça, reconciliação, estabilidade e paz duradoura. Alguns oradores apelaram à implementação do acordo de Jeddah para proteger os civis. É necessário envidar mais esforços para intensificar a assistência humanitária, a fim de chegar às pessoas necessitadas. Os oradores sublinharam que apoiam todas as iniciativas que possam pôr fim às hostilidades. O diálogo é a melhor opção disponível e é fundamental para alcançar a paz.

Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial sobre os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente

A Relatora informou ao Conselho que a cada ano, o número de deslocados internos em todo o mundo alcança recordes sucessivos, com dezenas de milhões de pessoas lutando com as consequências devastadoras do deslocamento causado por novos conflitos, desastres mais frequentes e falta de responsabilização por abusos de direitos humanos. No final de 2023, havia 68,3 milhões de pessoas deslocadas internamente por conflitos e violência. Foi um aumento de 49% em relação a cinco anos atrás. Além das pessoas deslocadas por conflitos e violência, 7,7 milhões de pessoas foram deslocadas internamente no final de 2023 por causa de inundações, tempestades, terremotos, incêndios florestais e outros desastres. Abordar os fatores subjacentes ao deslocamento e implementar medidas de adaptação e mitigação climática era cada vez mais urgente.

A Sra. Betancur apresentou seu relatório sobre a realocação planejada de pessoas no contexto de desastres e os efeitos adversos das mudanças climáticas. Ela disse que cerca de 70% das pessoas deslocadas internamente estão em Estados frágeis e/ou afetados por conflitos que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Os Estados tinham a responsabilidade de desenvolver adaptação climática, medidas de mitigação e prevenção de desastres para manter os assentamentos humanos intactos sempre que possível.

Beatriz Miranda-Galarza, Relatora Especial para a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares

A Relatora informou ao Conselho que as pessoas afetadas pela hanseníase têm uma longa história de isolamento e exclusão e estão engajadas em uma luta contínua para serem reconhecidas como indivíduos com direitos. Ainda havia um longo caminho a percorrer para eliminar práticas e leis discriminatórias, especialmente em países onde a hanseníase era endêmica. Miranda-Galarza disse estar empenhada em apoiar os Estados no processo de revisão de sua legislação para alinhá-la aos principais instrumentos internacionais das Nações Unidas,

facilitando o intercâmbio de boas práticas e promovendo a participação e consulta efetivas às pessoas afetadas pela hanseníase, suas famílias e suas organizações. Destacou também as barreiras existentes em vários países para o acesso a medicamentos adequados aos tratamentos atualmente preconizados, resultando em mortes e incapacidades, assim como a falta de um conceito de cuidado integral aos afetados pela hanseníase e suas famílias, assim como o efeito negativo da eliminação das instituições especializadas em tratamento da hanseníase sem capacitar efetivamente os serviços em geral para diagnosticar e tratar a doença.

Tlaleng Mofokeng, Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental

O Conselho recebeu os relatórios da Relatora Especial sobre o direito de todas as pessoas ao gozo do mais elevado nível possível de saúde física e mental, sobre o consumo de drogas, a redução dos danos e o direito à saúde ([A/HRC/56/52](#)), bem como sobre a sua visita ao Luxemburgo ([A/HRC/56/52/Add.1](#)) e a sua visita à Costa Rica ([A/HRC/56/52/Add.2](#)).

A Relatora defende ser crucial distinguir entre o consumo de droga e as perturbações relacionadas com o consumo de droga; o uso de drogas não seria uma condição médica. Já os transtornos relacionados ao uso de drogas, incluindo a dependência de drogas, eram condições médicas que exigiam suporte e tratamento adequados. O relatório concentrou-se em como a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde foram afetadas por abordagens punitivas e explorou como o controle de drogas afetou desproporcionalmente certos direitos e indivíduos.

A não adoção de uma abordagem baseada nos direitos humanos para lidar com o uso de drogas teve impactos negativos, especialmente naqueles em situação de rua ou pobreza, pessoas com problemas de saúde mental, profissionais do sexo, mulheres, crianças, pessoas vivendo com HIV e pessoas que vivem em áreas rurais, entre outros. A criminalização era uma opção única dentro de um espectro regulatório. Os marcos regulatórios precisavam ser desenvolvidos de forma coesa pelos Estados, dependentes de evidências científicas e sem influência indevida das corporações. Devem ser tomadas todas as medidas necessárias para implementar as Regras Nelson Mandela. Além disso, as Regras de Bangucoque e as Regras de Pequim eram aplicáveis a mulheres e crianças privadas de liberdade.

Mulheres usuárias de drogas estavam sujeitas a maiores taxas de violência. Assim, era necessária a integração dos serviços de redução de danos com os de violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva. Cerca de 1 em cada 10 novas infecções por HIV resultou do uso de drogas por injeção, mas mais de 92 países tinham leis penais relacionadas ao HIV. Mofokeng exortou todos os Estados a aderirem aos princípios de direitos humanos ao negociar a resolução sobre "direitos humanos no contexto do HIV e da AIDS". Tanto para situações de emergência conflituosas quanto para as de não conflito, o acesso a medicamentos controlados foi um elemento-chave do direito à saúde. As percepções discriminatórias da dor e de quem "merecia" alívio levaram a uma falha em garantir o acesso a medicamentos essenciais para o alívio da dor e transtornos relacionados ao uso de drogas e ameaçaram a realização dos direitos à saúde.

A redução dos danos incluiu uma vasta gama de políticas, programas e práticas destinadas a minimizar os impactos negativos na saúde, sociais e legais associados ao consumo de drogas, às leis e políticas em matéria de droga. As medidas de redução de danos centraram-se igualmente na eliminação das sanções penais aplicáveis às infracções relacionadas com a droga. Mofokeng disse apoiar a descriminalização total do uso de drogas, dizendo que era importante acabar com a "guerra às drogas", pois era uma guerra contra as pessoas. Os Estados

devem avaliar a possibilidade de criar um mecanismo mandatado para monitorar a situação das políticas de drogas e dos direitos humanos.

GEHAD MADI, *Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes*

O Relator se dirige ao Conselho pela primeira vez como Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes. A promoção e proteção dos direitos humanos dos migrantes foi crucial, numa altura em que o discurso político em torno da migração tinha tomado um rumo negativo, inflamatório e divisivo.

Muitas histórias de sucesso nos séculos XIX e XX apresentaram migrantes que superaram as adversidades, estimularam o empreendedorismo e a criação de empregos e contribuíram para moldar países prósperos e de alta renda. Hoje, critérios rígidos de imigração impediriam muitos desses indivíduos de migrar regularmente. As narrativas hostis, desumanizadoras e criminalizadoras que agora cercam os migrantes demonstraram falta de compreensão. Nesse contexto, Madi disse que seu primeiro relatório ao Conselho se concentrou em revisitar as contribuições dos migrantes para as sociedades com uma abordagem baseada em direitos humanos para fornecer uma análise sobre os fatores facilitadores e dificultadores.

Os migrantes eram detentores de direitos e seus direitos deveriam ser plenamente respeitados e protegidos, independentemente das contribuições que fizeram à sociedade. Madi pediu aos Estados-Membros e às partes interessadas que voltem a centrar a atenção nas contribuições dos migrantes e as avaliem com um quadro abrangente que abranja o enriquecimento sociocultural, o envolvimento cívico-político e os benefícios económicos. Os migrantes impulsionaram o crescimento sociocultural em seus países de origem através da transferência de "remessas sociais", ideias, valores e práticas. Eles contribuíram para a economia, com taxas de participação na força de trabalho mais altas do que os não migrantes, e formaram uma parcela fundamental da força de trabalho, com 4,9% em 2019 e mais de 41% nos Estados árabes.

Os migrantes podem contribuir para a flexibilidade do mercado de trabalho de um país, muitas vezes suprimindo a escassez crítica de mão de obra, desde posições altamente qualificadas em setores como tecnologia e cuidados de saúde, até funções essenciais na agricultura e nos setores de serviços. As remessas de migrantes desempenharam um papel vital nas economias dos países de baixa e média renda, atingindo US\$ 669 bilhões em 2023, o que excedeu o investimento estrangeiro direto e superou a assistência oficial ao desenvolvimento.

Antes vistos como uma força econômica e social positiva, os migrantes agora eram cada vez mais vistos como uma ameaça à segurança que precisava ser controlada. Ao mesmo tempo, muitos países adotaram políticas de imigração seletivas, com uma visão divisiva de migrantes "desejáveis" e "indesejáveis", e criando desigualdades brutais em termos de acesso à migração regular. As pessoas em países de baixa renda, em particular países africanos, foram mais severamente restringidas em seu acesso aos benefícios da migração e sua capacidade de contribuir como migrantes em todo o mundo. Isso exacerbou as desigualdades globais.

Margaret Satterthwaite, *Relatora Especial sobre a independência de juizes e advogados*

A Relatora disse que o seu relatório temático abordou o papel vital desempenhado por sistemas e funcionários de justiça independentes, juizes, promotores, advogados e trabalhadores da justiça comunitária na salvaguarda da democracia. A participação democrática

na vida política era um direito humano essencial. A participação política foi também um instrumento para proteger e promover outros direitos humanos fundamentais.

Este ano, 2024, foi descrito como o maior ano eleitoral da história, um marco para a democracia em que quase metade da população mundial votaria. No entanto, a pesquisa mostrou que os principais indicadores de democracia significativa, incluindo a adesão ao Estado de Direito e a existência de controles sobre o poder do governo, estavam em declínio em todo o mundo. Cada vez mais, os governos que chegaram ao poder por meio de eleições legítimas mais tarde exerceram seu poder para minar os sistemas e direitos democráticos. Em muitos Estados, tais ataques à democracia tiveram como alvo os sistemas e os atores da justiça.

Duas descobertas importantes do relatório incluíram: as muitas razões pelas quais os sistemas de justiça independentes eram importantes para manter uma democracia significativa e os extensos desafios que esses sistemas enfrentaram quando tentaram desempenhar esse papel. Os sistemas de justiça defendiam o Estado de Direito, que exigia que os governos agissem de acordo com o poder que lhes era conferido pelo povo. Sistemas de justiça independentes garantiram que todas as pessoas fossem iguais perante a lei, incluindo governos e líderes políticos. Os sistemas de justiça também desempenharam um papel fundamental na garantia de eleições livres e justas, julgando disputas sobre a lisura e legalidade dos processos eleitorais.

O relatório identificou quatro categorias diferentes de ameaça aos sistemas de justiça: captura, contenção, instrumentalização e ataques. A captura de tribunais e associações de advogados envolveu reformas que diminuíram sua independência e aumentaram o controle político, com o impacto de que esses sistemas não poderiam mais atuar como um controle efetivo sobre o poder do governo. A contenção se deu por meio de mudanças legais que reduziram sistematicamente o poder de atuação dessas instituições. A instrumentalização implicava o abuso dos sistemas de justiça para influenciar ou controlar o pessoal da justiça individual através de processos e processos disciplinares politicamente motivados, ou manipulando as condições de serviço.

Finalmente, os operadores de justiça individuais podem ser sujeitos a ataques e interferências, tais como depreciação pública por parte de funcionários do governo, assédio e ameaças, e até mesmo detenção arbitrária, tortura, desaparecimento forçado, violência física e assassinato. Esse direcionamento a juízes individuais, promotores, advogados e trabalhadores da justiça comunitária poderia servir como punição, retribuição ou advertência por seu trabalho para desafiar a legalidade da ação do governo, representar oponentes políticos ou defender direitos humanos fundamentais.

Robert Mccorquodale, *Presidente do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras organizações empresariais*

O presidente do GT disse que o relatório temático do Grupo de Trabalho ressaltou a necessidade urgente de os investidores implementarem os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos. A maioria dos atores financeiros não conseguiu conectar padrões e processos de direitos humanos com critérios ambientais, sociais e de governança e práticas de investimento. Isso ocorreu devido à falta de compreensão predominante no setor de que os critérios sociais, e muitos indicadores ambientais e de governança, refletiam questões de direitos humanos. O relatório do Grupo de Trabalho procurou, assim, aumentar a conscientização sobre a responsabilidade dos investidores em respeitar os direitos humanos, esclarecer as responsabilidades básicas dos investidores sob os Princípios Orientadores e

fornecer recomendações sobre como os Princípios Orientadores poderiam ser aplicados pelos investidores em suas abordagens ambientais, sociais, de governança e sustentabilidade.

Os dados sobre investidores, abordagens ambientais, sociais e de governança eram insuficientes e as abordagens nesses campos variavam amplamente. Os investidores precisavam de dados úteis para decisões das investidas sobre direitos humanos e alinhamento com os Princípios Orientadores em cada um dos critérios. O relatório ressaltou a importância de os Estados criarem padrões consistentes e robustos, inclusive por meio de uma combinação inteligente de medidas, para garantir que as considerações de direitos humanos sejam aplicadas em todos os critérios ambientais, sociais e de governança. Isso incluiu a garantia de que as instituições financeiras estatais cumprissem os Princípios Orientadores e que a legislação obrigatória de due diligence em direitos humanos incluísse obrigações sobre os investidores dentro delas.

Os investidores precisavam colocar os riscos para as pessoas e o planeta no centro de suas decisões para cumprir sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos. Isso poderia ser feito incorporando os direitos humanos em suas políticas e estratégias, empreendendo diligências contínuas em direitos humanos e garantindo a remediação dos impactos adversos aos direitos humanos que causaram ou para os quais contribuíram. Os investidores também precisavam facilitar a reparação, inclusive por meio do exercício de alavancagem, quando eles estavam diretamente ligados a impactos adversos aos direitos humanos.

O Grupo de Trabalho observou a necessidade de um esforço colaborativo entre investidores, investidas, Estados e detentores de direitos para alcançar um acesso significativo a recursos. As partes interessadas devem também contribuir para quadros mais justos e responsáveis que garantam a proteção e o respeito dos direitos humanos em relação às atividades de investimento.

Versão estendida das notas sobre os informes e sessões interativas com os relatores especiais, comissões de inquérito e grupos de trabalho

- 1. O Conselho tem diante de si o relatório da Comissão de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e sobre Israel [A/HRC/56/26](#) <https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/commission-inquiry-occupied-palestinian-territory-concludes-israeli-authorities-and?sub-site=HRC> 19 de junho de 2024.**

NAVI PILLAY, *presidente da Comissão de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e em Israel*, disse que nos oito meses desde 7 de Outubro, dezenas de milhares de crianças, mulheres e homens foram mortos e feridos – palestinos, israelitas e cidadãos de outros Estados. Milhares de palestinos foram detidos e mantidos incomunicáveis, e 120 reféns israelenses ainda foram mantidos em Gaza. Desde 7 de Outubro, a Comissão tinha levado a cabo duas investigações paralelas: em primeiro lugar, sobre os ataques do Hamas e de outros grupos armados palestinos em Israel em 7 e 8 de Outubro e, por outro, sobre as operações militares israelitas e os ataques em Gaza entre 7 de Outubro e 31 de Dezembro. As conclusões destas investigações foram resumidas no relatório e nos dois documentos da sala de conferências. Israel tinha o direito de proteger os seus cidadãos da violência dos grupos armados palestinos, mas, ao fazê-lo, tem de cumprir o direito internacional. O Hamas e os grupos armados palestinos também têm de cumprir o direito internacional.

Em relação às operações militares e aos ataques de Israel em Gaza a partir de 7 de Outubro, a Comissão concluiu que as autoridades israelitas eram responsáveis por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, incluindo extermínio, ataques intencionalmente dirigidos contra civis, assassinio ou assassinio intencional, utilização da fome como método de guerra, transferência forçada, perseguição de gênero, violência sexual e de gênero equivalente a tortura e tratamento cruel ou desumano. O "cerco total" de Israel à Faixa de Gaza armou o fornecimento de bens de primeira necessidade para ganhos estratégicos e políticos, incluindo o corte do fornecimento de água, alimentos, eletricidade, combustível e outros suprimentos essenciais, incluindo assistência humanitária. Constituiu um castigo coletivo, impactando desproporcionalmente mulheres grávidas e pessoas com deficiência, e estava causando graves danos às crianças, incluindo mortes relacionadas à fome. O uso deliberado de armas pesadas em áreas densamente povoadas constituiu um ataque intencional à população civil.

A Comissão considerou que as forças israelitas cometeram violência sexual e baseada no gênero com a intenção de humilhar e subordinar ainda mais a comunidade palestina. A Comissão concluiu que formas específicas de violência sexual e baseada no gênero faziam parte dos procedimentos operacionais das Forças de Segurança israelitas. O flagrante desrespeito pelo direito internacional em todo o território palestino ocupado impactou desproporcionalmente as crianças palestinas. Em Gaza, as Forças de Segurança israelenses mataram e mutilaram dezenas de milhares de crianças, e outras milhares provavelmente permanecem sob os escombros. Os ataques israelenses também afetaram severamente a infraestrutura essencial para o bem-estar das crianças, incluindo hospitais, escolas e serviços básicos.

Em relação ao ataque de 7 de outubro de 2023 em Israel, a Comissão considerou que o Hamas e outros grupos armados palestinos foram responsáveis pelos crimes de guerra de dirigir intencionalmente ataques contra civis, assassinato ou assassinato intencional, tortura, tratamento desumano ou cruel, destruir ou confiscar a propriedade de um adversário, ofensas à dignidade pessoal e fazer reféns. Crianças foram mortas, feridas e maltratadas física e emocionalmente e instrumentalizadas por agressores para fins de propaganda. A Comissão identificou padrões indicativos de violência sexual e concluiu que não se tratava de incidentes isolados, mas perpetrados de forma semelhante em vários locais por perpetradores palestinos, principalmente contra mulheres israelitas.

O Conselho de Segurança aprovou uma resolução na semana passada pedindo um cessar-fogo imediato, total e completo. A Comissão reiterou esse apelo e apelou à cessação total das hostilidades. A Comissão recordou a todas as partes que devem respeitar plenamente o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos na proteção de civis e objetos civis. Os ataques contra agências das Nações Unidas e atores humanitários devem parar. A Comissão prosseguirá as suas investigações sobre todos os crimes ao abrigo do direito internacional, com o objetivo de alcançar a justiça e a responsabilização.

A Comissão tinha solicitado a Israel que assegurasse o acesso imediato da Comissão à Faixa de Gaza para investigar e preservar provas, em conformidade com a ordem do Tribunal Internacional de Justiça de 24 de Maio. Israel ignorou o pedido. A Comissão acolheu favoravelmente e cooperou com os processos de responsabilização no Tribunal Internacional de Justiça e no Tribunal Penal Internacional. A Comissão também saudou a listagem de todas as partes em conflito no relatório de 2023 do secretário-geral sobre crianças e conflitos armados por cometerem graves violações dos direitos das crianças no território palestino ocupado e em

Israel. As partes listadas precisavam acabar imediatamente com todas as graves violações contra crianças.

Declarações dos países interessados

Uma representante de Israel, falando como um país preocupado, disse que ela era mãe de uma mulher de 23 anos que foi baleada pelo Hamas em 7 de outubro. Ela foi brutalmente arrastada pelos cabelos do carro ao longo da estrada. Isso foi há 257 dias. e 119 reféns ainda estavam incomunicáveis na Faixa de Gaza até hoje. Desde 7 de outubro, o mundo vinha sendo confrontado com a triste realidade da violência sexual ocorrida na data. No entanto, o relatório da Comissão de Inquérito não abordou essas contas. O recente relatório da Comissão de Inquérito banalizou a violência sexual vivida pelos reféns israelitas. Estes eram profundamente insensíveis e indicativos de um problema mais amplo; a relutância em enfrentar uma verdade incômoda. Os depoimentos dos reféns libertados foram ignorados pela reportagem.

A energia e os recursos devem ser assegurados para a libertação dos reféns e a reabilitação das vítimas. Sua filha tinha uma família que dedicava toda a vida à sua libertação. Isso foi verdade para todos os reféns mantidos em Gaza sem informações sobre suas condições, saúde e status. Os desaparecimentos forçados dos reféns pelo Hamas constituíram um tratamento cruel e desumano, uma realidade completamente ignorada pela Comissão de Inquérito. Todos devem estar do mesmo lado, do mesmo lado contra a tomada de reféns. Poder-se-ia fazer mais pelos reféns. Ela implorou ao Conselho que a ajudasse a abraçar sua filha novamente.

O Estado da Palestina, falando como um país preocupado, disse que o número de mortos em Gaza chegou a mais de 37.400 e há mais de 80.000 feridos, 72% dos quais eram mulheres e crianças. Na Cisjordânia, houve 553 mortos, incluindo 130 crianças, e mais de 5.200 feridos, e houve mais de 9.000 detidos desde 7 de outubro, dos quais 3.700 ainda estavam em prisões israelenses, incluindo 640 crianças. Além dos ataques diários e contínuos do exército de ocupação, outras violações foram cometidas contra os moradores de Jerusalém, incluindo o roubo contínuo de terras, a construção de assentamentos, o roubo de fundos palestinos e a ameaça de medidas punitivas. A potência ocupante continuou sua agressão e a guerra de genocídio contra o povo palestino, e isso foi confirmado no relatório.

O relatório referia-se ao deslocamento forçado de mais de 1.700.000 pessoas e a Comissão considerou que este ato também constituía um crime de guerra. A Comissão considerou que foram cometidos crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio contra civis palestinos por motivos raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos e de gênero. Os Estados precisavam assumir suas responsabilidades sob as Convenções de Genebra, a saber, a necessidade de conduzir investigações de tais crimes sob jurisdição doméstica e universal, bem como apoiar e cooperar plenamente com a investigação conduzida pelo Tribunal Penal Internacional. Os Estados precisavam interromper a transferência de armas para Israel.

Discussão

Na discussão, muitos oradores, entre outras coisas, disseram que o relatório refletia a terrível situação nos territórios palestinos ocupados, observando crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Muitos oradores condenaram as ações das forças israelitas contra o povo palestino. Cerca de 38.000 pessoas morreram no conflito, a maioria mulheres e crianças. Os ataques israelitas careciam de distinção e proporcionalidade e desrespeitavam totalmente as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Tribunal Internacional de Justiça.

Armamento pesado estava destruindo áreas superpovoadas, causando enormes danos à população civil. Israel precisava cessar o ataque a infraestruturas civis e civis.

Vários oradores constataram violações maciças dos direitos humanos por parte das autoridades israelitas em Gaza, Jerusalém e na Cisjordânia, incluindo atos de tortura, violência sexual, deslocamentos forçados e violência dos colonos. Essas ações constituíram uma punição coletiva ao povo palestino, disse um orador. Alguns oradores pediram uma investigação sobre a violência sexual e de gênero cometida durante o conflito. Esses crimes de guerra visavam degradar suas vítimas. Alguns oradores manifestaram ainda preocupação com o impacto desproporcionado do conflito nas crianças.

Alguns oradores descreveram os ataques em Gaza como genocidas. Os ataques de Israel nos últimos meses em Gaza foram insuportáveis, disse um orador. As mortes diárias em Gaza já haviam superado as de todos os outros conflitos do século XXI. Os oradores também expressaram preocupação com a expansão dos assentamentos na Cisjordânia, que minou a solução de dois Estados. A violência cometida por certos colonos contra o povo palestino era inaceitável e os perpetradores precisavam de ser responsabilizados. Os oradores opuseram-se à deslocamento forçado do povo palestino.

Alguns oradores condenaram o Hamas e os seus ataques de 7 de Outubro. O relatório mostrou que o Hamas cometeu crimes de guerra, violações do Direito Internacional Humanitário e crimes contra a humanidade, incluindo violência sexual generalizada. Muitos oradores apelaram à libertação imediata e incondicional de todos os reféns. Alguns oradores disseram que Israel tinha o direito de defender o seu território, mas esse direito precisava de ser exercido de acordo com o Direito Internacional Humanitário. Outros oradores disseram que os ataques não justificam a resposta desproporcional de Israel.

Vários oradores condenaram a não cooperação das autoridades israelitas com a Comissão de Inquérito e a proibição de entrada da Comissão de Inquérito na Faixa de Gaza. Estes oradores apelaram a Israel para que cooperasse com o mandato da Comissão.

Muitos oradores disseram que todas as partes em conflito precisavam implementar plenamente um cessar-fogo permanente sem demora e respeitar o direito internacional. Acabar com a crise de Gaza e a violência dos colonos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental foi crucial. Havia a necessidade de examinar as causas profundas do conflito e abordá-las.

Intervieram no debate sobre os territórios palestinos ocupados a Austrália, a Noruega em nome de um grupo de países, a União Europeia, a Venezuela em nome de um grupo de países, o Qatar em nome do Conselho de Cooperação do Golfo, o Paquistão em nome da Organização de Cooperação Islâmica, a Jordânia em nome da Liga dos Estados Árabes, o Uganda em nome do Movimento dos Não-Alinhados, Chile em nome de um grupo de países, Noruega em nome de um grupo de países, Gâmbia em nome de um grupo de Estados africanos, Türkiye, Chile, Kuwait, Egípto, Irlanda, Serra Leoa, Indonésia, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Japão, Marrocos, Liechtenstein, Maldivas, Luxemburgo, França, Alemanha, Argélia, Bélgica, Eslovénia, Arábia Saudita, Países Baixos, Espanha, Iraque, Bangladesh, Colômbia, Irão, Federação Russa e China.

Muitos oradores apelaram à responsabilização pelos crimes cometidos contra o povo palestino. É preciso reparar os crimes cometidos pela potência ocupante. Israel precisava de permitir a entrega de ajuda humanitária ao povo palestino. As restrições à ajuda estavam a causar fome. Os oradores apelaram a Israel para que respeite as decisões e medidas provisórias

aplicadas pelo Tribunal Internacional de Justiça e o mandato da Comissão e de todos os mecanismos internacionais competentes. Todos os Estados precisavam cooperar com as investigações do Tribunal Penal Internacional. Era necessária uma solução política negociada para alcançar a paz.

Alguns oradores congratularam-se com a adoção das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, incluindo a resolução 2735 recentemente adotada, e apelaram à sua aplicação. Todos os Estados precisavam cooperar com as Nações Unidas. Vários oradores condenaram qualquer forma de represália contra os Procedimentos Especiais por se manifestarem contra os crimes israelitas.

Os oradores fizeram perguntas sobre a forma como os Estados-Membros poderiam reforçar os mecanismos de responsabilização; como a crise de liquidez das Nações Unidas afetou o mandato da Comissão; como a Comissão estava cooperando com os tribunais internacionais; e se a Comissão encontrou provas de punição coletiva do povo palestino.

2. Diálogo Interativo com a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos para o Sudão. Um resumo pode ser encontrado [aqui](#). 19 de junho de 2024.

Discussão

No debate, alguns oradores, entre outras coisas, agradeceram à Missão de Inquérito pelo seu trabalho até agora e reconheceram as circunstâncias difíceis em que a Missão teve de começar a trabalhar. A crise de liquidez das Nações Unidas teve um impacto negativo na Missão, deixando-a sem pessoal. Mais do que nunca, foram necessários mecanismos independentes para monitorar e documentar as atrocidades repetidamente cometidas por ambos os lados do conflito no Sudão. Como tal, o trabalho da Missão foi crucial e enviou uma mensagem à população sudanesa de que eles não seriam esquecidos e que a responsabilização surgiria. Muitos oradores declararam apoiar a renovação do mandato da Missão.

Muitos oradores expressaram a sua profunda preocupação com os contínuos relatos de violência em massa contra civis, especialmente mulheres e crianças, incluindo violência sexual e baseada no género e limpeza étnica, resultando em milhões de deslocados internos e refugiados. Durante mais de um ano, o mundo foi testemunha de atrocidades angustiantes cometidas contra o povo do Sudão. Os relatos desde o início do conflito ficaram cada vez mais horripilantes e levaram à maior crise de deslocamento em todo o mundo.

Milhões estavam em fuga e milhões enfrentavam a fome. As partes beligerantes continuaram suas agendas egoístas de buscar a vitória militar sem levar em conta a defesa dos direitos básicos do povo sudanês. Milhões de civis foram torturados, atacados e mortos. Quase 10,8 milhões de pessoas foram deslocadas. Dezoito milhões de pessoas enfrentaram insegurança alimentar aguda, incluindo 14 milhões de crianças, e a fome foi instrumentalizada como arma de guerra. Os oradores expressaram preocupação com a escalada dos combates em El Fasher em áreas densamente povoadas. É hora de calar as armas.

Muitos oradores reafirmaram a sua solidariedade para com o Sudão nesta conjuntura crítica. Os esforços regionais e internacionais destinados à desescalada foram bem-vindos. Todas as partes foram instadas a dar prioridade à segurança e ao bem-estar dos civis, implementando um cessar-fogo imediato. Era inaceitável que os civis continuassem a ser visados neste conflito. Este cessar-fogo seria a base para abordar as causas profundas do conflito e alcançar justiça, reconciliação, estabilidade e paz duradoura. Alguns oradores apelaram à

implementação do acordo de Jeddah para proteger os civis. É necessário envidar mais esforços para intensificar a assistência humanitária a fim de chegar às pessoas necessitadas. Os oradores sublinharam que apoiam todas as iniciativas que possam pôr fim às hostilidades. O diálogo era a melhor opção disponível e era fundamental para alcançar a paz.

Vários oradores sublinharam que todas as violações dos direitos humanos devem ser investigadas, os perpetradores responsabilizados e as vítimas devem receber reparações. A responsabilização deve andar de mãos dadas com a procura de uma solução política para a terrível guerra. Alguns oradores instaram os países que fornecem armas às partes beligerantes do Sudão a interromperem esse fornecimento. A comunidade internacional foi convidada a assegurar que a Missão de Inquérito dispusesse de pessoal adequado e capaz de completar missões no terreno. O Governo sudanês foi instado a prosseguir a cooperação com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos e outros mecanismos de direitos humanos para alcançar uma paz duradoura.

A ajuda humanitária global e a redução da dívida eram vitais, uma vez que libertariam recursos para o desenvolvimento e a reconstrução. Os Estados-Membros devem apoiar os esforços do Sudão no sentido de uma paz duradoura, da reconciliação e do desenvolvimento. Era vital que todas as partes garantissem um acesso rápido, seguro, sem entraves e sustentado à assistência humanitária transfronteiriça e transfronteiriça para as agências das Nações Unidas, nomeadamente através da eliminação de obstáculos burocráticos e outros.

Muitos oradores reafirmaram a sua solidariedade para com o Sudão nesta conjuntura crítica. Os esforços regionais e internacionais destinados à desescalada foram bem-vindos. Todas as partes foram instadas a dar prioridade à segurança e ao bem-estar dos civis, implementando um cessar-fogo imediato. Era inaceitável que os civis continuassem a ser visados neste conflito. Este cessar-fogo seria a base para abordar as causas profundas do conflito e alcançar justiça, reconciliação, estabilidade e paz duradoura. Alguns oradores apelaram à implementação do acordo de Jeddah para proteger os civis. É necessário envidar mais esforços para intensificar a assistência humanitária a fim de chegar às pessoas necessitadas. Os oradores sublinharam que apoiam todas as iniciativas que possam pôr fim às hostilidades. O diálogo era a melhor opção disponível e era fundamental para alcançar a paz.

Vários oradores sublinharam que todas as violações dos direitos humanos devem ser investigadas, os perpetradores responsabilizados e as vítimas devem receber reparações. A responsabilização deve andar de mãos dadas com a procura de uma solução política para a terrível guerra. Alguns oradores instaram os países que fornecem armas às partes beligerantes do Sudão a interromperem esse fornecimento. A comunidade internacional foi convidada a assegurar que a Missão de Inquérito dispusesse de pessoal adequado e capaz de completar missões no terreno. O Governo sudanês foi instado a prosseguir a cooperação com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos e outros mecanismos de direitos humanos para alcançar uma paz duradoura.

A ajuda humanitária global e a redução da dívida eram vitais, uma vez que libertariam recursos para o desenvolvimento e a reconstrução. Os Estados-Membros devem apoiar os esforços do Sudão no sentido de uma paz duradoura, da reconciliação e do desenvolvimento. Era vital que todas as partes garantissem um acesso rápido, seguro, sem entraves e sustentado à assistência humanitária transfronteiriça e transfronteiriça para as agências das Nações Unidas, nomeadamente através da eliminação de obstáculos burocráticos e outros.

MONA RISHMAWI, *Membro da Missão Internacional Independente de Investigação para o Sudão*, disse que a comunidade internacional poderia apoiar o trabalho da Missão, fornecendo-lhe informações, facilitando o acesso às vítimas de violações dos direitos humanos, pressionando as partes beligerantes a pôr fim ao conflito e apoiando a sociedade civil a prestar assistência às vítimas do conflito e às pessoas deslocadas.

3. Diálogo interativo com a Relatora Especial sobre os direitos humanos das pessoas deslocadas internamente. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/06/more-68-million-people-were-internally-displaced-2023-due-violence-and?sub-site=HRC> 01 de julho de 2024.

Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial sobre os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente, disse que a cada ano, o número de deslocados internos em todo o mundo atingiu um recorde, com dezenas de milhões de pessoas lutando com as consequências devastadoras do deslocamento causado por novos conflitos, desastres mais frequentes e falta de responsabilização por abusos de direitos humanos. No final de 2023, havia 68,3 milhões de pessoas deslocadas internamente por conflitos e violência. Foi um aumento de 49% em relação a cinco anos atrás. Além das pessoas deslocadas por conflitos e violência, 7,7 milhões de pessoas foram deslocadas internamente no final de 2023 por causa de inundações, tempestades, terremotos, incêndios florestais e outros desastres. Abordar os fatores subjacentes ao deslocamento e implementar medidas de adaptação e mitigação climática era cada vez mais urgente.

A Sra. Betancur apresentou seu relatório sobre a realocação planejada de pessoas no contexto de desastres e os efeitos adversos das mudanças climáticas. Ela disse que cerca de 70% das pessoas deslocadas internamente estão em Estados frágeis e/ou afetados por conflitos que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Os Estados tinham a responsabilidade de desenvolver adaptação climática, medidas de mitigação e prevenção de desastres para manter os assentamentos humanos intactos sempre que possível. O relatório delineou os elementos cruciais de uma abordagem baseada nos direitos humanos para a realocação planejada, ao mesmo tempo em que oferece orientação para tais realocações no contexto de desastres e dos efeitos adversos das mudanças climáticas.

A Relatora Especial falou sobre a sua visita a Moçambique, e Moçambique tomou a palavra como país em causa.

No debate, alguns oradores observaram que muitos deslocamentos foram causados por conflitos e desastres naturais. Os Estados precisavam proteger os direitos das pessoas deslocadas internamente. A recolocação só deve ser utilizada como último recurso, de acordo com as normas internacionais e com base nos direitos humanos, com o consentimento informado das pessoas afetadas. Políticas de apoio necessárias para considerar as especificidades e estilos de vida dos povos indígenas e ser desenvolvidas em consulta com eles. Mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoas de orientação sexual e identidade de gênero diversas também foram desproporcionalmente afetadas pelo deslocamento e precisavam ser protegidas. Os Estados precisavam intensificar os esforços para enfrentar a tripla crise planetária, que havia causado altos níveis de deslocamento, particularmente em áreas costeiras e em pequenos Estados insulares.

4. O Conselho de Direitos Humanos realizou esta tarde um diálogo interativo com o Relator Especial sobre a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase (hanseníase) e seus familiares.

<https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/human-rights-council-discusses-elimination-discrimination-against-persons-affected?sub-site=HRC> 21 de junho de 2024.

Beatriz Miranda-Galarza, relatora especial para a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase (hanseníase) e seus familiares, disse que as pessoas afetadas pela hanseníase têm uma longa história de isolamento e exclusão e estão engajadas em uma luta contínua para serem reconhecidas como indivíduos com direitos. Ainda havia um longo caminho a percorrer para eliminar práticas e leis discriminatórias, especialmente em países onde a hanseníase era endêmica. Miranda-Galarza disse estar empenhada em apoiar os Estados no processo de revisão de sua legislação para alinhá-la aos principais instrumentos internacionais das Nações Unidas, facilitando o intercâmbio de boas práticas e promovendo a participação e consulta efetivas às pessoas afetadas pela hanseníase, suas famílias e suas organizações. Destacou também as barreiras existentes em vários países para ao acesso a medicamentos adequados aos tratamentos atualmente preconizados, resultando em mortes e incapacidades, assim como a falta de um conceito de cuidado integral aos afetados pela hanseníase e suas famílias, assim como o efeito negativo da eliminação das instituições especializadas em tratamento da hanseníase sem capacitar efetivamente os serviços em geral para diagnosticar e tratar a doença.

No diálogo, muitos oradores, entre outras coisas, parabenizaram a Relatora Especial por sua nomeação e saudaram seu primeiro relatório, que destacou as contínuas violações de direitos sofridas por indivíduos com hanseníase. Os oradores sublinharam o seu total apoio ao mandato e apelaram aos Estados para cooperarem com o Relator Especial, incluindo aceitando visitas a países. Os Estados devem agir de forma decisiva e abrangente para proteger os direitos de todas as pessoas afetadas pela hanseníase, incluindo as crianças. Isso incluiu a implementação e aplicação de leis e políticas antidiscriminação; garantir o acesso a serviços públicos inclusivos e equitativos, incluindo a educação; e investir em pesquisas para melhor compreender e atender às necessidades únicas de tratamento de crianças pequenas.

Intervieram no diálogo sobre a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares a União Europeia, Irã, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Kuwait, Egito, Japão, Portugal, Argélia, Nigéria, Bangladesh, Djibuti, China, Estados Unidos, Ordem Soberana de Malta, Costa do Marfim, Panamá, Brasil, Togo, Camarões, Venezuela, Angola, África do Sul, Organização Mundial da Saúde, Índia e Marrocos.

Também intervieram *Rencontre Africaine pour la défense des droits de l'homme*, *Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII* e *Interfaith International*.

5. Diálogo Interativo com a Relatora Especial sobre o Direito de Todos ao Gozo do Mais Alto Padrão Atingível de Saúde Física e Mental.

<https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/human-rights-council-starts-dialogue-drug-use-harm-reduction-and-right-health-and?sub-site=HRC>

O Conselho teve diante de si os relatórios da Relatora Especial sobre o direito de todas as pessoas ao gozo do mais elevado nível possível de saúde física e mental, sobre o consumo de

drogas, a redução dos danos e o direito à saúde (A/HRC/56/52), bem como sobre a sua visita ao Luxemburgo (A/HRC/56/52/Add.1) e a sua visita à Costa Rica (A/HRC/56/52/Add.2).

TLALENG MOFOKENG, Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, disse que seu quarto relatório temático ao Conselho se concentrou no uso de drogas, redução de danos e o direito à saúde. A sua intervenção centrar-se-ia também em duas visitas ao Luxemburgo e à Costa Rica. Era crucial distinguir entre o consumo de droga e as perturbações relacionadas com o consumo de droga; o uso de drogas não era uma condição médica. Os transtornos relacionados ao uso de drogas, incluindo a dependência de drogas, eram condições médicas que exigiam suporte e tratamento adequados. O relatório concentrou-se em como a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde foram afetadas por abordagens punitivas e explorou como o controle de drogas afetou desproporcionalmente certos direitos e indivíduos.

A não adoção de uma abordagem baseada nos direitos humanos para lidar com o uso de drogas teve impactos negativos, especialmente naqueles em situação de rua ou pobreza, pessoas com problemas de saúde mental, profissionais do sexo, mulheres, crianças, pessoas vivendo com HIV e pessoas que vivem em áreas rurais, entre outros. A criminalização era uma opção única dentro de um espectro regulatório. Os marcos regulatórios precisavam ser desenvolvidos de forma coesa pelos Estados, dependentes de evidências científicas e sem influência indevida das corporações. Devem ser tomadas todas as medidas necessárias para implementar as Regras Nelson Mandela. Além disso, as Regras de Bangucoque e as Regras de Pequim eram aplicáveis a mulheres e crianças privadas de liberdade.

Mulheres usuárias de drogas estavam sujeitas a maiores taxas de violência. Assim, era necessária a integração dos serviços de redução de danos com os de violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva. Cerca de 1 em cada 10 novas infecções por HIV resultou do uso de drogas por injeção, mas mais de 92 países tinham leis penais relacionadas ao HIV. Mofokeng exortou todos os Estados a aderirem aos princípios de direitos humanos ao negociar a resolução sobre "direitos humanos no contexto do HIV e da AIDS". Tanto para situações de emergência conflituosas quanto para as de não conflito, o acesso a medicamentos controlados foi um elemento-chave do direito à saúde. As percepções discriminatórias da dor e de quem "merecia" alívio levaram a uma falha em garantir o acesso a medicamentos essenciais para o alívio da dor e transtornos relacionados ao uso de drogas e ameaçaram a realização dos direitos à saúde.

A redução dos danos incluiu uma vasta gama de políticas, programas e práticas destinadas a minimizar os impactos negativos na saúde, sociais e legais associados ao consumo de drogas, às leis e políticas em matéria de droga. As medidas de redução de danos centraram-se igualmente na eliminação das sanções penais aplicáveis às infrações relacionadas com a droga. Mofokeng disse apoiar a descriminalização total do uso de drogas, dizendo que era importante acabar com a "guerra às drogas", pois era uma guerra contra as pessoas. Os Estados devem avaliar a possibilidade de criar um mecanismo mandatado para monitorar a situação das políticas de drogas e dos direitos humanos.

A Sra. Mofokeng estendeu gratidão aos Governos de Luxemburgo e Costa Rica por convidá-la a avaliar a realização do direito à saúde em seus países.

Em sua visita a Luxemburgo, ela elogiou as autoridades pelo projeto adotado em outubro de 2022 sobre Cobertura Universal de Saúde, com o objetivo de garantir o acesso a cuidados básicos de saúde para grupos vulneráveis da população que não tinham seguro de saúde obrigatório. Elogiou as autoridades pela adoção do acordo entre o Governo e os Fundos

Nacionais de Saúde implementado a partir de abril de 2023, que garantiu o acesso a contraceptivos e sem limite de idade. No entanto, a carga administrativa imposta a algumas associações era grande e a base para muitas interações entre ministérios e departamentos era a confiança e a dependência das relações individuais, decorrentes do facto de o Luxemburgo ser um país pequeno. Seria benéfico se os acordos entre entidades pudessem ser codificados em lei para garantir a perenidade das boas práticas. Havia também a necessidade de garantir a qualidade e a coleta oportuna de dados adequadamente desagregados para subsidiar políticas públicas.

Em relação à visita à Costa Rica, a Sra. Mofokeng ficou satisfeita em saber sobre os esforços que o Governo fez desde 2016 para avançar em direção à cobertura universal de saúde e à inclusão de um número importante de pessoas pertencentes a grupos marginalizados. A resposta eficiente do país à pandemia de COVID-19 foi possível graças a investimentos históricos e apoio político ao sistema de saúde. Durante as entrevistas, incluindo uma visita a uma unidade de saúde mental, houve um consenso geral de que a saúde mental estava sob pressão, tanto em relação às experiências da população quanto à resposta do sistema de saúde. Mofokeng pediu uma mudança para a descriminalização total do aborto; as restrições penais e legais eram de natureza discriminatória.

Ao concluir as observações, a Sra. Mofokeng disse que esperava continuar a cooperação para garantir que todos em todo o mundo pudessem realizar o pleno gozo do direito ao mais alto padrão atingível de saúde física e mental.

Declarações dos países em causa

A Costa Rica, falando como um país preocupado, disse que a Costa Rica estava grata pelo reconhecimento ao longo do relatório de algumas ações positivas, boas práticas e alguns esforços feitos no país no campo da saúde. No entanto, o relatório não refletia plenamente a realidade neste domínio.

A promoção e proteção do direito humano à saúde foi um pilar fundamental no desenvolvimento da Costa Rica. O investimento em saúde estava entre os maiores da região e o Estado vinha se esforçando há décadas para alcançar o acesso universal ao sistema de saúde. Quase 95% da população estava coberta por planos de saúde; os gastos públicos nessa área variaram entre 5,3% e 5,6% do Produto Interno Bruto. A seguridade social foi incorporada a todos os serviços de saúde; atendia pessoas em situação de extrema pobreza e em todos os níveis da sociedade. Foi concedido um seguro de saúde abrangente aos refugiados e requerentes de asilo. Havia uma lei que estabelecia uma resposta abrangente ao HIV em áreas públicas e privadas. O Estado estava combatendo a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero para que todas as pessoas, incluindo grupos vulneráveis, pudessem desfrutar do mais alto nível de saúde física e mental.

A Costa Rica modernizou sua abordagem para a prestação gratuita de saúde, incluindo a prestação de serviços de saúde reprodutiva e contraceção. A gravidez na adolescência havia caído por causa desses esforços. Também foram implementadas medidas para reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil. A Costa Rica continuará a envidar esforços para promover os direitos humanos. O Estado enfrentou uma série de desafios após a pandemia da Covid-19 e continuou a enfrentá-los.

O Luxemburgo, falando como país em causa, manifestou o seu total apoio ao mandato do Relator Especial. Saudou calorosamente a visita do Relator Especial. O Relator Especial

realizou cerca de 15 reuniões com intervenientes estatais e a sociedade civil luxemburguesa. A visita ocorreu na esteira da pandemia de COVID-19, que foi particularmente devastadora e custou um número significativo de vidas. A resposta à pandemia demonstrou a resiliência do sistema de saúde luxemburguês, um sistema centrado na pessoa, inclusivo e acessível. O Luxemburgo estava plenamente empenhado em alcançar o objetivo da cobertura universal de saúde e em garantir o acesso aos cuidados de saúde, especialmente para as populações mais vulneráveis.

Os planos de ação de saúde do Estado foram objeto de uma avaliação intermediária por especialistas externos e internacionais, cujos resultados foram tornados públicos. A Direcção de Saúde estava também a planear uma avaliação dos programas de promoção e prevenção da saúde, que deveria ser realizada de quatro em quatro anos. O Luxemburgo tomou nota das observações do Relator Especial sobre os encargos administrativos impostos às organizações não governamentais, mas observou que os processos administrativos visavam assegurar a transparência no que respeita à utilização dos fundos governamentais. Em todos os sectores, o Luxemburgo aspirava a tornar os seus procedimentos administrativos tão simples e eficientes quanto possível.

O Luxemburgo estava empenhado em construir uma sociedade mais justa, aberta e inclusiva, tanto a nível nacional como internacional. Oferecia serviços por meio de parceiros contratados abrangendo múltiplos temas relacionados à saúde mental e física. O Estado congratulou-se com a cooperação entre os vários organismos estatais e não estatais. Tomou devida nota das recomendações feitas no relatório e redobrar os esforços para reforçar o direito ao acesso à saúde, incluindo a saúde mental.

Discussão

Na discussão, alguns oradores, entre outras coisas, agradeceram à Relatora Especial por seu relatório e elogiaram seus esforços para garantir o direito à saúde para todos. O seu relatório defendia a necessidade de adoptar uma abordagem baseada nos direitos humanos e baseada em dados concretos para a política de droga e a utilização da redução de danos em relação ao consumo de droga. O consumo de droga foi um importante problema de saúde pública que exacerbou as desigualdades e afetou desproporcionalmente as pessoas em situação vulnerável. A criminalização das pessoas com transtornos relacionados ao uso de drogas impediu-as de acessar o tratamento e a terapia tão necessários, levando a uma saúde precária da comunidade. A remoção de barreiras estruturais de acesso aos serviços traria melhores resultados de saúde para os indivíduos e para a sociedade.

Muitos oradores disseram apoiar o apelo do Relator Especial para a prestação de serviços de redução de danos não discriminatórios e sensíveis às questões de género, que tenham em conta o impacto desproporcionado nas pessoas em situação mais vulnerável e marginalizada. Uma abordagem baseada nos direitos humanos para esta questão era vital; O acesso equitativo e universal aos serviços de saúde era um direito fundamental. Havia a necessidade de desenvolver sistemas de saúde capazes de oferecer assistência de qualidade para todos, incluindo a promoção da saúde mental. Os governos tinham a responsabilidade de fortalecer políticas públicas efetivas que garantissem a inclusão, o cuidado, o respeito e a não discriminação das pessoas usuárias de drogas.

Alguns oradores condenaram os atos de crimes internacionais contra hospitais em zonas de conflito. A proteção dos estabelecimentos de saúde foi de suma importância; O ataque aos sistemas de saúde e às instalações médicas tem de acabar.

Muitos oradores destacaram os compromissos nacionais para fornecer estratégias de redução de danos e prevenção que garantam a saúde e o bem-estar de todos os cidadãos. Estes incluíram estratégias de drogas; quadros políticos e prioridades; colaboração comunitária; planos estratégicos de saúde; integração da saúde mental na atenção primária à saúde; Terapia de reposição de metadona e programas de agulhas e seringas nas prisões; e reintegração pós-tratamento de dependentes químicos, entre outros.

6. Diálogo Interativo com o Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes

<https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/special-rapporteur-tells-human-rights-council-669-billion-remittances-migrants-2023?sub-site=HRC>

O Conselho tem diante de si o relatório do Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes sobre a **revisitação das contribuições dos migrantes para as sociedades com uma abordagem baseada nos direitos humanos: uma análise sobre os fatores facilitadores e dificultadores** [A/HRC/56/54](#)

Apresentação do Relatório

GEHAD MADI, *Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes*, disse que foi um prazer dirigir-se ao Conselho pela primeira vez como Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes. A promoção e proteção dos direitos humanos dos migrantes foi crucial, numa altura em que o discurso político em torno da migração tinha tomado um rumo negativo, inflamatório e divisivo.

Muitas histórias de sucesso nos séculos XIX e XX apresentaram migrantes que superaram as adversidades, estimularam o empreendedorismo e a criação de empregos e contribuíram para moldar países prósperos e de alta renda. Hoje, critérios rígidos de imigração impediriam muitos desses indivíduos de migrar regularmente. As narrativas hostis, desumanizadoras e criminalizadoras que agora cercam os migrantes demonstraram falta de compreensão. Nesse contexto, Madi disse que seu primeiro relatório ao Conselho se concentrou em visitar as contribuições dos migrantes para as sociedades com uma abordagem baseada em direitos humanos para fornecer uma análise sobre os fatores facilitadores e dificultadores.

Os migrantes eram detentores de direitos e seus direitos deveriam ser plenamente respeitados e protegidos, independentemente das contribuições que fizeram à sociedade. Madi pediu aos Estados-Membros e às partes interessadas que voltem a centrar a atenção nas contribuições dos migrantes e as avaliem com um quadro abrangente que abranja o enriquecimento sociocultural, o envolvimento cívico-político e os benefícios económicos. Os migrantes impulsionaram o crescimento sociocultural em seus países de origem através da transferência de "remessas sociais", ideias, valores e práticas. Eles contribuíram para a economia, com taxas de participação na força de trabalho mais altas do que os não migrantes, e formaram uma parcela fundamental da força de trabalho, com 4,9% em 2019 e mais de 41% nos Estados árabes.

Os migrantes podem contribuir para a flexibilidade do mercado de trabalho de um país, muitas vezes suprimindo a escassez crítica de mão de obra, desde posições altamente qualificadas em setores como tecnologia e cuidados de saúde, até funções essenciais na agricultura e nos setores de serviços. As remessas de migrantes desempenharam um papel vital nas economias dos países de baixa e média renda, atingindo US\$ 669 bilhões em 2023, o que excedeu o investimento estrangeiro direto e superou a assistência oficial ao desenvolvimento.

Antes vistos como uma força econômica e social positiva, os migrantes agora eram cada vez mais vistos como uma ameaça à segurança que precisava ser controlada. Ao mesmo tempo, muitos países adotaram políticas de imigração seletivas, com uma visão divisiva de migrantes "desejáveis" e "indesejáveis", e criando desigualdades brutais em termos de acesso à migração regular. As pessoas em países de baixa renda, em particular países africanos, foram mais severamente restringidas em seu acesso aos benefícios da migração e sua capacidade de contribuir como migrantes em todo o mundo. Isso exacerbou as desigualdades globais.

Os migrantes depararam-se frequentemente com discriminação e xenofobia tanto nos países de trânsito como nos países de destino, reduzindo as suas perspectivas de emprego, o acesso a serviços e a inclusão social. Os migrantes em situação irregular constataram frequentemente que os seus direitos humanos não eram reconhecidos, afetando a sua segurança, dignidade e capacidade de participar e contribuir para a sociedade.

O relatório concluiu que apoiar uma narrativa baseada em evidências sobre migração era crucial para defender os direitos dos migrantes e garantir que suas contribuições fossem reconhecidas e valorizadas. Madi convidou os Estados a refletir sobre como superar os obstáculos que impediam a realização das contribuições dos migrantes nas comunidades de origem, trânsito e destino; como promover as contribuições socioculturais, cívico-políticas e econômicas dos migrantes nas sociedades de origem, trânsito e destino; e como promover uma narrativa baseada em evidências sobre migração, entre outros. Desde que assumiu o cargo, ele expressou interesse a vários Estados para uma visita oficial e agradeceu ao Kuwait e ao Canadá por sua disposição de receber seu mandato.

Discussão

No diálogo que se seguiu, os oradores, entre outras coisas, saudaram o primeiro relatório do Relator Especial ao Conselho. Muitos oradores disseram partilhar as preocupações do relator especial em relação ao aumento do discurso político de extrema-direita e das narrativas xenófobas sobre os migrantes, particularmente nas redes sociais. O discurso político em torno da migração foi usado para disseminar desinformação e promover discurso de ódio e intolerância e xenofobia. Tais narrativas precisavam ser combatidas com informações baseadas em evidências. Não houve relação entre migração e criminalidade. Os oradores afirmaram a responsabilidade dos Estados de defender os direitos dos migrantes e combater a xenofobia e a desinformação.

Alguns oradores disseram que a migração é um direito humano que não deve ser criminalizado. Os Estados precisavam comunicar os benefícios que os migrantes proporcionavam às sociedades. A migração enriqueceu culturas e ajudou a incentivar a inovação, o crescimento econômico e o desenvolvimento. As remessas internacionais superaram a ajuda oficial ao desenvolvimento para impulsionar o desenvolvimento nos países em desenvolvimento pela primeira vez este ano. Os migrantes também ajudaram a construir comunidades e forças de trabalho mais fortes, contribuindo com suas habilidades e experiência. Uma migração bem gerida promoveu a coesão social.

Todos os Estados precisavam defender o princípio da não devolução. Um orador disse que os países desenvolvidos deveriam fornecer mais apoio aos países em desenvolvimento para abordar as questões migratórias e expressou preocupação com o tratamento dos migrantes em alguns países desenvolvidos.

Um orador disse que as mulheres migrantes muitas vezes enfrentavam dificuldades para obter autorizações de trabalho, corriam maior risco de abuso e muitas vezes recebiam proteção social negada. O direito das mulheres de migrar não deve ser limitado. Os direitos das mulheres migrantes a autorizações de trabalho, proteção social e apoio deviam ser respeitados.

Outro orador disse que as crianças migrantes estão na vanguarda dos apelos por uma maior proteção dos direitos dos migrantes. As crianças em movimento precisavam ser protegidas para que pudessem contribuir com suas comunidades de acolhimento. Todas as partes interessadas relevantes precisavam reconhecer os danos causados por narrativas inflamatórias sobre crianças migrantes e combatê-los. Eles também precisavam envidar esforços para proteger os direitos das crianças.

Na agricultura, disse um orador, os migrantes muitas vezes trabalhavam informalmente ou com vistos apertados. Eles tinham acesso limitado à proteção social e muitas vezes viviam em moradias inadequadas. Estavam em maior risco de exploração e abuso sexual, especialmente as mulheres. Políticas e medidas eram necessárias para proteger os direitos dos trabalhadores migrantes no setor agrícola e promover rotas de migração seguras e regulares para os trabalhadores rurais.

Alguns oradores falaram dos esforços nacionais para combater o tráfico de pessoas. Alguns disseram que forneciam abrigo, serviços básicos e segurança social para os migrantes e haviam reformado o sistema de regulação sobre migração. Alguns oradores disseram que protegiam os direitos laborais dos migrantes e promoviam oportunidades de emprego formal para os migrantes; também promoveram a integração dos migrantes na sociedade.

Alguns oradores apelaram a todos os Estados para que ratifiquem a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias e implementem o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular.

Um orador afirmou que as conquistas dos migrantes não devem ser exageradas. A interação entre os migrantes e as sociedades de acolhimento deve ser uma via de mão dupla e os direitos dos migrantes devem ser equilibrados com os direitos dos nacionais. O orador instou o Relator Especial a considerar esta questão em futuros relatórios.

Houve uma reação preocupante contra os migrantes nas fronteiras em alguns países, disseram alguns oradores. Os retrocessos dos migrantes precisavam acabar.

Os oradores perguntaram sobre a forma como os Estados poderiam cooperar para garantir a proteção dos migrantes, inclusive nas áreas fronteiriças; como os Estados poderiam cooperar para combater a xenofobia e a estigmatização dos migrantes; como os Estados poderiam combater a desinformação e a discriminação dos migrantes nas redes sociais; como todos poderiam compreender melhor os impactos amplamente positivos dos migrantes na sociedade; e como os Estados poderiam garantir estratégias e políticas públicas bem-sucedidas para o desenvolvimento de narrativas positivas sobre os migrantes.

Observações intermediárias

GEHAD MADI, *relator especial sobre os direitos humanos dos migrantes*, disse que seu mandato se opõe firmemente e condena o uso dos migrantes como uma ferramenta política. Os direitos dos migrantes devem ser respeitados e protegidos por todos os Estados. As medidas governamentais não devem afetar negativamente os direitos humanos dos migrantes. A

legislação antidiscriminação, incluindo a legislação que penalizava os crimes de ódio, foi crucial para reduzir a intolerância contra os migrantes e responsabilizar os perpetradores. Apoiar uma narrativa baseada em evidências sobre migração foi crucial para defender os direitos dos migrantes.

As redes sociais podem servir como uma plataforma poderosa para ampliar as contribuições dos migrantes e suas histórias. A presença de migrantes em um país poderia trazer oportunidades, dependendo de como os países de trânsito os tratavam e de quão aberta a sociedade estava para recebê-los; pode ser uma situação vantajosa para todos a este respeito. Madi disse ter recebido informações de que campanhas financiadas por alguns governos estavam focadas em comunicar as contribuições dos migrantes e suas histórias inspiradoras. Esses depoimentos foram campanhas vitais para ajudar o público a se conectar e ter empatia com as pessoas afetadas. Os governos deveriam considerar direcionar uma fração dos orçamentos de segurança para esse tipo de campanha que promovesse a coesão social e o respeito.

Discussão

Continuando o diálogo, alguns oradores, entre outras coisas, disseram que os migrantes são detentores de direitos, independentemente de seu status migratório. Vários oradores registaram os contributos positivos que os migrantes deram tanto aos seus países de origem como aos países de acolhimento. A migração promoveu a paz, a prosperidade e o enriquecimento cultural. As remessas de migrantes eram uma tábua de salvação potencial para os países em desenvolvimento.

Houve uma falta de reconhecimento das contribuições feitas pelos migrantes para suas comunidades em muitos Estados, disseram os palestrantes. O aumento da desinformação e da desinformação sobre os migrantes distorceu a percepção pública sobre eles e os colocou em alto risco de abuso. Era preocupante que tivesse havido um grande aumento dos ataques da extrema-direita contra os migrantes nos últimos anos. Quanto mais a migração aumentava, mais os direitos dos migrantes eram violados, observou um orador. Narrativas nocivas sobre migrantes precisavam ser combatidas com discursos baseados em evidências e direitos humanos. Os Estados precisavam harmonizar as políticas relativas à migração, adotar uma abordagem baseada nos direitos humanos para gerenciar a migração e garantir rotas migratórias seguras e a dignidade dos migrantes. Um orador apelou aos Estados-Membros para que abordassem os motores da migração.

Alguns oradores apresentaram esforços nacionais para promover o acesso dos migrantes à justiça, segurança social, cuidados de saúde e educação; adotar políticas humanas em matéria de migração; incentivar a integração dos migrantes nas comunidades de acolhimento; combater narrativas xenófobas sobre migrantes; implementar o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular; promover a migração regular; organizar eventos culturais para promover os direitos dos migrantes; incentivar o regresso da diáspora às suas pátrias e permitir a representação da diáspora nos órgãos políticos; desenvolver leis de combate ao tráfico de pessoas; incentivar a participação dos migrantes no desenvolvimento de políticas que os afetem; e desenvolver ferramentas digitais para gerenciar a migração e conectar empregadores estrangeiros a agências de emprego.

A situação dos refugiados e requerentes de asilo em alguns países é particularmente preocupante, disse um orador. A defesa do princípio da não repulsão e a aceleração dos procedimentos de asilo continuaram a ser essenciais. Alguns palestrantes apresentaram

esforços para implementar as promessas feitas no Fórum Global de Refugiados, fornecer comida, água e abrigo a refugiados e solicitantes de asilo e ajudar seu reassentamento. Os doadores internacionais precisavam de prestar um maior apoio aos países em desenvolvimento que acolhem grandes populações de refugiados.

Alguns oradores afirmaram que as medidas coercivas unilaterais estavam a incentivar a migração irregular. Um orador apelou ao Relator Especial para se concentrar na migração irregular e no fardo que os migrantes irregulares colocam sobre as comunidades de acolhimento num futuro relatório.

Alguns oradores perguntaram sobre exemplos de políticas para defender os direitos dos migrantes; e medidas que os países de acolhimento poderiam tomar para proteger os migrantes de abusos.

7. Diálogo Interativo com o Relator Especial sobre a Independência dos Juizes e Advogados <https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/human-rights-council-starts-interactive-dialogue-independence-judges-and-lawyers?sub-site=HRC>

O Conselho teve diante de si os relatórios da Relatora Especial sobre a independência dos juizes e advogados, Margaret Satterthwaite, sobre **a salvaguarda da independência dos sistemas judiciais face aos desafios contemporâneos à democracia (A/HRC/56/62)** e sobre a sua **visita ao Montenegro (A/HRC/56/62/Add.1)** e **visita à Mongólia (A/HRC/56/62/Add.2)**.

Apresentação de Relatórios

MARGARET SATTERTHWAITE, *relatora especial sobre a independência de juizes e advogados*, começando com suas duas visitas oficiais ao país, disse que visitou Montenegro de 19 a 26 de setembro do ano passado. O Montenegro tinha feito progressos consideráveis na reforma do seu quadro institucional e legislativo, especialmente desde o início do processo de adesão à União Europeia. As emendas constitucionais de 2013 e a nova legislação que regulamenta a carreira judiciária e do Ministério Público contribuíram para a despolitização do Judiciário e do Ministério Público. Também houve avanços significativos no combate à corrupção e ao crime organizado.

No entanto, o sistema de justiça do Montenegro continuou a enfrentar lacunas legislativas, deficiências institucionais e problemas práticos que minaram a independência e a imparcialidade do poder judicial e do Ministério Público e limitaram ou impediram o acesso à justiça. A Sra. Satterthwaite encorajou o Montenegro a prosseguir a sua reforma do sistema judicial, em conformidade com as normas e padrões existentes relativos à independência do poder judicial, à autonomia do Ministério Público e ao Estado de direito. Políticos e funcionários do Estado devem abster-se de declarações sobre o Judiciário e o Ministério Público que possam configurar interferência. A Sra. Satterthwaite apelou às autoridades montenegrinas para que garantam que os prestadores de assistência jurídica estejam sujeitos aos códigos de conduta profissional aplicáveis e para que estabeleçam mecanismos de supervisão adequados para os prestadores de assistência jurídica.

Satterthwaite disse que visitou a Mongólia de 6 a 15 de novembro de 2023. Ela reconheceu os esforços da Mongólia, e suas muitas conquistas, na reforma de seu judiciário desde a transição do país para a democracia e a adoção de sua Constituição em 1992. As emendas constitucionais em 2019 e a promulgação da nova lei dos tribunais em 2021 trouxeram várias mudanças importantes para fortalecer a independência do Judiciário. Durante a visita, a Sra. Satterthwaite saudou os esforços em andamento para revisar os Códigos Penais e um novo

projeto de lei sobre a criação de tribunais que estava em consideração, incluindo disposições para abordar a importância do acesso oportuno e sem obstáculos a advogados.

O subfinanciamento crônico foi o problema mais relatado. Satterthwaite pediu à Mongólia que destinasse uma porcentagem de seu orçamento ao Judiciário. A falta de confiança do público no Judiciário era preocupante, e ela saudou as medidas que a Mongólia tomou para resolver isso, como fornecer um simples resumo das decisões judiciais. A Mongólia deveria considerar a criação de um órgão independente, semelhante ao Conselho Geral Judicial, para o Ministério Público, com poderes para supervisionar a nomeação, disciplina e demissão. A Sra. Satterthwaite apelou às autoridades mongóis para que garantam a capacidade dos advogados de defesa de desempenharem o seu papel crucial, garantindo que tenham acesso rápido, desimpedido e eficaz aos processos e aos seus clientes.

Satterthwaite disse que o relatório temático abordou o papel vital desempenhado por sistemas e funcionários de justiça independentes, juízes, promotores, advogados e trabalhadores da justiça comunitária na salvaguarda da democracia. A participação democrática na vida política era um direito humano essencial. A participação política foi também um instrumento para proteger e promover outros direitos humanos fundamentais.

Este ano, 2024, foi descrito como o maior ano eleitoral da história, um marco para a democracia em que quase metade da população mundial votaria. No entanto, a pesquisa mostrou que os principais indicadores de democracia significativa, incluindo a adesão ao Estado de Direito e a existência de controles sobre o poder do governo, estavam em declínio em todo o mundo. Cada vez mais, os governos que chegaram ao poder por meio de eleições legítimas mais tarde exerceram seu poder para minar os sistemas e direitos democráticos. Em muitos Estados, tais ataques à democracia tiveram como alvo os sistemas e os atores da justiça.

Duas descobertas importantes do relatório incluíram: as muitas razões pelas quais os sistemas de justiça independentes eram importantes para manter uma democracia significativa e os extensos desafios que esses sistemas enfrentaram quando tentaram desempenhar esse papel. Os sistemas de justiça defendiam o Estado de Direito, que exigia que os governos agissem de acordo com o poder que lhes era conferido pelo povo. Sistemas de justiça independentes garantiram que todas as pessoas fossem iguais perante a lei, incluindo governos e líderes políticos. Os sistemas de justiça também desempenharam um papel fundamental na garantia de eleições livres e justas, julgando disputas sobre a lisura e legalidade dos processos eleitorais.

O relatório identificou quatro categorias diferentes de ameaça aos sistemas de justiça: captura, contenção, instrumentalização e ataques. A captura de tribunais e associações de advogados envolveu reformas que diminuíram sua independência e aumentaram o controle político, com o impacto de que esses sistemas não poderiam mais atuar como um controle efetivo sobre o poder do governo. A contenção se deu por meio de mudanças legais que reduziram sistematicamente o poder de atuação dessas instituições. A instrumentalização implicava o abuso dos sistemas de justiça para influenciar ou controlar o pessoal da justiça individual através de processos e processos disciplinares politicamente motivados, ou manipulando as condições de serviço.

Finalmente, os operadores de justiça individuais podem ser sujeitos a ataques e interferências, tais como depreciação pública por parte de funcionários do governo, assédio e ameaças, e até mesmo detenção arbitrária, tortura, desaparecimento forçado, violência física e assassinato. Esse direcionamento a juízes individuais, promotores, advogados e trabalhadores da justiça comunitária poderia servir como punição, retribuição ou advertência por seu trabalho

para desafiar a legalidade da ação do governo, representar oponentes políticos ou defender direitos humanos fundamentais.

Discussão

Na discussão sobre a independência de juízes e advogados, alguns oradores, entre outras coisas, agradeceram à Relatora Especial por seu compromisso em defender a independência de advogados e juízes, expressando apoio ao seu mandato. Sublinharam o seu apoio ao trabalho do Relator Especial na documentação de ataques e violações contra juízes, advogados e procuradores e na formulação de recomendações valiosas aos Estados-Membros. Os oradores concordaram com o seu relatório sobre o papel fundamental da democracia na proteção dos direitos humanos.

A independência dos juízes e dos advogados era uma pedra angular do Estado de direito e um pré-requisito para uma democracia funcional. Garantiu que o Judiciário pudesse operar sem influência indevida, pressão, ameaças ou outras interferências, o que era essencial para a administração justa da justiça e a proteção dos direitos humanos. Um poder judicial e uma profissão jurídica independentes eram indispensáveis para a plena e equitativa realização dos direitos humanos e para o funcionamento da democracia e do Estado de direito.

Em seu relatório, a relatora especial havia destacado que a separação de poderes era uma das regras básicas da democracia, disse um orador. Sua ausência representava um risco potencial de abuso de poder. Alguns oradores salientaram a importância de processos legislativos transparentes, responsáveis e democráticos; proteção jurisdicional efetiva, incluindo o acesso à justiça por tribunais independentes e imparciais; e a separação de poderes. O Estado de Direito foi fundamental para o avanço da democracia. Eleições livres, honestas e justas eram essenciais para um Estado democrático.

Muitos oradores disseram reconhecer o imenso papel de um poder judicial nacional independente na contribuição para uma sociedade justa e para a igualdade perante a lei, para todos. O respeito pelas decisões judiciais, nomeadamente a nível nacional, promoveu a segurança jurídica e apoiou o funcionamento estável de um Estado e o bem-estar do seu povo. Reforçar e apoiar a independência e a integridade do sistema judicial, incluindo o funcionamento sem influências ou ameaças indevidas, foi fundamental face ao retrocesso democrático.

Embora tenha havido saltos, o retrocesso contra a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, o fechamento do espaço cívico e o retrocesso na democracia precisavam ser abordados, disseram alguns oradores. Surgiram também novas oportunidades e riscos, nomeadamente ligados à evolução tecnológica e aos desafios ambientais globais. O pessoal judicial e jurídico deve poder desempenhar as suas funções sem temer pela sua segurança física ou liberdade. Salvaguardar os direitos humanos e a segurança de juízes e advogados foi fundamental.

Vários oradores condenaram os processos por motivos políticos contra juízes e advogados. Qualquer ato de violência ou ameaça de violência, ou qualquer forma de intimidação, coerção ou interferência inadequada contra juízes, promotores ou advogados deve ser devidamente investigado. Alguns oradores manifestaram a sua preocupação com a crescente utilização da legislação para facilitar a influência política sobre as nomeações judiciais. Todos os Estados precisavam implementar plenamente leis que garantissem a independência da justiça e o respeito ao Estado de Direito.

Muitos oradores fizeram perguntas ao Relator Especial durante o debate. Entre elas, se ela tivesse identificado padrões comuns em ameaças ou assédio físico, legal e digital que visavam especificamente mulheres que atuam como juízas e advogadas? Poderá o Relator Especial partilhar outras boas práticas com uma abordagem intercultural que contribua para aproximar os sistemas de justiça dos cidadãos?

8. Diálogo Interativo com o Grupo de Trabalho sobre a Questão dos Direitos Humanos e das Empresas Transnacionais e outras Empresas Empresariais.

<https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/addressing-human-rights-council-special-rapporteur-calls-states-respect-and-protect?sub-site=HRC>

O Conselho teve diante de si os relatórios do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais, sobre **os investidores, as abordagens ambiental, social e de governação e os direitos humanos (A/HRC/56/55)** e sobre a sua **visita ao Japão (A/HRC/56/55/Add.1)**.

ROBERT MCCORQUODALE, *Presidente do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais*, disse que o relatório temático do Grupo de Trabalho ressaltou a necessidade urgente de os investidores implementarem os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos. A maioria dos atores financeiros não conseguiu conectar padrões e processos de direitos humanos com critérios ambientais, sociais e de governança e práticas de investimento. Isso ocorreu devido à falta de compreensão predominante no setor de que os critérios sociais, e muitos indicadores ambientais e de governança, refletiam questões de direitos humanos. O relatório do Grupo de Trabalho procurou, assim, aumentar a conscientização sobre a responsabilidade dos investidores em respeitar os direitos humanos, esclarecer as responsabilidades básicas dos investidores sob os Princípios Orientadores e fornecer recomendações sobre como os Princípios Orientadores poderiam ser aplicados pelos investidores em suas abordagens ambientais, sociais, de governança e sustentabilidade.

Os dados sobre investidores, abordagens ambientais, sociais e de governança eram insuficientes e as abordagens nesses campos variavam amplamente. Os investidores precisavam de dados úteis para decisões das investidas sobre direitos humanos e alinhamento com os Princípios Orientadores em cada um dos critérios. O relatório ressaltou a importância de os Estados criarem padrões consistentes e robustos, inclusive por meio de uma combinação inteligente de medidas, para garantir que as considerações de direitos humanos sejam aplicadas em todos os critérios ambientais, sociais e de governança. Isso incluiu a garantia de que as instituições financeiras estatais cumprissem os Princípios Orientadores e que a legislação obrigatória de due diligence em direitos humanos incluísse obrigações sobre os investidores dentro delas.

Os investidores precisavam colocar os riscos para as pessoas e o planeta no centro de suas decisões para cumprir sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos. Isso poderia ser feito incorporando os direitos humanos em suas políticas e estratégias, empreendendo diligências contínuas em direitos humanos e garantindo a remediação dos impactos adversos aos direitos humanos que causaram ou para os quais contribuíram. Os investidores também precisavam facilitar a reparação, inclusive por meio do exercício de alavancagem, quando eles estavam diretamente ligados a impactos adversos aos direitos humanos.

O Grupo de Trabalho observou a necessidade de um esforço colaborativo entre investidores, investidas, Estados e detentores de direitos para alcançar um acesso significativo

a recursos. As partes interessadas devem também contribuir para quadros mais justos e responsáveis que garantam a proteção e o respeito dos direitos humanos em relação às atividades de investimento.

McCorquodale disse que o Grupo de Trabalho visitou o Japão de 24 de julho a 4 de agosto de 2023. O Grupo de Trabalho expressou agradecimentos ao Governo japonês pela sua excelente cooperação e pelos valiosos contributos de muitas partes interessadas. O relatório sobre a visita saudou importantes avanços do governo em matéria de empresas e direitos humanos, incluindo o desenvolvimento de um plano de ação nacional sobre empresas e direitos humanos e a emissão de diretrizes sobre o respeito aos direitos humanos em cadeias de suprimentos responsáveis.

No entanto, o Grupo de Trabalho expressou preocupações sobre os desafios sistêmicos de direitos humanos no Japão, particularmente profundamente enraizados em normas sociais e de gênero prejudiciais, que eram particularmente evidentes no local de trabalho, e a discriminação e o assédio sofridos por mulheres, povos indígenas, pessoas Buraku, pessoas com deficiência, trabalhadores migrantes e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais, entre outros grupos. Essas preocupações não estavam sendo suficientemente abordadas como parte das iniciativas do Estado e do setor privado no espaço empresarial e de direitos humanos. O estabelecimento de uma instituição nacional independente de direitos humanos no Japão serviria para abordar essas questões, fechando uma lacuna significativa nos esforços do governo para promover o respeito empresarial aos direitos humanos e impor a responsabilidade corporativa.

O Grupo de Trabalho observou desafios e oportunidades adicionais relacionados a negócios e direitos humanos no Japão, incluindo saúde, mudanças climáticas e meio ambiente, em relação a casos como o redesenvolvimento do Meiji Jingu Gaien; direitos trabalhistas, especialmente os dos migrantes; a indústria da mídia e do entretenimento; e na regulação de cadeias de valor e finanças.

O Oitavo Fórum Regional para a América Latina e o Caribe sobre Empresas e Direitos Humanos, com o tema "Construindo pontes entre negócios, direitos humanos e o direito a um meio ambiente saudável", foi realizado de 10 a 12 de outubro de 2023, em Santiago do Chile, com um encontro presencial com streaming online. Foram realizadas 38 sessões com mais de 400 participantes. O IX Fórum Regional seria realizado no Brasil em 2025.

O Fórum de Empresas e Direitos Humanos de 2023, intitulado "Rumo a uma mudança efetiva na implementação de obrigações, responsabilidades e recursos", foi realizado com sucesso presencialmente com transmissão online de 27 a 29 de novembro de 2023. O relatório sobre o Fórum será apresentado ao Conselho em 3 de Julho.

Declaração do país em causa

O Japão, falando como um país preocupado, disse que o Governo expressou seu apreço pelos grandes esforços do Grupo de Trabalho sobre empresas e direitos humanos. O Governo continuou a promover o respeito pelos direitos humanos nas atividades empresariais no âmbito do plano de ação nacional sobre empresas e direitos humanos, formulado em 2020, e recebeu os membros do Grupo de Trabalho no Japão entre o final de julho e o início de agosto do ano passado. O Japão apoiou as atividades do Grupo de Trabalho organizando trocas de pontos de vista com ministérios e agências governamentais e governos locais e continuou a fornecer informações após a visita.

Embora o Japão não concordasse com todos os pontos levantados no relatório, o relatório serviria de referência para futuras discussões. Tendo em conta o relatório, o Governo do Japão continuará a considerar medidas para as empresas e os direitos humanos, atribuindo simultaneamente importância ao diálogo. Embora fosse positivo que o Grupo de Trabalho lançasse luz sobre questões relacionadas com empresas e direitos humanos, para garantir a objetividade das conclusões do relatório, seria mais desejável realizar um certo grau de verificação das conclusões. O Japão espera que as futuras atividades do Grupo de Trabalho reflitam uma maior diversidade de opiniões e sejam levadas a cabo de forma eficaz. O Japão continuará a contribuir ativamente para novos progressos nos esforços da comunidade internacional em matéria de empresas e direitos humanos.

Discussão

No diálogo que se seguiu, alguns oradores, entre outras coisas, disseram que o relatório representava um passo à frente na compreensão da conexão entre atividades de investimento e direitos humanos. Os investidores desempenharam um papel importante na influência das atividades empresariais e da cultura corporativa. Foi lamentável que as corporações transnacionais tenham se tornado atores importantes em várias violações de direitos humanos ocorridas em todo o mundo. Os palestrantes saudaram o foco do relatório nas oportunidades para os investidores se alinharem com os Princípios Orientadores das Nações Unidas. Era preciso fazer muito mais para garantir que os investidores respeitassem os direitos humanos.

Os investidores precisavam defender os direitos humanos em todas as operações e considerar questões relacionadas à proteção ambiental. A maioria dos investidores não conseguiu conectar as atividades de investimento com os direitos humanos e os princípios ambientais, sociais e de governança. As empresas precisavam fornecer aos investidores informações sobre direitos humanos de acordo com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas. Avaliações precisavam ser realizadas em investimentos antes e depois de serem feitos e, no caso de violações de direitos humanos, o desinvestimento precisava ser considerado. Foram necessárias campanhas de sensibilização e formação para promover um investimento responsável. A devida diligência em direitos humanos precisava ser realizada para todas as atividades de investimento.

A disponibilidade de dados de qualidade sobre o impacto das atividades empresariais nos direitos humanos era atualmente insuficiente. Era necessário aumentar a coleta desses dados. Os Estados precisavam implementar medidas para promover o respeito dos investidores aos direitos humanos. As comunidades afetadas por violações de direitos humanos apoiadas por investimentos precisavam receber reparações e ser envolvidas na criação de regulamentos de investimento que oferecessem proteção aos direitos humanos.

Alguns oradores manifestaram o seu apoio a um instrumento internacional que especificasse as obrigações das empresas transnacionais de proteger os direitos humanos. Havia a necessidade de integrar os Princípios Orientadores em todo o mundo. Um orador afirmou que esse documento não deveria restringir-se às empresas transnacionais, mas deveria aplicar-se às empresas de uma forma mais ampla. Um orador defendeu a revisão da arquitetura financeira internacional para criar um sistema financeiro internacional mais justo para os países em desenvolvimento.

Havia uma necessidade de maior consideração dos impactos das atividades comerciais sobre as crianças, disse um palestrante. Os direitos das crianças eram intrínsecos às práticas

comerciais responsáveis. Ações para aprimorar os Princípios Orientadores das Nações Unidas necessárias para também reforçar os direitos das crianças.

Alguns palestrantes apresentaram medidas para regular os investimentos e exigir que os investidores declarem relações com as investidas; estabelecer "títulos verdes" e investimentos que promovam a sustentabilidade e a proteção ambiental; desenvolver diretrizes de responsabilidade social corporativa e due diligence; promover um maior acesso às vias de recurso para as vítimas de violações dos direitos humanos cometidas pelas empresas; e realizar treinamentos sobre diretrizes para a proteção ambiental.

Vários palestrantes perguntaram sobre os esforços para alinhar critérios ambientais, sociais e de governança com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos; a melhor forma de os Estados-Membros envolverem os investidores para garantir que os direitos humanos sejam respeitados nas atividades de investimento; medidas para incentivar a colaboração entre investidores, empresas e detentores de direitos para promover os direitos humanos; o papel que o Conselho de Direitos Humanos poderia desempenhar no desenvolvimento de regulamentos financeiros internacionais; os efeitos da "lavagem dos direitos humanos" e como prevenir essa prática"; como incentivar os investidores a realizar a devida diligência em direitos humanos e, ao mesmo tempo, incentivá-los a continuar investindo em inovação; e o papel das pequenas e médias empresas na defesa dos princípios dos direitos humanos.

Observações intermediárias

ROBERT MCCORQUODALE, *Presidente do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais*, disse apreciar a resposta ponderada e cuidadosa do Japão e concordou que o relatório poderia servir como um ponto para futuras discussões nas áreas de negócios e direitos humanos. Congratulou-se com o apoio manifestado ao relatório durante o diálogo. O Grupo de Trabalho tinha indicado numa declaração à União Europeia que os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos se aplicavam a todas as empresas, independentemente da sua estrutura, dimensão ou tipo de negócio. O grupo de trabalho instou a União Europeia a incluir plenamente o sector financeiro e não apenas as atividades a montante.

O Grupo de Trabalho procurou sempre dar exemplos de boas práticas. O relatório tinha vários, incluindo como a Índia e o Japão estavam entre as primeiras jurisdições a abordar as questões dos provedores comerciais em dados de critérios de governança ambiental e social e a transparência nisso. As micro, pequenas e médias empresas foram incluídas nos Princípios Orientadores. Era importante reconhecer que mesmo uma pequena empresa pode ser afectada por um investidor e como reagiu a isso. Uma empresa que faz reportagens sobre direitos humanos sem qualquer prestação de contas pode levar à "lavagem de direitos humanos". Por essa razão, o Grupo de Trabalho pediu padrões globais quando se trata de critérios de governança ambiental e social. Os investidores estavam sujeitos à responsabilidade de respeitar os direitos humanos, incluindo a necessidade de levar a sério a devida diligência em direitos humanos.

O novo painel global científico-político sobre produtos químicos, resíduos e prevenção da poluição

The New Global Scientific-Policy Panel on Chemicals, Waste, and Pollution Prevention

Danielly Magalhães
Guto Galvão

Summary: *Since 2019, there has been a discussion about the need to establish a Global Scientific-Policy Panel to provide scientific support on chemicals and waste. A working group was created to define the formation and responsibilities of this panel. At the third meeting of the working group, little progress was made recently. A proposal for a joint secretariat with the WHO was not accepted by the member countries, and the discussion continues. UNEP released results on contamination by persistent organic pollutants (POPs), showing a decrease in the levels of the 12 POPs from the Stockholm Convention, but a significant increase in the concentrations of perfluoroalkyl substances (PFAS), which are known to be carcinogenic and associated with chronic diseases and congenital malformations. The 174th session of the Executive Committee of PAHO approved the resolution to "Strengthen Health Sector Action on Climate Change with Equity," proposing actions in five areas: adaptation, mitigation, community engagement, surveillance and evidence, and financing. The monitoring and evaluation of this policy will be aligned with the results-based management frameworks of PAHO and WHO, with progress reports to be presented in 2029 and a final report in 2034. The HEI and IHME developed a platform on air pollution and its impacts on global health, revealing that although exposure to PM2.5 is decreasing worldwide, populations in low- and middle-income countries still face significantly higher levels compared to high-income countries.*

Keywords: *Chemical waste; Persistent Organic Pollutants; human rights, climate change, Latin America and the Caribbean*

Resumo: Desde 2019, discute-se a necessidade de estabelecer um Painel Global científico-político para fornecer suporte científico sobre substâncias químicas e resíduos. Um grupo de trabalho foi criado para definir a formação e responsabilidades desse painel. Recentemente, no terceiro encontro do GT, houve pouco avanço. Foi proposta a criação de um secretariado conjunto com a OMS, que não foi aceito pelos países membros, e a discussão continua. O PNUMA divulgou resultados sobre a contaminação por poluentes orgânicos persistentes (POPs), mostrando uma diminuição nos níveis dos 12 POPs da Convenção de Estocolmo, mas um aumento significativo nas concentrações de substâncias perfluoroalquiladas (PFAS), conhecidas por serem cancerígenas e relacionadas a doenças crônicas e más-formações congênitas. A 174ª sessão do Comitê Executivo da OPAS aprovou a resolução para "Fortalecer a ação do setor saúde sobre mudanças climáticas com equidade", propondo ações em cinco áreas: adaptação, mitigação, engajamento comunitário, vigilância e evidências, e financiamento. O monitoramento e a avaliação dessa política estarão alinhados com as estruturas de gestão baseada em resultados da OPAS e da OMS, com relatórios de progresso a serem apresentados em 2029 e um relatório final em 2034. HEI e IHME desenvolveram uma plataforma sobre a poluição do ar e seus impactos na saúde global, revelando que, embora a exposição ao PM2,5

esteja diminuindo mundialmente, as populações de países de baixa e média renda ainda enfrentam níveis significativamente mais altos em comparação com países de alta renda.

Palavras-chave: Resíduos químicos; Poluentes Orgânicos Persistentes; direitos humanos, mudanças climáticas, América Latina e Caribe

Os produtos químicos e a poluição por resíduos representam uma ameaça global que exige uma ação internacional. Os cientistas apontam a falta de uma interface científica-política como uma barreira significativa, limitando a capacidade dos tomadores de decisão de lidar com essas ameaças prontamente. Esforços estão em andamento para estabelecer um painel global de políticas científicas sobre produtos químicos, resíduos e prevenção da poluição.

O [Global Chemicals Outlook II](#) (GCO-II) de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) destacou que a indústria química global, avaliada em mais de US\$ 5 trilhões em 2017, produz 6.000 produtos químicos industriais representam mais de 99% do volume de produtos químicos usados comercialmente. Além disso, os estoques do governo registraram mais de 350.000 produtos químicos e misturas. A produção de produtos químicos deve dobrar até 2030 em comparação com os níveis de 2017. Da mesma forma, o [Banco Mundial estima](#) que a geração de resíduos aumentará de 2,01 bilhões de toneladas em 2016 para 3,40 bilhões de toneladas em 2050, com pelo menos 33% desses resíduos atualmente mal gerenciados.

Existem lacunas significativas no conhecimento científico sobre o impacto da poluição química e de resíduos em nossos corpos e ecossistemas. Produtos químicos e poluentes perigosos, incluindo resíduos plásticos e produtos farmacêuticos, são prevalentes no meio ambiente e nas populações humanas, acumulando-se em materiais e produtos. A gestão sustentável de materiais e modelos de economia circulares são essenciais para prevenir futuros legados ambientais. Um estudo publicado na [Lancet Planetary Health em maio de 2022](#) revelou que a poluição é responsável por 9 milhões de mortes anualmente, tornando-se o maior fator de risco ambiental para doenças e morte prematura.

Apesar dos esforços, pouco progresso foi feito, levando a recomendações para uma interface global científico-político para orientar a intervenção, a pesquisa e o financiamento, visto que os formuladores de políticas internacionais carecem de um mecanismo global para evidências científicas atualizadas, dificultando respostas oportunas a ameaças.

Histórico

Em 2019, a quarta sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-4) reconheceu a necessidade de uma tomada de decisão baseada na ciência e solicitou ao Diretor Executivo do PNUMA que avaliasse opções para fortalecer a interface ciência-política.

Antes do segundo segmento da quinta sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-5.2), em fevereiro de 2022, vários países propuseram um projeto de resolução para estabelecer um painel de política científica para apoiar ações sobre produtos químicos, resíduos e poluição. A [Resolução 5/8 da UNEA](#), adotada na UNEA-5.2, visou criar um painel de política científica abrangente e ambicioso para melhorar a gestão de produtos químicos e resíduos e prevenir a poluição.

Responsabilidades do novo painel

O novo painel de política científica conduzirá pesquisa e atualização, fornecerá opções baseadas em evidências, conduzirá avaliações, identificará lacunas de pesquisa e facilitará o compartilhamento de informações, especialmente com países em desenvolvimento. Esse desenvolvimento espelha os painéis existentes para mudanças climáticas (IPCC) e biodiversidade (IPBES), garantindo órgãos científicos dedicados para cada crise planetária.

O Grupo de trabalho aberto ad hoc sobre um painel de política científica para contribuir ainda mais para a boa gestão de produtos químicos e resíduos e para prevenir a poluição

Foi criado um grupo de trabalho ad hoc aberto (OEWG) para desenvolver propostas para o Painel de Política Científica para Contribuir ainda mais para a boa gestão de produtos químicos e resíduos e para prevenir a poluição (SPP-CWP). Iniciado em 2022, este grupo de trabalho pretende concluir a sua missão até ao final de 2024.

A [primeira parte do OEWG](#) aconteceu em Nairóbi, no Quênia, e online em 6 de outubro de 2022. Uma primeira sessão retomada ([OEWG-1.2](#)) convocada em Bangkok, Tailândia, de 30 de janeiro a 3 de fevereiro de 2023. [O OEWG 2](#) acontecerá em dezembro de 2023.

OEWG 1

A primeira sessão do OEWG-1 foi dividida em duas partes: Parte 1: Realizada como uma reunião híbrida de um dia em Nairóbi em 6 de outubro de 2022 e, parte 2: Realizada em Bangkok de 30 de janeiro a 3 de fevereiro de 2023.

No OEWG 1.2, o Secretariado do OEWG foi encarregado de preparar um documento para coletar submissões escritas sobre princípios operacionais para o SPP-CWP. Em abril de 2023, eles lançaram "Princípios Operacionais: Aprendendo com a Prática Anterior" e uma chamada para submissões por escrito. Este documento foi baseado em uma revisão dos princípios operacionais de painéis relevantes, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), o Painel Internacional de Recursos (IRP) e o processo Global Environment Outlook (GEO).

OEWG 2

A segunda sessão do Grupo de Trabalho Aberto Ad hoc (OEWG 2) ocorreu em dezembro de 2023. Antes desta reunião, a Série de Webinars SPP-CWP, coorganizada pelo Secretariado da OEWG e pela Rede de Meio Ambiente de Genebra, facilitou o engajamento e a discussão entre as partes interessadas. Estes webinars tiveram como objetivo construir pontes e promover a colaboração e a partilha de conhecimento na preparação para o OEWG 2.

OEWG 3

A terceira sessão do grupo de trabalho ad hoc aberto (OEWG 3) foi realizada no Centro Internacional de Conferências de Genebra (CICG) de 17 a 21 de junho de 2024. Consultas informais, regionais e de partes interessadas precederam a reunião em 16 de junho de 2024.

Nesta sessão, esperava-se que o grupo de trabalho finalizasse as discussões sobre propostas para a criação de um painel de política científica, abordando questões delineadas nos parágrafos 5 e 6 da resolução 5/8 da UNEA. O documento fundamental ([UNEP/SPP-](#)

[CWP/OEWG.3/2](#)) define o escopo, o objetivo e as funções do painel, bem como seus princípios operacionais, arranjos institucionais e mecanismos de avaliação.

No entanto, Os delegados acabaram ficando aquém. A diretora executiva do PNUMA, Inger Andersen, pediu consenso sobre a "essência" do painel, mas essa meta não foi atingida. Como resultado, uma sessão retomada será realizada juntamente com uma reunião intergovernamental na esperança de finalizar e adotar as recomendações.

Duas questões principais paralisaram as negociações:

1. Adaptar o painel para abordar os desafios específicos da governança de produtos químicos e resíduos.
2. Profundas divisões sobre a estrutura do painel e seus destinatários.

Modelos existentes e precaução

O design do painel se baseou em modelos como o IPCC e o IPBES, que reforçaram significativamente o conhecimento científico e a conscientização política sobre mudanças climáticas e biodiversidade. No entanto, a poluição continua a ser uma lacuna. Enquanto alguns delegados defendiam o uso de modelos existentes, outros buscavam uma estrutura adaptada ao setor de produtos químicos e resíduos. Surgiram divergências sobre a inclusão do princípio da precaução e a estrutura de um secretariado conjunto entre o PNUMA e a OMS. Alguns delegados favoreceram um forte foco na prevenção, enquanto outros enfatizaram a abordagem de questões existentes e legados de estoques de produtos químicos.

Arranjos Institucionais

A OMS e o PNUMA apresentaram um documento conjunto ([UNEP/SPP-CWP/OEWG.3/CRP.1](#)) que continha uma proposta para que o PNUMA e a OMS fornecessem conjuntamente serviços de secretariado de acordo com seus mandatos. No entanto houve muita oposição a inserção da OMS, com a justificativa de que atrasaria o processo além de relações com conflitos de interesse. Por fim, foi retirada a proposta. Foi decidido que o Secretariado do painel prestaria serviços técnicos, facilitaria a comunicação com as partes interessadas, prepararia orçamentos e gerenciaria o fundo fiduciário.

Capacitação e Parcerias Estratégicas

Apesar dos desafios significativos, a função de capacitação do painel encontrou amplo apoio, especialmente das regiões em desenvolvimento. O objetivo é fortalecer a capacidade institucional e abordar as disparidades no acesso a dados e nas capacidades de pesquisa.

Próximos passos: Com a OEWG incapaz de finalizar um documento de 18 páginas, uma sessão retomada se concentrará em elementos fundamentais e regras de procedimento. As principais questões incluem o escopo do painel, os procedimentos de tomada de decisão, os serviços de secretariado e o envolvimento dos observadores. As tensões geopolíticas e as táticas de negociação precisarão ser abordadas para se chegar a um acordo.

Os delegados enfrentam uma conjuntura crítica, sendo incapazes de delinear a função do painel, uns diziam que suas experiências eram com acordos multilaterais e não com a formação de painéis político científico – No entanto, vários documentos foram gerados anteriormente, como vamos citar abaixo, para preparar para esse momento. Dessa forma, o caminho a seguir envolve navegar em dinâmicas políticas complexas para criar um painel robusto de política científica para enfrentar os desafios da poluição.

O Direito à Ciência no Contexto das Substâncias Tóxicas

Em suporte aos esforços para a criação desse novo painel global, vale lembrar que em 2021, o Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos (tóxicos SR) apresentou o relatório "[O direito à ciência no contexto das substâncias tóxicas](#)" (A/HRC/48/61) na [48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos](#).

Outros recursos e eventos que suportam a necessidade da criação desse painel científico-político, incluem:

- [Evento paralelo HRC48 | O direito à ciência no contexto das substâncias tóxicas](#)
- [Exposição a tóxicos: 'Siga a ciência' para proteger vidas, diz especialista da ONU](#) | SR Tóxicos | 21 Setembro 2021
- [ONGs afirmam que o direito à ciência é fundamental para proteger a faixa de direitos humanos](#) | CIEL | 21 Setembro 2021
- [Especialista da ONU critica indústrias químicas por espalharem notícias falsas sobre riscos](#) | Michelle Langrand - Brasil | Soluções em Genebra | 22 Setembro 2021
- [PRTs: o instrumento base de evidências para o direito de conhecer nosso ambiente? | PRTs MOPP4 Evento Lateral](#)

Outro documento importante nesse contexto é o relatório intitulado "[Avaliação das Opções para Reforçar a Interface Ciência-Política a Nível Internacional para a Boa Gestão de Produtos Químicos e Resíduos](#)" que foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) em resposta a um pedido formal de relatório feito pela Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente (UNEA) durante a sua quarta sessão (Resolução UNEA 4/8 sobre a boa gestão de produtos químicos e resíduos). Este relatório foi apresentado e discutido durante um briefing organizado pela Rede de Meio Ambiente de Genebra em outubro de 2020 e tinha como objetivos:

- Facilitar e informar discussões sobre o fortalecimento da interface ciência-política (ICP) para produtos químicos e gestão de resíduos.
- Apoiar e promover ações baseadas na ciência a nível local, nacional, regional e global para a boa gestão de produtos químicos e resíduos para além de 2020.
- Fornecer elementos para integrar várias agendas e garantir que as plataformas de política científica interajam e se informem mutuamente.

O relatório analisa várias plataformas ICP existentes e tira lições do desenvolvimento do Global Chemicals Outlook II (GCO-II). Explora os impactos e os resultados de uma plataforma ICP reforçada, detalhando como essas plataformas podem informar diferentes etapas do processo de formulação de políticas.

Principais componentes do relatório

1. **Revisão das plataformas ICP existentes:** O relatório examina uma variedade de plataformas ICP, discutindo seus sucessos e desafios.
2. **Lições aprendidas com o GCO-II:** Insights são extraídos do desenvolvimento do GCO-II para destacar as melhores práticas e áreas de melhoria no ICP.

3. **Desenho institucional e opções para fortalecer o ICP:** O relatório descreve diferentes desenhos institucionais para plataformas SPI e avalia várias opções para fortalecer a interface. Cada opção é avaliada com base em seus potenciais pontos fortes, fracos e implicações, incluindo considerações orçamentárias.

Opções analisadas no relatório

• **Opção A: Uma plataforma independente**

- Pontos fortes potenciais: A independência pode aumentar a credibilidade e a imparcialidade.
- Potenciais Fraquezas: Requer recursos e coordenação significativos.
- Implicações: Pode ser caro, mas pode oferecer resultados imparciais e de alta qualidade

• **Opção B: Institucionalizando os processos Global Chemicals Outlook (GCO) e Global Waste Management Outlook (GWMO)**

- Pontos fortes potenciais: Baseia-se em estruturas e processos existentes.
- Potenciais pontos fracos: Pode faltar a flexibilidade e o escopo de uma plataforma independente.
- Implicações: Os requisitos orçamentais seriam moderados, aproveitando os quadros existentes.

• **Opção C: Painéis Subsidiários Temáticos com Forças-Tarefas Especializadas**

- Pontos fortes potenciais: A experiência focada em questões específicas pode levar a insights mais detalhados e acionáveis.
- Pontos fracos potenciais: A coordenação entre vários painéis pode ser um desafio.
- Implicações: Grupos de trabalho especializados podem exigir financiamento específico e mecanismos de coordenação eficazes.

O relatório conclui enfatizando a necessidade de uma interface ciência-política robusta e eficaz para garantir uma boa gestão de produtos químicos e resíduos. Ele fornece uma análise completa de várias opções, ajudando os formuladores de políticas a tomar decisões informadas sobre o fortalecimento do ICP em nível internacional. As discussões e recomendações deste relatório visaram moldar as negociações para a construção do painel científico-político para ações e políticas na gestão de produtos químicos e resíduos globalmente.

Estudo Global sobre Poluentes Orgânicos Persistentes Revela Tendências Alarmantes

Um estudo recente da ONU encontrou um declínio significativo em 12 poluentes orgânicos persistentes (POPs) regulados globalmente desde 2004, incluindo o DDT. No entanto, as substituições para esses POPs, substâncias perfluoroalquiladas³⁵ (PFAS, incluindo PFOA, PFOS e mais 9000 outras substâncias usadas pela indústria nos últimos 70 anos), foram detectadas em níveis preocupantemente altos. Estes produtos químicos estão ligados a problemas de saúde

³⁵ A União Europeia começou a regular o PFOA em 2008 e proibiu completamente o composto em 2020. Os EUA começaram a eliminar gradualmente o composto em 2003, proibindo-o definitivamente em 2014. Em 2020, os PFOAs foram proibidos mundialmente como parte da Convenção de Estocolmo, um tratado global de saúde entre 186 países. Regulamentação no Brasil: [Regulation of Per- and Polyfluoroalkyl Substances \(PFAS\) \(itrcweb.org\)](https://itrcweb.org/)

graves, como câncer, danos ao fígado, diminuição da fertilidade, e aumento dos riscos de asma e doenças da tireoide devido às suas propriedades de desregulação endócrina.

PFAS³⁶ são uma grande família de milhares de substâncias químicas sintéticas amplamente utilizadas em toda a sociedade e encontradas no ambiente. Todas contêm ligações de carbono-flúor, que são uma das ligações químicas mais fortes na química orgânica. Isto significa que resistem à degradação quando utilizadas e também no ambiente. A maior parte das PFAS são também facilmente transportadas no ambiente, percorrendo longas distâncias desde a fonte da sua libertação. PFAS contaminam as águas subterrâneas, as águas superficiais e o solo. A limpeza de locais poluídos é tecnicamente difícil e dispendiosa. Se as libertações persistirem, continuarão a acumular-se no ambiente, na água potável e nos alimentos.

Os produtos químicos PFAS são talvez mais conhecidos por seu uso em utensílios de cozinha antiaderentes. A marca Teflon revolucionou tais produtos, mas o uso de PFAS é disseminado em muitas marcas de utensílios de cozinha antiaderentes. Os PFAS também estão frequentemente presentes em qualquer produto que exiba propriedades à prova d'água ou resistentes a manchas. Eles podem ser encontrados em protetores de carpetes, utensílios antiaderentes, produtos resistentes à água, fios dentais, roupas cirúrgicas, cortinas, alimentos pré-aquecidos, aeronaves comerciais, veículos de baixa emissão e telefones celulares e semicondutores.

Principais descobertas

- Os POPs continuam a persistir no leite humano, ar, água, solo, alimentos e vários ecossistemas em todo o mundo.
- O estudo, implementado pelo PNUMA e financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), ressalta a necessidade de monitoramento contínuo dos POPs e introdução cautelosa de alternativas.
- Os dados foram coletados em 42 países, com foco em regiões com dados limitados de POPs, incluindo África, Ásia, América Latina e Caribe e Ilhas do Pacífico.

Acompanhamento dos Resultados

- As amostras coletadas entre 2016 e 2019 cobriram 30 POPs listados sob a Convenção de Estocolmo em 2021.
- Houve um declínio global nos níveis dos 12 POP iniciais listados na Convenção de Estocolmo de 2004. Por exemplo, os níveis de DDT no leite humano diminuíram em mais de 70% globalmente, mas permanecem altos em países com uso histórico intensivo.
- Apesar dos esforços regulatórios, os POPs ainda são detectados em áreas remotas e em vários ambientes.

Desafios e recomendações

- Novos POPs, como PFAS, são cada vez mais difíceis de monitorar.

³⁶ *Dark Waters* é um filme americano que retrata a contaminação por PFAS* como uma epidemia nacional de saúde pública que se tornou. O filme deixa de fora metade da história, que envolve o papel dos militares. Em 2017, Bilott ganhou um acordo de \$670 milhões para 3.500 membros da comunidade cujas águas foram contaminadas com PFOA. A contaminação por flúor era tão alta que as crianças ficavam com dentes cinzas. Entre as empresas envolvidas estão a DuPont and 3M. Até hoje o caso continua, assim como, a utilização dessas substâncias em todo o mundo.

- O estudo enfatiza a necessidade de melhorar a qualidade da coleta e análise de dados, particularmente em países de baixa renda.
- O PNUMA e o GEF continuarão a apoiar o monitoramento global de POPs e a abordar as lacunas regulatórias e de conscientização.

Impacto na política e na indústria

- As conclusões do estudo foram discutidas em uma reunião em Genebra destinada a estabelecer um painel de políticas científicas sobre produtos químicos, resíduos e prevenção da poluição.
- O PNUMA sublinha a importância de não substituir os POP regulamentados por substitutos igualmente nocivos e apela à concepção sustentável de produtos industriais e ao comportamento do consumidor.

Os diversos estudos em água, leite e ar e por região podem ser encontrados [aqui](#), inclusive a análise da América Latina e Caribe. A Fiocruz é listada como a responsável por fornecer os dados em leite materno do Brasil, porém nenhuma amostra foi apresentada para o período, um pouco decepcionante tendo em vista o grande potencial do banco de leite nacional.

Política de Mudanças climáticas e saúde da OPAS

As Américas enfrentam ameaças significativas à saúde causadas pelas mudanças climáticas, que são exacerbadas pela desigualdade social e pelo clima extremo. A resposta do setor saúde a essas ameaças tem sido inconsistente e carece de foco na equidade. É necessária uma ação imediata e decisiva para abordar estas questões de forma eficaz.

A 174ª sessão do Comitê Executivo da OPAS aconteceu de 24 a 28 de junho e foi concluída com a aprovação de resoluções para “Fortalecer a ação do setor saúde sobre mudanças climáticas com equidade”, a versão preliminar da resolução pode ser encontrada [aqui](#), mas a versão final incluindo os comentários dos países ainda não foi divulgada

Para fortalecer a ação do setor saúde sobre as mudanças climáticas com equidade, foram propostas cinco linhas estratégicas de ação:

Adaptação: O setor saúde deve desenvolver e implementar planos climáticos e de adaptação à saúde que priorizem a equidade. Isso envolve reavaliar e adaptar estratégias para lidar com a mudança dos padrões de doenças e o aumento das iniquidades em saúde. As unidades de saúde precisam ser fortalecidas para suportar os riscos climáticos, garantindo cuidados contínuos durante emergências. Envolver as comunidades no processo de planejamento é essencial para atender às diversas necessidades das populações, especialmente aquelas mais impactadas pelas mudanças climáticas.

Mitigação: Devem ser envidados esforços para criar sistemas de saúde hipocarbônicos que reduzam as emissões e alcancem co-benefícios para a saúde. O setor de saúde deve aumentar sua capacidade de fornecer serviços em meio aos desafios climáticos, reduzindo sua pegada de carbono. Isso inclui a formação de parcerias com o setor privado e outras partes interessadas para medir e reduzir as emissões em instalações de saúde e cadeias de suprimentos. Políticas intersetoriais devem ser formuladas para reduzir as emissões da sociedade, com participação ativa da comunidade para aumentar os benefícios à saúde e a equidade.

Engajamento comunitário: A justiça climática deve ser promovida, priorizando comunidades vulneráveis e salvaguardando os direitos humanos. Aumentar a conscientização entre o pessoal de saúde, os formuladores de políticas e as comunidades afetadas é crucial. A participação efetiva da comunidade na formulação de políticas deve ser assegurada por meio de informações acessíveis e culturalmente apropriadas. Isso inclui a valorização dos saberes e práticas indígenas e a consideração de diversos fatores sociais e demográficos nas estratégias de engajamento.

Vigilância e Evidências: Os resultados de saúde relacionados ao clima devem ser integrados em sistemas avançados de vigilância. Esses sistemas contam com a cooperação intersetorial para coleta e análise de dados abrangentes, envolvendo setores como meteorologia, meio ambiente e agricultura. O envolvimento precoce da comunidade nos processos de vigilância garante a relevância e a governança adequada dos dados, promovendo uma resposta coletiva eficaz. A colaboração entre os níveis governamentais é necessária para fortalecer os marcos regulatórios e melhorar a interoperabilidade do sistema.

Financiamento: É essencial um financiamento adequado para as iniciativas em matéria de alterações climáticas e de saúde. Isso envolve priorizar as mudanças climáticas e a saúde nos orçamentos nacionais e locais e acessar fundos externos de bancos de desenvolvimento e do setor privado. O apoio financeiro deve ser proporcional às emissões, centrando-se nas populações vulneráveis, em particular nas mulheres e raparigas. O envolvimento da comunidade na concepção, execução e acompanhamento do orçamento garante que os recursos sejam atribuídos de forma eficaz.

O monitoramento e a avaliação dessa política estarão alinhados com as estruturas de gestão baseada em resultados da OPAS e da OMS. Os relatórios de progresso serão apresentados aos Órgãos Dirigentes da OPAS em 2029, com um relatório final em 2034, detalhando a implementação e os resultados da política

Estado do Ar Global 2024

O State of Global Air é uma plataforma em colaboração entre o Health Effects Institute (HEI) e o Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), com a colaboração de especialistas da Universidade de British Columbia. O projeto fornece dados e informações sobre poluição do ar e seus impactos na saúde ao redor do mundo. Principais resultados:

- A poluição do ar é responsável por 8,1 milhões de mortes em 2021, tornando-se o segundo maior fator de risco de morte global.
- Crianças menores de 5 anos são desproporcionalmente afetadas pela poluição do ar, sendo a principal causa de morte relacionada ao meio ambiente.
- 99% da população mundial respira ar poluído, excedendo os limites seguros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).
- Embora a exposição ao PM_{2,5} (partículas finas) esteja diminuindo globalmente, as populações de países de baixa e média renda ainda enfrentam níveis muito mais altos do que os de países de alta renda.
- O uso de combustíveis sólidos para cozinhar (poluição domiciliar) continua sendo um problema grave, afetando quase metade da população mundial.
- Apesar dos desafios, houve progresso em algumas regiões, como a redução da poluição do ar ambiente em partes da Ásia.

Tópicos abordados no relatório

- Tendências na exposição global à poluição do ar por PM_{2,5}, NO₂ e ozônio.
- Carga de doenças atribuível à poluição do ar, incluindo mortes, anos de vida perdidos por incapacidade e custos econômicos.
- Impactos específicos da poluição do ar na saúde infantil, incluindo o desenvolvimento de asma.
- Fontes de poluição do ar e a necessidade de ações para melhorar a qualidade do ar.
- Progresso no monitoramento da qualidade do ar, especialmente na África.

O relatório destaca a necessidade urgente de ações para reduzir a poluição do ar e proteger a saúde pública, especialmente para crianças e populações vulneráveis.

Para saber mais, acesse o site do Estado do Ar Global: <https://www.stateofglobalair.org/>

Relatório da Comissão de Aplicação de Normas da OIT mostra crescente erosão de direitos sociais, perseguição a sindicalistas e aumento da precarização do trabalho

Report by the ILO Committee on the Application of Standards shows increasing erosion of social rights, persecution of trade unionists and increasing precariousness of work

René Mendes

Resumo: Breve análise dos relatórios e informes elaborados pela Comissão de Aplicação de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentados e debatidos no decorrer da 112ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, de 3 a 14 de junho de 2024. O ponto de partida foi o Relatório apresentado à Conferência, onde foram apontadas as denúncias de violações e de outros descumprimentos das normas internacionais do trabalho, listados e analisados segundo a natureza e tema da Convenção descumprida ou violada, e segundo o país. Os trabalhos e discussões realizados durante a Conferência foram relatados pela Comissão e apresentados no seu encerramento. Este relatório final, na parte já disponibilizada, constitui subsídios para muitas análises. Nosso breve texto apresenta uma visão panorâmica da situação do mundo, a partir de mais de 20 casos individuais de países, os quais apontam tanto a persistência de violações antigas e já anteriormente denunciadas, quanto surpreendentes e graves retrocessos em países que já haviam avançado, em todas as regiões do mundo.

Palavras-chave: OIT, Normas Internacionais do Trabalho; convenções da OIT; violações de direitos dos trabalhadores; sindicalismo; precarização do trabalho.

Abstract: *Brief analysis of the reports prepared by the Committee on the Application of Standards of the International Labor Organization (ILO), presented and debated during the 112th International Labor Conference, held in Geneva, from 3 to 14 June 2024. The starting point was the Report presented to the Conference, where allegations of violations and other non-compliance with international labor standards were highlighted, listed and analyzed according to the nature and theme of the Convention breached or violated, and according to the country. The work and discussions carried out during the Conference were reported by the Committee and presented at its conclusion. This final report, as already available, provides support for many analyses. Our brief text presents a panoramic view of the world situation, based on more than 20 individual country cases, which point out both the persistence of old and previously reported violations, as well as surprising and serious setbacks in countries that had already advanced, in all regions of the world.*

Keywords: *ILO, International Labor Standards; ILO conventions; violations of workers' rights; trade unionism; precariousness of work.*

INTRODUÇÃO

Nosso exto para Cadernos 11 (2024) consiste de uma breve análise dos relatórios e informes elaborados pela Comissão de Aplicação de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentados e debatidos no decorrer da 112ª Conferência Internacional do

Trabalho, realizada em Genebra, de 3 a 14 de junho de 2024. O ponto de partida foi o Relatório apresentado à Conferência, onde foram apontadas as denúncias de violações e de outros descumprimentos das normas internacionais do trabalho, listados e analisados segundo a natureza e tema da Convenção descumprida ou violada, e segundo o país³⁷. Os trabalhos e discussões realizados durante a Conferência foram relatados pela Comissão e apresentados no seu encerramento. Este relatório final, na parte já disponibilizada,³⁸³⁹ constitui subsídios para muitas análises. Nosso breve texto apresenta uma visão panorâmica da situação do mundo, a partir de mais de 20 casos individuais de países, os quais apontam tanto a persistência de violações antigas e já anteriormente denunciadas, quanto surpreendentes e graves retrocessos em países que já haviam avançado, em todas as regiões do mundo.

De acordo com o Artigo 7 do seu Regulamento Interno, a Conferência criou uma Comissão para considerar e informar sobre o item III da agenda: “Informações e relatórios sobre a aplicação de convenções e recomendações”. A Comissão é composta por 156 membros (140 membros governamentais, 8 membros empregadores e 8 membros trabalhadores). Havia também 11 membros adjuntos do governo, 85 membros adjuntos dos empregadores e 229 membros adjuntos dos trabalhadores na Comissão. Além disso, 75 organizações não governamentais internacionais foram representadas por observadores.

A Comissão elegeu os seguintes membros da sua Mesa: Presidente: Sr. Łukasz Różycki (membro do governo, Polônia); Vice-presidentes: Sr. Kaizer Moyane (membro empregador, África do Sul) e Sr. Marc Leemans (membro trabalhador, Bélgica); Relator: Sr. Abdelkrim Siyoucef (membro do governo, Argélia).

A Comissão examinou casos de descumprimento grave, por parte dos Estados-Membros, da obrigação de apresentar relatórios e de outras obrigações relacionadas com as normas. A Comissão também realizou uma sessão especial com o propósito de discutir a aplicação da Convenção No. 87 e Convenção No. 98 pela Bielorrússia, conforme decidido na 111ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, com vista a garantir o cumprimento das recomendações da comissão de inquérito criada para examinar a observância destas Convenções pelo Governo da Bielorrússia.

Neste ano Comissão examinou **24 casos individuais** relativos à aplicação de diversas convenções. O exame de casos individuais baseou-se principalmente nas observações contidas no Relatório do Comitê de Peritos e nas explicações orais e escritas fornecidas pelos Governos envolvidos. Como é habitual, o Comitê também se referiu aos seus debates em anos anteriores, às observações recebidas das organizações de empregadores e de trabalhadores e, quando apropriado, aos relatórios de outros órgãos de supervisão da OIT e de outras organizações internacionais. Ao considerar estes casos, a Comissão reiterou a importância que atribui ao papel do diálogo tripartido no seu trabalho e confiou em que os governos de todos os países selecionados farão todos os esforços para tomar as medidas necessárias em conformidade com as obrigações que assumiram ao abrigo as Convenções ratificadas.

³⁷ <https://www.ilo.org/es/eventos-y-reuniones/conferencia-internacional-del-trabajo-cit/112a-reunion-de-la-conferencia-internacional-del-trabajo/comision-de-aplicacion-de-normas-cit112-2024>

³⁸ <https://www.ilo.org/es/resource/record-proceedings/ilc/112/informe-de-la-comision-de-aplicacion-de-normas-primera-parte-informe>

³⁹ <https://www.ilo.org/resource/record-proce,edings/ilc/112/report-committee-application-standards-part-one-general-report-2024>

Com base na revisão realizada em 2015 dos critérios de seleção dos casos, a seleção deverá levar em consideração, de forma equilibrada, os seguintes elementos:

- a natureza dos comentários do Comitê de Peritos, em particular a inclusão de notas de rodapé nesses comentários;
- a qualidade e extensão das respostas fornecidas pelo Governo ou a falta de resposta da sua parte;
- a gravidade e persistência das falhas na aplicação do acordo;
- a urgência da situação considerada;
- comentários recebidos de organizações de empregadores e de trabalhadores;
- a natureza particular da situação (se se trata de uma questão não discutida até à data ou se o caso apresenta uma abordagem interessante para a resolução de problemas de aplicação);
- as discussões e conclusões do Comitê da Conferência nas suas reuniões anteriores e, em particular, a existência de um parágrafo especial;
- a probabilidade de a discussão do caso ter um impacto tangível;
- o equilíbrio entre convenções fundamentais, convenções de gestão e convenções técnicas;
- equilíbrio geográfico, e
- o equilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

SÍNTESE DOS “CASOS INDIVIDUAIS” POR PAÍS (E RESPECTIVA CONVENÇÃO VIOLADA OU DESCUMPRIDA)

Uganda - Convenção sobre Idade Mínima, 1973 (nº 138)

“A Comissão registrou com profunda preocupação o aumento considerável nos últimos anos da incidência do trabalho infantil no país, incluindo crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 11 anos, e registrou com profunda preocupação que um grande número de crianças ainda realizava trabalhos perigosos. A Comissão registrou a vontade do Governo de corrigir este problema. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo, em consulta com os parceiros sociais, a adotar medidas eficazes e oportunas para:

- intensificar os seus esforços para garantir a eliminação progressiva do trabalho infantil das crianças que não atingem a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho, bem como de todas as crianças envolvidas em trabalhos perigosos, especificamente através de: i) implementação de medidas relacionadas com esclarecimento sobre o trabalho infantil e sensibilização da comunidade, e ii) intensificar os seus esforços para facilitar o acesso de todas as crianças à educação básica gratuita.
- reforçar a capacidade da inspeção do trabalho para: i) detectar casos de trabalho infantil, disponibilizando todos os recursos humanos, materiais, financeiros e técnicos e formando adequadamente os inspetores do trabalho, e ii) assegurar a aplicação efetiva das disposições relevantes sobre o emprego de crianças e jovens que preveem sanções;
- intensificar os seus esforços para a detecção precoce de áreas de alto risco e grupos vulneráveis, e melhorar a disponibilização de recursos para atingir este objetivo, e
- fornecer informação detalhada sobre: i) a implementação do NAP II e do projeto ACCEL África, e os resultados obtidos; ii) medidas concretas tomadas para melhorar a consciencialização sobre o trabalho infantil e a sensibilização da comunidade; iii) os esforços envidados para facilitar o acesso ao ensino básico gratuito para todas as crianças, bem como as taxas de frequência escolar, retenção e abandono escolar; iv) o número e a natureza das violações que afetam as crianças detectadas pela Inspeção do Trabalho, em especial através da comunicação de uma cópia de todos os relatórios anuais recentemente publicados pela Inspeção do Trabalho; v) as medidas adotadas para reforçar a capacidade do sistema de inspeção do trabalho e os resultados obtidos, e vi) estatísticas desagregadas por idade e setor de atividade sobre a situação das crianças que trabalham no país.

A Comissão solicitou ao Governo que continuasse e intensificasse a assistência técnica em curso da OIT e que analisasse, se necessário, os projetos em curso para implementar eficazmente todas as recomendações da Comissão, acima mencionadas. A Comissão solicitou ao Governo que apresentasse um relatório detalhado sobre as medidas tomadas para implementar as referidas recomendações e os resultados obtidos antes do prazo de 1 de setembro de 2024.”

Paraguai: Convenção sobre Inspeção do Trabalho, 1947 (Nº 81)

“A Comissão notou com preocupação várias questões relacionadas com o funcionamento eficaz do sistema de inspeção do trabalho no país, tais como a falta de recursos humanos e materiais, a instabilidade do emprego dos inspetores do trabalho e a ausência de meios para funcionar eficazmente e de forma independente, através do acesso irrestrito dos inspetores do trabalho aos locais de trabalho, sem autorização prévia. Tendo em conta a discussão, a Comissão solicitou ao Governo, em consulta com os parceiros sociais, que adotasse medidas eficazes e fixadas no tempo para:

- intensificar esforços para garantir que: i) o número de inspetores do trabalho ativos seja suficiente para permitir o funcionamento eficaz e eficiente dos serviços de inspeção, incluindo em áreas que são atualmente mal servidas, e ii) os inspetores do trabalho tenham os recursos materiais, operacionais, financeiros, administrativos e recursos logísticos necessários ao desempenho de suas funções;
- assegurar que todos os inspetores do trabalho sejam nomeados funcionários públicos numa base permanente, para garantir a sua estabilidade no emprego, e continuar a garantir que os seus salários e benefícios sejam pelo menos proporcionais às disposições remuneratórias em vigor para outros funcionários públicos;
- promover o funcionamento eficaz do sistema de inspeção, eliminando as limitações legais e práticas que dificultam o trabalho eficaz dos inspetores do trabalho, a fim de, entre outras coisas, garantir que os inspetores do trabalho tenham poderes para realizar visitas sem aviso prévio e sem necessidade de consulta prévia e autorização de uma autoridade superior, e que possam realizar inspeções do trabalho com a frequência e o cuidado necessários para garantir a aplicação efetiva das disposições legais relevantes, de acordo com a Convenção, e
- fornecer todas as informações pendentes solicitadas pelo Comitê de Peritos.

A Comissão solicitou ao Governo que apresentasse, até 1 de setembro de 2024, um relatório detalhado, incluindo a informação acima mencionada, bem como as medidas adotadas e os progressos alcançados na aplicação da Convenção. A Comissão também solicitou ao Governo que recorresse à assistência técnica da OIT para implementar as recomendações da Comissão e para garantir o cumprimento integral das suas obrigações no âmbito da Convenção, tanto na lei como na prática.”

Turquia - Convenção sobre Direito Sindical e Negociação Coletiva, 1949 (nº 98)

“A Comissão observou com preocupação o elevado número de casos de discriminação anti-sindical no país e a ausência de sanções suficientemente dissuasivas para combater este fenômeno na lei e na prática. A Comissão observou com preocupação as lacunas significativas que existem na legislação e na prática no que diz respeito ao âmbito da negociação coletiva. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo, em consulta com os parceiros sociais, a adotar medidas adequadas e eficazes para:

- garantir a investigação independente, rápida e exaustiva de alegadas demissões anti-sindicais ao abrigo dos decretos de estado de emergência, no âmbito de procedimentos que ofereçam todas as garantias do devido processo;
- adotar sanções eficazes e dissuasivas contra a discriminação anti-sindical, incluindo demissões anti-sindicais, tanto no setor público como no privado, e garantir que os trabalhadores que sofreram tais danos tenham direito a ressarcimentos e soluções adequadas (incluindo reintegração, compensação financeira etc.);
- realizar uma revisão abrangente dos mecanismos judiciais e extrajudiciais para garantir uma investigação e reparação eficazes e oportunas em casos de discriminação anti-sindical;

- estabelecer um sistema robusto para a coleta de dados sobre a discriminação anti-sindical nos setores público e privado;
- evitar a interferência nas atividades sindicais legítimas e o uso da violência contra sindicalistas e trabalhadores;
- alterar o artigo 34 da Lei nº 6356 para que as partes do setor privado possam participar em acordos intersetoriais regionais ou nacionais, se assim o desejarem;
- garantir que os sindicatos minoritários possam exercer os seus direitos protegidos pela Convenção;
- garantir que os processos judiciais sobre a validade jurídica dos certificados de maioria sindical sejam concluídos num prazo razoável.
- alterar o artigo 28 da Lei nº. 4.688, a fim de eliminar restrições ao alcance material da negociação coletiva no setor público e garantir que as partes interessadas possam decidir com autonomia os temas da negociação;
- alterar a legislação existente para garantir que o pessoal penitenciário, os trabalhadores temporários e os funcionários públicos sem contrato escrito possam exercer efetivamente o seu direito de organização e negociação coletiva ao abrigo da Convenção;
- fornecer soluções rápidas e eficientes contra a demissão de sindicalistas com base nos poderes do estado de emergência.
- rever o método de nomeação dos membros do conselho de arbitragem dos funcionários do setor público para garantir a sua independência e imparcialidade;
- desenvolver e realizar campanhas e programas de sensibilização para educar a polícia e as forças de segurança, o Judiciário e a administração sobre os direitos sindicais, e
- fornecer quaisquer informações pendentes solicitadas pelo Comitê de Peritos antes da sua próxima reunião, juntamente com informações detalhadas sobre as medidas tomadas para implementar estas recomendações e sobre os resultados obtidos.

A Comissão convidou o Governo a recorrer à assistência técnica da OIT para implementar eficazmente todas as recomendações do Comitê.”

Camboja - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“A Comissão tomou nota das informações orais e escritas fornecidas pelo Governo e da discussão que se seguiu. A Comissão tomou também nota das conclusões e recomendações da missão de contatos diretos da OIT que visitou o Camboja de 28 de março a 1 de abril de 2022. A Comissão notou que este era um caso de longa data no Comitê e lamentou profundamente a falta de apresentação dentro do prazo ao Comitê de Peritos dos relatórios do Governo sobre a aplicação da Convenção. À luz da discussão, a Comissão instou o Governo do Camboja a:

- tomar todas as medidas necessárias para evitar a prisão, detenção e acusação arbitrárias de sindicalistas pela realização de atividades sindicais legítimas;
- concluir as investigações em curso sobre os assassinatos dos líderes sindicais Chea Vichea e Ros Sovannareth (em 2004) e Hy Vuthy (em 2007) e acelerar as investigações sobre todas as outras alegações de violência contra sindicalistas;
- rever com os sindicatos interessados a lista de casos pendentes relacionados com as manifestações de Janeiro de 2014;
- assegurar que não sejam impostas quaisquer acusações criminais ou sanções relativamente ao exercício pacífico de atividades sindicais e que os sindicalistas detidos por realizarem atividades sindicais legítimas sejam imediatamente libertados;
- desenvolver diretrizes e fornecer formação regular e sistemática a todos os funcionários públicos relevantes para garantir que a atividade sindical legítima não seja reprimida;
- adotar medidas adicionais adequadas para facilitar o registo de sindicatos através de um processo simples, objetivo e transparente;

- promover o exercício efetivo dos direitos reconhecidos na Convenção pelos funcionários públicos, incluindo os professores do setor público, e pelos trabalhadores domésticos e pelos trabalhadores da economia informal;
- alterar os artigos 17 e 27 da Lei dos Sindicatos (LTU), de modo que as auditorias das demonstrações financeiras e dos relatórios de atividades só sejam necessárias se exigirem motivos razoáveis para acreditar que as ações de uma organização são contrárias às suas regras ou à lei ;
- alterar as disposições relevantes da LTU para garantir que as organizações de trabalhadores ou de empregadores só possam ser dissolvidas com base em procedimentos estabelecidos nos seus estatutos, ou por decisão judicial, e que a determinação dos procedimentos de dissolução pelos membros seja incluída no regulamento e estatutos dos sindicatos ou associações patronais;
- tomar medidas apropriadas para garantir que todos os sindicatos tenham o direito de representar os seus membros em disputas coletivas, procedimentos de reclamação a nível empresarial e a nível ministerial, bem como perante o Conselho de Arbitragem, e
- redobrar esforços para tornar o Conselho de Arbitragem uma instituição eficaz e sustentável na gestão de conflitos laborais.

A Comissão instou o Governo do Camboja a fornecer todas as informações pendentes solicitadas pelo Comitê de Peritos antes da sua próxima reunião, juntamente com informações detalhadas sobre as medidas tomadas para implementar estas recomendações e sobre os resultados alcançados. A Comissão também solicitou ao Governo que preenchesse integralmente o roteiro e simplificasse o seu relatório de situação, em plena consulta com os parceiros sociais e com o apoio da OIT. A Comissão tomou nota da vontade do Governo de cooperar com a OIT e convidou-o a aproveitar a assistência técnica da OIT para implementar eficazmente todas as recomendações do Comitê.”

Nicarágua - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“A Comissão lamentou profundamente o persistente clima de intimidação e assédio das organizações independentes de trabalhadores e de empregadores. A Comissão registrou com profunda preocupação as alegações de prisão e detenção de líderes patronais desde o ano passado e a maior deterioração da situação. A Comissão também notou com profunda preocupação a falta de progresso e cooperação por parte do Governo desde a discussão do ano passado. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo, nos termos mais enérgicos, a:

- garantir que trabalhadores e empregadores possam estabelecer suas próprias organizações e realizar suas atividades sem interferência e, em relação a isso, que o Conselho Superior da Empresa Privada da Nicarágua (COSEP) possa voltar a funcionar sem autorização prévia, de acordo com o artigo 2. da Convenção;
- pôr termo imediatamente a todos os atos de violência, ameaças, perseguições, estigmatização, intimidação ou qualquer outra forma de agressão contra pessoas ou organizações, em relação ao exercício das atividades legítimas tanto dos sindicatos como das organizações patronais, e adotar medidas para garantir que tais atos não sejam repetidos;
- garantir que a nacionalidade nicaraguense seja devolvida sem demora aos representantes das organizações patronais que dela tenham sido privadas;
- adoptar todas as medidas necessárias para garantir a existência de um clima livre de medo e intimidação em relação ao exercício dos direitos de liberdade sindical;
- libertar imediatamente qualquer empregador ou membro de sindicato que possa estar preso em conexão com o exercício das atividades legítimas de suas organizações, e informar sobre todas as medidas tomadas para atender a tal solicitação;
- restabelecer prontamente o diálogo social com os seus parceiros sociais independentes, incluindo o estabelecimento de uma mesa de diálogo tripartite sob os auspícios da OIT, conforme recomendado pela Comissão da Conferência em 2022 e 2023, e
- fornecer informações sobre todas as medidas tomadas para garantir que cada uma das recomendações feitas pela Comissão da Conferência seja concretizada e sobre quaisquer progressos realizados na implementação dessas medidas.

A Comissão instou o Governo a respeitar plenamente as conclusões do Comité de Peritos sobre esta matéria e a recorrer à assistência técnica da OIT para garantir o seu pleno cumprimento.”

Colômbia - Convenção (N.º 159) sobre Reabilitação Profissional e Emprego (Pessoas com Deficiência), 1983

“A Comissão observou com satisfação que o Governo indicou que continuava a desenvolver, rever periodicamente e implementar uma política nacional sobre a reabilitação profissional e o emprego de pessoas com deficiência, baseada nos princípios da igualdade de oportunidades e de tratamento, e da não discriminação. Tendo em conta a discussão, a Comissão solicitou ao Governo que adotasse medidas para:

- continuar a garantir que os parceiros sociais, as pessoas com deficiência e as organizações representativas das pessoas com deficiência sejam consultados e que os seus pontos de vista sejam plenamente tidos em conta na formulação, implementação e revisão das políticas e regulamentos do mercado de trabalho, em conformidade com a Convenção, e
- redobrar os seus esforços, em colaboração com os parceiros sociais, com vista a continuar a implementar a Convenção na lei e na prática.

A Comissão solicitou ao Governo que apresentasse um relatório sobre estas medidas ao Comité de Peritos, de acordo com o ciclo de relatórios periódicos.”

Filipinas - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“A Comissão tomou nota da antiguidade do presente caso e das discussões anteriores de que foi objeto na Comissão, a mais recente em 2023. A Comissão lamentou as novas alegações de assassinatos de sindicalistas e de violência anti-sindical, incluindo a marcação vermelha, desde a sua discussão anterior, bem como a falta de investigações eficazes e rápidas destas alegações. A Comissão notou com profunda preocupação a persistência de violações graves e sistêmicas do direito à liberdade de associação no país. A Comissão lamentou que os parceiros sociais não tenham sido consultados na preparação da OE23. Tendo em conta a discussão, a Comissão solicitou ao Governo, em consulta com os parceiros sociais:

- tomar medidas imediatas e eficazes, em conformidade com recomendações anteriores da Comissão e da missão tripartite de alto nível da OIT, para pôr fim imediatamente a qualquer violação da liberdade de associação, incluindo ameaças e assédio, vigilância, prisão e detenção arbitrárias, e execuções extrajudiciais contra membros de sindicatos pelo exercício legítimo dos seus direitos nos termos da Convenção;
- realizar, sem demora, investigações eficazes e independentes sobre novas alegações de violência contra membros de organizações de trabalhadores e acelerar as investigações pendentes sobre todas as alegações relatadas desde 2015;
- tomar medidas para garantir a prevenção eficaz de toda a violência perpetrada em conexão com o exercício das atividades legítimas das organizações de trabalhadores e empregadores e garantir que essas organizações possam realizar as suas atividades no âmbito de um sistema que garanta o respeito efetivo pelos direitos civis liberdades e direitos de liberdade de associação;
- abordar urgentemente com os parceiros sociais todas as preocupações relativas ao estado e ao conteúdo do roteiro e garantir a sua plena participação na sua monitorização e implementação;
- assegurar o funcionamento eficaz dos órgãos de supervisão e fornecer informações regulares ao Comité de Peritos a este respeito;
- continuar a promover atividades de formação abrangentes, com uma forte ênfase na liberdade de associação e na negociação coletiva, entre agências governamentais, com a ajuda da assistência técnica da OIT;
- garantir que a Lei Antiterrorismo não seja aplicada de uma forma que restrinja as atividades sindicais legítimas e outras liberdades civis semelhantes, o que contraria a Convenção;

- assegurar que as seguintes questões legislativas sejam prontamente abordadas com vista a tornar a legislação nacional em conformidade com a Convenção o mais rapidamente possível: Projetos de Lei nºs 1.152 e 4.941; e
- garantir que todos os trabalhadores, sem distinção, possam estabelecer as organizações que considerem adequadas e aderir a elas, em conformidade com o artigo 2 da Convenção.

A Comissão solicitou ao Governo que enviasse, em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, um relatório detalhado ao Comitê de Peritos, antes de 1 de setembro de 2024, com informações sobre a implementação das medidas acima mencionadas e os progressos alcançados neste sentido.”

República Democrática Popular do Laos - Convenção sobre Discriminação (Emprego e Profissão), 1958 (Nº 111)

“A Comissão observou com preocupação que, 16 anos após a ratificação, o Governo ainda não tomou as medidas necessárias para colocar a sua legislação em plena conformidade com a Convenção. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo, em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, a tomar medidas eficazes para:

- definir claramente a discriminação direta e indireta na legislação;
- definir, prevenir e proibir claramente o assédio sexual tanto no emprego como na profissão, e garantir que sejam fornecidas proteção e vias adequadas de recurso e reparação às vítimas de assédio na lei e na prática;
- garantir que a Decisão Ministerial sobre Trabalhadores Domésticos esteja em conformidade com a Convenção No. 111, enumerando expressamente os motivos de discriminação proibidos nos termos do artigo 1.º, n.º 1, a);
- assegurar que os motivos de discriminação estabelecidos no artigo 1.º, n.º 1, alínea a), se aplicam aos funcionários públicos e que a proteção proporcionada pela legislação laboral e pela legislação conexa abrange tanto o emprego como a profissão;
- alterar a Lei do Trabalho (2014) para proibir expressamente a discriminação no emprego e na profissão com base em pelo menos todos os motivos estabelecidos no Artigo 1(1)(a) da Convenção, incluindo sexo, e
- fornecer informações sobre a aplicação na prática: i) do artigo 83.º, 4) da Lei do Trabalho, que permite ao trabalhador rescindir o contrato de trabalho em caso de assédio sexual, e ii) do artigo 141.º, 4), que proíbe os empregadores de violar os direitos pessoais dos trabalhadores, em particular no que diz respeito a casos de assédio sexual.

A Comissão solicitou ao Governo que apresentasse um relatório detalhado sobre as medidas tomadas para implementar a Convenção na lei e na prática, incluindo as recomendações acima mencionadas, e sobre os progressos alcançados até ao prazo de 1 de Setembro de 2024.”

Tunísia - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“A Comissão registrou com profunda preocupação os relatos de detenções, acusações e processos e medidas administrativas tomadas contra sindicalistas pela realização de atividades protegidas pela Convenção. Tendo em conta o debate, a Comissão instou o Governo da Tunísia, em consulta com os parceiros sociais, a:

- restaurar um ambiente propício ao gozo da liberdade de associação sem intimidação, ameaças ou detenções arbitrárias;
- assegurar que as organizações de trabalhadores e de empregadores possam organizar a sua administração e atividades e formular os seus programas de ação com total liberdade, em conformidade com a Convenção;

- assegurar que os representantes de organizações internacionais independentes de trabalhadores e empregadores possam apoiar os seus membros, em conformidade com os artigos 5.º e 6.º da Convenção;
- assegurar que o Código do Trabalho cumpra as disposições da Convenção;
- garantir que a determinação das organizações representativas a nível setorial e empresarial se baseie em critérios claros, pré-estabelecidos e objetivos.

A Comissão convidou o Governo a procurar assistência técnica da OIT, se necessário, para a implementação das recomendações acima mencionadas. A Comissão solicitou ao Governo que informasse o Comitê de Peritos sobre todas as medidas tomadas e os progressos realizados para implementar as recomendações da Comissão e sobre todas as informações pendentes solicitadas pelo Comitê de Peritos até 1 de setembro de 2024.”

Turcomenistão - Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957 (n.º 105)

“Tomando a devida nota das explicações do Governo sobre a colaboração com a OIT para resolver a questão do trabalho forçado na colheita de algodão, a Comissão lamentou a persistência do uso generalizado de trabalho forçado na colheita anual de algodão patrocinada pelo Estado no Turquemenistão. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo, em consulta e cooperação com os parceiros sociais, a tomar todas as medidas necessárias para:

- garantir a eliminação completa do trabalho forçado;
- melhorar o recrutamento e as condições de trabalho no setor do algodão, em conformidade com as normas laborais internacionais;
- eliminar o sistema obrigatório de cotas de produção e colheita de algodão e garantir que ninguém seja ameaçado com sanções pelo não cumprimento das cotas de produção, de acordo com a Convenção;
- dar instruções claras sobre a proibição do trabalho forçado e reforçar a inspeção do trabalho e a aplicação da lei;
- processar e punir adequadamente qualquer funcionário público que participe na mobilização forçada de trabalhadores para o cultivo ou colheita de algodão;
- garantir que as vítimas da mobilização forçada tenham acesso a soluções eficazes, incluindo medidas para prevenir danos futuros;
- assegurar que, em conformidade com a Convenção, a Lei sobre o Estado de Emergência, a Lei sobre Resposta a Emergências, a Lei sobre a Preparação para a Mobilização e Implementação da Mobilização no Turquemenistão e o Artigo 19 do Código do Trabalho não sejam utilizados como medida legal base ou pretexto para o trabalho forçado, e
- promover o diálogo social e continuar a colaborar com a OIT e organizações independentes de empregadores e trabalhadores, para garantir a plena implementação da Convenção na prática, e para fornecer informações sobre as medidas concretas adotadas e os resultados tangíveis obtidos a este respeito, em especial no período 2024-2025.

A Comissão solicitou ao Governo que apresentasse ao Comitê de Peritos um relatório detalhado sobre a implementação das recomendações da Comissão até 1 de setembro de 2024.”

Argélia - Convenção sobre Direito de Organização e Negociação Coletiva, 1949 (nº 98)

“Embora tenha observado que o Governo está empreendendo um processo para reformar a legislação nacional sobre o direito de organização e negociação coletiva, a Comissão expressou a sua preocupação com as numerosas alegações de discriminação e interferência anti-sindical. Observou também que o Comitê de Peritos solicitou ao Governo que apresentasse um relatório em 2025 sobre as implicações da nova legislação. Tendo em conta a discussão, a Comissão solicitou ao Governo, em consulta com os parceiros sociais, que tomasse todas as medidas necessárias para:

- reforçar a cooperação com parceiros sociais independentes com vista a superar quaisquer desafios pendentes colocados pela nova legislação, a fim de fornecer as garantias necessárias para a proteção do direito de organização e de negociação coletiva, em conformidade com a Convenção;
- adotar e implementar efetivamente legislação para aumentar a proteção dos trabalhadores contra todas as formas de discriminação anti-sindical e todos os atos de interferência, em particular através do reforço do papel da inspeção do trabalho;
- melhorar e agilizar os procedimentos administrativos e judiciais para detectar e remediar atos de discriminação anti-sindical;
- aplicar sanções suficientemente dissuasivas contra a discriminação anti-sindical;
- rever os procedimentos de registo sindical de forma a abreviá-los e garantir a aplicação eficaz de medidas de proteção dos dirigentes e associados sindicais contra represálias durante o referido procedimento;
- evitar qualquer ato de interferência no funcionamento das organizações de trabalhadores e de empregadores, incluindo a CGEA, para preservar a sua plena autonomia e independência;
- revisar os artigos pertinentes da Lei nº. 23-02 com o objetivo de garantir o direito de constituir livremente organizações de trabalhadores e empregadores, para que sejam estabelecidos critérios precisos, pré-estabelecidos e objetivos para determinar a representatividade de tais organizações, e que esses critérios sejam aplicados de forma eficaz, e que as organizações de trabalhadores e de empregadores não sejam impedidas de receber assistência financeira ou outra assistência de organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores;
- garantir o direito dos sindicatos minoritários de negociar, pelo menos em nome dos seus próprios membros, e
- assegurar que os dados pessoais dos membros das organizações de empregadores e de trabalhadores recebidos para avaliar se as respectivas organizações permanecem representativas sejam mantidos estritamente confidenciais, a fim de desencorajar quaisquer atos de discriminação anti-sindical.

A Comissão solicitou ao Governo que apresentasse, até 1 de setembro de 2024, um relatório detalhado sobre a implementação das suas recomendações e os resultados alcançados.”

Austrália - Convenção sobre Política de Emprego, 1964 (n.º 122)

“À luz da discussão, a Comissão solicitou ao Governo, em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, que continue a desenvolver e implementar políticas de emprego de acordo com a Convenção, incluindo aquelas que visam aumentar tanto a qualidade como a quantidade de empregos. de trabalho para as mulheres. A Comissão solicitou ao Governo, de acordo com o ciclo regular de relatórios, que apresentasse um relatório ao Comitê de Peritos com informações sobre os esforços que está fazendo para apoiar os povos originários no mundo do trabalho.”

Holanda - São Martinho (Sint Maarten) - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“Tendo em conta a discussão, a Comissão solicitou ao Governo:

- definir, em consulta significativa e eficaz com os respectivos parceiros sociais, critérios de representatividade das organizações de empregadores e de trabalhadores que sejam claros, predeterminados e objetivos;
- promover um diálogo significativo e eficaz com as organizações de trabalhadores e de empregadores sobre todas as questões que afetem os seus interesses ou os dos seus membros, em total conformidade com a Convenção, incluindo a composição do Conselho Socioeconômico (SER), e
- tomar as medidas necessárias para garantir que os representantes dos trabalhadores e dos empregadores no SER apenas sejam nomeados por organizações totalmente autônomas, livremente constituídas ou eleitas pelos trabalhadores e empregadores, e convocar o SER sem demora.

A Comissão solicitou ao Governo que prestasse, até 1 de Setembro de 2024, informações sobre as medidas acima mencionadas, bem como todas as informações pendentes solicitadas pelo Comitê de Peritos.”

El Salvador - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“A Comissão registrou com preocupação as alegações de violações contínuas da Convenção por parte do Governo, incluindo a falta de progressos tangíveis nas investigações sobre os assassinatos de sindicalistas e a denúncia de atos de assédio contra uma organização de empregadores (ANEP). A Comissão também manifestou preocupação com as alegações de interferência das autoridades na nomeação de representantes dos empregadores e dos trabalhadores em órgãos públicos tripartites e mistos. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo, em consulta com organizações independentes e representativas de empregadores e trabalhadores, a:

- pôr termo imediatamente a todos os atos de violência, ameaças, perseguições, estigmatização, intimidação ou qualquer outra forma de agressão contra indivíduos ou organizações em relação ao exercício de atividades sindicais legítimas e às atividades de organizações de empregadores, e adoptar medidas para garantir que tais atos não se repitam;
- garantir mais uma vez o respeito pela liberdade dos trabalhadores e empregadores de estabelecerem as organizações que considerem adequadas, organizarem a sua administração e atividades e formularem o seu programa de ação sem interferência das autoridades públicas;
- acelerar e concluir as investigações em curso sobre os assassinatos de líderes sindicais com vista a apurar os fatos, determinar a culpa e punir os autores de tais atos;
- fornecer informação detalhada sobre o conteúdo e o estado do processo parlamentar da proposta de reforma do Código Penal, os processos de consulta aos atores sociais existentes em relação a esta iniciativa e os resultados obtidos;
- acelerar os processos de registro e emissão de credenciais para os conselhos de administração para garantir o direito das organizações de trabalhadores e de empregadores de estabelecerem e elegerem livremente os seus representantes;
- revogar a obrigação legal dos sindicatos de solicitarem a renovação do seu estatuto jurídico a cada doze meses;
- reativar, sem demora, o Conselho Superior do Trabalho (CST), a fim de garantir a plena participação das organizações de trabalhadores e de empregadores no diálogo social e na consulta tripartite;
- desenvolver um cronograma com prazo determinado para implementar sem demora todas as recomendações feitas pela missão tripartite de alto nível da OIT de 2022 e as recomendações anteriores da Comissão relacionadas com a Convenção, e
- fornecer informação sobre a mudança institucional do INSAFORP para o INCAF, e garantir que a referida instituição tenha uma estrutura tripartite.

A Comissão solicitou ao Governo que submetesse ao Comitê de Peritos, antes da sua próxima reunião, um relatório detalhado sobre a aplicação da Convenção na lei e na prática, no que diz respeito a todos os tópicos acima mencionados, incluindo informações sobre o conteúdo e o resultado das consultas tripartites.”

Peru - Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989 (nº 169)

“A Comissão tomou nota com profunda preocupação da persistência de atos de violência e ataques contra a vida dos povos indígenas que defendem os seus direitos, bem como da situação de impunidade em relação a este fenómeno. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo a:

- realizar investigações imediatas sobre alegações de violência e incitação à violência e garantir que os perpetradores e instigadores dos assassinatos de líderes indígenas em Alto Tamaya-Saweto sejam processados e punidos com a máxima urgência;
- adotar sem demora todas as medidas necessárias para proteger a vida, a integridade física e o bem-estar psicológico dos familiares dos líderes indígenas assassinados;

- adotar sem demora medidas eficazes para prevenir a violência contra os povos indígenas e os seus defensores;
- tomar medidas, em consulta com as organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores, para identificar e resolver dificuldades na realização de processos de consulta com os povos indígenas, inclusive em relação ao setor mineiro;
- fornecer informações ao Comitê de Peritos sobre: as medidas tomadas para identificar, demarcar e regularizar as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos abrangidos pela Convenção nas diferentes regiões do país;
- - progressos alcançados nas investigações sobre alegações de exploração madeireira ilegal e casos de trabalho forçado ligados ao sistema de licenciamento no departamento de Ucayali;
- - as atividades da Comissão Multissetorial de Caráter Permanente para a Aplicação do Direito à Consulta, explicando a forma como a referida Comissão monitoriza os acordos e toma medidas em casos de descumprimento dos acordos celebrados nos processos de consulta;
- - como se pretende garantir a cooperação dos povos indígenas na avaliação do impacto social, espiritual, cultural e ambiental dos projetos de exploração ou exploração mineira que possam afetar os seus direitos;
- - os critérios utilizados pelo Ministério de Energia e Minas para determinar quais povos indígenas devem ser consultados em relação a um projeto, e
- -as medidas adotadas para informar os povos indígenas sobre a importância das consultas e promover a sua participação nestes processos.

A Comissão instou o Governo a recorrer à assistência técnica da OIT para implementar as recomendações acima e implementar integralmente a Convenção, e a apresentar um relatório detalhado ao Comitê de Peritos até 1 de setembro de 2024.”

Espanha - Convenção (N.º 144) sobre Consulta Tripartite (Normas Internacionais do Trabalho), 1976

“A Comissão recordou que a consulta tripartite para promover a aplicação das normas internacionais do trabalho é de suma importância. Tendo em conta a discussão, o Comitê solicitou ao Governo que continuasse a garantir uma consulta eficaz com organizações representativas de empregadores e trabalhadores sobre os procedimentos exigidos pela Convenção e a fornecer informações sobre a frequência de tais consultas e métodos de trabalho. A Comissão solicitou ao Governo que fornecesse as informações solicitadas, bem como informações sobre as medidas tomadas para implementar as recomendações acima de acordo com o ciclo regular de relatórios.”

Essuatíni⁴⁰ - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“A Comissão registou com profunda preocupação a deterioração da ordem pública e o seu impacto negativo nos direitos sindicais no país, bem como a cultura prevalecente de impunidade para os autores de crimes contra sindicalistas. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo a adotar medidas eficazes, urgentes e fixadas no tempo, para:

- abster-se de tratamento violento, intimidação ou assédio, incluindo assédio judicial, de líderes e membros de sindicatos no setor da educação que conduzem atividades sindicais legais, incluindo o Presidente e Secretário-Geral da Associação Nacional de Professores da Suazilândia (SNAT), Srs. Mbongwa Dlamini e Lote Mduduzi Vilakati;
- libertar os presos por terem realizado atividades sindicais legais, anular as suas condenações e retirar todas as acusações apresentadas contra eles, e garantir o regresso seguro a casa de todos os

⁴⁰ Essuatíni, oficialmente Reino de Essuatíni e anteriormente conhecido como Suazilândia, é um país da África Austral, limitado a leste por Moçambique e em todas as outras direções da África Austral.

membros do sindicato que vivem no exílio, incluindo o Secretário-Geral do Sindicato dos Transportes, Comunicações e Trabalhadores Aliados da Suazilândia (SWATCAWU), Sticks Nkambule;

- realizar prontamente investigações independentes sobre: i) alegados casos de intimidação, assédio ou violência, incluindo o assassinato do Sr. Thulani Maseko e a perseguição do Sr. Mbongwa Dlamini, com vista a descobrir os culpados e punir os autores e responsáveis. instigadores desses crimes; e ii) casos de violência e interferência da polícia em relação às atividades sindicais legais, pacíficas e legítimas, e responsabilização dos responsáveis;
- assegurar que as organizações de empregadores e de trabalhadores, incluindo o Congresso dos Sindicatos da Suazilândia (TUCOSWA), SNAT e SWATCAWU, tenham a autonomia e a independência necessárias para cumprir o seu mandato e representar os seus membros;
- revogar qualquer ordem administrativa ou disposição legislativa que tenha o efeito de proibir ou restringir o direito à liberdade de reunião dos sindicatos e garantir, na prática, que os sindicatos gozem plenamente do direito de realizar reuniões públicas, tal como consagrado na Convenção, em particular proporcionando formação neste sentido, às forças policiais e de segurança, aos conselhos municipais e às autoridades judiciais, e
- implementar as conclusões da comissão de inquérito e da conciliação voluntária nacional e realizar a campanha de sensibilização planeada sobre os códigos de prática, em plena consulta com os parceiros sociais e com a assistência técnica da OIT.

A Comissão solicitou ao Governo que apresentasse um relatório detalhado sobre as medidas tomadas e os progressos alcançados em relação às recomendações anteriores, e que incluísse todas as informações pendentes solicitadas pela Comissão de Peritos, o mais tardar até 1 de setembro de 2024.”

Gâmbia - Convenção sobre Idade Mínima, 1973 (nº 138)

“A Comissão observou com preocupação a elevada incidência de trabalho infantil no país e as numerosas lacunas que persistem na legislação. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo a adotar medidas eficazes e oportunas para:

- introduzir efetivamente, com a maior brevidade possível, a escolaridade obrigatória até à idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho, fixada em 14 anos;
- assegurar que uma idade mínima para admissão em programas de aprendizagem de pelo menos 14 anos, tanto na economia formal como informal, seja estabelecida por lei e introduzida na revisão da Lei da Criança e no projeto de lei laboral, os tipos de atividades, o número de horas e condições em que crianças menores de 14 anos podem realizar trabalhos leves;
- intensificar os seus esforços para garantir que os inspetores do trabalho tenham formação adequada e disponham de recursos suficientes para detectar casos de trabalho infantil;
- assegurar a aplicação efetiva das regras que preveem sanções em caso de violação das disposições relativas ao emprego de crianças e jovens;
- implementar políticas estratégicas destinadas a abordar as causas profundas, os fatores de risco e as circunstâncias socioeconômicas que conduzem ou dão origem à exploração de crianças, e
- continuar a colaborar com a OIT para tornar a legislação e a prática em conformidade com a Convenção.

A Comissão solicitou ao Governo que continuasse a recorrer à assistência técnica da OIT para garantir a aplicação plena e rápida da Convenção na lei e na prática. A Comissão também solicitou ao Governo que apresentasse um relatório detalhado sobre as medidas tomadas para implementar as recomendações acima antes de 1 de Setembro de 2024.”

Geórgia - Convenção sobre Igualdade de Remuneração, 1951 (nº 100)

“Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo a adotar, em consulta com organizações representativas de empregadores e trabalhadores, medidas eficazes para:

- alterar a Lei do Trabalho e a Lei da Função Pública de modo a dar plena expressão legislativa ao princípio da “igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho de igual valor”;

- abordar eficazmente a persistente segregação horizontal e vertical que prevalece no país, especialmente através da formação profissional específica, quotas profissionais, incentivos e atividades de sensibilização;
- rever periodicamente os salários nos setores onde predominam as mulheres;
- implementar mecanismos eficazes de fiscalização e deteção;
- rever os mecanismos de reclamação existentes para garantir que os procedimentos sejam facilmente acessíveis, eficazes e rápidos;
- fornecer informações detalhadas e completas sobre os seus esforços para educar e aumentar a consciência pública sobre o princípio da Convenção;
- recolher e analisar regularmente dados estatísticos sobre o número de homens e mulheres empregados, desagregados por setor económico e nível profissional, e
- fornecer ao Comitê de Peritos todas as informações pendentes solicitadas.

A Comissão convidou o Governo a recorrer à assistência técnica da OIT.”

Guiné - Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957 (n.º 105)

“A Comissão lamentou profundamente a deterioração dos direitos sindicais no país. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo a adotar medidas eficazes e definidas no tempo, em consulta com organizações representativas de empregadores e trabalhadores, para:

- anular as sentenças proferidas contra Sekou Jamal Pendessa, secretário-geral do Sindicato Guineense dos Profissionais de Imprensa (SPPG);
- assegurar que não possam ser impostas penas que envolvam trabalho obrigatório, inclusive como parte de uma pena de prisão, a pessoas que expressem determinadas opiniões políticas ou demonstrem pacificamente a sua oposição ideológica à ordem estabelecida, inclusive no contexto de manifestações públicas pacíficas;
- tomar as medidas necessárias, especificamente através da revisão das disposições relevantes do Código Penal e da Lei de 23 de Dezembro de 1991 sobre a Carta dos Partidos Políticos, para restringir o âmbito de aplicação destas disposições, a fim de cumprir os requisitos do artigo 1.º , a) da Convenção, e
- fornecer informações sobre: i) todas as condenações proferidas ao abrigo das disposições acima mencionadas, bem como em relação aos alegados atos que deram origem às condenações e às sanções impostas, e ii) as sanções específicas impostas pela violação da proibição de manifestação em vias públicas.

O Comitê convidou o Governo a recorrer à assistência técnica da OIT para resolver as questões identificadas e a apresentar as informações solicitadas até 1 de setembro de 2024.”

Japão - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“A Comissão tomou nota da antiguidade do caso e das discussões anteriores que ocorreram na Comissão, a mais recente em 2018. Tendo em conta a discussão, o Comitê solicitou ao Governo que considerasse, de acordo com a Convenção e em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores:

- introduzir novas melhorias na situação e nas condições de trabalho dos serviços de combate a incêndios;
- quais categorias de agentes penitenciários são consideradas parte da polícia e estão, portanto, isentas do direito de organização, e quais categorias não são consideradas parte da polícia e têm o direito de organização;
- no que diz respeito aos trabalhadores do setor público: assegurar que os procedimentos da Autoridade Nacional do Pessoal (NPA) assegurem procedimentos de conciliação e arbitragem eficazes, imparciais e rápidos;

- continuar a examinar cuidadosamente o sistema autônomo de relações laborais e a procurar soluções para os vários obstáculos que o dificultam, em conformidade com a Convenção, e
- rever a Lei da Função Pública Local e qualquer outra legislação relacionada para garantir que os trabalhadores do setor público local gozem dos direitos e garantias estabelecidos na Convenção.

A Comissão solicitou ao Governo que apresentasse um relatório à Comitê de Peritos, até 1 de Setembro de 2024, sobre os progressos realizados nas questões acima mencionadas.”

Equador - Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, 1948 (nº 87)

“A Comissão tomou nota da antiguidade do caso e das discussões anteriores que tiveram lugar no seio da Comissão, a mais recente em 2022. Neste contexto, manifestou a sua preocupação pelo fato de o Governo não ter aceitado uma missão de contatos diretos ou não ter recorrido à assistência técnica da OIT, conforme solicitado anteriormente pelo Comitê. A Comissão lamentou que o Governo não tivesse registrado uma delegação tripartite na Conferência e registrou com preocupação o clima geral anti-sindical que prevalecia no país e que não era propício ao livre exercício e pleno gozo dos direitos e liberdades consagrados na a Convenção. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo do Equador a tomar medidas eficazes e urgentes para:

- adotar imediata e efetivamente as medidas necessárias para determinar a culpa e punir os autores do assassinato do senhor Sandro Arteaga Quiroz;
- prevenir a violência em relação ao exercício de atividades sindicais legítimas;
- garantir que os sindicalistas possam desenvolver as suas atividades num clima livre de violência, assédio e intimidação, e no quadro de um sistema que garanta o respeito efetivo pelas liberdades civis e o direito à liberdade de associação;
- assegurar que todos os trabalhadores, sem distinção de qualquer tipo, incluindo os trabalhadores independentes e os trabalhadores da economia informal, tenham o direito de formar e aderir a sindicatos da sua própria escolha, na lei e na prática;
- alterar, em plena consulta com os parceiros sociais, as seguintes disposições legais para as tornar conformes com a Convenção: artigos 443, 449, 452 e 459 do Código do Trabalho, que exigem um número excessivo de trabalhadores para a criação de associações dos trabalhadores e limitar a possibilidade de criação de sindicatos por ramo de atividade;

- artigo 10º, c) do Acordo Ministerial n.º 0130 de 2013 sobre os prazos obrigatórios para convocação de eleições sindicais;

- artigo 459, 4) do Código do Trabalho, que exige ter nacionalidade equatoriana para poder ser dirigente sindical;

- artigo 459.º, n.º 3) do Código do Trabalho, que permite que o conselho de administração de um conselho de empresa seja composto por qualquer trabalhador, filiado ou não em sindicato;

- artigo 11.º da Lei da Reforma Orgânica, que exclui certas categorias de funcionários públicos do direito de constituir sindicatos e de neles aderir;

- as disposições da Lei da Reforma Orgânica que concedem privilégios às comissões majoritárias de funcionários públicos e privam todas as outras organizações da possibilidade de defender os interesses dos seus membros;

- decreto n. 193, que permite a dissolução administrativa dos sindicatos dos servidores públicos, e adotar todas as medidas possíveis para registrar sem demora o Sindicato Nacional dos Educadores (UNE).

A Comissão solicitou ao Governo que fornecesse informação à Comissão de Peritos, até 1 de Setembro de 2024, sobre os progressos realizados e os resultados obtidos em relação a todos os pontos acima mencionados. A Comissão convidou o Governo a recorrer à assistência técnica da OIT para implementar eficazmente todas as recomendações do Comitê.”

Cazaquistão - Convenção (N.º 81) sobre Inspeção do Trabalho, 1947; Convenção (N.º 129) sobre Inspeção do Trabalho (Agricultura), 1969

“A Comissão notou com preocupação uma série de questões relacionadas com o funcionamento eficaz do sistema de inspeção do trabalho no país, devido às inúmeras restrições aos poderes dos inspetores do trabalho, tais como as autorizações prévias necessárias para realizar uma inspeção, limitações. o número de inspeções que podem ser realizadas, as limitações das medidas que os inspetores do trabalho podem tomar quando confrontados com condições de trabalho perigosas e as limitações do âmbito das inspeções. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo a adotar medidas eficazes e oportunas para:

- recrutar um número suficiente de inspetores do trabalho e fornecer-lhes recursos materiais, financeiros e operacionais suficientes para garantir o bom funcionamento da inspeção do trabalho;
- reforçar o papel da inspeção do trabalho, transferindo e subordinando os seus serviços à autoridade de um órgão executivo central, conforme recomendado pelo Comitê de Peritos da OIT em 2018;
- assegurar que os inspetores do trabalho sejam capazes de realizar inspeções do trabalho com a frequência e o cuidado necessários para garantir a aplicação efetiva das disposições legais relevantes, em conformidade com as disposições das Convenções;
- modificar os artigos 144, 3) e 4), 156, 2), 144, 13), 144-1, 144-2, 145, 146, 143, 3) e 151 do Código do Empreendedor, a fim de garantir que os inspetores têm competência para efetuar visitas não anunciadas aos estabelecimentos, bem como para realizar qualquer exame, teste ou investigação que considerem necessário;
- indicar se, na sequência da revogação do artigo 197.º do Código do Trabalho e do artigo 147.º, n.º 2, do Código do Empreendedor, os inspetores passam a estar autorizados a realizar visitas de inspeção a qualquer hora do dia e da noite, de acordo com o disposto na Convenção;
- alterar a seção 141 do Código do Empreendedor para garantir que os inspetores do trabalho possam realizar as inspeções do trabalho necessárias para garantir a implementação efetiva em conformidade com as Convenções;
- rever a secção 50(12) da Lei da Função Pública e as secções 151 e 156 do Código do Empreendedor, a fim de garantir que as investigações realizadas pelos inspetores do trabalho não sejam limitadas no seu âmbito ou invalidadas, e que não sejam impostas sanções disciplinares aos inspetores do trabalho autorizados pela legislação;
- alterar os artigos 136, 144-1 e 144-2 do Código do Empreendedor para garantir que os inspetores do trabalho tenham poderes para adotar medidas com aplicabilidade imediata e possam iniciar processos judiciais sem emitir aviso prévio, quando necessário;
- garantir que os inspetores do trabalho não encontrem obstáculos indevidos no desempenho das suas funções, alterando o artigo 12.º do Código do Empreendedor, e
- assegurar a preparação e publicação de um relatório anual sobre o trabalho dos serviços de inspeção que aborde todos os tópicos listados no Artigo 21 da Convenção No. 81 e no artigo 27 da Convenção No. 129, e comunicá-lo à OIT.

A Comissão solicitou ao Governo que enviasse, antes de 1º de setembro de 2024, um relatório sobre as medidas adotadas para implementar as recomendações da Comissão e que fornecesse todas as informações pendentes solicitadas pelo Comitê de Peritos.”

México - Convenção sobre Igualdade de Remuneração, 1951 (nº 100)

“Embora acolhesse favoravelmente as propostas legislativas apresentadas pelo Governo para cumprir a Convenção, a Comissão observou que estas reformas continuavam a exigir uma análise extensiva a fim de garantir o pleno cumprimento da Convenção. Tendo em conta a discussão, a Comissão instou o Governo, em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, a:

- realizar um estudo abrangente sobre emprego e salários no país, incluindo disparidades salariais, tendo em conta fatores como competências, responsabilidades, tarefas e condições de trabalho, independentemente do emprego, e livre de qualquer estereótipo de género;

- dar plena expressão legislativa ao princípio da igualdade de remuneração para “trabalho de igual valor” estabelecido na Convenção;
- promover e estabelecer mecanismos eficazes de detecção e monitorização do cumprimento para garantir que o princípio da igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho de igual valor seja aplicado na prática, e
- recolher informações estatísticas para analisar melhor o cumprimento da Convenção na prática e as disparidades salariais entre homens e mulheres.

A Comissão convidou o Governo a recorrer à assistência técnica da OIT, a fim de garantir o cumprimento das suas obrigações nos termos da Convenção, na lei e na prática.”

Comentário final

Nosso breve texto apresenta uma visão panorâmica da situação do mundo, a partir de mais de 20 casos individuais de países, os quais apontam tanto a persistência de violações antigas e já anteriormente denunciadas, quanto surpreendentes e graves retrocessos em países que já haviam avançado, em todas as regiões do mundo. Por certo, são indicadores do avanço maciço da ideologia neoliberal; da crescente “direitização” do mundo e da consagração do autoritarismo, da opressão e da violência contra os direitos humanos, em geral, e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial.

Indicadores da saúde do adolescente recomendados pela Ação Global para a Saúde do Adolescente

The adolescent health indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent health

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos

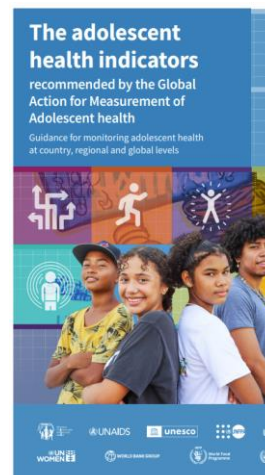
Resumo: Historicamente, o mundo carece de indicadores abrangentes para a saúde dos adolescentes, o que tem dificultado o desenvolvimento eficaz de políticas e intervenções específicas para essa população e o acompanhamento das metas de saúde. O documento “*The adolescent health indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent health (GAMA)*”, publicado em junho de 2024 pela OMS em colaboração com UNAIDS, UNESCO, UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres, Banco Mundial e World Food Programa, propõe uma lista de 47 indicadores para o monitoramento e avaliação da saúde do adolescente. Neste artigo apresentamos o documento e os indicadores sugeridos pelo Grupo Consultivo GAMA. Investir na saúde dos adolescentes é fundamental e contribui para construir sociedades mais saudáveis.

Palavras-chave: Saúde do adolescente; Desenvolvimento do adolescente; Desenvolvimento sustentável; Avaliação em saúde.

Abstract: *Historically, the world lacks comprehensive indicators for adolescent health, which has hampered the effective development of specific policies and interventions for this population and the monitoring of health goals. The document “The adolescent health indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent health (GAMA)”, published in June 2024 by the WHO in collaboration with UNAIDS, UNESCO, UNFPA, UNICEF, UN Women, the World Bank and the World Food Programme, proposes a list of 47 indicators for monitoring and evaluating adolescent health. In this article we present the document and indicators suggested by the GAMA Advisory Group. Investing in the health of adolescents is fundamental and contributes to building healthier societies.*

Key words: *Adolescent health; Adolescent development; Sustainable development; Health evaluation.*

O documento "*The Adolescent Health Indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent Health*"¹ publicado pela OMS em junho de 2024 fornece diretrizes para o monitoramento da saúde dos adolescentes, incluindo indicadores que abrangem seis dimensões: (1) políticas, programas e leis; (2) desempenho dos sistemas e intervenções; (3) determinantes sociais, culturais, econômicos, educacionais e ambientais da saúde; (4) comportamentos e riscos de saúde; (5) experiência subjetiva; e (6) resultados e condições de saúde. Esses indicadores fornecem uma base sobre a qual políticas e programas podem ser construídos e avaliados.



Atualmente, cerca de 1,3 bilhão (16%) da população global são adolescentes, definidos como aqueles com idade entre 10 e 19 anos. A adolescência é uma fase única do desenvolvimento humano e um momento importante para estabelecer as bases de uma boa saúde. Os adolescentes vivenciam um rápido crescimento físico, cognitivo e psicossocial, e isso afeta como eles sentem, pensam, tomam decisões e interagem com o mundo ao seu redor.

Historicamente, o mundo carece de indicadores abrangentes para monitorar e avaliar a saúde dos adolescentes, o que tem impedido o desenvolvimento eficaz de políticas e intervenções específicas para esse grupo.

Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu o Grupo Consultivo GAMA (*Global Action for Measurement of Adolescent Health*) para melhorar o monitoramento da saúde dos adolescentes global, regional e nacionalmente e concentrar esforços nas questões mais importantes. Isso foi feito com o apoio de sete outras agências das Nações Unidas (ONU): o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), Organização das Nações Unidas para a Educação, Organização Científica e Cultural (UNESCO), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ONU Mulheres, Banco Mundial e o Programa Mundial Alimentar.

Desde então vem sendo feito um trabalho coletivo e intersetorial para pensar uma agenda de saúde do adolescente e, em junho deste ano, foi publicado o documento "[*The Adolescent Health Indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent Health*](#)", em que os organismos recomendam um conjunto de 47 indicadores para monitorar a saúde do adolescente global, regional e nacionalmente. Publicado pela OMS, o documento possui 88 páginas e está dividido em quatro seções principais, sendo elas: Processo de seleção de indicadores; Os indicadores; Princípios de medição; Dos indicadores para a ação.

Inicia-se destacando a importância da saúde dos adolescentes e a necessidade de indicadores precisos para monitorar e melhorar a saúde dessa população, com enfoque global para garantir que os dados sejam comparáveis entre diferentes países e regiões. Na primeira seção, é detalhado o passo a passo do **Processo de seleção de indicadores**, que buscou ser inclusivo e baseou-se em trabalhos anteriores e atuais para medir a saúde do adolescente. Foi fundamentada tanto no rigor científico quanto na viabilidade, com base em dados da vida real da avaliação nos Estados-Membros. Os indicadores preenchem uma lacuna importante, e oferecem uma lente diferenciada para avaliar a situação da saúde dos adolescentes que vão além dos dados tradicionalmente monitorados. Com estes indicadores os países podem avaliar

o progresso, identificar prioridades e alocar recursos de forma eficaz, orientando os adolescentes para um futuro mais saudável.

Na seção **Os indicadores**, são fornecidas diretrizes para o monitoramento da saúde dos adolescentes, considerando os 47 indicadores selecionados, que estão organizados em seis dimensões: (1) políticas, programas e leis; (2) desempenho dos sistemas e intervenções; (3) determinantes sociais, culturais, econômicos, educacionais e ambientais da saúde; (4) comportamentos e riscos de saúde; (5) experiência subjetiva; e (6) resultados e condições de saúde. Esses indicadores fornecem uma base sobre a qual políticas e programas podem ser construídos e avaliados. Este artigo irá aprofundar mais a frente esta seção.

Em **Princípios de medição**, é enfatizada a necessidade de dados precisos, confiáveis e comparáveis. A medição deve ser conduzida de maneira ética e respeitar a privacidade dos adolescentes. Além disso, é crucial que os dados sejam utilizados para informar políticas e intervenções que possam realmente fazer a diferença na vida dos adolescentes.

Por fim, a seção **Dos indicadores à ação** aponta a importância de traduzir os dados dos indicadores em ações concretas. Isso inclui o desenvolvimento de políticas públicas, a implementação de programas de saúde e a avaliação contínua dessas intervenções para garantir que estejam atingindo seus objetivos. O documento enfatiza a necessidade de um compromisso contínuo e colaborativo entre governos, organizações não governamentais e a comunidade internacional.

Os Indicadores

Acompanhar a saúde dos adolescentes requer monitoramento constante dos mais importantes programas, políticas, leis e intervenções, bem como de determinantes de saúde, comportamentos de riscos e suas consequências. O acompanhamento da saúde do adolescente tem sido historicamente inconsistente e incompleto, com muitos indicadores sendo usados por vários grupos diferentes, levando a duplicidade desnecessária de trabalho em algumas áreas e lacunas de monitoramento em outras.

O trabalho do Grupo Consultivo GAMA teve como objetivo padronizar esforços e orientações em torno do monitoramento da saúde do adolescente, apoiando países e organizações técnicas na coleta de dados úteis para acompanhar o progresso na melhoria da saúde do adolescente.

São dois tipos de indicadores, principais e adicionais, organizados nas seis dimensões principais mencionadas para o monitoramento da saúde do adolescente. Os indicadores principais (P) são os essenciais para medir a saúde de todos os adolescentes globalmente; os adicionais (A) são aqueles fornecidos para quando houver mais detalhes dentro de um assunto.

Segue abaixo a lista dos indicadores, por dimensão e por tipo (P ou A):

1. Políticas, Programas e Leis - inclui indicadores a nível de país sobre políticas, programas e leis relevantes para saúde do adolescente

- Existência de um Programa Nacional de Saúde do Adolescente (P);
- Existência de padrões nacionais para a prestação de serviços de saúde aos adolescentes (P);
- Existência de uma política nacional que isenta os adolescentes do pagamento de taxas para consultas ambulatoriais no setor público (A);

- Ausência de limite de idade para darem consentimento legal em serviços específicos de saúde, sem necessidade de consentimento conjugal, parental ou de tutor (A).

2. Desempenho e intervenções dos sistemas - inclui indicadores sobre a cobertura dos serviços de saúde para adolescentes

- Proporção de adolescentes que receberam serviço de saúde nos últimos 12 meses (P);
- Proporção da cobertura da vacina contra papilomavírus (HPV) (última dose do cronograma) (P);
- Proporção de escolas que oferecem serviços de saúde escolar (A);
- Proporção de escolas que oferecem educação em HIV e sexualidade (A).

3. Determinante social, cultural, econômico, educacional e ambiental da saúde - inclui indicadores sobre fatores que impactam a saúde da população e equidade na saúde

- Proporção da população total que é adolescente (P);
- Proporções de adolescentes que concluíram o ensino primário e secundário (P);
- Proporção de adolescentes que, ao final do ano primário e ao final do ensino secundário, atingindo pelo menos um nível mínimo de proficiência em leitura e matemática (A);
- Proporção de adolescentes que vivem abaixo da linha da pobreza (P);
- Proporção de adolescentes que passam fome a maior parte do tempo ou que durante os últimos 30 dias não obteve quantidade suficiente comida em sua casa (P);
- Proporção de adolescentes mais velhas, do sexo feminino, que tomam suas próprias decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde reprodutiva (P);
- Proporção de adolescentes mais velhos que não estudam, não estão em nenhum tipo de trabalho ou não trabalham (P).

4. Comportamentos e riscos para a saúde - inclui indicadores sobre comportamentos e riscos que impactam a saúde dos adolescentes

- Prevalência de sobrepeso e obesidade entre adolescentes (P)
- Prevalência de magreza entre adolescentes (P);
- Proporção de adolescentes que consumiram pelo menos 5 porções de vegetais e frutas por dia durante os últimos 7 dias (P);
- Proporção de adolescentes que consumiram bebidas adoçadas com açúcar uma ou mais vezes por dia durante os últimos 7 dias (A);
- Proporção de adolescentes que acumularam média de pelo menos 60 minutos de atividade física de intensidade moderada a vigorosa por dia durante os últimos 7 dias (P);
- Prevalência de episódios de consumo excessivo de álcool nos últimos 30 dias entre adolescentes (P);
- Prevalência do uso de álcool nos últimos 30 dias entre adolescentes (A);
- Prevalência do uso de tabaco nos últimos 30 dias entre adolescentes (P);
- Prevalência do uso de cigarros eletrônicos nos últimos 30 dias entre adolescentes (A);
- Prevalência do uso de cannabis nos últimos 30 dias entre adolescentes (P);
- Proporção de adolescentes que tiveram a primeira relação sexual antes dos 15 anos de idade (P);

- Proporção de adolescentes do sexo feminino que sabem sobre menstruação antes da menarca (A);
- Proporção de adolescentes que usaram contracepção (método moderno) na última relação sexual (P);
- Proporção de adolescentes que usaram preservativo na última relação sexual (P);
- Proporção de adolescentes mais velhas que têm sua demanda para planejamento reprodutivo atendido com métodos modernos (P);
- Proporção de nascidos vivos de adolescentes do sexo feminino atendidos por profissionais de saúde qualificados (P);
- Proporção de adolescentes que sofreram bullying durante os últimos 12 meses (P);
- Proporção de adolescentes que sofreram violência física nos últimos 12 meses (P);
- Proporção de adolescentes que vivenciaram violência sexual nos últimos 12 meses (P);
- Proporção de adolescentes (meninas e meninos) que vivenciaram violência sexual antes dos 18 anos (A).

5. Bem-estar subjetivo - inclui indicadores referente à conexões pessoais

- Proporção de adolescentes que têm alguém com quem conversar quando têm uma preocupação ou problema (P);
- Proporção de adolescentes que relatam relacionamentos familiares positivos (A).

6. Resultados e condições de saúde - inclui indicadores diretamente relacionados à mortalidade e morbidade dos adolescentes

- Taxa de mortalidade de adolescentes (todas as causas) (P);
- Taxa de mortalidade de adolescentes (causa específica) (P);
- Taxa de natalidade de adolescentes (P);
- Proporção de adolescentes que vivem com HIV (P);
- Taxa de incidência de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis (IST) entre adolescentes (P);
- Taxa de hospitalização por lesões em adolescentes por causas específicas (P);
- Prevalência de anemia entre adolescentes (P);
- Proporção de adolescentes que relatam tentativa de suicídio nos últimos 12 meses (P);
- Proporção de adolescentes que relatam sintomas de depressão e/ou ansiedade nas últimas 2 semanas (P);
- Proporção de adolescentes com sintomas de depressão e/ou ansiedade que relatam contato com um profissional de saúde/conselheiro com foco em saúde mental (A).

Os indicadores foram selecionados para proporcionar uma visão abrangente da saúde dos adolescentes, considerando não apenas os resultados de saúde, mas também os determinantes sociais e comportamentais que influenciam esses resultados. Sua quantidade foi propositalmente limitada para concentrar nos problemas de saúde mais importantes que os adolescentes enfrentam, minimizar a carga de informações e facilitar a medição e utilização destes indicadores pelos países. Neste sentido, facilitam identificar áreas que necessitam de intervenção e avaliar o impacto das políticas e programas implementados. Por exemplo, a existência de políticas nacionais de saúde dos adolescentes (dimensão 1) pode ser um forte

indicativo do compromisso de um país com a saúde dessa população, enquanto a cobertura de vacinação (dimensão 3) fornece dados sobre a proteção contra doenças infecciosas.

A implementação eficaz desses indicadores requer a coleta de dados precisos e a colaboração entre várias partes interessadas, incluindo governos, organizações não governamentais e a comunidade. A análise dos dados obtidos através desses indicadores pode ajudar a identificar tendências, lacunas e áreas prioritárias para intervenção, permitindo que as políticas e programas sejam ajustados conforme necessário para melhorar a saúde e o bem-estar dos adolescentes globalmente.

O monitoramento da saúde do adolescente deve fornecer uma visão abrangente ao invés de focar em apenas um aspecto. A colaboração entre diversas disciplinas, como medicina, psicologia, sociologia, educação e saúde pública é crucial para uma compreensão holística e uma perspectiva mais ampla da saúde do adolescente.

O documento ainda sugere que manter a privacidade e a confidencialidade no monitoramento da saúde do adolescente é crucial para promover a confiança, a honestidade e a comunicação aberta. Os adolescentes muitas vezes enfrentam questões de saúde sensíveis e podem hesitar em discutir abertamente sua situação, especialmente se a confidencialidade não for garantida. Respeitar a privacidade dos adolescentes garante um espaço seguro para que compartilhem informações pessoais e de saúde sem medo de julgamento ou outras repercussões negativas. Manter a confidencialidade incentiva os adolescentes a serem mais abertos nas suas respostas, o que permite uma avaliação mais precisa das suas necessidades e comportamentos de saúde. Isso também promove um sentimento de respeito pela sua autonomia e direitos e, em última análise, fortalece a integridade do monitoramento da saúde e a eficácia de intervenções subsequentes adaptadas às suas necessidades específicas.

O documento conclui com um apelo à ação, enfatizando que a saúde dos adolescentes deve ser uma prioridade global. A adoção e implementação dos indicadores recomendados é um passo crucial para melhorar a saúde e o bem-estar dos adolescentes em todo o mundo.

O futuro dessa população é o futuro do mundo. O progresso em direção ao desenvolvimento sustentável depende dos investimentos que fazemos na saúde, no bem-estar e no empoderamento dos adolescentes hoje. Investir na saúde dos adolescentes é fundamental para o seu bem-estar atual e ao longo da vida, e não apenas beneficia os indivíduos, mas também contribui para construir sociedades mais saudáveis. Ao priorizar a saúde dos adolescentes, possibilitamos que os jovens alcancem todo o seu potencial, impactando positivamente o futuro da saúde pública e desenvolvimento social.

Referência

1. World Health Organization. The adolescent health indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent health [Internet]. 2024 p. 88. Available from: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/376852/9789240092198-eng.pdf?sequence=1>

Responsabilidades das corporações comerciais na transformação dos sistemas alimentares: entre a inocência e a realidade

**Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva**

Resumo: Nesse informe, discutiremos como o sistema internacional de segurança alimentar e nutricional, reunindo organismos multilaterais e governos, tem atuado em relação às grandes corporações e seu papel e participação na transformação dos sistemas alimentares, particularmente no âmbito da Cúpula de Sistemas Alimentares.

O tema da participação do setor privado na agenda de segurança alimentar e nutricional global, incluindo a transformação dos sistemas alimentares, tem sido recorrente em nossos informes, quase sempre em tom crítico e questionador, na medida em que as corporações que compõem o chamado *Big Food* estão entre as principais causas da atual síndrome global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas nutrição (Swinburn *et al.*, 2019).

Por isso, frequentemente questionamos se esses causadores dos problemas podem e devem ter tamanho protagonismo em sua solução e o quanto a participação desse setor tem sido permeada por *blue, green, social, pink* e outros tipos de *washing* corporativos para dar uma falsa aura de colaboração e responsabilidade a entidades cuja atual continuação a ser movida pelo lucro a despeito de suas consequências sobre a saúde humana e planetária.

Assim, aproveitamos o recente lançamento de uma publicação do Hub das Nações Unidas para Sistemas Alimentares, denominado Responsabilidade Corporativa para a Transformação de Sistemas Alimentares (United Nations Food Systems Coordination Hub, 2024) e discussões recente no âmbito do Congresso Internacional de Obesidade (*International Congress on Obesity - ICO 2024*) e a publicação da Organização Mundial da Saúde sobre Políticas fiscais para promover dietas saudáveis (World Health Organization (WHO), 2024), além de publicações anteriores dos organismos, da academia e da sociedade civil.

Os impactos globais dos produtos ultraprocessados

Antes de analisar as recomendações do Hub de Coordenação da Cúpula de Sistemas Alimentares para as corporações, é necessário resgatar todas as evidências sobre seu efeito sobre os sistemas alimentares e a saúde para melhor delimitar o quanto podem de fato participar de soluções para os problemas atuais desses sistemas.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas trouxe, em seu relatório de 2019, uma análise detalhada dos efeitos das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar e nutricional e os sistemas alimentares globais (The Intergovernmental Panel on Climate Change, 2019). Segundo o relatório, os sistemas alimentares hegemônicos, representados pelas monoculturas de commodities, pela pecuária intensiva e pelas indústrias de produtos ultraprocessados, são responsáveis por aproximadamente de 21 a 37% das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE), considerando o uso da terra, bem como o armazenamento, transporte, embalagem, processamento, varejo e consumo dos alimentos. Por exemplo,

somente na produção agrícola, estima-se que de 9 a 14% das emissões estejam associadas a atividades de cultivo e pecuária dentro das fazendas; 5 a 14% são relacionadas ao uso da terra, incluindo desmatamento e degradação de turfeiras e 5 a 10% são de atividades na cadeia de suprimentos.

Esse relatório destaca também que, enquanto a oferta de alimentos per capita aumentou mais de 30%, mostrando as limitações do que foi prometido pela Revolução Verde, houve maior uso de fertilizantes nitrogenados (aumento de cerca de 800%) e recursos hídricos para irrigação (que aumentou mais de 100%). Além disso, esse modelo mostrou-se incapaz de eliminar a fome e as carências nutricionais no mundo e ainda trouxe o aumento da obesidade e das doenças crônicas associadas à alimentação inadequada, consolidando a dupla carga da má nutrição.

No contexto dos sistemas alimentares, pensando principalmente na relação que vai desde os sistemas alimentares hegemônicos e as mudanças climáticas, existe uma cadeia que interliga as monoculturas e as indústrias, não se pode dissociar os elos dessa cadeia. Primeiramente, em termos da responsabilização, é fundamental reconhecer que, para além da relação entre ultraprocessados e saúde, , tem crescido a base de evidências sobre os impactos ambientais dos produtos ultraprocessados e dos sistemas alimentares aos quais estão vinculados, inclusive no contexto da ruptura dos limites planetários para a garantia da sobrevivência da humanidade: mudanças climáticas, perda de biodiversidade, mudanças nos ciclos do nitrogênio e do fósforo, perda da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, uso de água doce, mudanças no uso das terras, poluição atmosférica com aerossóis e poluição química. Até 2009, três dessas barreiras já haviam sido rompidas (Rockström, Steffen e Noone, 2009), porém na última década totalizaram-se seis barreiras rompidas, enquanto as demais estão em grande risco.

Para uma dimensão do impacto dos sistemas alimentares hegemônicos sobre o ambiente e os recursos naturais, incluindo a participação dos produtos ultraprocessados, esses sistemas são responsáveis por 26% das emissões de gases de efeitos estufa, pelo uso de 50% da terra habitável, por 70% do uso de água fresca e por 78% da poluição (eutrofização) das águas do planeta (Poore e Nemecek, 2018). Além disso, em termos da perda de biodiversidade, o impacto dos sistemas alimentares hegemônicos é impressionante: 96% da biomassa global de mamíferos é representada por rebanhos e 71% da biomassa de pássaros é representada por aves de criação (Bar-On, Phillips e Milo, 2018).

Esse impacto dos ultraprocessados se dá por uma somatória de mecanismos e processos que envolvem todo o sistema alimentar dominante, visto que os *commodities* são em grande parte a base dos ingredientes na produção dos ultraprocessados, aos quais se somam as características próprias do extensivo processamento industrial. Dessa forma, esse impacto engloba desde as consequências do estímulo a monoculturas dependentes de agrotóxicos e com uso intensivo de fertilizantes químicos, do transporte dos produtos por grandes distâncias, do elevado consumo energético da produção, da redução da biodiversidade e do desmatamento associados às monoculturas, do estímulo à utilização excessiva e insustentável dos recursos naturais (particularmente água e solos) e da poluição relacionada ao descarte de embalagens (Fardet e Rock, 2020)(Ridoutt et al., 2019)(Leite et al., 2022)(Seferidi et al., 2020).

Particularmente em relação às embalagens, as grandes transnacionais de produtos ultraprocessados são as principais responsáveis pela poluição plástica no mundo e foram responsáveis pelo descarte anual de mais de 8 milhões de toneladas de plástico em 2020. Dentre

as indústrias de alimentos, as maiores produtoras de lixo plástico empresas de refrigerantes e outras bebidas adoçadas, seguidas pelas indústrias de produtos lácteos, todavia as tendências futuras de produção de plástico tendem a crescer exponencialmente se medidas mais robustas não forem tomadas (Changing Markets Foundation, 2020).

Outros estudos corroboram esses achados, mostrando há grandes impactos ambientais da somatória de inputs e outputs dos sistemas alimentares associados aos produtos ultraprocessados desde as etapas da produção agrícola, do processamento industrial dos alimentos, da embalagem e distribuição e do comércio, armazenamento doméstico, preparação e consumo (Anastasiou *et al.*, 2022). Por exemplo, os produtos ultraprocessados são responsáveis por até 39% do uso de energia relacionada à dieta, por 36% a 45% da perda de biodiversidade, por cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa, de uso da terra e perdas e desperdícios relacionados à dieta, bem como por aproximadamente um quarto do uso de água relacionado às dietas pelos adultos de países de alta renda. É importante destacar que essas estimativas são conservadoras, pois não incluem outros efeitos ambientais da cadeia de produção dos ultraprocessados, tais como degradação dos solos, uso de herbicidas, eutrofização e uso de embalagens, portanto o impacto ambiental dos ultraprocessados é ainda maior (Anastasiou *et al.*, 2022).

Esses resultados são refletidos em estudos realizados no Brasil, que avaliaram o impacto dos padrões de consumo alimentar e seus impactos ambientais e mostraram que a pegada de carbono da dieta brasileira excede em cerca de 30% a pegada da dieta humana ideal, capaz de atender simultaneamente às necessidades nutricionais da população e conter o aumento da temperatura global (Maria Fellegger Garzillo *et al.*, 2021). Outros estudos confirmaram a contribuição direta dos produtos ultraprocessados à pegada hídrica da produção de alimentos no país (Garzillo *et al.*, 2022). Além disso, durante as últimas três décadas, no Brasil houve aumento de 21% na produção de gases de efeito estufa, de 22% na pegada hídrica e de 17% na pegada ecológica relacionadas à dieta, sendo que a contribuição dos ultraprocessados para essas pegadas ambientais aumentou em 183% a 245% nesse período (T Da Silva *et al.*, 2021).

Ainda no Brasil, dados preliminares mostraram que a maior participação de ultraprocessados na dieta está associada a perdas de biodiversidade de até 13,8% entre o primeiro e o último quintos de consumo na população. Portanto a contribuição dos ultraprocessados sobre a biodiversidade é significativa porém, ainda assim, é subestimada ou desconsiderada nas discussões globais de sistemas alimentares, convenções de biodiversidade e conferência sobre mudanças climáticas (Leite *et al.*, 2022).

Naturalmente, os impactos dos ultraprocessados sobre a saúde devem ser somados a seus impactos ambientais. A base de evidências sobre a associação dos ultraprocessados com desfechos negativos sobre a saúde são abundantes e crescentes. Nesse sentido, uma excelente síntese recente dessas evidências foi publicada na forma de uma revisão guarda-chuva, reunindo dados de 45 meta-análises com quase 10 milhões de participantes, que mostrou o maior risco de 32 diferentes doenças e agravos à saúde associados ao consumo de produtos ultraprocessados. Esses desfechos incluem mortalidade por todas as causas e morbimortalidade por obesidade, cânceres e doenças cardiovasculares, renais, respiratórias, metabólicas, osteoarticulares, mentais e gastrointestinais (Lane *et al.*, 2024).

Outras evidências também mostraram uma relação dose-resposta linear entre o consumo de ultraprocessados e diferentes desfechos na saúde, incluindo a mortalidade por

todas as causas (Suksatan *et al.*, 2021)(Pagliai *et al.*, 2020), que permitem a construção de modelos para estimar as mortes atribuíveis a esse consumo.

Por exemplo, há estimativas de 57 mil mortes prematuras por ano atribuíveis ao consumo de ultraprocessados no Brasil (Nilson, E. A. et al., 2022), das quais um terço são por doenças cardiovasculares (Nilson, E. A. F. et al., 2022). Outras análises mais recentes mostraram que o consumo de ultraprocessados pode ser responsável por até 14% das mortes prematuras em países com maior consumo, como os Estados Unidos e o Reino Unido, enquanto na América Latina, essa participação ainda é menor, mas crescente. Por exemplo, o consumo de ultraprocessados representa 5 a 6% das mortes na Colômbia e no Brasil, mas já representa 8 a 9% das mortes no México e no Chile (Nilson *et al.*, 2023).

Vale destacar que o consumo de ultraprocessados tem evoluído diferentemente no mundo. Enquanto o consumo de ultraprocessados está praticamente estável na última década nos países de maior rendimento, ele tem aumentado significativamente nos países de médios e baixos rendimentos, uma vez que estes representam as oportunidades de expansão no mercado global das corporações de alimentos.

Somente no Brasil, a participação dos ultraprocessados no total de energia da dieta da população aumentou de 14,3% em 2002-2003 para 19,4% em 2017-2018, enquanto o consumo de alimentos in natura e minimamente processados caiu de 51,0% para 48,7% no mesmo período. Além disso, apesar do consumo de ultraprocessados ainda ser maior entre os estratos de maior renda, houve maior aumento percentual no seu consumo entre os grupos de menor rendimento (Levy et al., 2022).

Enquanto isso, é importante destacar que a nova fronteira para um grande avanço dos ultraprocessados vem sendo representada pelo continente africano, onde o rápido crescimento no consumo desses produtos, inclusive chamado de uma revolução dos alimentos (ultra)processados nos sistemas alimentares africanos, tem aumentado rapidamente a prevalência de obesidade nas populações e, somado à redução lenta na desnutrição aguda e crônica, tem estabelecido a dupla carga da má nutrição como relevante problema de saúde pública em grande parte dos países africanos (Reardon et al., 2021).

O domínio global do Big Food, Big Soda e Big Agro

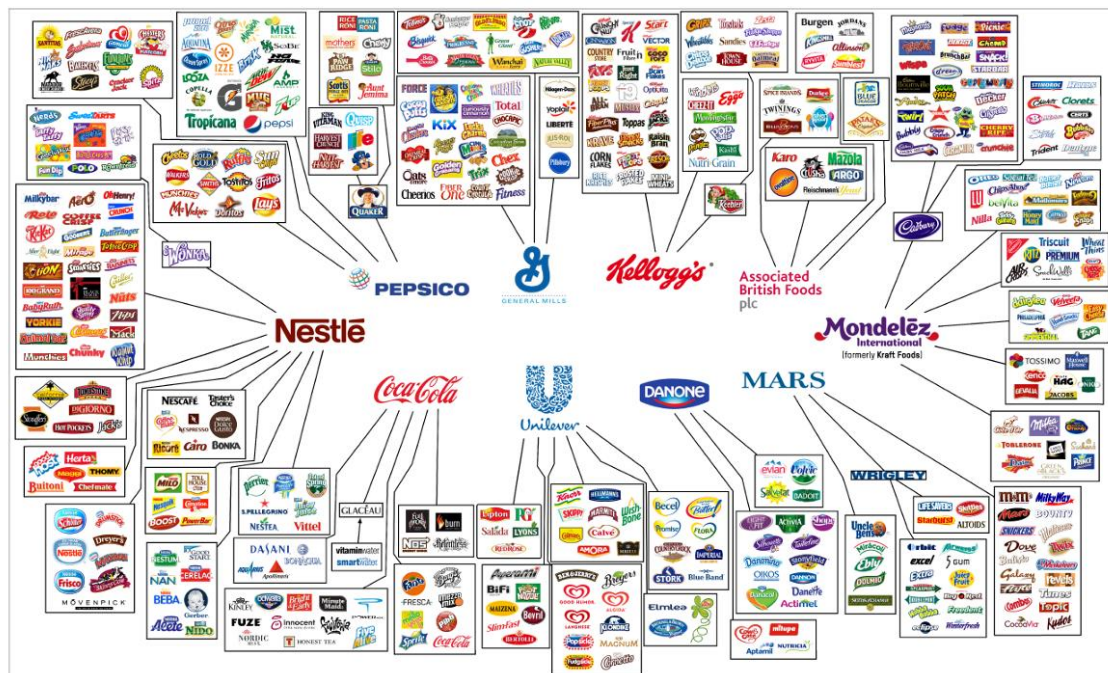
Os termos *Big Food e Big Soda* foram inspirados no *Big Tobacco* para representar as grandes indústrias de cada setor, seja ele tabaco, alimentos ou bebidas. Um ponto importante desses termos é que as mesmas corporações dominam o mercado global de cada um desses grupos de produtos, constituindo verdadeiros oligopólios que dominam a produção, oferta e publicidade de alimentos globalmente, sendo os principais responsáveis pelas grandes mudanças nos padrões alimentares de populações em todo o mundo ao longo das últimas décadas.

Um estudo da Oxfam, transformado em relatório há pouco mais de dez anos, infelizmente continua muito atual no retrato do comportamento das principais corporações do Big Food e do Big Soda no mundo, considerando sua influência sobre políticas, sobre as sociedades e sobre a saúde e o ambiente (OXFAM, 2013). Esse trabalho focou 10 das mais poderosas empresas de alimentos e bebidas do mundo, quais sejam a Associated British Foods (ABF), Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International (anteriormente Kraft Foods), Nestlé, PepsiCo e Unilever, analisando sua transparência e a responsabilidade desse *Big 10* em toda a cadeia de suprimentos de alimentos.

Outra conclusão clara do estudo foi que a aparente diversidade do mercado de produtos ultraprocessados é falsa, na medida em que as principais marcas globais são de propriedade dessas dez corporações que, assim, ditam tendências de consumo mundialmente, conforme ilustrado pela Figura 1.

Figura 1. O oligopólio das corporações transnacionais de produtos ultraprocessados (Big Food e Big Soda)

Which brands do the big food and beverage companies own?



Source: Joki Gauthier for Oxfam. For more on this figure, and to see it online, visit <http://www.behindthebrands.org>

No momento da pesquisa, a Oxfam já demonstrava a preocupação com a produção agrícola sustentável, considerando questões historicamente negligenciadas pela indústria de alimentos e bebidas, como mulheres, pequenos agricultores, trabalhadores rurais, água, terra, mudança climática e transparência. Na avaliação, evidenciou-se que todas as empresas negligenciavam o uso de seu enorme poder para ajudar a criar um sistema alimentar mais justo e, em alguns casos, essas empresas minaram diretamente a segurança alimentar e as oportunidades econômicas de pessoas mais pobres do mundo, tornando os famintos ainda mais famintos.

Além disso, o estudo revelou que os programas de responsabilidade social e sustentabilidade que as empresas implementaram até então eram tipicamente projetos focados em reduzir o uso de água ou no treinamento de mulheres agricultoras, por exemplo. Assim esses programas falharam em abordar as causas profundas da fome e da pobreza, justamente porque as empresas carecem de políticas adequadas para orientar suas próprias operações na cadeia de suprimentos.

Essas lacunas importantes nas políticas corporativas incluíam:

- Falta de transparência (as empresas eram e ainda são excessivamente secretas sobre suas cadeias de suprimentos agrícolas, tornando difíceis de verificar as alegações de 'sustentabilidade' e 'responsabilidade social');

- Nenhuma das Big 10 tem políticas adequadas para proteger as comunidades locais de apropriações de terras e água ao longo de suas cadeias de suprimentos;

- Falta de medidas efetivas de redução do dano ambiental de suas atividades. As empresas não tomavam e continuam não tomando medidas suficientes para reduzir as massivas emissões de gases de efeito estufa da agricultura responsáveis por mudanças climáticas (na verdade, conforme mostram os dados da seção anterior deste informe, essa situação se agravou ao longo da última década).

Na conclusão do estudo, afirma-se que, embora as empresas de alimentos e bebidas Big 10 se considerassem limitadas pelas demandas fiscais e dos consumidores, elas de fato teriam o poder de enfrentar a fome e a pobreza dentro de suas cadeias de suprimentos. Por exemplo, ações como o pagamento de salários adequados aos trabalhadores, de preços justo aos pequenos agricultores e de avaliação e eliminação da exploração injusta de terras, água e mão-de-obra eram e continuam sendo passos que claramente estão ao alcance dessas empresas extremamente poderosas.

Apesar de não ter feito novas avaliações como esta, a Oxfam posteriormente também analisou sucessivas vezes outra parte do sistema alimentar hegemônico: o *Big Agro* (OXFAM, 2023). Da mesma forma que acontece para os produtos alimentícios e bebidas ultraprocessadas, também se observa um oligopólio nas empresas globais de agronegócios. Além disso essas empresas posicionam-se estrategicamente no sistema alimentar global, na posição de um poderoso intermediário ou “agente do meio” em várias cadeias de valor ao redor do mundo, visto que atuam como conectores entre os agricultores e trabalhadores agrícolas de um lado e os consumidores de alimentos do outro. Como comerciantes e processadores de commodities agrícolas, elas fornecem alimentos para fabricantes, varejistas, governos e agências de ajuda alimentar.

Para realizarem esse papel, elas atuam como compradoras, proprietárias de terras, produtoras agrícolas, fornecedoras de transporte, fabricantes de biocombustíveis e fornecedoras de serviços financeiros nos mercados de commodities. Com isso, elas têm um papel e uma influência desproporcionais sobre como os alimentos são produzidos e quem mais se beneficia de sua produção. E, assim como o *Big Food e Big Soda*, atuam em favor de interesses do mercado financeiro, com objetivo maior no lucro de acionistas acima de interesses das populações e do planeta, obtendo lucros recordes enquanto centenas de milhões de pessoas lutam com o aumento dos custos dos alimentos.

No caso dessas grandes do agronegócio, estão incluídas sete empresas principais devido ao tamanho e à escala de seus volumes de aquisição de commodities alimentares chave, incluindo cacau, açúcar, soja, arroz e óleo de palma. Essas empresas incluem: Archer Daniels Midland (ADM), Barry Callebaut, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus Company, Olam Group e Wilmar International, para as quais foram avaliadas cinco áreas: empoderamento econômico das mulheres, terra, mudança climática, pequenos produtores e transparência e responsabilidade.

Nas avaliações de 2018, 2020 e 2022, nenhuma das empresas alcançou pontuações altas em qualquer dos eixos analisados (mulheres, terra, clima, pequenos produtores e transparência e responsabilidade). Além disso, a exemplo das grandes corporações de produtos alimentícios e bebidas ultraprocessadas, há grande falta de transparência e compromissos frágeis com os direitos humanos e com as questões ambientais.

Em outras palavras, programas corporativos de ESG (responsabilidade ambiental, social e de governança) são historicamente inefetivos e direcionados para limpar a imagem das empresas sem necessariamente atacarem os problemas que sua atuação causa sobre esses setores.

A responsabilidade corporativa na transformação dos sistemas alimentares

Mais uma vez, o Hub de Coordenação da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas tenta trazer o setor privado para esta agenda, agora com a publicação para dentro da transformação dos sistemas denominada “A responsabilidade corporativa na transformação dos sistemas alimentares – uma rota e orientações para a Cúpula +4 e além” (*Corporate Accountability for Food Systems Transformation - A roadmap and guidance towards UNFSS+4 and beyond*), lançado em junho de 2024 (United Nations Food Systems Coordination Hub, 2024).

As justificativas para a participação do setor privado na Cúpula de Sistemas Alimentares continuam as mesmas que levaram às críticas de possível captura corporativa dessa agenda (Canfield, Anderson e McMichael, 2021), falando do mandato renovado do Hub após o UNFSS+2 e a necessidade de conduzir processos nacionais inclusivos, otimizando ecossistemas de suporte nacionais, aproveitando as coalizões internacionais e alinhando os processos com outros atores para promover processos de transformação dos sistemas alimentares baseados em evidências e na atuação de múltiplos atores, mantendo o momentum e estabelecendo ambição para a aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Segundo esse documento, o papel do setor privado na transformação dos sistemas alimentares foi amplamente discutido e reconhecido no UNFSS+2 e integrado com o Apelo à Ação, reconhecendo a crescente liderança do setor privado em engajar-se no processo (por exemplo, por meio da Declaração Empresarial, do compromisso de fome zero e da declaração dos Atores Não Estatais da CO28 sobre Sistemas Alimentares). Afirma, ainda, que as boas práticas do setor privado no apoio à agenda de transformação dos sistemas alimentares não são suficientemente incentivadas, enquanto as condutas prejudiciais não são suficientemente documentadas e desincentivadas.

Assim, haveria uma necessidade de uma solução para equilibrar o papel crescente de interesse e influência dos atores do setor privado em engajar-se nas transformações dos sistemas alimentares e a percepção entre alguns membros da comunidade dos sistemas alimentares de que as corporações podem, em alguns casos, prejudicar a transformação dos sistemas alimentares. Aumentar os esforços dentro da ONU para alinhar as atividades empresariais com os direitos humanos e princípios e mecanismos relevantes.

Dentre os mecanismos propostos para essa atuação das corporações, sugere-se:

- Estabelecer um conjunto de princípios aos quais as corporações podem se inscrever pelo menos de forma voluntária.

- Definir demandas principais e métricas relevantes registrando o impacto das atividades do setor privado em áreas de transformação dos sistemas alimentares, como sustentabilidade ambiental, melhor nutrição e equidade social.

- Fortalecer os sistemas existentes para expressar compromissos públicos e relatar progressos.

- Fomentar sistemas independentes e externos já existentes para avaliar práticas corporativas.
- Fortalecer estruturas regulatórias nacionais, regionais e globais, possivelmente de acordo com as diretrizes da OMS e da FAO e melhores práticas e exemplos existentes.
- Criar esquemas de certificação (voluntários e fornecidos externamente).
- Definir e implementar critérios para a exclusão de empresas e outros atores não estatais dos processos da ONU.

Esse esforço aparenta ser uma resposta necessária, porém tímida e insuficiente às críticas à forma da participação do setor privado na Cúpula de Sistemas Alimentares. No campo dos avanços, o reconhecimento explícito dos danos causados pela atuação dos atores privados sobre os sistemas alimentares é importante, mas beira à inocência a continuação do chamamento para aumentar a participação dos entes privados na Cúpula.

Nesse sentido, são vastos os relatos a respeito da atuação do *Big Food, Big Agro e Big Soda* contra os interesses coletivos e planetários em múltiplas agendas locais, nacionais e globais, empregando, inclusive as mesmas estratégias adotadas historicamente pelo *Big Tobacco* para fragilizar as agendas transformadoras e efetivas (ACT/Iddec, 2022)(Vital Strategies, 2019). Esses mecanismos incluem falsas responsabilidades sociais e ambientais corporativas, deslegitimação da ciência, ameaças de judicialização, lobby e “*revolving doors*” (contratação de agentes regulatórios e governamentais pelas corporações), junto com ações para proteger a reputação das indústrias e suas marcas, influências sobre reguladores e tomadores de decisão, defesa da liberdade de escolha (mesmo que seja para ações e produtos nocivos à saúde humana e planetária), convencimento da sociedade sobre os benefícios de seus produtos e estigmatização das organizações da sociedade civil. Com isso, ao invés de atuarem na transformação dos sistemas alimentares, atuam contra eles e contra direitos humanos e a governança da agenda de alimentação e da agenda ambiental.

Esse tipo de atuação é bastante estudado no campo dos determinantes comerciais da saúde, que são o conjunto de sistemas, práticas e caminhos pelos quais os atores comerciais afetam a saúde e a equidade (Gilmore *et al.*, 2023). Nesse campo, alguns pontos relevantes devem ser considerados em relação a todos os atores comerciais, reconhecendo o poder das corporações, mas ao mesmo tempo o papel dos pequenos e médios negócios, atuando positiva e negativamente em relação a agendas. Além disso, a complexidade dessa questão é resultante da complexidade dos sistemas políticos, econômicos e sociais nos quais se inserem, contemplando uma abordagem neutra (reconhecendo o potencial de contribuições positivas e negativas desses determinantes) e o foco ampliado considerando a saúde humana e planetária e sua relação direta com a equidade nas sociedades.

As influências das corporações vão do local ao individual, do nacional ao local e do global para o local para o adoecimento e para as iniquidades de saúde, bem como suas forças motoras básicas e as principais práticas comerciais. Por exemplo, dentro dessas forças motoras, as normas são moldadas pelos interesses da elite comercial, o poder representa o aumento da riqueza e a influência política dos atores comerciais, particularmente das corporações, e as externalidades representam como os custos dos impactos das ações das corporações que são transferidos aos Estados e às sociedades. Enquanto isso, é importante também destacar as práticas dos atores comerciais e seus aliados sobre os sistemas políticos, econômicos e sociais: práticas políticas que buscam tratamento preferencial ou formas de impedir, moldar ou

fragilizar políticas públicas (por exemplo, a contestação judicial de medidas regulatórias e fiscais e a promoção de estratégias de autorregulamentação para atrasar, enfraquecer e evitar o desenvolvimento de políticas públicas efetivas); práticas científicas: produção de evidências e uso da ciência para alterar produtos ou assegurar resultados benéficos aos interesses das indústrias; práticas de marketing: promoção de vendas de produtos e serviços; práticas de cadeias de suprimento e descarte, envolvendo a criação, distribuição, revenda e manejo de descartes relacionados aos produtos ou serviços; práticas laborais e de emprego, relacionadas ao gerenciamento de pessoas empregadas direta ou indiretamente na cadeia de suprimentos; práticas financeiras, para apoiar a maximização de ganhos pelas organizações (redução e evasão fiscal, estratégias e preços, estratégias de crédito e débito); e práticas de manejo de reputação, como esforços para moldar a legitimidade e credibilidade, redução de riscos e reforço à imagem corporativa (incluindo os riscos de diferentes formas de *corporate washing*: *blue, green, social, health, pink* etc.).

É difícil, dessa maneira, acreditar que corporações movidas pelos interesses do mercado abdicuem de seu interesse maior, o lucro, construído a custo da deterioração da saúde humana e planetária, em favor de mudarem praticamente todo o seu *modus operandi* para verdadeiramente transformar os sistemas alimentares. Mais frequentemente, esses atores corporativos podem atuar na mitigação ou redução de danos de suas próprias atividades aos sistemas alimentares. A questão de como realmente atuar beneficentemente dependeria de mudanças profundas na atuação dessas indústrias, com compromissos para muito além daqueles colocados no momento, como seria na reformulação dos produtos ultraprocessados para que se tornem processados ou minimamente processados e parando de fabricação daqueles que não deixarão de ser ultraprocessados. Mas, acima de tudo, as corporações dariam grande contribuição se simplesmente obedecessem aos códigos e regulações existentes e que não atrapalhassem, interferissem ou fragilizassem a implementação das medidas reconhecidamente custo-efetivas, como políticas regulatórias e fiscais.

O caminho necessário: políticas regulatórias e fiscais

Considerando os ambientes alimentares dentro dos sistemas alimentares como elementos essenciais para promover e facilitar escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis e ao mesmo tempo influenciar e reorientar a produção, processamento e distribuição de alimentos, existem amplas evidências não apenas do impacto das políticas regulatórias e fiscais sobre a saúde, mas também do quanto são custo-efetivas.

A própria Organização Mundial da Saúde ampliou suas recomendações ao atualizar e ampliar muitas dessas políticas na revisão dos “*best buys*” para a prevenção e controle das doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs), tendo em vista a intervenção sobre produtos e serviços que causam danos à saúde por meio de impostos, restrição de publicidade, restrição à disponibilidade e informação ao consumidor, como alertas nas embalagens (World Health Organization (WHO), 2023). Nesse contexto, tabaco, álcool e produtos ultraprocessados devem ser tratados com o mesmo rigor.

Por exemplo, durante o Congresso Internacional de Obesidade, realizado na última semana, em São Paulo, foi notável o alinhamento dos pesquisadores latino-americanos em relação aos ambientes alimentares, com fartas evidências de pesquisas, inclusive de implementação de políticas como rotulagem nutricional de advertências, taxaço de bebidas adoçadas e regulação da comercialização e publicidade de produtos ultraprocessados para

crianças e adolescentes. Além disso, o Brasil mostrou a grande potencialidade de outras políticas como compras públicas, alimentação escolar e equipamentos sociais.

Merece destaque, finalmente, outra recomendação recente da OMS, para as políticas fiscais voltadas à promoção de dietas saudáveis, na forma de um guia para os países (World Health Organization (WHO), 2024). Para tanto, a OMS mostra a robustez da base de evidências para essas políticas e sugere uma recomendação forte para a taxação de bebidas adoçadas e uma recomendação condicional para a taxação sobre outros grupos específicos de alimentos ou nutrientes e para os subsídios a alimentos saudáveis.

Além disso, a publicação reforça alguns fatores contextuais relacionados aos impactos da implementação de políticas fiscais e de preços para promover dietas saudáveis que devem ser considerados, tais como:

- Impostos sobre bebidas adoçadas com açúcar, impostos sobre alimentos que não contribuem para uma dieta saudável, subsídios ou recompensas para alimentos que contribuem para uma dieta saudável, ou combinações de subsídios e impostos seriam geralmente rentáveis ou economizariam custos.

- Os Relatores Especiais sobre o direito de todos a desfrutar do mais alto padrão possível de saúde física e mental e sobre o direito à alimentação pediram que alimentos saudáveis fossem economicamente acessíveis e recomendaram impostos sobre bebidas adoçadas e sobre alimentos que não contribuem para uma dieta saudável.

- Impostos sobre alimentos que não contribuem para uma dieta saudável e subsídios para alimentos que contribuem para uma dieta saudável parecem estar entre as intervenções para promover dietas saudáveis mais propensas a diminuir as desigualdades em saúde, pois intervenções de preço que criam um ambiente alimentar mais saudável evitam mudanças de comportamento voluntárias. Em comparação, intervenções baseadas em informações e educação individual parecem estar entre as intervenções mais propensas a aumentar as desigualdades.

- Os impostos sobre bebidas adoçadas são apoiados por 39–66% do público. A variação na aceitabilidade está ligada à forma como o imposto é apresentado e ao uso pretendido da receita (o uso da receita do imposto para fins de saúde está ligado a uma maior aceitabilidade pública dos impostos).

- A aceitabilidade das indústrias para impostos sobre bebidas adoçadas e alimentos que não contribuem para uma dieta saudável parece ser muito baixa. Existem múltiplos exemplos de lobby contra impostos e interferência nos processos políticos.

- Alguns países implementaram com sucesso políticas fiscais, demonstrando que são aceitáveis para o governo e formuladores de políticas e são viáveis de implementar.

Para além desses importantes fatores contextuais, a publicação também traz uma série de considerações importantes para a implementação, pensando na adaptação aos contextos locais das regiões e dos Estados Membros da OMS, tais como a disponibilidade de recursos, inclusive para a implementação de políticas, fiscalização e monitoramento contínuo para garantir conformidade, os arranjos institucionais relevantes para políticas fiscais, como a definição de autoridades competentes para a implementação e fiscalização de políticas fiscais e mecanismos para proteger contra conflitos de interesse e salvaguardar políticas de saúde pública e mecanismos de fiscalização. As considerações também abordam o contexto político,

considerando o sistema legal do país e possíveis caminhos regulatórios e a economia política geral, assim como a consulta e engajamento de partes interessadas em diferentes estágios do ciclo de políticas.

Outro ponto importante do guia é a abordagem e preparação para uma possível (ou melhor, provável) oposição às políticas fiscais (como pelas indústrias) para aumentar a força e a eficácia da política. O manual da OMS então fornece orientações sobre como antecipar a oposição às políticas e resume argumentos comuns contra as políticas, bem como táticas típicas usadas para contrariar o processo político, incluindo semear dúvidas desacreditando a ciência e desviando a atenção ou ameaçando com desafios judiciais e legais. O manual também propõe passos para fortalecer a posição do governo contra desafios legais e estratégias que os formuladores de políticas podem empregar para apoiar a adoção de um imposto sobre SSB e contrariar a oposição da indústria. Essas estratégias incluem o uso de evidências científicas sólidas, a construção de uma coalizão multissetorial de apoio, o desenvolvimento de uma estratégia de defesa abrangente e a formulação estratégica do imposto.

Por fim, as políticas fiscais para promover dietas saudáveis são melhor implementadas como parte de uma abordagem política abrangente para criar ambientes alimentares saudáveis, por exemplo junto com políticas para proteger crianças do impacto nocivo da publicidade de alimentos, políticas de alimentação e nutrição escolar e políticas de rotulagem nutricional. Isso é comprovado nas experiências de países que aproveitaram a revisão de suas leis de alimentação saudável para abordar conjuntamente preços de alimentos, rotulagem, comercialização e publicidade de alimentos, a exemplo do Chile, do México e da Colômbia.

Em relação ao Brasil, reforçamos a importância de avanços como a aprovação e implementação da rotulagem nutricional frontal, com alertas para o excesso de sódio, açúcares adicionados e gorduras saturadas, e com a regulação dos substitutos do leite materno, mas é preciso que a reforma tributária garanta a alíquota zero para a cesta básica de alimentos (majoritariamente composta de alimentos in natura e minimamente processados e sem ultraprocessados) além da ampliação do tributo seletivo para os produtos ultraprocessados como um todo e que sejam avançadas regulações nacionais sobre a comercialização de alimentos nas escolas e sobre a publicidade de alimentos.

Conclusão

Continuamos na luta dos Davis contra muitos e poderosos Golias corporativos no âmbito da Cúpula de Sistemas Alimentares com menos filtros e salvaguardas do que o necessário, ameaçando o sucesso da agenda como um todo.

A continuidade do chamamento do setor privado e, mais particularmente, das grandes corporações que dominam os sistemas alimentares hegemônicos, como o *Big Food*, *Big Soda* e *Big Agro*, representa muito mais risco à agenda do que oportunidade de transformação desses sistemas no contexto da Cúpula de Sistemas Alimentares. Os mecanismos atuais de identificação e manejo de conflitos de interesses da Cúpula mostram grande fragilidade, enquanto os atores corporativos mostram grande interesse em limpar sua imagem em agendas sociais, ambientais e de saúde pouco efetivas. Enquanto caminhamos para a Cúpula +4, as relações com o setor privado continuam a mostrar os mesmos problemas identificados desde o início da agenda da Cúpula.

Ao mesmo tempo, acontece de maneira invisível à Cúpula toda a discussão de políticas regulatórias e fiscais (ainda bem com a chancela da OMS), colocando de forma inequívoca a

necessidade de também transformar os sistemas alimentares a partir dos ambientes alimentares para tornar escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis mais acessíveis e fáceis, enquanto se desincentiva as escolhas não saudáveis e ou insustentáveis.

Com isso, temos oportunidades perdidas de ligar essas agendas e beneficiar mais decisivamente a saúde humana e planetária e teremos uma Cúpula +4 com os mesmos vícios anteriores, pois pedir transformações aos agentes que se beneficiam e lucram com o sistema vigente é inócuo. É preciso colocar o multilateralismo a favor das verdadeiras mudanças, fomentando sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes que quebrem esse ciclo.

Referências

ACT/IDEC. **Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf>.

ANASTASIOU, K. *et al.* A conceptual framework for understanding the environmental impacts of ultra-processed foods and implications for sustainable food systems. **Journal of Cleaner Production**, v. 368, p. 133155, 25 set. 2022.

BAR-ON, Y. M.; PHILLIPS, R.; MILO, R. The biomass distribution on Earth. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 115, n. 25, p. 6506–6511, 2018.

CANFIELD, M.; ANDERSON, M.; MCMICHAEL, P. UN Food Systems Summit 2021: Dismantling Democracy and Resetting Corporate Control of Food Systems. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, p. 661552, 2021.

CHANGING MARKETS FOUNDATION. **Talking Trash - The corporate playbook of false solutions to the plastic crisis**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://talking-trash.com/wp-content/uploads/2020/09/TalkingTrash_FullReport.pdf>.

FARDET, A.; ROCK, E. Ultra-Processed Foods and Food System Sustainability: What Are the Links? **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 6280, 2020.

GARZILLO, J. M. F. *et al.* Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. **Revista de Saude Publica**, v. 56, n. 6, p. 1–9, 2022.

GILMORE, A. B. *et al.* Defining and conceptualising the commercial determinants of health. **The Lancet**, v. 401, n. 10383, p. 1194–1213, 2023.

LANE, M. M. *et al.* Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. **The BMJ**, v. 384, p. e077310, 2024.

LEITE, F. H. M. *et al.* Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 3, p. e008269, 2022.

LEVY, R. B. *et al.* Três décadas da disponibilidade domiciliar de alimentos segundo a NOVA – Brasil, 1987–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. Epub 03, 2022.

MARIA FELLEGER GARZILLO, J. I. *et al.* Pegada de carbono da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 90, 8 dez. 2021.

NILSON, E. A. *et al.* Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2022.

NILSON, E. A. F. *et al.* The estimated burden of ultra-processed foods on cardiovascular disease outcomes in Brazil: A modeling study. **Frontiers in Nutrition**, v. 9, 17 nov. 2022.

NILSON, E. A. F. *et al.* Premature deaths attributable to the consumption of ultra-processed foods: a comparative assessment modelling study in eight countries. **Medrxiv (Pre-print)**, 2023.

OXFAM. **Behind the Brands - Food justice and the 'Big 10' food and beverage companies**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/10546/270393/25/bp166-behind-the-brands-03-260213-en.pdf>>.

____. **Moving the Middle: Oxfam's Behind the Brands assessment of the global agribusiness sector**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/10546/621491/1/bp-moving-the-middle-agribusiness-sector-scorecard-310323-en.pdf>>.

PAGLIAI, G. *et al.* Consumption of ultra-processed foods and health status: a systematic review and meta-analysis. **The British Journal of Nutrition**, v. 125, n. 3, p. 308–318, 2020.

POORE, J.; NEMECEK, T. Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. **Science**, v. 360, n. 6392, p. 987–992, 2018.

REARDON, T. *et al.* The processed food revolution in African food systems and the double burden of malnutrition. **Global Food Security**, v. 28, p. 100466, 2021.

RIDOUTT, B. G. *et al.* Diet quality and water scarcity: Evidence from a large Australian population health survey. **Nutrients**, v. 11, n. 8, p. 1–15, 2019.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K. A Safe Operating Space for Humanity. **Nature**, v. 461, n. September, p. 491–505, 2009.

SEFERIDI, P. *et al.* The neglected environmental impacts of ultra-processed foods. **The Lancet Planetary Health**, v. 4, n. 10, p. e437–e438, 2020.

SUKSATAN, W. *et al.* Ultra-Processed Food Consumption and Adult Mortality Risk: A Systematic Review and Dose-Response Meta-Analysis of 207,291 Participants. **Nutrients**, v. 14, n. 1, p. 174, 30 dez. 2021.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

T DA SILVA, J. *et al.* Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to 2018. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 11, p. e775–e785, 1 nov. 2021.

THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Special Report on Climate Change and Land - Chapter 5: Food Security**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2022/11/SRCCCL_Chapter_5.pdf>.

UNITED NATIONS FOOD SYSTEMS COORDINATION HUB. **Corporate Accountability for Food Systems Transformation - A roadmap and guidance towards UNFSS+4 and beyond**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.unfoodsystemshub.org/docs/unfoodsystemslibraries/corporate-accountability-for-food-systems-transformation/roadmap-and-guidance.pdf>>.

VITAL STRATEGIES. **Fool me twice - NCD Advocacy Report**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.vitalstrategies.org/wp-content/uploads/2019/06/FoolMeTwice_Report.pdf>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **More ways, to save more lives, for less money: World Health Assembly adopts more Best Buys to tackle noncommunicable diseases**. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/26-05-2023-more-ways--to-save-more-lives--for-less-money---world-health-assembly-adopts-more-best-buys--to-tackle-noncommunicable-diseases>>.

____. **Fiscal policies to promote healthy diets: WHO guideline**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://iris.who.int/handle/10665/376763>>.

Afinal, o que é a ética da Inteligência Artificial segundo a UNESCO?

Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Heliton Barros
Vitor Rodrigues

Abstract. *This report deals specifically with the UNESCO Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence (AI), indicating the main points of the document, its scope of application, purpose and objectives, values and principles, areas of political action with guidelines for its implementation and indication of monitoring and evaluation resources, thus seeking to contribute to the construction of knowledge regarding the ethics of AI and to facilitate basic and general understanding of this important document notwithstanding the accelerated development and unbridled use of AI systems and technologies.*

Keywords: UNESCO. Ethics. Artificial Intelligence.

Resumo. Este informe trata especificamente sobre a Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial (IA), indicando os principais pontos do documento, o seu escopo de aplicação, finalidade e objetivos, valores e princípios, áreas de ação política com orientações para a sua implementação e indicação de recursos de monitoramento e avaliação, buscando, desta forma, contribuir para a construção de conhecimento a respeito da ética da IA e facilitar o entendimento básico e geral sobre este importante documento diante do desenvolvimento acelerado e uso desenfreado dos sistemas e tecnologias de IA.

Palavras-chave: UNESCO. Ética. Inteligência Artificial.

A Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial

Após diversos informes com conteúdo sobre a UNESCO e a Inteligência Artificial (IA), este informe se propõe tratar especificamente sobre a [Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial](#)⁴¹, indicando os principais pontos do documento, o seu escopo de aplicação, finalidade e objetivos, valores e princípios, áreas de ação política com orientações para a sua implementação e indicação de recursos de monitoramento e avaliação. Buscamos, desta forma, em uma tímida tentativa de contribuir para a construção do conhecimento a respeito e facilitar o entendimento básico e geral sobre este importante documento diante do desenvolvimento acelerado e uso desenfreado dos sistemas e tecnologias de IA.

Dessa maneira, em novembro de 2021, durante a 41ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, os 194 Estados-membros aprovaram a Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial (SHS/BIO/PI/2021/1), o primeiro instrumento global de definição de normas sobre a IA.

⁴¹ O documento SHS/BIO/PI/2021/1 está disponível na biblioteca virtual da UNESCO em mais sete idiomas. Link para acesso em espanhol: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_spa e em inglês: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137> Acesso em 01 jul. 2024.

Em 2022, a UNESCO no Brasil publicou a Recomendação em português para discutir e buscar promover este tema na sociedade brasileira.

O documento é composto de oito capítulos divididos em I. Escopo de aplicação; II. Fins e objetivos; III. Valores e princípios; IV. Áreas de ação política; V. Monitoramento e avaliação; VI. Utilização e aproveitamento da presente Recomendação; VII. Promoção de presente Recomendação; e VIII. Disposições finais.

Preâmbulo

As premissas dispostas no preâmbulo do documento levaram em conta que:

- a IA tem impactos profundos na sociedade, no meio ambiente, nos ecossistemas e nas vidas humanas,
- seu uso afeta o pensamento, a interação e a tomada de decisões humanas, bem como a educação, as ciências humanas, sociais e naturais, a cultura e a comunicação,
- as tecnologias de IA podem ser úteis, mas também levantam questões éticas, como discriminação, exclusão digital e ameaças à diversidade cultural, social e biológica,
- podem aprofundar divisões e desigualdades existentes, mas a justiça, a confiança e a equidade devem ser defendidas, para que nenhum país ou indivíduo seja deixado para trás,
- todos os países enfrentam um aumento no uso de tecnologias de informação e comunicação e de IA, requerendo maior literacia midiática e informacional,
- as tecnologias de IA também têm potencial para benefícios no meio ambiente e nos ecossistemas, desde que os impactos negativos sejam considerados,
- abordar os riscos e preocupações éticas da IA não deve impedir a inovação e o desenvolvimento, mas proporcionar novas oportunidades e estimular pesquisas éticas e inovações com base nos direitos humanos, liberdades fundamentais e valores éticos,
- o desenvolvimento de tecnologias de IA requer acesso a dados, literacia midiática e informacional, acesso a fontes independentes e confiáveis para mitigar os riscos de desinformação, informações falsas, discurso de ódio e danos causados pelo mau uso de dados pessoais,
- é necessário transparência no funcionamento dos algoritmos e dos dados utilizados,
- as tecnologias de IA devem ser reguladas com base em marcos jurídicos internacionais e nacionais, direitos humanos, ética, acesso a dados, liberdade de pesquisa e bem-estar humano, ambiental e ecossistêmico, para abordar desafios e oportunidades éticas,
- valores éticos podem orientar políticas e normas legais diante do rápido desenvolvimento tecnológico, e padrões éticos internacionais para a IA, em conformidade com o direito internacional e os direitos humanos, e podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de normas globais para a IA,
- a IA pode trazer benefícios importantes, mas também pode ampliar a tensão em relação à inovação e acesso desigual ao conhecimento e tecnologias.

– é necessário fortalecer a cooperação global e o acesso justo às tecnologias de IA, enfrentar os desafios que elas trazem à diversidade cultural e garantir que as estratégias nacionais de IA sejam orientadas por princípios éticos.

– o rápido desenvolvimento da IA apresenta desafios éticos, respeito à diversidade cultural e proteção dos valores éticos locais e regionais.

A Recomendação considerou as declarações e instrumentos internacionais relevantes, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e convenções relacionadas à discriminação, direitos das crianças, pessoas com deficiência, diversidade cultural e responsabilidade para com as gerações futuras. Também observou as declarações, resoluções e recomendações do sistema ONU sobre direito ao desenvolvimento, bioética, direitos dos povos indígenas, sociedade da informação, desenvolvimento sustentável, preservação do patrimônio digital, princípios éticos em relação à mudança climática, e direitos humanos na era digital e tecnologias digitais emergentes.

O documento aprovado considerou além disso a importância em dar atenção aos países de baixa e média renda, como países menos desenvolvidos, sem litoral e pequenos Estados insulares, devido à sua sub-representação no debate sobre ética da IA. Isso levanta preocupações sobre a negligência do conhecimento local, pluralismo cultural, sistemas de valores e demandas de justiça global em lidar com os impactos positivos e negativos da IA. Outrossim, por fim, levou em consideração a existência de várias políticas nacionais, marcos e iniciativas relacionadas à ética e regulação da IA, desenvolvidas por entidades da ONU, organizações intergovernamentais, setor privado, associações profissionais, ONGs e comunidade científica.

Escopo de aplicação

A Recomendação sobre a Ética da IA aborda questões éticas sobre temas dentro do mandato da UNESCO: educação, ciência, cultura, e comunicação e informação, como uma reflexão normativa sistemática, com base em um marco holístico, abrangente, multicultural e em evolução de valores, princípios e ações interdependentes. A ética é considerada como orientação normativa, com referência à dignidade humana, bem-estar e prevenção de danos, tendo a ética da ciência e tecnologia como sua base fundamental.

Esta Recomendação não busca definir IA de forma estática, pois sua definição deve evoluir com o tempo e os avanços tecnológicos. O foco é abordar os aspectos éticos centrais dos sistemas de IA, que incluem processamento inteligente de dados e informações, com aspectos de raciocínio, aprendizagem, percepção, previsão, planejamento e controle. Isto posto, configuram-se três os elementos centrais nesta abordagem sobre os sistemas de IA:

(i) que são tecnologias de processamento de informações que integram modelos e algoritmos para aprender e realizar tarefas cognitivas, como previsão e tomada de decisões. Eles operam com vários graus de autonomia, modelando e representando o conhecimento e explorando dados e correlações. Os sistemas de IA englobam métodos como aprendizado de máquina (incluindo aprendizado profundo – *deep learning* e por reforço – *reinforcement learning*) e raciocínio de máquina (planejamento, programação, representação do conhecimento, raciocínio, pesquisa e otimização). Esses sistemas podem ser usados em sistemas ciberfísicos, como internet das coisas, sistemas robóticos, robótica social e interfaces humano-computador, e envolvem controle, percepção e processamento de dados por sensores e a operação de atuadores no ambiente em que funcionam.

(ii) questões éticas relacionadas aos sistemas de IA abrangem todas as fases de seu ciclo de vida, desde pesquisa, design, desenvolvimento, implementação, uso, manutenção, operação, comércio, financiamento, monitoramento, avaliação, validação, fim de uso, desmontagem e término. Os atores de IA podem ser pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em qualquer etapa do ciclo de vida do Sistema

(iii) os sistemas de IA levantam questões éticas como impactos na tomada de decisões, emprego, interação social, saúde, educação, acesso à informação, exclusão digital, proteção de dados e consumidor, meio ambiente, democracia, Estado de direito, segurança, policiamento, dupla utilização e direitos humanos. Além disso, o reforço de vieses já existentes e discriminação é outra preocupação. Essas tecnologias desafiam a experiência e a capacidade de ação humana, afetando a autocompreensão humana, interação social, cultural e ambiental, autonomia, capacidade de ação, valor e dignidade. Isso cria um contexto de crescimento e aprendizado para crianças e jovens, exigindo uma compreensão crítica dos meios de comunicação, informações e tomada de decisões.

Finalidade e objetivos

A Recomendação visa estabelecer uma base para que os sistemas de IA possam funcionar em benefício da humanidade, indivíduos, sociedades, meio ambiente e ecossistemas, além de prevenir danos e busca incentivar o uso pacífico desses sistemas. Além dos marcos éticos já existentes sobre IA em todo o mundo, o objetivo foi o de criar um instrumento normativo global, focando não apenas na articulação de valores e princípios, mas também na implementação prática, através de políticas concretas e com ênfase na inclusão, igualdade de gênero, proteção do meio ambiente e dos ecossistemas. Tendo em vista a complexidade das questões éticas relacionadas à IA, a cooperação de várias partes interessadas em níveis internacional, regional e nacional é necessária, permitindo dessa maneira o compartilhamento de responsabilidades.

Os objetivos da Recomendação são: (a) fornecer um marco universal de valores, princípios e ações para orientar os Estados na formulação de suas legislações e políticas relacionadas à IA, (b) orientar as ações de indivíduos, grupos, instituições e empresas privadas para garantir a ética em todas as etapas do ciclo de vida dos sistemas de IA, (c) proteger os direitos humanos, a dignidade, a igualdade de gênero, o meio ambiente, a biodiversidade e a diversidade cultural nos sistemas de IA, (d) promover o diálogo multidisciplinar e equitativo com todas as partes interessadas, (e) promover o acesso justo aos avanços e conhecimentos na área de IA, compartilhando seus benefícios especialmente com os países de baixa renda.

Valores e princípios

Os valores e princípios da Recomendação são para todos os envolvidos no ciclo de vida dos sistemas de IA e, se necessário, devem ser promovidos por meio de alterações na legislação existente e na elaboração de novas leis, regulamentos e diretrizes empresariais, de acordo com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas e as obrigações de direitos humanos dos Estados-membros, além de estar em conformidade com os objetivos acordados internacionalmente em relação à sustentabilidade social, política, ambiental, educacional, científica e econômica, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Os valores atuam como ideais motivadores na formulação de políticas e normas jurídicas. Embora os valores inspirem o comportamento desejável, os princípios concretizam esses valores para facilitar sua operacionalização em declarações e ações políticas.

Entretanto, nas situações que possam surgir tensões entre os valores e princípios em contextos práticos, em cada situação, é necessário avaliar a proporção, levando em conta os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Todas as limitações possíveis aos direitos humanos devem ter uma base legítima, ser razoáveis, necessárias e proporcionais, em conformidade com as obrigações internacionais.

A confiabilidade e a integridade do ciclo de vida dos sistemas de IA são essenciais para garantir que essas tecnologias trabalhem para o bem da humanidade, indivíduos, sociedades, meio ambiente e ecossistemas, incorporando os valores e princípios mencionados na Recomendação. A confiabilidade requer monitoramento completo pelos envolvidos ao longo do ciclo de vida dos sistemas de IA e a implantação das ações políticas propostas na Recomendação.

Os valores são: (i) respeito, proteção e promoção dos direitos humanos, das liberdades fundamentais e da dignidade humana, (ii) prosperidade ambiental e ecossistêmica, (iii) prosperidade ambiental e ecossistêmica, (iv) viver em sociedades pacíficas, justas e interconectadas.

Os princípios são: (i) proporcionalidade e não causar dano, (ii) proporcionalidade e não causar dano, (iii) Justiça e não discriminação, (iv) sustentabilidade, (v) direito à privacidade e proteção de dados, (vi) supervisão humana e determinação, (vii) transparência e explicabilidade, (viii) conscientização e literacia, (ix) Governança e colaboração adaptáveis e com múltiplas partes interessadas

Áreas de ação política

As ações políticas operacionalizam os valores e princípios estabelecidos na Recomendação. A principal ação é para que os Estados-membros coloquem em prática medidas efetivas, como marcos ou mecanismos políticos, e garantam que outras partes interessadas, como empresas do setor privado, instituições acadêmicas e sociedade civil, adiram a elas.

A UNESCO se coloca como parceiro para apoiar os Estados-membros no desenvolvimento, monitoramento e avaliação de mecanismos políticos, reconhecendo que os Estados-membros estão em diferentes estágios de prontidão para implementar a Recomendação em várias dimensões. Portanto, para facilitar a implementação efetiva, a UNESCO desenvolveu uma metodologia de avaliação de prontidão e fornece apoio no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de impacto ético de tecnologias de IA, compartilhamento de melhores práticas, diretrizes de avaliação e outros mecanismos.

São onze áreas de ação política presentes na Recomendação: (1) avaliação de impacto ético, (2) governança e gestão ética, (3) política de dados, (4) desenvolvimento e cooperação internacional, (5) meio ambiente e ecossistemas, (6) gênero, (7) cultura, (8) educação e pesquisa, (9) comunicação e informação, (10) economia e trabalho, (11) saúde e bem-estar social.

Ética da IA para a área política Saúde e Bem-estar Social

A Recomendação de atuação para a área política em Saúde e Bem-estar Social indica aos Estados-membros que devam implementar sistemas de IA eficazes para melhorar a saúde humana e proteger o direito à vida. Isso inclui mitigar surtos de doenças e construir e manter a solidariedade internacional para enfrentar os riscos sanitários e incertezas globais. Além disso, é importante garantir que a implementação de sistemas de IA de assistência médica esteja em conformidade com as leis internacionais e com as obrigações em matéria de direitos humanos.

É fundamental que os atores envolvidos nos sistemas de IA de assistência à saúde considerem a importância das relações do paciente com sua família e com o pessoal de atendimento médico. Além disso, recomenda a regulação para o desenvolvimento e a implementação de sistemas de IA relacionados à saúde, com atenção especial à saúde mental, principalmente de crianças e jovens. Esses sistemas devem ser seguros, eficazes, eficientes, comprovados cientificamente e clinicamente, e permitir a inovação e o progresso médico baseados em evidências. A participação ativa dos pacientes e seus representantes em todas as etapas relevantes do desenvolvimento dos sistemas de intervenções médicas digitais também é incentivada.

Ainda sobre a regulação, é necessário criar regras para as soluções de previsão, detecção e tratamento para assistência médica em aplicativos de IA, garantindo supervisão para minimizar vieses e incluir profissionais, pacientes e cuidadores como especialistas da área. Também é importante garantir a privacidade e cumprir as exigências de proteção de dados, bem como obter o consentimento informado para o uso e análise de dados.

Os Estados-membros devem realizar pesquisas sobre os efeitos e a regulamentação dos danos potenciais à saúde mental relacionados aos sistemas de IA, como depressão, ansiedade, isolamento social, desenvolvimento de vícios, práticas ilegais, radicalização e desinformação.

Além disso, é necessário desenvolver diretrizes para as interações entre humanos e robôs e seu impacto nas relações humanas, com atenção especial à saúde mental e física. Isso inclui o uso de robôs na assistência médica, cuidado de idosos, educação, uso por crianças e como companhia. A IA também deve ser utilizada para aumentar a segurança e o uso ergonômico de robôs, incluindo em ambientes de trabalho que integrem humanos e robôs. É preciso estar atento à possibilidade de usar a IA para manipular e abusar de vieses cognitivos humanos.

Os Estados-membros são responsáveis por garantir que a interação entre humanos e robôs siga os mesmos princípios e valores aplicados a outros sistemas de IA. Isso inclui respeitar os direitos humanos, promover a diversidade e proteger pessoas vulneráveis. É importante considerar questões éticas relacionadas a sistemas alimentados por IA, como neurotecnologias e interfaces cérebro-computador, a fim de preservar a dignidade e autonomia humanas. Os usuários devem poder identificar facilmente se estão interagindo com um ser vivo ou um sistema de IA que imita características humanas ou animais, para que possam recusar essa interação e solicitar intervenção humana.

Os Estados-membros devem implementar políticas para aumentar a conscientização sobre a antropomorfização de tecnologias de IA e tecnologias que reconhecem e imitam emoções humanas, especialmente no contexto de interação entre robôs e humanos, principalmente envolvendo crianças. É necessário realizar pesquisas sobre os efeitos a longo prazo da interação das pessoas com sistemas de IA, especialmente em crianças e jovens, avaliando os impactos psicológicos, cognitivos e sociais, bem como os efeitos nas áreas de saúde. E por fim, a Recomendação prescreve aos Estados-membros e às partes interessadas devam envolver crianças e jovens em discussões e decisões sobre o impacto dos sistemas de IA em suas vidas e futuro.

Monitoramento e avaliação

Os Estados-membros devem monitorar e avaliar de forma transparente as políticas, programas e mecanismos relacionados à ética da IA. A UNESCO pode apoiar os Estados-

membros para orientar, capacitar e implementar a metodologia para a avaliação de impacto ético das tecnologias de IA, e no caso da metodologia de avaliação de prontidão, a identificar sua situação em relação à ética da IA. A organização também pode fortalecer a análise baseada em pesquisas e relatórios sobre políticas relacionadas à ética da IA, além de coletar e disseminar informações sobre o progresso, inovações, dados e estatísticas nesse campo.

Os processos de monitoramento e avaliação devem envolver a participação de todas as partes interessadas, incluindo pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade, a fim de promover a diversidade social, cultural e de gênero. Para avaliar a eficácia e eficiência das políticas relacionadas à ética da IA, devem ser desenvolvidos indicadores e ferramentas apropriadas, levando em consideração o impacto nos grupos desfavorecidos e marginalizados, bem como nos indivíduos e na sociedade em geral. O monitoramento e a avaliação devem ser realizados de forma contínua, sistemática e proporcional aos riscos, com base em marcos acordados internacionalmente e envolvendo instituições privadas e públicas.

Os Estados-membros podem considerar a criação de mecanismos como comissões de ética, observatórios de ética da IA e repositórios que abranjam direitos humanos e desenvolvimento ético nos sistemas de IA. Também podem contribuir para iniciativas existentes que promovam princípios éticos em todas as áreas da UNESCO, criar mecanismos de compartilhamento de experiências, estabelecer regulamentações de IA e fornecer um guia de avaliação para todos os atores envolvidos, a fim de garantir a conformidade com as recomendações políticas mencionadas no documento.

Utilização e aproveitamento da presente Recomendação

A Recomendação indica aos Estados-membros e outras partes interessadas que devam respeitar, promover e proteger os valores éticos sobre IA. Devem também adotar medidas para implementar as recomendações políticas, assim como colaborar com organizações governamentais, não governamentais, corporações transnacionais e organizações científicas para ampliar e complementar suas ações.

A partir da adoção da Recomendação, em 2023, a UNESCO desenvolveu uma [metodologia de avaliação de impacto ético da IA](#) e uma [metodologia de avaliação de prontidão](#)⁴², recursos tidos como pilares para a implementação da Recomendação. O primeiro avalia o alinhamento dos sistemas de IA com os valores e os princípios estabelecidos na Recomendação enquanto o segundo avalia e promove a resiliência de leis, políticas e instituições existentes a essa implementação. Além disso, um outro recurso recomendado é o estabelecimento de comissões nacionais de ética da IA para auxiliar nesse processo.

Promoção da presente Recomendação

A UNESCO tem a prerrogativa de ser a principal agência das Nações Unidas para promover e disseminar a Recomendação, por meio de seus órgãos como a Comissão Mundial para a Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (COMEST), o Comitê Internacional de Bioética (IBC) e o Comitê Intergovernamental de Bioética (IGBC), buscando trabalhar em colaboração com outras entidades relevantes das Nações Unidas, com organismos internacionais e regionais, organizações governamentais e não governamentais sub-regionais e a sociedade civil, importante ator na defesa dos interesses do setor público.

⁴² A metodologia de avaliação de prontidão está disponível na biblioteca virtual da UNESCO nos idiomas [inglês](#), [francês](#) e [espanhol](#). Acesso em 01 jul.2024.

Disposições finais

Nas disposições finais da Recomendação, esta deve ser entendida como um todo, com valores e princípios interrelacionados. Nada a Recomendação deve substituir os direitos dos Estados de acordo com o direito internacional, nem como aprovação para violar os direitos humanos, liberdades fundamentais, dignidade humana e preocupação com o meio ambiente e os ecossistemas, tanto vivos como não vivos.

Referências

ONU Brasil. *Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial (IA): Metodologia de Avaliação de Prontidão.* Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/250956-recomenda%C3%A7%C3%A3o-sobre-%C3%A9tica-da-intelig%C3%Aancia-artificial-ia-metodologia-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-de-prontid%C3%A3o> Acesso em 01 jul.2023.

UNESCO. *Ethical impact assessment: a tool of the Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence.* Paris, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386276> Acesso em 01 jul.2024

UNESCO. *Metodologia de avaliação de prontidão: um recurso da Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial.* Paris, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385198_por Acesso em 01 jul.2024

UNESCO. *Readiness assessment methodology: a tool of the Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence.* Paris, 2023. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385198> Acesso em 01 jul.2024

UNESCO. *Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial.* Paris, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_por Acesso em 28 jun.2024

UNESCO. *Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence.* Paris, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137>. Acesso em 01 jul.2024

UNESCO Brasília. *Ética da Inteligência Artificial (IA) no Brasil.* Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/artificial-intelligence-brazil>. Acesso em 01 jul.2024

Banco Mundial e as Perspectivas Econômicas Globais e Regionais

World Bank and the Global and Regional Economic Prospects

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *Launched by the World Bank, the new report on regional and global economic perspectives shows stability in the global economy for the first time in the last three years, but with growth levels well below historical standards.*

Keywords: *World Bank. Economy. Economic Prospects.*

Resumo. Lançado pelo Banco Mundial, o novo relatório sobre as perspectivas econômicas regionais e globais mostram estabilidade da economia global pela primeira vez dos últimos três anos, porém com níveis de crescimento bem abaixo dos padrões históricos.

Palavras-chave: Banco Mundial; Economia; Perspectivas Econômicas

As Perspectivas Econômicas Globais

Dividida em quatro capítulos, as *Perspectivas Econômicas Globais* do Banco Mundial (BM)⁴³ foram lançadas em junho. No relatório, o BM afirma que a economia global vive um período de estabilidade, mesmo convivendo por vários anos com os choques negativos. A previsão do crescimento econômico para este ano ficará em 2,6% e 2,7% nos anos de 2025-2026⁴⁴. Segundo o documento, estas estimativas foram feitas considerando as tensões geopolíticas crescentes, as altas taxas de juros e a pequena expansão nos setores do comércio e do investimento.

Outros fatores poderão contribuir com uma atividade econômica mais fraca do que o previsto nas principais economias e catástrofes associadas às mudanças climáticas. O BM entende que serão necessários esforços globais para promover a segurança alimentar, proporcionar o alívio da dívida, salvaguardar o comércio, dar suporte a economia verde e digital⁴⁵.

Ao mencionar a inflação, o BM concluiu que a inflação global está moderada, tendo a sua previsão em 3,5% para este ano. O documento pontua que devido as pressões inflacionárias persistentes, os bancos centrais das economias de mercado emergentes e de desenvolvimento e das economias avançadas optarão pela cautela em relação à flexibilização política. Diante

⁴³Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects?intcid=ecr_hp_headerB_2024-06-11-GEPReport

⁴⁴Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

⁴⁵Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

disto, taxas de juros mais elevadas do que antes da pandemia deverão permanecer por algum tempo⁴⁶.

Ao tratar dos países emergentes e em desenvolvimento, o BM observa que estes países deverão crescer 4% neste ano⁴⁷. Diante do aumento do conflito e da violência entre Israel *versus* Hamas e Rússia *versus* Ucrânia, as perspectivas permanecem modestas em muitas economias vulneráveis. O BM afirma que mais da metade das economias frágeis e afetadas por conflitos ainda será mais pobre em 2024 do que nas vésperas do período pandêmico.

As Perspectivas Econômicas Regionais

De acordo com o BM, está previsto o crescimento de 3,5% para a África Subsaariana neste ano e 4% para o ano de 2025. O documento aponta que estas estimativas somente se concretizarão se a inflação diminuir, incentivando o aumento dos investimentos e do consumo. Devido aos recentes aumentos da insegurança política e dos conflitos, as perspectivas estão mais baixas do que as do início do ano. Estes fatores ajudam a atrasar a recuperação da região, prejudicando o seu crescimento econômico. O documento ainda destaca que mesmo com o crescimento per capita, ainda não será o suficiente para diminuir a pobreza existente na região⁴⁸.

As perspectivas do BM para a América Latina e Caribe (ALC) não foram tão boas. O crescimento econômico na região deve desacelerar, chegando a 1,8% em 2024 e 2,7% em 2025. O BM pontua que a estimativa da região vem sendo revisada para baixo desde o início do ano devido ao rebaixamento que a Argentina teve⁴⁹. Segundo o documento, a ALC terá dificuldades para crescer com as condições financeiras globais não tão favoráveis – China e a desaceleração do seu crescimento, altas dívidas fiscais e eventos climáticos⁵⁰. Bom para a ALC será um maior crescimento da atividade econômica americana, que poderá influenciar no crescimento econômico da região.

Na Ásia do Sul, o BM estima que a região 6,2% neste ano, devendo permanecer com esta estimativa para o ano de 2025. De acordo com o documento, houve desaceleração no crescimento devido ao moderado crescimento econômico da Índia nos últimos anos. Havendo crescimento da Índia, o crescimento regional será impulsionado. As outras economias da região, Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão, possuem expectativas de crescimento⁵¹. Dificuldades para trazer mais progresso na região foram identificadas: instabilidade financeira devido aos altos empréstimos, interrupção nos mercados das *commodities* em razão dos conflitos, lentidão no crescimento chinês e alterações climáticas extremadas. Assim como na ALC, para a região será positivo o aumento da atividade econômica americana.

⁴⁶Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

⁴⁷Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

⁴⁸Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

⁴⁹Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

⁵⁰Disponível em: [Nota 24 - Economia Mundial final \(ipea.gov.br\)](https://www.ipea.gov.br/Notas/Nota-24-Economia-Mundial-final)

⁵¹Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

Ao abordar sobre a Europa e a Ásia Central, o BM argumenta que a região desacelerou em seu crescimento. Segundo o documento, a região deverá crescer 3% este ano e 2,9% em 2025. Estas estimativas sofreram forte influência das economias ucranianas, turcas e russas por estarem desacelerando. Excluindo estas economias, o BM prevê um crescimento mais firme para o ano que vem, conforme a diminuição da inflação, da redução das taxas de política monetária e o recrudescimento das exportações. O cenário político da região interfere diretamente na questão econômica, trazendo dificuldades para o crescimento, assim como alta dos preços das *commodities* e problemas financeiros⁵².

As expectativas de crescimento do Leste Asiático e Pacífico foram estimadas em 4,8% para 2024 e 4,1% em 2025⁵³. De acordo com o BM, houve desaceleração no crescimento devido à redução da atividade econômica da China⁵⁴. Assim, o documento aponta que, caso haja intensidade da atividade econômica chinesa ao longo dos meses, isto se refletirá na retomada do crescimento. A região possui perspectivas equilibradas, porém, os pontos negativos são os mesmos das demais regiões.

Para o Oriente Médio e Norte da África, o BM considerou nas suas projeções os cortes na produção do petróleo e as tensões na Faixa de Gaza, estimando o crescimento de 2,8% para 2024. Em 2025, as estimativas ficaram em 4,2%, motivada pela retomada gradual da produção de petróleo. A escalada dos conflitos armados, das tensões sociais e da violência comprometem a estabilidade da região, dificultando o seu crescimento⁵⁵.

As estimativas econômicas lançadas pelo BM indicaram que uma recessão global foi evitada, para o alívio dos países. Ainda assim, os formuladores de políticas econômicas dos países precisam ter muita atenção, pois além das taxas de juros globais serem as maiores desde os anos de 1980, temos guerras em curso, inflação e alto endividamento que podem contribuir fortemente para frear o crescimento econômico dos países.

O aumento das tensões geopolíticas pode provocar a volatilidade dos preços das matérias-primas, ou seja, encarecendo-os. Quanto maior a incerteza da política comercial, maior será a fragmentação deste segmento, desencadeando numa turbulência das redes comerciais.

O fator inflação merece atenção. Ainda que a inflação global tenha se apresentado equilibrada no relatório do BM, isso não significa que o cenário não mereça atenção. Os riscos inflacionários ainda existem e podem atingir significativamente os países emergentes e em desenvolvimento. Importante para estes países são as políticas monetárias que direcionem a estabilidade de preços, promovendo assim o bem-estar dos seus cidadãos.

Já os custos elevados do serviço da dívida exigirão que os formuladores de políticas econômicas, especialmente dos países emergentes e em desenvolvimento, equilibrem as necessidades de investimento com a sustentabilidade fiscal. Ao encontrarem os objetivos de desenvolvimento, serão necessárias políticas para aumentar o crescimento da produtividade,

⁵² Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

⁵³ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

⁵⁴ Disponível em: [Nota 24 - Economia Mundial final \(ipea.gov.br\)](https://www.ipea.gov.br/Notas/Nota-24-Economia-Mundial-final)

⁵⁵ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

melhorar a eficiência do investimento público, construir capital humano e corrigir as disparidades de gênero no mercado de trabalho.

Compreende-se que quanto maior a cooperação da comunidade internacional em promover políticas que apoiem a prosperidade dos países, maiores são as chances de as economias mundiais avançarem, permitindo assim o alcance das metas necessárias para viabilizar cada vez mais o seu crescimento.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] Global Economic Prospects [acesso em: 30 jun 2024]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6feb9566-e973-4706-a4e1-b3b82a1a758d/content>

Ipea [homepage na internet] Panorama da Economia Mundial [acesso em: 30 jun 2024]. Disponível em: [Nota 24 - Economia Mundial final \(ipea.gov.br\)](https://www.ipea.gov.br/pt-br/publicacoes/panorama-da-economia-mundial/2024/Nota-24-Economia-Mundial-final)

Inovação, Comércio Global, Dívida e Desenvolvimento

Innovation, Global Trade, Debt and Development

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract: *WIPO highlights side events from the last World Health Assembly that showcased innovations and collaborative efforts to address pressing global health challenges. At the Global Leaders Forum during UNCTAD's 60th anniversary, economists gathered to discuss crucial questions about the future of trade, development, and global stability. Since the creation of UNCTAD in 1964, global trade has grown significantly, with developing countries increasing their share of global trade in goods from 22 percent in 1964 to 44 percent in 2023. Additionally, global public debt has doubled since 2010, reaching an all-time high of US\$97 trillion in 2023. More than 40 per cent of the world's population lives in countries that spend more on debt interest payments than on education or health.*

Keywords: *innovation; WTO; development; multilateralism; UNCTAD*

Resumo: A OMPI destaca eventos paralelos da última Assembleia Mundial da Saúde que apresentaram inovações e esforços de colaboração para os desafios urgentes da saúde global. Economistas se reuniram no Fórum de Líderes Globais, durante o 60º aniversário da UNCTAD e abordaram questões cruciais sobre o futuro do comércio, do desenvolvimento e da estabilidade global. Desde a criação da UNCTAD, em 1964, o comércio global cresceu significativamente. Os países em desenvolvimento aumentaram sua participação no comércio global de mercadorias, passando de 22%, em 1964, para 44%, em 2023. Desde 2010, a dívida pública global dobrou atingindo pico histórico de US\$ 97 trilhões em 2023. Mais de 40% da população mundial vive em países que gastam mais com pagamentos de juros da dívida do que com educação ou saúde.

Palavras-chave: *inovação; OMC; desenvolvimento; multilateralismo; UNCTAD*

OMPI: Repercussões da Assembleia Mundial da Saúde 2024

Nota da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) destaca eventos paralelos da última Assembleia Mundial da Saúde (WHA), de 27 a 31 de maio, que apresentaram inovações e esforços de colaboração para os desafios urgentes da saúde global. A Organização lembra que desempenha “papel fundamental na facilitação do avanço da inovação, bem como no acesso às descobertas resultantes”. Sua Unidade de Saúde Global da OMPI “implementa atividades e parcerias que demonstram as contribuições da propriedade intelectual e da inovação para enfrentar os desafios da saúde global”, contribuindo para um ecossistema de inovação que garanta o acesso de todos às tecnologias da saúde. Uma das iniciativas em curso - “One Health” promove debates sobre o licenciamento voluntário e apoia jovens inovadores de LMICS com bolsas (OMPI, 2024).

Dos mais de 100 eventos paralelos organizados por governos, indústria, ONGs, universidades e parceiros de desenvolvimento em Genebra, a Organização ressalta os seguintes na área da saúde:

1. Deep tech para a saúde global

Um workshop do CERN no Fórum Global de Saúde explorou a experiência em física de partículas para soluções de saúde. O CERN, a Organização Europeia para a Investigação Nuclear, apresentou contribuições para o tratamento do câncer, as radiografias a cores em 3D e os avanços na saúde digital. Salientou o seu papel de "mediador", ligando as partes interessadas para a transferência de tecnologia e parcerias. O workshop reuniu a Unidade de Saúde dos Migrantes dos Hospitais Universitários de Genebra e os Médicos Sem Fronteiras, que propuseram produtos médicos inovadores e acessíveis, como tecnologias de gestão da diabetes (OMPI, 2024).

2. Inovações digitais para a detecção da tuberculose

Uma das reuniões abordou sistemas digitais de raios X para a detecção precoce da tuberculose. Dispositivos ultra portáteis podem fazer o rastreio dos pacientes, analisar as imagens utilizando inteligência artificial em minutos e detectar tuberculose, câncer e COVID-19. O desafio é ampliar o acesso. Autoridades de saúde de países com uma elevada carga de tuberculose, como as Filipinas, o Paquistão e a Nigéria, enfatizaram a necessidade de colaboração entre os governos e o setor privado. Naomi Wanjiru, sobrevivente da tuberculose, sublinhou a importância do diagnóstico precoce e o potencial da saúde digital para ultrapassar as barreiras no acesso aos cuidados (OMPI, 2024).

3. Vacinas para um mundo livre de resistência antimicrobiana

O Instituto Internacional de Vacinas (IVI) organizou sessão sobre o papel das vacinas no combate à resistência antimicrobiana nos LMICS. O Ministro da Saúde da Etiópia partilhou os progressos no desenvolvimento de vacinas e na produção local, enquanto a Suécia apresentou os seus esforços a longo prazo para combater a resistência aos antibióticos. As discussões destacaram a necessidade de colaboração entre setores, reforçando os aspectos regulatórios (OMPI, 2024).

4. O Sul Global na vanguarda do One Health

A abordagem One Health integra a saúde humana, animal e ambiental para prevenir pandemias. Os membros do painel observaram que os debates sobre a One Health estão centrados nas doenças zoonóticas. Parcerias público-privadas em matéria de amostragem e vigilância foram identificadas como cruciais para o avanço da iniciativa. O debate sublinhou que a superação dos desafios da One Health exige não só soluções técnicas, mas também compromisso político e colaboração entre as partes interessadas (OMPI, 2024).

5. Promoção da equidade na saúde por meio da inovação

Numa sessão do Devex CheckUp sobre a promoção da equidade na saúde por meio da inovação, os participantes salientaram nem sempre são necessárias soluções de alta tecnologia. Soluções de alta tecnologia podem desempenhar bom papel nos países em desenvolvimento, desde que sejam adaptadas aos contextos locais e às considerações ambientais. Os principais obstáculos à inovação na saúde identificados incluíram a falta de vontade política, financiamento, infraestruturas e envolvimento do setor privado (OMPI, 2024).

6. Apoiar o crescente panorama de inovação na saúde em África

Outra discussão importante no CheckUp da Devex centrou-se no apoio ao panorama de inovação na saúde em África. Identificou-se a importância de construir infraestruturas para

analisar os sistemas de saúde em África. Há desafios para garantir o investimento de grandes empresas. As startups locais enfrentam obstáculos significativos na obtenção da certificação de Desempenho, Qualidade e Segurança (PQS) da OMS devido a prazos prolongados (OMPI, 2024).

Economistas de Renome Tomam o Palco Principal no 60º Aniversário da UNCTAD

No dia 14 de junho, economistas de renome se reuniram para o último dia do Fórum de Líderes Globais, marcando o 60º aniversário da [UNCTAD](#). Os professores abordaram questões cruciais sobre o futuro do comércio, desenvolvimento e estabilidade global (Imagem 1) (UNCTADa, 2024).

Imagem 1 – Economistas no Fórum Global: 60º Aniversário da UNCTAD



Fonte: UNCTAD

A economia global enfrenta ponto crítico semelhante ao período de rápidas mudanças ocorrido seis décadas atrás, quando a UNCTAD foi criada, marcado pela descolonização, o colapso do sistema de Bretton Woods e o início da era das TIC. O mundo enfrenta agora ponto de inflexão similar, caracterizado pela reestruturação do comércio, erosão da segurança e revoluções tecnológicas, com mudanças climáticas e demográficas agravando esses desafios (UNCTADa, 2024).

Os economistas destacaram soluções para desafios complexos, como gestão da dívida, promoção do comércio, diversificação das economias e redução das desigualdades. Na discussão moderada pela Secretária-Geral da UNCTAD, Rebeca Grynspan, enfatizou-se a necessidade de instituições fortes e as limitações das abordagens de desenvolvimento únicas, reafirmando o papel crucial da UNCTAD em ajudar os países em desenvolvimento a navegar pelo cenário em evolução (UNCTADa, 2024).

Principais Discussões e Propostas

1. José Antonio Ocampo (Universidade de Columbia): Gestão da Dívida

José Antonio Ocampo, professor da Universidade de Columbia, afirmou que a dívida é a questão financeira mais importante atualmente.

A dívida pública global atingiu pico histórico de \$97 trilhões em 2023, crescendo 90% desde 2010. Atualmente, cerca de 3,3 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com juros da dívida do que com educação ou saúde.

Ocampo defendeu a criação de estrutura institucional robusta para gerenciar negociações de dívida, juntamente com mecanismos ad hoc para lidar com a crise atual. Ele destacou que muitos países em desenvolvimento, tanto de baixa como de média renda, enfrentam enormes problemas de dívida e não possuem instituições adequadas para gerenciar essa questão.

Ocampo também ressaltou a volatilidade do financiamento privado, chamando a atenção para a necessidade de regulamentações nacionais sobre fluxos de capital para mitigar a instabilidade financeira.

2. Célestin Monga (Universidade de Harvard): Comércio como Motor de Crescimento

Monga ressaltou o comércio como o único motor confiável para o crescimento a longo prazo. "Não há outra alternativa credível", afirmou. "Se você quer tirar as pessoas da pobreza, precisa levar o comércio a sério", enfatizou Monga.

Ele ressaltou a importância de alinhar as políticas macroeconômicas e microeconômicas com o comércio e destacou a necessidade de o Sul Global diversificar seus mercados. Monga apontou que, apesar da proximidade geográfica da América Latina, Caribe e África com o Ocidente, essas regiões não se beneficiaram como esperado devido à politização do comércio.

3. Isabella Weber: Importância da Diversificação Econômica

Weber, da University of Massachusetts Amherst, sublinhou a importância da diversificação para o desenvolvimento, alertando contra a dependência excessiva de commodities e ressaltou a importância de estabilizar as indústrias básicas.

A diversificação é essencial para o desenvolvimento. Não há dúvida quanto a isso", afirmou Weber. "A ideia de vantagens comparativas e especialização soa bem na teoria econômica, mas não se traduz na realidade empírica". "Se olharmos para as estruturas dos países ricos, todos são incrivelmente diversificados", acrescentou.

Weber enfatizou a necessidade de os países irem além das commodities básicas, entrando em outras indústrias, fazendo upgrades e subindo na cadeia de valor. Ao mesmo tempo, é importante prestar atenção às commodities básicas das quais dependem e estabilizá-las.

4. James K. Galbraith (Universidade do Texas): Desigualdade como Sinal de Crise

Galbraith comparou as desigualdades econômicas a sistemas de controle biológicos ou mecânicos, afirmando que a regulação da desigualdade é essencial para a estabilidade econômica.

Ele destacou a necessidade de eliminar a pobreza e controlar os excessos dos mais ricos, criticando dependência do sistema financeiro global nos financistas, afirmando que a crise de 2007-2009 mostrou o quão instável ele é, especialmente para países vulneráveis. Galbraith enfatizou que a união dos devedores é essencial para negociações razoáveis, observando que "nunca houve um credor que negociasse voluntariamente um contrato de dívida se achasse que o benefício iria para outro credor."

Evoluções-Chave no Comércio e Desenvolvimento

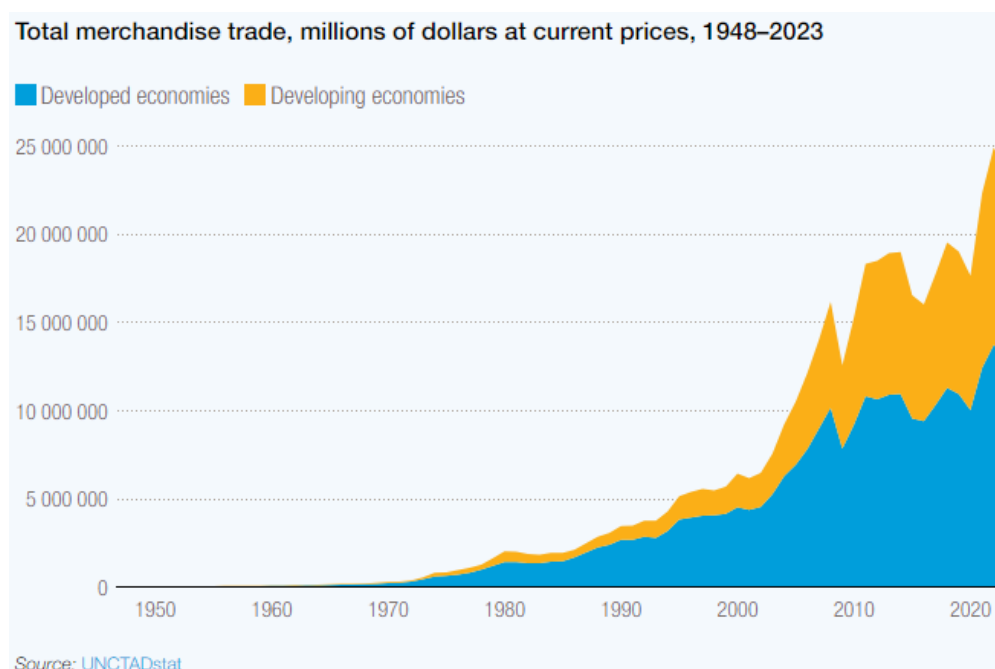
No 60º aniversário da UNCTAD, destacam-se as principais tendências que moldaram o comércio e o desenvolvimento global ao longo das últimas décadas e que continuarão a

influenciá-los. Essas tendências incluem o aumento da participação das economias em desenvolvimento no comércio global, a evolução do comércio marítimo, o crescimento do comércio eletrônico, as mudanças nas emissões globais, o aumento do comércio de plásticos, a persistência da dependência de commodities, o aumento da demanda por minerais críticos e o alarmante crescimento da dívida pública (UNCTADb, 2024).

Aumento da Participação dos Países em Desenvolvimento no Comércio Global

Desde a criação da UNCTAD, em 1964, o comércio global cresceu significativamente. Os países em desenvolvimento aumentaram sua participação no comércio global de mercadorias, passando de 22%, em 1964, para 44%, em 2023. No entanto, as disparidades regionais persistem, com os países menos desenvolvidos representando menos de 1% do comércio mundial (UNCTADb, 2024) (Imagem 2).

Imagem 2 - O comércio mundial de bens dispara, com crescente participação dos países em desenvolvimento

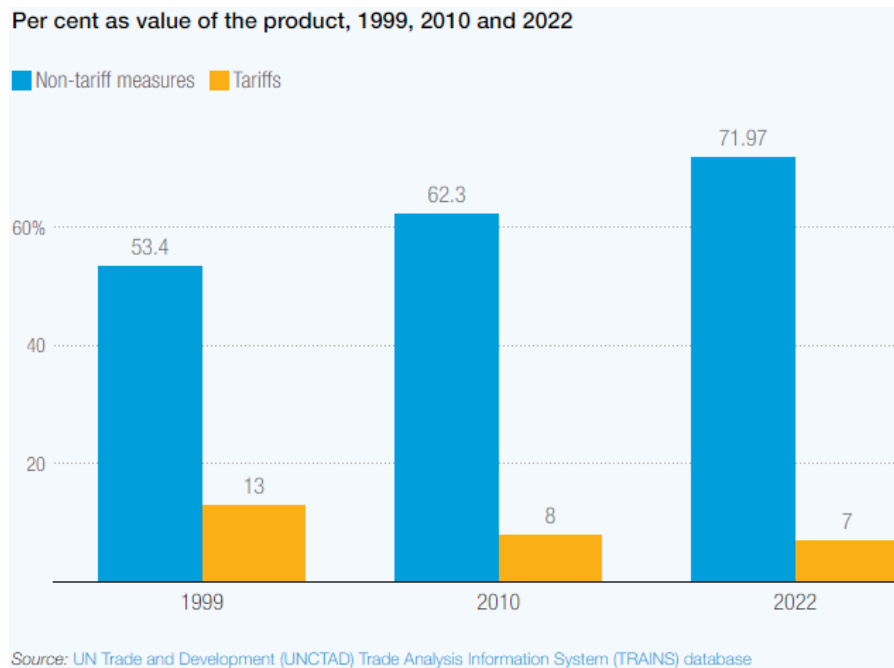


Fonte: UNCTAD

Queda nas Tarifas e Aumento das Medidas Não-Tarifárias (NTMs)

A liberalização tarifária, impulsionada por acordos da OMC e políticas unilaterais, contribuiu para o aumento da participação dos países em desenvolvimento no comércio global. No entanto, o aumento das NTMs, como quotas e padrões de segurança, cria novos desafios comerciais, especialmente para empresas em países em desenvolvimento. Na última década, as tarifas globais caíram de 13% para 7%, enquanto a frequência das NTMs aumentou de 53% para 72% (Imagem 3) (UNCTADb, 2024).

Imagem 3 - Tarifas caem, mas medidas não-tarifárias aumentam, criando novos desafios comerciais



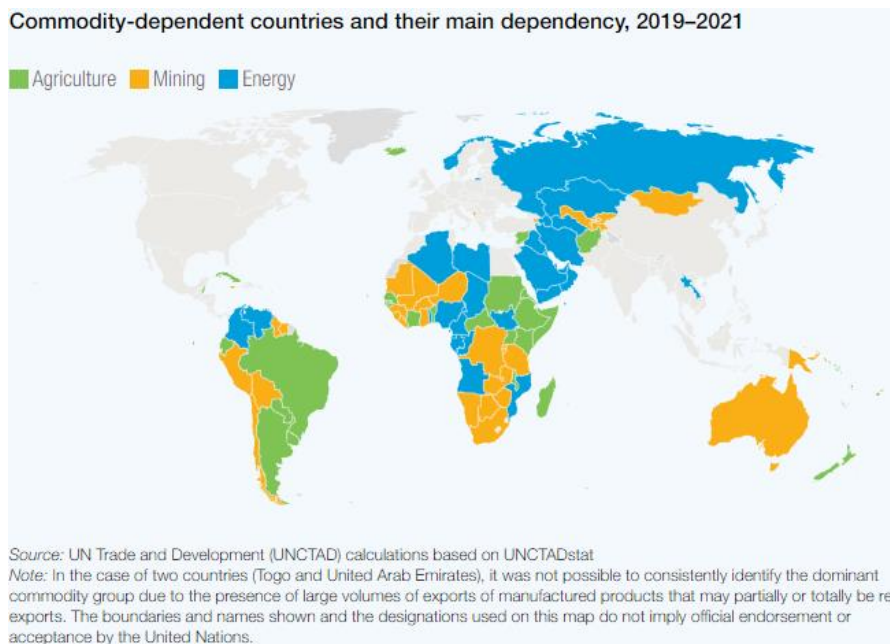
Fonte: UNCTAD

A dependência de commodities persiste no mundo em desenvolvimento, ressaltando a necessidade de diversificação econômica

A dependência de commodities continua a ser um desafio para muitos países em desenvolvimento, tornando-os vulneráveis à volatilidade dos preços e a choques globais. Um país é classificado como "dependente" quando as commodities representam mais de 60% de suas exportações totais de mercadorias (UNCTADb, 2024).

De 1998 a 2021, o número de países dependentes de commodities aumentou de 92 para 101. Em 2021, cerca de 85% dos países menos desenvolvidos do mundo eram dependentes de commodities, comparado a apenas 12% das economias avançadas. A dependência excessiva de commodities torna os países vulneráveis à volatilidade dos preços e a choques globais, como quedas nos preços do petróleo ou impactos das mudanças climáticas (Imagem 4) (UNCTADb, 2024).

Imagem 4 – Dependência global em commodities



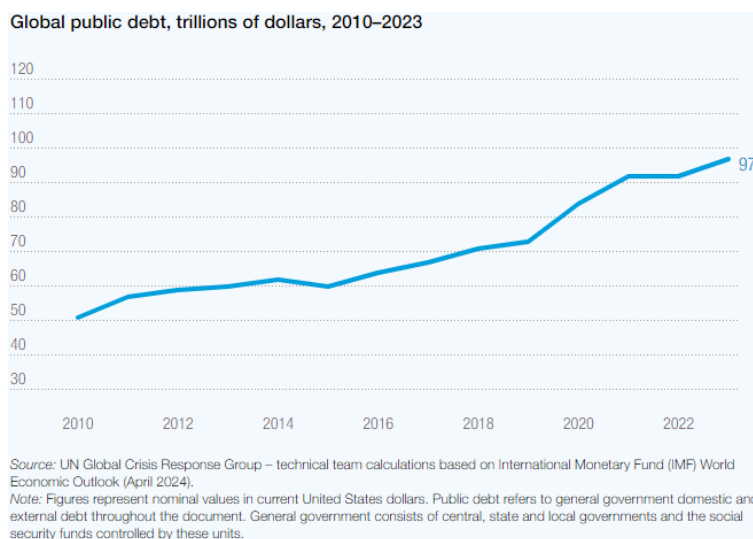
Fonte: UNCTADb

Juntos para Frente: Navegando pelos Crescentes Desafios da Dívida Pública e Externa

A dívida pública global dobrou desde 2010, atingindo um pico histórico de US\$ 97 trilhões em 2023. Mais de 40% da população mundial vive em países que gastam mais com pagamentos de juros da dívida do que com educação ou saúde (UNCTADc, 2024).

Em 2023, 54 nações em desenvolvimento, quase metade na África, dedicaram um mínimo de 10% dos fundos governamentais aos pagamentos de juros da dívida. A Secretária-Geral da UNCTAD, Rebeca Grynspan, alertou sobre a tendência alarmante de considerar as dívidas dos países em desenvolvimento como sustentáveis, ignorando os sacrifícios significativos feitos para realizar esses pagamentos (Imagem 5) (UNCTADc, 2024).

Imagem 5 – Dívida pública alcançou US\$ 97 trilhões em 2023

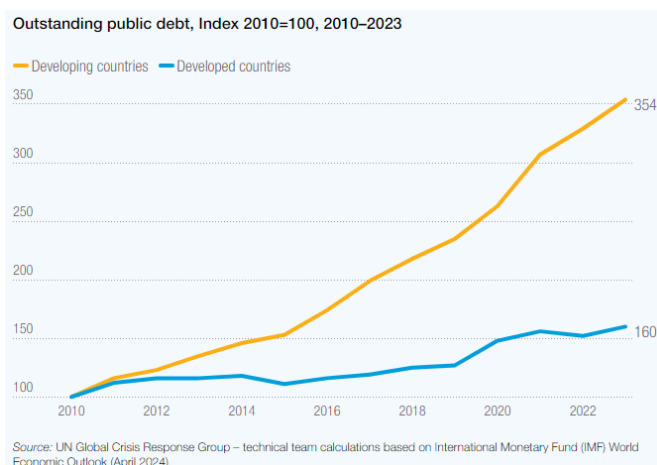


Fonte: UNCTAD

A Crise de Dívida em Desenvolvimento

Nas últimas décadas, os países em desenvolvimento testemunharam aumento significativo na dívida pública externa, impulsionado por projetos de desenvolvimento, preços voláteis de commodities e a necessidade de financiar déficits. A pandemia de COVID-19 agravou a situação, com países tomando empréstimos extensivos para mitigar os impactos econômicos e apoiar medidas de saúde pública (Imagem 6) (UNCTADc, 2024).

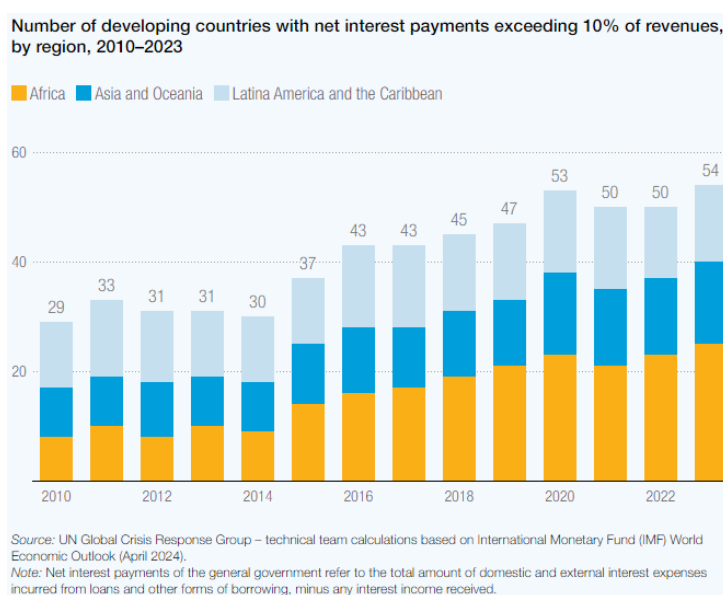
Imagem 6 – O débito público cresce duas vezes mais depressa nos países em desenvolvimento



Fonte: UNCTAD

Até o final de 2022, a dívida externa dos países em desenvolvimento aumentou 15,7%, chegando a US\$ 11,4 trilhões. Com metade dos países de baixa renda e quase um quarto das economias emergentes em situação de estresse ou perto disso, a possibilidade de uma crise de dívida global é alta. Em 2023, os países em desenvolvimento pagaram US\$ 847 bilhões em juros líquidos, um aumento de 26% em relação a 2021 (Imagem 7) (UNCTADc, 2024).

Imagem 7 – 54 países em desenvolvimento gastam pesadamente com juros



Fonte: UNCTAD

Papel da UNCTAD no Gerenciamento da Dívida Pública

A UNCTAD apoia os países em desenvolvimento no gerenciamento eficaz da dívida pública por meio de pesquisa, cooperação técnica e construção de consensos (UNCTADc, 2024).

- **Pesquisa e Análise:** Publicações importantes incluem o relatório anual sobre Comércio e Desenvolvimento e o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas à Assembleia Geral sobre dívida externa.
- **Cooperação Técnica:** Desde 1981, o programa DMFAS ajudou mais de 115 instituições em 75 países a fortalecer a capacidade de gerenciamento da dívida pública.
- **Construção de Consensos:** A UNCTAD organiza conferências bienais sobre gerenciamento de dívida e reuniões anuais de grupos de especialistas intergovernamentais sobre financiamento para o desenvolvimento.

Recomendações para Soluções Sustentáveis de Dívida

A UNCTAD propõe reforma abrangente da arquitetura financeira global para prevenir uma crise de dívida generalizada e criar sistema mais sustentável e inclusivo. As recomendações incluem:

- Aumento de empréstimos e concessões concessionais.
- Melhoria da transparência nos termos e condições de financiamento.
- Expansão do acesso a moedas estrangeiras para os países em desenvolvimento.
- Implementação de regras de suspensão para as obrigações dos devedores durante crises.
- Desenvolvimento de regras para reestruturações automáticas dentro da arquitetura global da dívida.
- Estabelecimento de uma autoridade global de dívida para coordenar e orientar as reestruturações de dívida soberana (UNCTADc, 2024).

Referências

1. Organização Mundial do Comércio (OMC)a. Regional workshop contemplates making access to health technologies more sustainable. 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/tech_30may24_e.htm
2. United Nations Trade and Development (UNCTAD)a. Leading economists take centre stage at UNCTAD's 60th anniversary. 2024. Disponível em: <https://unctad.org/news/leading-economists-take-centre-stage-unctads-60th-anniversary>
3. United Nations Trade and Development (UNCTAD)b. Key evolutions in trade and development over the decades. 2024. Disponível em: <https://unctad.org/news/key-evolutions-trade-and-development-over-decades>
4. United Nations Trade and Development (UNCTAD)c. Forward together: Navigating the growing challenges of public and external debt. 2024. Disponível em: <https://unctad.org/news/forward-together-navigating-growing-challenges-public-and-external-debt>

As Organizações da Sociedade Civil no embate com o *greenwashing* e outras práticas abusivas de grandes indústrias

*Renan Amaral Oliveira,
Laurenice Pires, Mateus dos Santos
Brito, Patrícia Lewis Carpio, Tatiana
Cerqueira Machado Medrado, Matheus
dos Santos da Silveira, Jesús Enrique
Patiño Escarcina, Diana Zeballos e Luis
Eugênio de Souza*

Resumo: No período de 12 a 26 de junho de 2024, foram monitoradas 48 Organizações da Sociedade Civil (OCS), das quais 37 fizeram manifestações merecedoras de registro neste informe. Nesta quinzena, como nas anteriores, vemos que a interseção entre crise climática e direitos humanos tem sido central nas agendas das OSC de interesse público. Ao desenvolverem esforços contra a exploração ambiental e as crises humanitárias, as OSC de interesse público denunciaram o *greenwashing* e outras práticas abusivas de indústrias de setores como tabaco, alimentação, pesca e medicamentos. Enfatizaram, por fim, a necessidade de uma governança global mais assertiva e responsável. No que tange às Organizações de Interesse Privado, destacaram-se as manifestações relativas à vacinação de um bilhão de crianças contra sarampo e tétano pelo Gavi. Houve ainda manifestações sobre os impactos da inteligência artificial e a desigualdade de gênero. As OSC de interesse privado também mencionaram os robustos financiamentos que obtiveram de bancos multilaterais. Enfim, este período registrou questões persistentes na agenda da sociedade civil, mas trouxe a novidade de um maior número de denúncias de práticas abusivas de grandes indústrias.

Introdução

Abrimos este informe com a notícia de que no Rio de Janeiro, nos dias 1 e 2 de julho, realizou-se o **Midterm Meeting do C20 Brasil**, que reuniu organizações da sociedade civil global e representantes dos governos do G20. O encontro discutiu as recomendações dos 10 grupos temáticos do C20 a serem entregues ao governo do Brasil para discussão no G20. Essas recomendações abordam o combate à fome, a transição energética justa, a igualdade de gênero, economias inclusivas e iniciativas antirracistas, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável. *Carlos Gadelha*, secretário do Ministério da Saúde, presente ao encontro, disse que, com a participação da sociedade civil, *ganha mais força a luta pela diminuição da população vulnerável afetada por doenças negligenciadas*. Ele anunciou ainda que o C20 fará parte do Grupo Saúde do G20.

No período de 12 a 26 de junho de 2024, foram monitoradas 48 **Organizações da Sociedade Civil (OCS)**, das quais 37 fizeram manifestações merecedoras de registro neste informe. Mais uma vez, vemos que a interseção entre crise climática e direitos humanos é central nas agendas das OSC de interesse público. Trata-se de uma consequência do atual contexto de urgência climática cujos efeitos negativos atingem sobretudo as populações mais vulneráveis. Vale ressaltar que a Planetary Health Alliance mostra que seis dos nove limites

planetários já foram ultrapassados. Também outras organizações como a WFPHA, a Wadem e o Greenpeace têm promovido discussões no âmbito científico e ativismo político, denunciando o *statu quo* capitalista que produz poluição química e riscos climáticos e exploração irresponsável de recursos naturais.

As crises humanitárias continuam sendo denunciadas pela Oxfam e pela Human Rights Watch. As mudanças climáticas têm exacerbado a fome e o deslocamento em comunidades vulneráveis. Em todos os informes, observamos a persistência necessária dessas organizações da sociedade civil para que os direitos humanos sejam minimamente considerados nas esferas políticas globais. Relatórios que documentam desde a sistemática repressão de defensores dos direitos LGBTQ até violações diretas do direito internacional, como o uso militar de escolas em Moçambique, ilustram a fragilidade dos direitos civis em todo o mundo.

Um tópico importante nesta quinzena se refere a denúncias de práticas nefastas de diferentes setores industriais. Assim, a Phillippe Morris é denunciada por financiar fundações supostamente antitabagistas. A indústria pesqueira é denunciada por expor os pescadores (imigrantes) a condições desumanas. A Novo Nordisk é acusada de reduzir o fornecimento de insulina para a África do Sul por desviar a produção de suas fábricas para outros produtos mais lucrativos. Várias indústrias são acusadas de praticarem o *greenwashing*. A União Europeia também denunciou ações deletérias da indústria alimentícia.

A governança global exercida pelo sistema multilateral, no momento discutindo o Tratado Global dos Oceanos e se reunindo no G20, sob a presidência do Brasil, é instada a responder a esses desafios através de políticas efetivas concertadas globalmente, mas não consegue (ou não deseja) operar com mecanismos de *enforcement*. Isso nos leva a, por exemplo, verificar que os embates entre os interesses dos conglomerados industriais e da sociedade civil, como evidenciado pelas estratégias das indústrias do tabaco e do medicamento, continuam sem ser mediados pela esfera multilateral, deixando a sociedade civil em uma “luta inglória” contra atores tão fortes. Ainda assim, observamos que a mobilização contínua dessas organizações sociais enseja um imprescindível debate global sobre justiça social em todos os níveis.

As OSC ainda fizeram manifestações relativas às questões de geterminantes comerciais da saúde, governança na União Europeia e *advocacy* parlamentar no Brasil, saúde digital, vacinação, saúde da população idosa, profissionais da saúde e doenças negligenciadas.

No que tange às Organizações de Interesse Privado, a Fundação Gates e a Gavi desempenham um papel relevante na saúde global, tendo juntas atingido a marca de vacinação de mais de 1 bilhão de crianças, combatendo doenças como sarampo e tétano. Inovações como a vacina de RNA mensageiro e os impactos da inteligência artificial também foram destacadas nas manifestações dos OSC de interesse privado, enquanto a equidade de gênero foi abordada através do desenvolvimento de iniciativas para creches acessíveis e do reconhecimento do trabalho de cuidado.

As OSC de interesse privado também enfatizaram suas grandes parcerias, que incluem robustos financiamentos de bancos multilaterais. Além disso, a luta pelos direitos LGBTQI+ e a crise alimentar no Sudão foram mencionadas, demonstrando a importância da atuação política na primeira e os impactos da negligência na segunda.

Reforça-se aqui o caráter específico dessas OSC, que raramente, mudam suas pautas. A promoção de mecanismos de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento permanece a linha principal de raciocínio da maioria das manifestações dessas OSC.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática

A Planetary Health Alliance divulgou a palestra do professor Johan Rockström, em que mostra que [seis dos nove limites planetários já foram ultrapassados](#) e, portanto, uma mudança imediata e exponencial é urgente para garantir um futuro sustentável, equitativo e saudável para toda a vida na Terra.⁵⁶

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) participou da 3ª Reunião do [Painel de Política Científica sobre Poluição Química](#). Esta reunião procura estabelecer um novo painel com influência comparável ao Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC). Esta reunião marca um passo fundamental na criação de uma interface robusta entre ciência e política que orientará políticas e ações eficazes na gestão de produtos químicos e de resíduos à escala global.⁵⁷

No dia 26 de junho a WADEM América latina e caribe (LATAC) organizou um [webinar](#) com duas apresentações. A primeira intitulada “Saúde e Mudanças Climáticas” se concentrou nos riscos climáticos no Caribe, nos impactos socioeconômicos e nas formas de alcançar a Prontidão Climática usando uma abordagem de gestão de risco de desastres. E a segunda apresentação “Liderança em Comunicação de Crise” que introduziu o tema das comunicações de crise e enfatizou a necessidade crescente de treinamento nesta área.

A Greenpeace destacou uma ação de [protesto pacífica](#) na plataforma de gás fóssil Arthit, no Golfo da Tailândia, criticando um projeto de captura e armazenamento de carbono (CCS) como uma estratégia de greenwashing que permite à empresa PTTEP continuar a poluir e lucrar, desviando a atenção de soluções reais para a crise climática. O Greenpeace instou o governo tailandês a adotar políticas climáticas mais eficazes e responsabilizar os poluidores. A ação faz parte de uma campanha maior para proteger os oceanos e promover alternativas sustentáveis às indústrias de combustíveis fósseis.⁵⁸

A Greenpeace lamentou a decisão do governo da Noruega de iniciar a primeira rodada de licenciamento para a [mineração](#) nas áreas de mar profundo do Ártico. A organização criticou vigorosamente a medida, argumentando que contraria todas as recomendações científicas e pode resultar em danos irreversíveis aos ecossistemas marinhos e ao clima. A Greenpeace destacou com urgência a necessidade de mobilização para evitar a mineração no mar profundo, alertando que isso representa uma ameaça significativa ao futuro dos oceanos. A proposta atual cobre 38% da área total inicialmente sugerida e agora está em consulta pública por 90 dias.⁵⁹

⁵⁶ PHA Planetary Health Alliance. With 6 of the 9 planetary boundaries crossed. 27 jun. 2024. Twitter. Disponível em: https://x.com/ph_alliance/status/1806429538630410629. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁵⁷ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. 3rd Meeting of the Ad Hoc Open-Ended Working Group on a Science-Policy Panel. 19 jun. 2024a. Disponível em: <https://www.wfpha.org/3rd-meeting-of-the-ad-hoc-open-ended-working-group-on-a-science-policy-panel/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁵⁸ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace activists scale fossil gas platform in Gulf of Thailand to challenge offshore carbon capture scam - Greenpeace International; 27 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/68018/greenpeace-activists-scale-fossil-gas-platform-in-gulf-of-thailand-to-challenge-offshore-carbon-capture-scam/>.

⁵⁹ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace responds to Norway's proposal to licence first Arctic areas for deep sea mining - Greenpeace International; 26 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press->

A OXFAM apontou que [desastres](#) relacionados à água forçaram quase oito milhões de pessoas a deixarem suas casas em 2023 nos 10 países mais afetados por enchentes e secas, um aumento de 120% em relação a uma década atrás. Cinco desses países viram os níveis severos de fome triplicarem no mesmo período, exacerbados por mais de 650 eventos de enchentes e secas no ano passado, contra apenas 24 em 2013. A mudança climática intensificou esses desastres, impactando severamente populações vulneráveis e ampliando desigualdades já existentes, enquanto nações poluidoras ricas falham em oferecer ajuda suficiente. A OXFAM destacou a necessidade urgente de reduzir emissões e fornecer financiamento climático adequado aos países mais impactados, para prepará-los melhor para futuros choques climáticos e investir em proteção social para apoiar as populações afetadas, especialmente comunidades locais e grupos vulneráveis.⁶⁰

A Greenpeace ressaltou que Povos Indígenas e Comunidades Locais têm historicamente protegido [florestas essenciais](#) para a biodiversidade e o combate às mudanças climáticas, apesar das ameaças de indústrias como agricultura, mineração e desmatamento. Esses grupos implementam iniciativas de conservação que, se adequadamente financiadas, podem substituir atividades destrutivas. Exemplos incluem comunidades no Brasil que garantiram direitos sobre suas terras na Amazônia, os Knasimos na Indonésia, que protegeram suas florestas de empresas de exploração, e os Lokolama na República Democrática do Congo, que obtiveram concessões para gestão florestal. A proteção eficaz dessas florestas depende de apoio financeiro substancial e do reconhecimento dos modelos de conservação liderados por esses povos, respeitando seus direitos e conhecimentos tradicionais.⁶¹

A Interacademy Partnership divulgou livro elaborado em colaboração com a Save the Children que apresenta estudos de caso ilustrando [soluções sistêmicas para políticas de mudança climática e saúde](#), em quatro áreas temáticas: sistemas alimentares e agricultura; energia, incluindo produção, distribuição, acesso e eficiência; urbanização, incluindo planejamento urbano; e fortalecimento dos sistemas de saúde, a fim de aumentar a conscientização dos governos sobre estudos e políticas multissetoriais.⁶²

Tratado Global dos Oceanos

A Greenpeace destacou que os governos se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York para discutir a implementação do [Tratado Global dos Oceanos](#), assinado pela primeira vez em setembro de 2023. O encontro teve como objetivo preparar o primeiro "Ocean COP" (Conferência das Partes), que só ocorrerá um ano após o Tratado ser ratificado por pelo menos 60 países. A reunião visou avançar nas propostas de criação dos primeiros santuários oceânicos em alto-mar, fundamentais para alcançar a meta de proteger 30% dos oceanos até 2030,

release/68021/greenpeace-responds-to-norways-proposal-to-licence-first-arctic-areas-for-deep-sea-mining/.

⁶⁰ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. In ten worst-hit countries, increasing floods and drought have forced people to flee 8 million times last year – over twice that of a decade ago | Oxfam International; 19 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/ten-worst-hit-countries-increasing-floods-and-drought-have-forced-people-flee-8>

⁶¹ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Protecting rainforests with Indigenous Peoples and Local Communities - Greenpeace International; 21 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67976/forest-protection-brazil-indonesia-africa-drc/>.

⁶² Interacademy Partnership [Internet]. Climate and Health: Science-based policy solutions - a collection of case studies; Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/publication/climate-change-adaptation-health-book-case-studies>

conforme acordado na Convenção sobre Diversidade Biológica de 2022. O Greenpeace enfatizou a necessidade de progresso significativo nesta semana para que os governos possam implementar a proteção necessária quando o tratado entrar em vigor em 2025. Até agora, sete países ratificaram o tratado, com recente apoio da França e dos EUA, que esperam sua entrada em vigor antes da próxima Conferência Oceânica da ONU em 2025.⁶³

Direitos Humanos

A World Medical Association expressou preocupação pela [violência nas manifestações no Quênia](#) e fizeram um apelo para exigir acesso livre e irrestrito para o pessoal de saúde e ambulâncias aos feridos, destacando que é obrigação do governo garantir a livre circulação do pessoal de saúde e das ambulâncias, assim como garantir que qualquer profissional de saúde detido deve ser libertado imediatamente, dado que prestar assistência médica em emergências é uma obrigação ética, e a organização é dedicada a defender a neutralidade médica.⁶⁴

A Human Rights Watch alertou sobre a [detenção arbitrária de dezenas de funcionários da ONU e da sociedade civil](#) sem devido processo, mantendo-os incomunicáveis, o que configura desaparecimento forçado no Iêmen, em territórios controlados pelos Houthis. A organização instou a comunidade internacional a pressionar os Houthis para que liberem os detidos e cessem sua ampla repressão contra a sociedade civil.⁶⁵

A Human Rights Watch informou sobre nova [sentença injusta por "propaganda contra o estado" no Irã a Narges Mohammadi, Nobel da Paz e defensora dos direitos humanos](#). As acusações incluem seu apelo ao boicote das eleições parlamentares e seu ativismo em apoio aos prisioneiros políticos e aos protestos "Mulher, Vida, Liberdade". Mohammadi, conhecida por sua oposição à pena de morte e críticas à repressão iraniana, entregou seu discurso de aceitação do Nobel da Paz por meio de seus filhos em dezembro de 2023.⁶⁶

A Human Rights Watch divulgou relatório sobre como [a Rússia impôs seu sistema educacional de forma abrangente e proibiu a educação ucraniana em território ucraniano ocupado](#), em violação ao direito internacional de conflitos armados e ao direito internacional dos direitos humanos. A Human Rights Watch realizou pesquisas e entrevistas com professores deslocados para documentar essas violações. Estima-se que um milhão de crianças ucranianas em idade escolar estão em território ocupado pela Rússia, incluindo 458.000 na Crimeia.⁶⁷

⁶³ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Governments to meet at UN to discuss first ever "Ocean COP" - Greenpeace International; 24 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67996/governments-to-meet-at-un-to-discuss-first-ever-ocean-cop/>.

⁶⁴ World Medical Association [Internet]. THE WORLD MEDICAL ASSOCIATION EXPRESSES ITS DEEP CONCERNS ABOUT THE VIOLENCE AT THE PROTESTS IN KENYA; 27 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/the-world-medical-association-expresses-its-deep-concerns-about-the-violence-at-the-protests-in-kenya/>

⁶⁵ Human Rights Watch [Internet]. Yemen: Houthis Disappear Dozens of UN, Civil Society Staff; 26 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/06/26/yemen-houthis-disappear-dozens-un-civil-society-staff>

⁶⁶ Human Rights Watch [Internet]. Iran Court Hands Down New Sentence Against Nobel Laureate; 26 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/06/26/iran-court-hands-down-new-sentence-against-nobel-laureate>

⁶⁷ Human Rights Watch [Internet]. Education under Occupation; 20 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2024/06/20/education-under-occupation/forced-russification-school-system-occupied-ukrainian>

A Human Rights Watch divulgou relatório que informa que durante 2022 e 2023, os ataques a escolas em Moçambique diminuíram, no entanto, o país registrou um [aumento no uso de escolas para fins militares](#). O relatório registrou pelo menos 12 casos de uso militar de escolas durante 2022 e 2023, em comparação com nenhum no período anterior, sendo as forças armadas moçambicanas as principais responsáveis, com um caso envolvendo as forças da SAMIM. O uso militar de escolas nega o acesso aos alunos e os coloca em risco de ataque. A Human Rights Watch documentou ataques de grupos armados islamitas no norte de Moçambique desde 2017, incluindo sequestros e o uso de crianças como soldados, além de abusos por forças governamentais. A organização destacou que Moçambique endossou a Declaração das Escolas Seguras em 2015, mas a violência continua a ameaçar a segurança escolar.⁶⁸

A Human Rights Watch divulgou matéria sobre como defensores dos direitos LGBTQ têm enfrentado uma [avalanche sem precedentes de legislação anti-LGBTQ](#), no entanto, o avanço parece ter diminuído um pouco. A organização destacou que esses projetos causam danos reais quando são promulgados, privando pessoas LGBTQ de benefícios materiais como cuidados de saúde e abrigos para vítimas de violência doméstica, reconhecimento pelo estado e igual participação na vida pública. Mesmo quando não se tornam lei, têm efeitos devastadores na saúde mental das pessoas LGBTQ, lançando suas vidas no caos e consumindo tempo e energia valiosos das comunidades LGBTQ.⁶⁹

Violências de gênero

A Human Rights Watch informou que o parlamento de Serra Leoa promulgou uma legislação histórica para proibir o casamento infantil. A [Lei de Proibição do Casamento Infantil de 2024](#) criminaliza o casamento para qualquer pessoa com menos de 18 anos, visando proteger as meninas de uma prática prejudicial que há muito viola seus direitos e prejudica seu desenvolvimento.⁷⁰

A World Medical Association instou ao Governo da Gâmbia a interromper o progresso do projeto de lei que visa [suspender a proibição da mutilação genital feminina](#) e condenou a mutilação genital como uma grave violação dos direitos humanos de meninas e mulheres, sendo a organização fortemente contra ao envolvimento de médicos nessa prática.⁷¹

A Human Rights Watch informou que o Ministério da Saúde do Peru esclareceu que as identidades trans não são condições de saúde mental, [revertendo um decreto presidencial que incluía as identidades trans como diagnóstico nos planos de saúde](#). A organização destacou que

⁶⁸ Human Rights Watch [Internet]. Conflict in Northern Mozambique Puts Education at Risk; 27 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/06/27/conflict-northern-mozambique-puts-education-risk>

⁶⁹ Human Rights Watch [Internet]. As Fewer Anti-LGBTQ Bills Pass, The Fight Gets Harder; 27 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/06/27/fewer-anti-lgbtq-bills-pass-fight-gets-harder>

⁷⁰ Human Rights Watch [Internet]. Sierra Leone Acts to Ban Child Marriage; 28 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/06/28/sierra-leone-acts-ban-child-marriage>

⁷¹ World Medical Association [Internet]. THE WORLD MEDICAL ASSOCIATION CALLS ON GAMBIAN AUTHORITIES TO URGENTLY HALT THE REPEAL OF THE BAN ON FEMALE GENITAL MUTILATION; 25 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/the-world-medical-association-calls-on-gambian-authorities-to-urgently-halt-the-repeal-of-the-ban-on-female-genital-mutilation-fgm/>

o ministério de saúde justificou o decreto como necessário para facilitar o acesso à saúde para "pessoas transexuais e pessoas com transtornos de identidade de gênero", utilizando linguagem desatualizada e pejorativa.⁷²

Migração

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou sua participação em um evento paralelo à Assembleia Mundial de Saúde, intitulado “[Garantir a continuidade dos cuidados durante a migração](#)”, no Fórum de Saúde de Genebra. O evento destacou que os migrantes enfrentam riscos de saúde acrescidos e barreiras no acesso aos cuidados de saúde devido à sua mobilidade. Além da WFPHA, participaram da sessão representantes de Médicos Sem Fronteiras (MSF), Universidade de Atenas, SOS Mediterrâneo e Cruz Vermelha que compartilharam ideias para proteger a saúde dos migrantes.⁷³

Crises humanitárias

A CARE publicou notícia intitulada “[O Haiti está morrendo](#)” para chamar atenção para a necessidade de ajuda. Ressalta que após os conflitos armados que levaram a uma migração forçada de 580.074 pessoas, bem como a existência de quase 5 milhões de haitianos em insegurança alimentar e cerca de 1,7 milhões em emergência alimentar. Destacou também a situação de desassistência à saúde pois o sistema de saúde foi dizimado pela violência.⁷⁴

A CARE postou mensagem no X sobre a situação de dezenas de milhões de sudaneses que estão convivendo há 14 meses, em conflito armado e em deslocamento forçado que impõem uma [crise humanitária de fome](#), e uma guerra contra mulheres e meninas⁷⁵.

Gaza

A OXFAM criticou severamente os líderes globais em resposta ao mais recente relatório da Classificação Global Integrada de [Segurança Alimentar](#) (IPC), que alertou para um alto risco de fome persistente na Faixa de Gaza. A organização condenou Israel por usar a privação deliberada de alimentos como crime de guerra, resultando em condições desumanas e a morte de dezenas de pessoas por fome e sede, especialmente crianças. A OXFAM apelou aos líderes mundiais que aumentem a pressão para um cessar-fogo permanente e que Israel permita um acesso humanitário seguro e sem restrições a Gaza.⁷⁶

⁷² Human Rights Watch [Internet]. Peru Walks Back Anti-Trans Guidance in Health System; 27 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/06/27/peru-walks-back-anti-trans-guidance-health-system>

⁷³ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Ensuring Continuity of Care for Migrants: Challenges, Solutions, and Collaborative Efforts. 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/ensuring-continuity-of-care-for-migrants-challenges-solutions-and-collaborative-efforts/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁷⁴ CARE [Internet]. ‘Haiti is dying.’ What’s happening now and how you can help; 26 jun 2024 [citado 28 06 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/haiti-is-dying-whats-happening-now-and-how-you-can-help/>.

⁷⁵ CARE [X]. Tens of millions of Sudanese are paying the cruel price of more than 14 months of senseless armed conflict; 27 jun 2024 [citado 15 jun 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/one-in-every-ten-children-in-south-sudan-die-before-their-fifth-birthday-this-program-is-working-to-change-that/>.

⁷⁶ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Gaza hunger figures reflect “shameful failure” of global leaders: Oxfam | Oxfam International; 25 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em:

A Greenpeace apelou a Israel e ao Hamas para que cumpram integralmente a resolução de cessar-fogo do Conselho de Segurança da ONU (2735). A organização solicitou um cessar-fogo imediato e permanente, a libertação dos reféns pelo Hamas e o fim dos bloqueios israelenses que impedem a chegada de suprimentos vitais a [Gaza](#). Além disso, destacou a necessidade de retomar negociações visando uma paz duradoura, baseada na segurança, justiça e direitos iguais. A Greenpeace também pediu um embargo global às vendas de armas que possam agravar os crimes de guerra cometidos por ambos os lados.⁷⁷

A Progressive International divulgou boletim na qual destaca a [decisão do Presidente Colombiano de banir as exportações de carvão destinadas ao abastecimento da guerra genocida de Israel em Gaza](#). A organização indicou que, em tempos normais, Israel importa mais de metade do seu carvão da Colômbia. Esse carvão alimenta a rede elétrica de Israel, mantendo as luzes acesas e as fábricas funcionando. O Presidente Gustavo Petro anunciou que não haverá mais carvão até que Israel cumpra o direito internacional, incluindo as ordens da Corte Internacional de Justiça para retirar as tropas israelenses de Gaza.⁷⁸

Embate Indústria – Sociedade Civil

A ACT Promoção da Saúde divulgou uma matéria sobre a mudança de nome da [fundação financiada pela indústria de tabaco Philip Morris International](#) como estratégia para melhorar sua reputação. A Fundação para um Mundo Livre de Fumaça (Foundation for a Smoke-Free World) foi rebatizada de Ação Global para o Fim do Tabagismo (Global Action to End Smoking). A ACT informou que a indústria do tabaco financia organizações ou grupos como estratégia para influenciar políticas públicas e moldar a opinião pública a favor de suas agendas.⁷⁹

A Greenpeace destacou o [documentário "Before You Eat"](#), que expõe as condições severas enfrentadas por pescadores migrantes indonésios em embarcações pesqueiras ao redor do mundo. O documentário revela práticas como o corte de barbatanas de tubarão e a captura acidental de espécies protegidas, além de destacar a conexão entre a exploração humana e a degradação ambiental causada pela pesca ilegal e não regulamentada. O filme provocou críticas da indústria pesqueira, especialmente em Taiwan, onde autoridades pediram sua retirada da internet, alegando danos à imagem do país. Isso sugere que o filme está cumprindo seu papel ao gerar conscientização sobre as práticas da indústria pesqueira e ao promover um debate essencial sobre os direitos dos trabalhadores e a sustentabilidade marinha.⁸⁰

<https://www.oxfam.org/en/press-releases/gaza-hunger-figures-reflect-shameful-failure-global-leaders-oxfam>

⁷⁷ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace statement on the ongoing war in Gaza - Greenpeace International; 18 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67921/greenpeace-statement-on-the-ongoing-war-in-gaza/>.

⁷⁸ Progressive International [Internet]. PI Briefing | No. 24 | Colombian coal will no longer fuel genocide; 17 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-06-17-pi-briefing-no-24-colombian-coal-will-no-longer-fuel-genocide/en>

⁷⁹ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Fundação financiada pela Philip Morris muda de nome como estratégia de melhorar a reputação; 26 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/fundacao-financiada-pela-philip-morris-muda-nome/4347>

⁸⁰ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. One of the world's biggest fishing fleets doesn't want you to watch this film. Find out why. - Greenpeace International; 26 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67999/one-of-the-worlds-biggest-fishing-nations-doesnt-want-you-to-watch-this-film-find-out-why/>.

A People's Medicines Alliance reagiu à notícia de que a [África do Sul ficou sem canetas de insulina](#) como consequência da mudança global de fornecimento para medicamentos para perda de peso, devido às empresas desviarem a produção dessas canetas para fabricação de medicamentos mais lucrativos, como o Ozempic. A organização alertou ainda que esse mercado de medicamentos para perda de peso é muito lucrativo e tem altos valores para os pacientes diabéticos em países em desenvolvimento, impossibilitando o acesso.⁸¹

A European Public Health Alliance (EPHA) manifestou concordância com o [diagnóstico do Conselho sobre o futuro da saúde na União Europeia](#). A organização entendeu que as conclusões do conselho se alinham com sua avaliação sobre a necessidade do fortalecimento para promover políticas de saúde pública baseadas em evidências que priorizem a prevenção, a equidade e a sustentabilidade. A entidade destacou que poderiam ter sido abordados com mais ênfase as questões do consumo alimentar, os conflitos de interesse com as indústrias, o apoio à sociedade civil, a equidade na saúde, entre outras.⁸²

Determinantes comerciais da saúde

A European Public Health Alliance (EPHA) divulgou a publicação da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o [Relatório](#) dos Determinantes Comerciais de Doenças Não Transmissíveis na Região Europeia, considerando um [marco rumo ao fim destes determinantes](#). A organização ressaltou sua participação na elaboração do capítulo sobre as ações dos cidadãos e da sociedade civil na redução dos determinantes comerciais das DTNs, na perspectiva de construir coalizões interseccionais e mudar o foco da culpabilização do cidadão para responsabilizar os governos e as decisões políticas.⁸³

Governança na União Europeia

A European Public Health Alliance (EPHA) emitiu um boletim - "[A mudança do parlamento europeu à direita e as implicações para a política de saúde na União Europeia](#)", onde analisa os resultados das últimas eleições na União Europeia tendo em vista o aumento da representação da direita e da extrema direita. A organização considerou que a mudança foi menor do que esperado, mas que trará consequências significativas na política de saúde, tendo em vista que a direita defende uma nacionalização da saúde. A EPHA conclamou a sociedade civil a manter-se unida e em defesa na manutenção da dinâmica da UE para a saúde e em vistas a melhoria da saúde de milhões de pessoas⁸⁴.

⁸¹ People's Medicines Alliance [Internet]. REACTION: ACCESS TO INSULIN IS A MATTER OF LIFE OR DEATH; 19 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://peoplesmedicines.org/resources/media-releases/insulin-pen-shortage-ozempic/>

⁸² EPHA. European Public Health Alliance [Internet]. Concurrência com Conselho Diagnóstico sobre a Saúde na União Europeia; 21 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://epha.org/epha-concurs-with-council-diagnosis-on-the-eu-health-union/>.

⁸³ EPHA. European Public Health Alliance [Internet]. Another milestone towards the end of the Commercial Determinants of Health; 24 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://epha.org/another-milestone-towards-the-end-of-the-commercial-determinants-of-health/>

⁸⁴ EPHA. European Public Health Alliance [Internet]. The European Parliament's shift to the right: what are the implications for EU health policy?; 25 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://epha.org/epha-newsletter-making-the-european-parliaments-right-turn-right-the-future-of-eu-health-policy/>.

Saúde digital

A STOPAIDS divulgou um documento que avalia a Revisão 1 do texto preliminar do [Pacto Digital Global](#), publicado em maio de 2024. A organização apoiou o fortalecimento das referências aos direitos humanos, o reconhecimento da ausência de proteção de dados eficaz e os compromissos com equidade e acesso. No entanto, manifestaram preocupação com a omissão da saúde no texto e instaram os estados membros a incluir referências à saúde, como um direito humano, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e setor significativamente impactado pelas tecnologias digitais.⁸⁵

Inteligência Artificial

A Public Citizen parabenizou os congressistas estadunidenses que estão exigindo uma supervisão do uso de [inteligência artificial \(IA\) pelo Medicare Advantage](#). Há indícios de que a IA está negando cuidados de saúde necessários a idosos e pessoas com deficiência, levantando preocupações que os reguladores devem abordar. A organização advertiu que a tecnologia está sendo usada para aumentar os lucros por meio de planos privatizados do Medicare Advantage.⁸⁶

Vacinação

O Global Health Council divulgou artigo sobre um novo mecanismo projetado pela Gavi para [aumentar a produção e fabricação de vacinas na África](#).⁸⁷

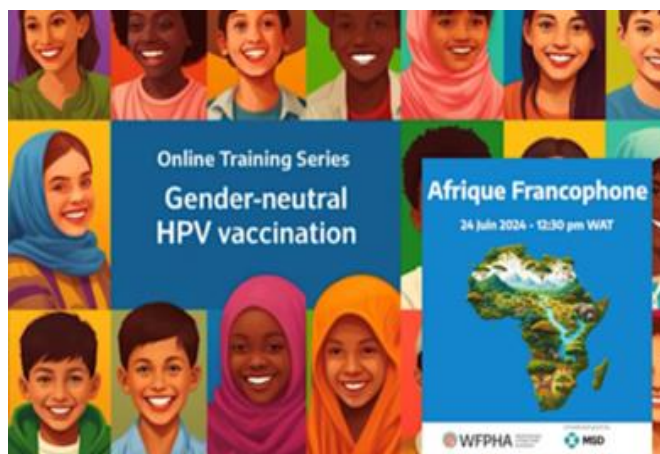
A [vacinação contra o HPV neutra em termos de gênero](#) é essencial para proteger as comunidades, impedir a transmissão do vírus e reduzir o estigma associado à doença do HPV. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública está realizando uma série de seis sessões de formação online, concebidas para responder aos desafios específicos das seis diferentes regiões do mundo.⁸⁸

⁸⁵ Public Citizen [Internet]. Digital health advocates say health must be included in the UN Global Digital Compact; 26 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/06/26/digital-health-advocates-say-health-must-be-included-in-the-un-global-digital-compact/>

⁸⁶ Public Citizen [Internet]. Medicare Advantage Opens “AI Can of Worms” for Patients; 25 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/medicare-advantage-opens-ai-can-of-worms-for-patients/>

⁸⁷ CORE Group [X]. The African Vaccine Manufacturing Accelerator (AVMA), a new US\$1 billion innovative financing mechanism designed by Gavi, launches this week. Recently, GHC's President & CEO, Elisha Dunn-Georgiou was[...]; 18 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalHealthOrg/status/1803166578046800217>

⁸⁸ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Webinar: L'importance de la vaccination HPV neutre de genre- Afrique francophone | WFPHA. 26 jun. 2024c. Disponível em: <https://www.wfpha.org/webinar-limportance-de-la-vaccination-hpv-neutre-de-genre-afrique-francophone/>. Acesso em: 27 jun. 2024.



Saúde da população idosa

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) postou um convite para um painel de discussão sobre o projeto “[história de vida intergeracional LGBTI+: uma iniciativa amiga dos idosos](#)”.⁸⁹

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a realização do [diálogo online](#) sobre estratégias que as cidades e as comunidades podem adotar para [prevenir quedas](#) e criar ambientes mais seguros.⁹⁰

Reunião do G20

A OXFAM destacou o relatório econômico apresentado à Presidência do [G20](#) do Brasil sobre a taxação dos super-ricos. Segundo a Oxfam, a proposta é sensata e de interesse econômico estratégico para todos os governos. Enfatizou-se a necessidade de um acordo global substancial para taxar os super-ricos, visando reduzir a desigualdade e levantar fundos significativos para combater a crise climática.⁹¹

O International Council of Nurses fez um apelo urgente aos líderes do G20 sobre a [crise global de migração de enfermeiros](#), dada a escassez global de milhões de profissionais da enfermagem. Alguns países de alta renda continuam a preencher lacunas de pessoal recrutando ativamente enfermeiros de países que já enfrentam graves deficiências na força de trabalho em saúde. A organização alertou que esta crise está se intensificando rapidamente, privando os sistemas de saúde mais vulneráveis do mundo de conhecimento especializado e cobertura essencial.⁹²

⁸⁹ IFA - International Federation of Ageing. Join us tomorrow at IFA's #GlobalCafé. 27 jun. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1806281435562586293>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁹⁰ IFA. International Federation of Ageing. What strategies can cities. 25 jun. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1805662671913570758>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁹¹ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam reaction to Zucman report to Brazil's G20 Presidency on taxing the super-rich | Oxfam International; 25 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-zucman-report-brazils-g20-presidency-taxing-super-rich>

⁹² International Council of Nurses [Internet]. ICN Calls for Urgent G20 Action on the Global Nurse Migration Crisis; 20 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-calls-urgent-g20-action-global-nurse-migration-crisis>

Advocacy parlamentar no Brasil

A ACT Promoção da Saúde registrou participação no [Dia Nacional de Mobilização por uma Reforma Tributária 3S: saudável, solidária e sustentável](#) sediada na câmara de deputados no Brasil. No evento houve o lançamento de manifesto, ato público, entrega de cartas aos parlamentares e um seminário internacional. Na carta aberta entregue ao Parlamento, um conjunto de 25 sociedades médicas e organizações da saúde comemoraram a criação do imposto seletivo e a previsão de incidência sobre bebidas alcoólicas, produtos derivados do tabaco e bebidas açucaradas. Chamaram também a atenção para a importância da definição posteriormente a alíquota que deve cumprir o objetivo de desincentivar o consumo destes produtos. A carta também pede a ampliação de todas as categorias de produtos ultraprocessados no Imposto Seletivo, além dos refrigerantes, como forma de reduzir seu consumo, prevenir doenças e gastos públicos. Por fim, sugeriram que os recursos arrecadados sejam utilizados para programas de saúde.⁹³

Profissionais da saúde

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) divulgou a realização da sessão “[Capacitando educadores](#) e melhorando seu bem-estar por meio da autoconsciência e da autocompaixão” durante o encontro anual da International Association of Medical Science Educators – IAMSE. Na sessão, a IFMSA usou a aprendizagem autodirigida e a aprendizagem baseada em problemas.⁹⁴

Doenças negligenciadas em crianças

A DNDi publicou uma série de informações sobre o impacto das doenças negligenciadas nas crianças, destacando que elas correm um risco desproporcional de infecção, doença e morte causada por [doenças negligenciadas em comunidades pobres](#) e marginalizadas. Acrescentou que as crianças com doenças negligenciadas apresentam dificuldades de aprendizagem, crescimento atrofiado e aumento de faltas às aulas.⁹⁵

HIV

A Fundação Huésped informou sobre as atividades no [Dia Nacional do Teste de HIV](#), na qual participaram mais de 180 pessoas em Buenos Aires. A organização destacou que apesar de na Argentina o teste de HIV ser voluntário, confidencial, gratuito e não exigir prescrição médica, mais de 30% das pessoas com HIV chegam ao diagnóstico tardiamente.⁹⁶

⁹³ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Veja como foi o Dia Nacional de Mobilização por uma Reforma Tributária 3S: saudável, solidária e sustentável; 19 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/fundacao-financiada-pela-philip-morris-muda-nome/4347>

⁹⁴ IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. "Excited for the Empowering Educators". 18 jun. 2024. Twitter. Disponível em: <https://x.com/IFMSA/status/1803236353468940782>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁹⁵ DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. DNDi is committed to accelerating the development. 27 jun. 2024. Twitter. Disponível em: <https://x.com/DNDi/status/1806343110491857366>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁹⁶ Fundación Huésped [Internet]. Nuestra jornada por el Día Nacional de la Prueba de VIH; 28 Junho 2024 [citado em 28 Junho 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/nuestra-jornada-por-el-dia-nacional-de-la-prueba-de-vih/>

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Vacinação

A Fundação Gates comemorou o [aniversário de criação da Gavi](#), fundada há vinte e quatro anos, que desde então tem imunizado mais de 1 bilhão de crianças, colaborando no combate à desigualdade na vacinação global. No Senegal, o apoio da Gavi praticamente extinguiu doenças como sarampo e tétano, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. Segundo a Fundação Gates, a Gavi é inovadora e adapta suas abordagens para ajudar os países conforme suas necessidades. Uma das bandeiras atuais é a expansão do acesso à vacina contra o HPV, especialmente em países de baixa renda. Visando isso, a Fundação Gates anunciou novos fundos para apoiar a Gavi e o desenvolvimento de vacinas na África.⁹⁷

A GAVI discutiu como estamos entrando em uma [nova era de imunização](#)⁹⁸ e como podemos potencializá-la. Ele destaca a importância da inovação e colaboração global para garantir que todas as crianças tenham acesso a vacinas essenciais. A aliança aborda recentes avanços tecnológicos, como a vacina de RNA mensageiro, e a necessidade de sistemas de saúde robustos e equitativos, além de enfatizar a importância de parcerias entre governos, organizações e setor privado para fortalecer os programas de imunização e garantir um futuro mais saudável para todos.

A GAVI enfatizou que [para enfrentar futuras pandemias](#), o mundo precisa de sistemas de alerta precoce, melhores cadeias de fornecimento de vacinas e colaboração global⁹⁹. Investimentos em saúde pública e vigilância são essenciais, além de práticas de resposta rápida. A preparação contínua e a aprendizagem com pandemias passadas, como a COVID-19, são fundamentais para minimizar impactos futuros.

Equidade de gênero

A Fundação Gates publicou um artigo destacando como o [acesso a creches de qualidade e acessíveis](#) é crucial para que mães trabalhadoras possam se concentrar em seus empregos. A falta desse recurso afeta mulheres globalmente, pois o trabalho de cuidado é frequentemente mal pago e sub regulado, especialmente na África, onde as mulheres fornecem 70% do cuidado não remunerado. Treinamento adequado e salários justos para as trabalhadoras do cuidado melhorariam a qualidade do serviço e permitiriam que as mulheres seguissem suas carreiras. A Fundação Gates está promovendo ações na África para reconhecer o trabalho de cuidado como uma profissão legítima, o que poderia impulsionar o crescimento econômico e a equidade de gênero.¹⁰⁰

A Rockefeller Foundation endossou uma carta escrita por líderes globais femininas ao Secretário-Geral da ONU, expressando indignação pela [exclusão das mulheres afegãs da](#)

⁹⁷ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Three immunization advocates share why Gavi matters; 20 jun 2024 [citado 27 jun 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/gavi-affordable-vaccines>

⁹⁸ GAVI, The Vaccine Alliance. A new era of immunisation is here: here's how we can turbocharge it. <https://www.gavi.org/vaccineswork/new-era-immunisation-here-heres-how-we-can-turbocharge-it>

⁹⁹ GAVI, The Vaccine Alliance. Preparing for the unknown: how the world can get ready for the next pandemic. <https://www.gavi.org/vaccineswork/preparing-unknown-how-world-can-get-ready-next-pandemic>

¹⁰⁰ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Creating a care economy that supports women and helps communities thrive; [citado 27 jun 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/womens-economic-power-child-care>

[próxima reunião em Doha](#), Qatar, entre as pessoas enviadas da ONU e os representantes do Afeganistão/Talibã. Assinada por figuras como Vjosa Osmani-Sadriu e Hillary Clinton, a carta destaca que a exclusão das mulheres afegãs contraria a Carta da ONU, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e outras convenções internacionais, além de minar a credibilidade do encontro. As signatárias exigem a inclusão das mulheres afegãs nas discussões para evitar a legitimação do tratamento opressivo do Talibã.¹⁰¹

A Wellcome Trust divulgou um dos estudos que apoia, focado em [pesquisa de saúde pública sobre violência baseada em gênero](#) na África do Sul. A pesquisa visa preencher lacunas no entendimento global sobre a prevalência e os impactos dessa forma de violência, buscando identificar intervenções eficazes para prevenção e apoio a sobreviventes, como a prescrição de profilaxia pré-exposição para HIV após casos de estupro.¹⁰²

Ciência e tecnologia

A GAVI, The Vaccine Alliance discute a importância [da inteligência artificial \(IA\)](#), que pode ajudar médicos a trabalharem de forma mais eficiente, mas que não substitui a empatia e a comunicação humana¹⁰³. Problemas estruturais dos pacientes, como pobreza e outras questões socioeconômicas, muitas vezes exigem mais do que um algoritmo pode oferecer. Enquanto a IA promete avanços significativos, é crucial equilibrar a tecnologia com a compreensão humana para um cuidado integral das sociedades.

Países do Sul Global, como Colômbia, Quênia e Gana, estão liderando na produção de [dados gerados por cidadãos](#)¹⁰⁴. Segundo a GAVI, esses dados inclusivos são cruciais para políticas públicas e alocação de recursos, especialmente para comunidades marginalizadas. Parcerias como "*Make Inclusive Data the Norm*" estão promovendo o compartilhamento de melhores práticas. Iniciativas na Colômbia, Quênia e Gana demonstram como dados gerados por cidadãos podem fortalecer sistemas de saúde, segurança e serviços públicos, além de promover a igualdade e a inclusão social.

Testes diagnósticos

A FIND destacou um [estudo](#) realizado em parceria com CoNE, TreatAsia e o Ministério da Saúde do Estado de Manipur, na Índia, que mostra que o programa comunitário de cuidados para hepatites implementou com sucesso estratégias de "teste e tratamento" para HCV e identificou uma parcela significativa de indivíduos não vacinados através da triagem para HBV. O apoio entre pares foi crucial para garantir a adesão ao tratamento e a conclusão da série de vacinação contra HBV. Com a infraestrutura de triagem, diagnóstico e vacinas disponível em

¹⁰¹ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Global Leaders Urge UN to Include Afghan Women in Upcoming Doha Meeting with Afghan Officials, Taliban; jun 2024 [citado 27 jun 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/global-leaders-urge-un-to-include-afghan-women-in-upcoming-doha-meeting-with-afghan-officials-taliban/>.

¹⁰² Wellcome Trust. LinkedIn [Internet]. This study is taking a population health approach to gender-based violence; 3 jun 2024 [citado 27 jun 2024]. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/study-taking-population-health-approach-gender-based-violence-1gh3e/>.

¹⁰³ GAVI, The Vaccine Alliance. AI, health care and the realities of being human. <https://www.gavi.org/vaccineswork/ai-health-care-and-realities-being-human>

¹⁰⁴ GAVI, The Vaccine Alliance. Global South leading the way on citizen-generated data. <https://www.gavi.org/vaccineswork/global-south-leading-way-citizen-generated-data>

muitos países com programas nacionais para hepatites virais, esse modelo demonstrou ser viável e eficaz para avançar em direção às metas globais de eliminação das hepatites.¹⁰⁵

A FIND destacou um [workshop](#) de 2 dias em Patna, Índia, para melhorar a comunicação sobre a Plataforma Integrada de Informação em Saúde para vigilância presuntiva por faculdades de medicina, visando melhorar a detecção precoce e a resposta a potenciais ameaças para a saúde.¹⁰⁶

Financiamento e acordos de colaboração

O Global Fund, em parceria com o governo de [Serra Leoa](#), lançou dois novos subsídios totalizando US\$ 136 milhões para combater o HIV, tuberculose e malária de 2024 a 2027. A iniciativa visa fortalecer os sistemas de saúde e alcançar cobertura universal de saúde até 2030. Os subsídios ampliarão a terapia antirretroviral, os serviços de diagnóstico para HIV, aumentarão a inscrição no tratamento de TB através de unidades móveis e continuarão os esforços de controle da malária com distribuições de redes inseticidas e ampliação do manejo de casos. Essas ações se baseiam em sucessos anteriores, incluindo maior cobertura de tratamento e redução das taxas de incidência e mortalidade das doenças ao longo da última década, representando uma abordagem abrangente para melhorar a entrega de cuidados de saúde e aumentar a resiliência contra ameaças à saúde em Serra Leoa.¹⁰⁷

O Global Fund e o Ministério da Saúde da Etiópia lançaram a implementação de três novos [subsídios](#) no valor total de mais de US\$ 441 milhões, visando sustentar o progresso contra o HIV, tuberculose e malária, fortalecendo os sistemas de saúde comunitários ao longo do período de 2024 a 2027, reduzir novas infecções e a taxa de mortalidade por AIDS. Além disso, os subsídios apoiarão a luta contra a epidemia de TB e sustentarão as intervenções de controle da malária, incluindo a transição para a eliminação da malária no país. Esses esforços são parte de uma estratégia mais ampla para fortalecer infraestruturas de saúde, capacidades digitais e serviços de saúde primários, visando superar desafios como conflitos, deslocamentos em massa e emergências sanitárias.¹⁰⁸

O Global Fund e a UNAIDS assinaram um novo [quadro estratégico](#) de cooperação para o período de 2024-2028, reafirmando sua parceria de longa data. Este acordo alinha a colaboração contínua com a mais recente Declaração Política da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre HIV e AIDS, com o objetivo de "Acabar com as Desigualdades e Colocar o Mundo de Volta no Rumo para Erradicar a AIDS até 2030". O quadro estratégico coloca pessoas e

¹⁰⁵ FIND. Twitter [Internet]. New paper alert! In partnership with CoNE, TreatAsia, and the Manipur State Ministry of Health in India, we are happy [Tweet]; 20 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1803708718309109794>

¹⁰⁶ FIND. Twitter [Internet]. We wrapped up a 2-day workshop in Patna to enhance reporting on the Integrated Health Information Platform for presumptive surveillance [Tweet]; 24 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1805208461635965069>

¹⁰⁷ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Sierra Leone and Global Fund Launch New Grants to Strengthen Health Systems and Accelerate Response to HIV, TB and Malaria; 17 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-06-17-sierra-leone-global-fund-new-grants-strengthen-health-systems-accelerate-response-hiv-tb-malaria/>.

¹⁰⁸ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Ethiopia and Global Fund Launch New Grants to Accelerate Progress Against HIV, TB and Malaria; Strengthen Health Systems; 18 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-06-18-ethiopia-global-fund-new-grants-accelerate-progress-hiv-tb-malaria-strengthen-health-systems/>.

comunidades no centro das ações, unindo países, comunidades e parceiros para tomar medidas prioritárias que acelerem o progresso em direção a zero novas infecções por HIV, zero discriminação e zero mortes relacionadas à AIDS.¹⁰⁹

O Global Fund aprovou mais de US\$ 1,8 milhão em **financiamento** de emergência para fornecer urgentemente serviços de prevenção de HIV e tuberculose a vítimas e sobreviventes de violência baseada em gênero (VBG), pessoas deslocadas e outros grupos vulneráveis no Haiti. Estes fundos emergenciais complementam um subsídio de três anos de US\$ 85 milhões iniciado em 1º de janeiro de 2024. A escalada dramática da VBG desde o início da crise aguda em fevereiro tem tido consequências imediatas e graves para a saúde, aumentando o risco de transmissão de HIV.¹¹⁰

O Global Fund e a Unitaaid firmaram um novo acordo de **colaboração** para os próximos três anos, visando promover o acesso equitativo a produtos de saúde de alta qualidade e acessíveis em países de baixa e média renda. A parceria se concentrará em garantir o acesso universal e desimpedido à prevenção, testagem e tratamento do HIV, tuberculose e malária. A colaboração incluirá a identificação de produtos de saúde promissores, a aceleração das aprovações regulatórias, a garantia de disponibilidade e acessibilidade dos produtos no mercado, e o apoio à introdução de novos produtos e mobilização da demanda nos países.¹¹¹

O Global Fund destacou o papel crucial da National Medical Stores em Entebbe, **Uganda**, na distribuição de medicamentos, diagnósticos e vacinas para mais de 3.500 instalações de saúde, com o apoio da Gavi. A NMS garante a cadeia de frio do país, assegurando o armazenamento seguro e a distribuição de vacinas e medicamentos sensíveis à temperatura em todo o território nacional. Com uma frota de mais de 60 caminhões equipados com tecnologia de armazenamento a frio, a NMS realiza entregas regulares e se prepara para transferir seu suprimento de vacinas para um novo armazém em Kajaani, aumentando a capacidade e eficiência operacional do país para responder a emergências de saúde.¹¹²

A Rockefeller Foundation destacou um recente relatório que alertou que 660 milhões de pessoas, principalmente em países emergentes e em desenvolvimento, podem permanecer sem eletricidade até 2030. Como resposta a isso, a **Aliança Global de Energia para Pessoas e Planeta** (GEAPP), apoiada pela Rockefeller, foi oficialmente reconhecida como uma prioridade

¹⁰⁹ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. UNAIDS and Global Fund Sign a New Strategic Framework for Their Collaboration to End AIDS; 24 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-06-24-unaidsglobalfund-new-strategic-framework-collaboration-end-aids/>.

¹¹⁰ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund to Provide Emergency HIV and TB Prevention Services Amidst Violence in Haiti; 26 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-06-26-global-fund-emergency-hiv-tb-prevention-services-haiti/>.

¹¹¹ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund and Unitaaid Increase Collaboration to Advance Equitable Access to Health Products; 27 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-06-27-global-fund-unitaid-collaboration-equitable-access-health-products/>.

¹¹² Global Fund. The Global Fund [Internet]. BUILDING A “FUTURE-PROOF” SUPPLY CHAIN IN UGANDA; 17 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://globalfund.exposure.com/building-a-futureproof-supply-chain-in-uganda>

durante a reunião do G7, o que facilitará futuros compromissos com o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento.¹¹³

População LGBTQI+

O Global Fund destacou a contínua luta da comunidade **LGBTQI+** contra a discriminação e a legislação opressiva em Uganda, como a Lei Anti-Homossexualidade de 2023. A organização denunciou os impactos devastadores dessa legislação, que aumenta a violência e discriminação contra populações-chave, dificultando o acesso a serviços essenciais de saúde e outros direitos básicos. Apesar dos desafios, ressaltou-se o papel crucial dos centros de acolhimento na promoção da terapia antirretroviral, testagem do HIV e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, além da importância de parcerias com organizações da sociedade civil para apoiar a comunidade LGBTQI+ em Uganda.¹¹⁴

Conflitos armados

A guerra entre o exército sudanês e forças paramilitares resultou em uma grave **crise alimentar no Sudão**, com 20,3 milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar aguda¹¹⁵. Segundo a GAVI, a produção agrícola foi interrompida, os preços dos alimentos dispararam e muitas famílias rurais não conseguiram cultivar ou colher suas plantações. A aliança reforça a necessidade urgente de ajuda humanitária e apoio à produção agrícola para evitar uma fome em grande escala, objetivando estabilizar a economia do país.

Participação da sociedade civil

O CORE Group registrou participação de um workshop estratégico da OMS, onde foram discutidos o **engajamento das organizações da sociedade civil**, o GPW 14 e a Rodada de Investimentos da OMS.¹¹⁶

EVENTOS

Telemedicina e cibersegurança

¹¹³ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Statement From Ashvin Dayal, Senior Vice President of Power & Climate at The Rockefeller Foundation, on Urgent Need To Accelerate Energy Transitions in Emerging and Developing Economies; jun 2024 [citado 27 jun 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-from-ashvin-dayal-senior-vice-president-of-power-climate-at-the-rockefeller-foundation-on-urgent-need-to-accelerate-energy-transitions-in-emerging-and-developing-economies/>.

¹¹⁴ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. We Are Still Here; 27 jun 2024 [citado 28 jun 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2024/2024-06-27-we-are-still-here/>.

¹¹⁵ GAVI, The Vaccine Alliance. Sudan food emergency: local researcher unpacks scale of the disaster and what action is needed. <https://www.gavi.org/vaccineswork/sudan-food-emergency-local-researcher-unpacks-scale-disaster-and-what-action-needed>

¹¹⁶ CORE Group [X]. CORE Group's ED, @lisa_hilmi, co-chair of the @WHO Civil Society Commission, attended a WHO strategy workshop with @DrTedros and @ravimram. Discussions focused on CSO engagement, GPW14, and the WHO Investment Round.[...]; 14 Junho 2024 [citado em 29 Junho 2024]. Disponível em: <https://x.com/COREGroupDC/status/1801674361910255790>

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA) divulgou a realização de um webinar sobre [telemedicina e cibersegurança](#).¹¹⁷

Congresso Mundial de Hospitais IHFRIO2024

A International Hospital Federation divulgou a realização do [Congresso Mundial de Hospitais](#), prevista para os dias 10 a 12 de setembro de 2024, no Rio de Janeiro.¹¹⁸

Ciência

A Academia Nacional de Medicina (ANM) no Rio de Janeiro, Brasil, sediará o seminário [“Jovens Cientistas e o Futuro da Ciência”](#) em 3 de julho de 2024, com a presença do laureado com o Nobel Sir Richard Roberts. O evento faz parte da agenda do G20 do Brasil e visa promover a inspiração, colaboração e troca de ideias entre a próxima geração de líderes científicos.

Conclusões

Esse período de monitoramento mostra uma teia complexa de debates que se impõem na cena internacional. Com efeito, a crise climática se impõe enquanto pauta transversal, estando presente nas manifestações das OSC públicas e nas propostas de inovações tecnológicas das OSC privadas. Ao desenvolverem esforços contra a exploração ambiental e as crises humanitárias exacerbadas pela mudança climática, as OSC de interesse público enfatizam a necessidade de uma governança global mais assertiva e responsável. A falta de mecanismos eficazes de *enforcement*, aliada aos interesses poderosos dos conglomerados industriais, dificulta o sucesso imediato da luta contínua dessa parcela da sociedade civil por justiça social e ambiental. Por sua vez, as OSC de interesse privado demonstram os impactos significativos das desigualdades, notadamente, de gênero. Contudo, nunca questionam o *status quo* geral, sempre sugerindo ações focalizadas ou buscando maior financiamento público para as suas próprias iniciativas. Em conclusão, com a exceção das denúncias de práticas nefastas das grandes indústrias, este período não apresentou novidades em relação às quinzenas anteriores. No entanto, não deixou de reafirmar a importância crítica do engajamento político cidadão e da cooperação internacional para enfrentar os desafios globais emergentes de forma sustentável e inclusiva.

¹¹⁷ WONCA. World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. Our eHealth Working Party and Young Doctors. 18 jun. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1802989770768826746>. Acesso em: 27 jun. 2024.

¹¹⁸ IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. Early bird registration for #IHFrio is about to end! 25 jun. 2024a. Twitter. Disponível em: https://x.com/IHF_FIH/status/1805497721350144253. Acesso em: 27 jun. 2024.

O povo queniano lidera o caminho: a negação do inaceitável abre a possibilidade para o exercício imaginativo

The Kenyan people lead the way: the denial of the unacceptable opens the possibility for imaginative exercise

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

Abstract. *In this document we explore again our 3 main areas: Political economic reality, Health and Climate. Bringing exciting news for Kenya resistance movements, we analyse the OSC manoeuvres around urgent topics such as economic reform around critical new milestones, Gaza's cruel reality and the empirical need to consolidate a radical new future away from today's failed notions of development, health and justice.*

Keywords: *Gaza Genocide. Economic feminist reform. Finance Bill 2024.*

Resumo. Neste informe voltamos a explorar as nossas 3 áreas principais: Realidade político-econômica, Saúde e Clima. Trazendo notícias emocionantes para os movimentos de resistência do Quênia, analisamos as manobras do OSC em torno de temas urgentes, como a reforma econômica em torno de novos marcos críticos, a realidade cruel de Gaza e a necessidade empírica de consolidar um novo futuro radical, longe das noções falhadas de hoje de desenvolvimento, saúde e justiça.

Palavras-chave: Genocídio de Gaza. Reforma economica feminista. *Finance Bill 2024.*

Panorama político-econômico

Abrimos nosso primeiro bloco explorando a situação emblemática do Quênia e o impressionante protesto organizado que levou a contenção da aplicação de um pacote de austeridade, junto do levante de novas pautas ligadas ao sistema de seguridade social. A *Finance Bill 2024* foi um pacote de medidas econômico-sociais que envolviam o aumento exorbitante dos impostos indirectos regressivos - indo contra as principais discussões da SCO sobre taxar os super ricos ou aplicar impostos diretos - aliado a políticas de austeridade fiscal de políticas públicas, basicamente, aumentar a arrecadação e cortar o investimento. O motivo dado? Arrecadar fundos suficientes para pagar a dívida externa e os fundos de desenvolvimento. Num manifesto de apoio e saudação ao povo queniano, a [Progressive International publicou uma peça explicativa](#), evidenciando os atores internacionais que arquitetaram as mudanças e que apoiaram o governo de Ruto e fazendo as conexões necessárias para entendermos que não, a questão da *Finance Bill 2024* não é apenas sobre o Quênia, mas sim sobre uma política de intromissão e imposição do Sistema Financeiro Monetário Internacional representante da ordem neoliberal de super exploração e controle. O levante do povo queniano representa a possível libertação de uma nação que vem sendo peão num longo jogo de xadrez neocolonialista.

“Aprovado a pedido do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Departamento de Estado dos EUA, o projeto de lei imporia medidas de austeridade severas e

impostos paralisantes sobre a população trabalhadora do Quênia, que já está sob pressão pelo legado de subdesenvolvimento colonial. O governo respondeu aos protestos pacíficos com força brutal. Em violação da constituição do Quênia, a administração Ruto enviou as Forças de Defesa Quenianas para as ruas. Juntamente com a polícia, barricaram estradas principais e atacaram, gazearam e executaram manifestantes em plena luz do dia. As estimativas sugerem que mais de 200 pessoas já foram mortas.

Em 26 de Junho, o governo sucumbiu à pressão e retirou a proposta de lei financeira. Mas os manifestantes não recuam. Exigem empregos dignos e serviços públicos de qualidade; exigem a recuperação de terras roubadas e o fim da privatização de instituições e empresas públicas; e exigem que as instituições estrangeiras – desde a NATO ao FMI – deixem de interferir na soberania do Quênia.

A autodeterminação do Quênia tem implicações que vão muito além da África Oriental. Como “grande aliado não pertencente à OTAN” dos Estados Unidos, o Quênia está a tornar-se cada vez mais a ponta da lança da agressão imperialista, tanto a nível regional como a nível global. No ano passado, o Quênia juntou-se aos Estados europeus na pressão pela intervenção militar no Níger. Recentemente, o primeiro contingente de 400 agentes da polícia quenianos chegou ao Haiti – representantes dos desígnios neocoloniais dos EUA para a sofrida ilha.”

E, claro, não bastasse a resposta organizada por uma negativa, desse movimento surgiram novas possibilidades. A *African Women 's Development and Communication Network* publicou um documento em meio aos protestos, e dois dias antes do anúncio da revogação do pacote. O texto substancial fala sobre o papel dos jovens nas mudanças políticas, da violência econômica que afeta principalmente grupos minorizados (como mulheres e meninas) e como o novo sistema de saúde pública queniano iria sofrer com as novas mudanças, evidenciando os contornos de violência estrutural perpetuados por medidas austeras e como essas representam uma visão política: mesmo com vastas opções de arrecadação, como criar políticas de controle de fluxo ilícito e evasão fiscal, a escolha óbvio ao governo queniano foi a adoção de um pacote violento que comprometeria o acesso aos direitos de milhares de quenianos. De autoria de Nicole Maloba, o texto intitulado “Estabelecendo uma Era Revolucionária de Resistência: Uma Perspectiva Feminista sobre a Lei Financeira do Quênia de 2024” pode ser lido [aqui](#). Abaixo traduzimos alguns trechos.

“No dia 20 de junho de 2024, cidadãos do Quênia de todas as regiões do país participaram numa segunda volta de manifestações públicas para expressar a sua oposição à Lei das Finanças de 2024. Uma postura assertiva e ousada para apelar à rejeição da Lei das Finanças. Uma grande maioria, constituída principalmente pela Geração Z (nascida entre 1997 e 2012), está a assistir a um aumento gradual da influência política à medida que se tornam progressivamente mais expressivos sobre os seus direitos.

Estes jovens uniram-se para responsabilizar os seus líderes pelas promessas que fizeram durante a sua campanha eleitoral em 2022. No entanto, os líderes ignoraram os apelos dos quenianos e aprovaram a lei. 204 deputados votaram a favor de uma ferramenta que acreditam que irá ajudar a reduzir os elevados encargos da dívida do Quênia, melhorar os serviços públicos como a educação e os cuidados de saúde e promover o crescimento económico global. No entanto, considero este projecto de lei como uma forma de violência económica, especialmente contra mulheres e raparigas no Quênia, devido à sua superficialidade, natureza discriminatória, falta de consideração pelas questões de género e potencial para agravar os níveis de pobreza. (...)

A solidariedade das mulheres na resistência é como um vulcão adormecido que se torna ativo. É hora de explodir e dismantelar os próprios sistemas e estruturas económicas que nos oprimiram durante gerações. É necessária uma avaliação e análise abrangente de todo o sistema. A resistência ao capitalismo não é moldada apenas pela estrutura de acumulação e governação capitalista, mas sim pelas experiências vividas pelas mulheres, que influenciam os seus métodos de resistência (Ossome 2021). Abordar a redução da pobreza, melhorar os cuidados de saúde nacionais e garantir o acesso à água potável, à soberania alimentar, à habitação e ao abastecimento e distribuição de energia – direitos universalmente apreciados – são imperativos. Estes fatores aumentariam significativamente o empoderamento das mulheres e meninas quenianas que enfrentam uma falta desproporcional de acesso a estes direitos.”

Ainda dentro da nação queniana, outra organização feminista apresenta propostas para reformas económicas com visão crítica de gênero: a Nawi AfriFem Collective vem organizando uma série de eventos e palestras ao redor do tema da macroeconomia, estudando os passos necessários para uma mudança económico-social radical baseada em políticas que busquem a equidade de gênero. Idealizada a partir da palavra Nawi - que significa casa num dialeto falado em algumas comunidades quenianas.

“Nawi é o nome da última sobrevivente conhecida das N’Nonmiton que morreu em 1979 com mais de 100 anos. As N’Nonmiton eram um grupo de mulheres soldados que protegiam o Reino do Daomé do ataque e da colonização francesa. N’Nonmiton significa nossas mães. Em Turkana, língua falada por uma comunidade no Quênia, Nawi significa lar.

Nawi é uma homenagem ao nome de uma mulher africana. Nawi é o reconhecimento da história e da continuidade. Nawi é tempo – passado, presente, futuro – tudo junto, tudo de uma vez. Nawi é uma ode à luta anticolonial e antineoliberal. Nawi é uma comunidade de mulheres africanas empenhadas em compreender e criticar nossos atuais sistemas macroeconómicos e quem nos tornamos como resultado deles. (...)

Por que economia em nível macro?

Você sabe quando você vai ao mercado e compra um pouco de alho e a vendedora lhe diz um preço mais alto do que na semana anterior e você pergunta a ela por que subiu e ela diz: “O dólar subiu”. Você sabe como isso é confuso porque, pelo que você sabe, o alho é produzido localmente e ninguém que você conhece recebe em dólares? Você sabe como é a oração para nunca ficar doente por causa do preço medíocre do tratamento médico? Você se lembra da colega de trabalho para quem você estava arrecadando dinheiro quando ela ficou doente? Você se lembra de como foi suficiente mandá-la para Bangkok para tratamento? Você se lembra do vizinho que não tinha dinheiro nem redes e morreu em um hospital após uma doença desconhecida e não diagnosticada que durou duas semanas? Você sabe como os governos falam sobre a importância da educação, mas quando você deixa seus filhos na escola, há 35 crianças de sete anos em uma sala de aula, em grupos de três, compartilhando um livro? Você se lembra de como lhe disseram que existem escolas particulares acessíveis em sua vizinhança, mas quando você foi, descobriu que só os custos com uniformes e matrícula eram maiores do que você ganha em três meses? Você sabe como os preços dos aluguéis sempre sobem, mesmo quando o trabalho se torna cada vez mais evasivo e com menor probabilidade de cobrir despesas básicas? Você se lembra daquele senhorio que aumentou o aluguel em ¼ do preço sem avisar? Você se lembra de como lhe disseram que você poderia levá-lo ao tribunal, mas que isso custaria dinheiro e tempo, duas coisas que você tem cada vez menos? Você se lembra de como teve que se mudar e encontrar um lugar em cinco dias para não ser responsável pelo novo valor do

aluguel? Você se lembra daquele dia que você teve um encontro, calçou os sapatos com salto se convencendo de que o caminho até lá era curto, seus saltos eram pequenos e que você conhecia todas as imperfeições do caminho no seu caminho? Você se lembra de como escorregou em um buraco a dois quarteirões do restaurante e mancou pelas estradas secundárias não pavimentadas e sem iluminação, até chegar em casa, para que seu acompanhante não visse você?

Esta, tudo isto, é a razão pela qual lidamos com economia de nível macro. Por quê? Porque a pilhagem, a ganância, a opressão já duram demasiado tempo. Por quê? Porque a ciência nos diz que pereceremos, levando conosco todos os seres vivos, se não estabelecermos limites aos seus/nossos apetites, se não mantivermos perto tudo o que foi barateado. Por quê? Porque acreditamos na insistência persistente da vida. Porque o nosso trabalho está ao serviço da vida.”

Na mesma semana, o [Feminist Movement for Economic, Development and Ecological Justice \(MENA\)](#) publicou um documento redigido por 17 grupos da SCO junto de sindicatos e endereçado ao [European Investment Bank \(EIB\)](#) pedindo a organização que priorize as necessidades sociais ao formular o seu mapa de ações 2024-2027 (o *Strategic Roadmap for 2024-2027*). O documento dissecou a necessidade de mudanças estruturais nos padrões de investimento, se afastando das grandes indústrias poluidoras, indústrias bélicas, se aproximando de direitos sociais e econômicos, os trazendo no centro das políticas do Banco e assim transformando o banco numa organização que sirva ao público. As 5 ações trazidas são: 1. Priorizar uma transformação justa: deixar de apoiar os grandes poluidores, aumentar a qualidade dos empréstimos climáticos e dar prioridade aos serviços públicos verdes. 2. Cumprir o mandato público do BEI, apoiando a coesão, o financiamento da recuperação e as infraestruturas sociais através da cooperação público-pública. 3. Não expandir o financiamento do BEI à indústria da defesa. 4. Colocar o desenvolvimento e os objetivos sociais e ambientais no centro do BEI Global. 5. Transformar o BEI num banco público democraticamente liderado e responsável.

“Caros Ministros das Finanças,

Caros membros do Conselho de Governadores do BEI,

Nós, as organizações da sociedade civil (OSC) e os sindicatos abaixo assinados, contactamos-vos neste momento crítico para o BEI, antes da vossa adoção do Roteiro Estratégico 2024-2027 com as prioridades do Banco, que está na agenda do próximo Conselho de Administração reunião dos Governadores em 21 de junho.

O colapso climático, as incertezas econômicas, a crise crescente do custo de vida, o subinvestimento na erosão dos serviços públicos, bem como a prossecução de políticas de exploração em relação ao Sul Global no contexto de cadeias de abastecimento competitivas de matérias-primas são alguns dos desafios prementes que requerem resposta através de o BEI. Lamentamos que o Roteiro seja o resultado de um processo exclusivo, opaco e antidemocrático, em que o público, as organizações da sociedade civil, os sindicatos, os parlamentos e os governos locais tenham sido excluídos do processo de definição de estratégias do principal banco público da Europa.

O aumento proposto da capacidade de empréstimo e da assunção de riscos cria uma possibilidade para o Banco reforçar o seu papel global, bem como a influência institucional e

financeira, para ter um impacto positivo direto e duradouro para as pessoas que pretende servir. Mas isso requer definir as prioridades corretamente.

Segundo os relatórios, o Roteiro Estratégico proposto contém elementos positivos, como manter o clima no topo da agenda e tornar as infraestruturas sociais uma prioridade. No entanto, é lamentável que, em geral, o Roteiro se concentre em servir as empresas da UE, os investidores privados e os interesses geopolíticos.”

Falando no afastamento necessário entre atores e tanques de políticas públicas, a Valori publicou no mês passado dois artigos muito interessantes sobre um tema já bastante falado aqui: os super ricos devem ficar fora da política e deve haver políticas específicas para cercar os super ricos. Pelo início, a primeira publicação é um trecho inédito do recém publicado [*“Masters of the World: How Financial Funds Are Destroying the Market and Democracy”*](#) livro de [*Alessandro Volpi*](#) que recupera as relações de poder e construção da realidade que são cercadas pela super concentração de riqueza, com o controle de bens públicos que deveriam ser - quase um pleonasma epistemológico - publicamente administrados, mas acabam nas mãos dessa oligarquia econômica que os corrói com políticas austeras e insuficientes, tornando o público mal visto, e assim fantasiando o privado como economicamente e socialmente mais interessante, numa jogada de ganho duplo.

“Por outras palavras, o desaparecimento da dimensão pública leva à afirmação de estruturas privatizadas que são financiadas pelas poupanças dos particulares, direcionadas para fundos cada vez maiores que tendem a substituir os Estados. Os cidadãos, assim, através da poupança tornam-se sujeitos financeiros que confiam o seu destino a gestores capazes de monopolizar a liquidez disponível. Os cuidados de saúde e as pensões “complementares” são rápidas e cada vez mais centrais neste panorama e estão a mudar a natureza dos seus beneficiários, que devem submeter-se às “estratégias” dos gestores de fundos para garantir a sua própria saúde e pensões.

Este livro tenta contar, da forma mais clara possível, partindo do caso italiano para depois chegar a uma perspectiva mais ampla, como o desmantelamento do sistema de bem-estar social, induzido por cortes de impostos e privatizações, favoreceu, nos últimos vinte anos, a mudança de recursos para fundos financeiros que os utilizaram para se tornarem os pivôs decisivos de todo o sistema económico global, aproveitando também as fraquezas da própria política, demasiado cega pela religião do mercado. O desmantelamento dos Estados-providência foi, de facto, acompanhado pela crença de que os mercados financeiros eram o local onde era possível criar o rendimento e a riqueza que as economias de produção já não eram capazes de gerar nas partes do mundo lideradas pelo chamado capitalismo maduro. A privatização e a financeirização fundiram-se assim a vários níveis: os cidadãos-poupadores chegaram através dos fundos para financiar e o financiamento substituiu a economia real, multiplicando os instrumentos disponíveis, vendidos aos mesmos cidadãos-poupadores. Através destes instrumentos, um número cada vez mais limitado de fundos tem conseguido determinar os preços das mercadorias, operando nas principais bolsas de valores do mundo, apostas contínuas e colossais que têm rendido retornos decididamente elevados, a ponto de atrair volumes cada vez maiores de poupança. Nesta nova dimensão, os preços já não eram o resultado da oferta e da procura reais, mas tornaram-se o resultado predeterminado de um monstruoso jogo unilateral.

Assim, nomes como Vanguard, Blackrock, State Street e muito poucos outros fundos, com a extraordinária liquidez como resultado da sua capacidade de influência o que já não era

um mercado, mas um monopólio, adquiriram rapidamente o controlo das empresas principais no planeta, começando pela Apple, Microsoft e a maioria das primeiras cinquenta empresas envolvidas na S&P, a bolsa de valores mais importante do mundo. Paralelamente a estas campanhas de aquisição, os fundos penetraram nas empresas públicas, às quais é confiável a propriedade e gestão de redes e infraestruturas atribuídas à soberania de um país, e nas muitas multiutilidades, como empresas de serviço público nascidas em várias partes da Itália e da Europa e incluídas na bolsa de valores. Com rápidas aquisições ou participações estratégicas estas entidades financeiras assumiram absolutamente relevância na definição de escolhas em materiais com claro impacto público; em suma, a saúde, a segurança social, as infraestruturas e os bens públicos passaram a ser objeto de poucos grandes atores, cuja lógica é apenas garantir retornos financeiros a curto prazo, essencialmente dividendos e remunerações de títulos, confiando na sua capacidade de ocupar todas as decisões. abrindo espaços, desde a definição dos preços às dinâmicas de produção e aos princípios de prestação de serviços, condicionando de forma vinculativa uma política que decidiu confiar em tal monopólio em nome de um mercado aniquilado pelos mesmos fundos monopolistas. É natural que neste caminho o culto ao dividendo, que deve remunerar o grande acionista e o pequeno poupador, participante do fundo, substituindo qualquer outra avaliação sobre mão de obra, investimentos, meio ambiente e custo dos serviços.”

E, estando toda essa estrutura de controle já muito bem naturalizada, como poderíamos nos safar e proteger o público que nos resta? [Impostos](#) e taxas justas. Tema quente ao redor do mundo, a reforma fiscal busca sistemas de arrecadação mais equitativos, com impostos progressivos diretos - diferente do modelo internacionalmente aceito de regressivo e indireto - que incluem a taxação das super fortunas.

No meio de tudo, o papel da Sociedade Civil Organizada, tanto na contenção de agendas injustas, como na imaginação radical de um novo futuro, é essencial. Publicado em abril e apresentado na última sessão do CDR (18 de junho a 12 de julho), o relatório “Participação de organizações da sociedade civil que buscam expressar solidariedade internacional através de organizações transnacionais, internacionais e redes regionais - Relatório da Expert Independente em Direitos Humanos e Direitos Internacionais solidariedade” de Círcia M. Bailliet recupera os marcos dos Direitos à Solidariedade Internacional, o papel dos grupos e as uniões através da visão interseccional de opressões e o dever do Estado em proteger a liberdade de expressar essa solidariedade. Com 19 páginas, o documento está disponível [aqui](#) nos idiomas oficiais das Nações Unidas.

“No seu relatório de 2021 intitulado “A Nossa Agenda Comum”, o Secretário-Geral previu um multilateralismo para o século XXI, construído sobre redes de relações globais e instituições regionais, bem como intervenientes da sociedade civil, empresas, académicos e outros, todos buscando um compromisso mais profundo com a solidariedade. O objectivo da solidariedade internacional é concretizar o direito de todas as pessoas de usufruir dos seus direitos humanos sem discriminação ou exclusão, em reconhecimento dos princípios inalienáveis da dignidade humana e da igualdade. Expressões de solidariedade internacional são orientadas para a emancipação transformadora de pessoas vulneráveis grupos e indivíduos que são frequentemente marginalizados e silenciados. Dizem respeito, nomeadamente:

- a. Responsabilidade pelas violações dos direitos das mulheres e das crianças;
- b. Reconhecimento dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência;
- c. Assistência às comunidades em resposta às alterações climáticas;

- d. Proteção de civis em conflitos armados e vítimas de terrorismo;
- e. O direito à paz e ao desarmamento;
- f. Exigência de direitos iguais para os trabalhadores;
- g. Acesso justo à habitação, educação, alimentação e água;
- h. Reconhecimento de reivindicações territoriais indígenas no contexto de invasão por indústrias extrativas;
- i. Reconhecimento do direito à autodeterminação, o fim do apartheid e a prevenção do genocídio;
- j. Pedidos de igualdade de acesso às vacinas e cooperação médica na saúde emergências ou pandemias;
- k. Apoio à proteção de migrantes, refugiados, apátridas, minorias e pessoas deslocadas internamente;
- l. Defesa da não discriminação e proibição do discurso de ódio.

2. O desenvolvimento da metodologia para o presente relatório incluiu contribuições de Argélia, Azerbaijão, Equador, Guiana, México e Moçambique. Vinte e sete sociedades civis, organizações e coligações forneceram contributos. Houve uma consulta on-line sobre 28 de fevereiro de 2024 com nove organizações da sociedade civil e três académicos. Uma análise de declarações e relatórios relevantes dos órgãos dos tratados das Nações Unidas e do órgão especial procedimentos do Conselho de Direitos Humanos foi conduzida, juntamente com uma revisão de literatura académica.”

Saúde

No campo da saúde, reportamos uma faixa de Gaza que continua a sofrer e a ser sistematicamente destruída. Em informes passados, em especial o de número 8, temos nos dedicado a explorar as conexões entre a destruição explosiva do sistema de saúde da Palestina - que sim, vem sendo arquitetada há décadas, mas que também tomou um caráter e um contorno mais abertos e óbvios nos últimos meses - e a destruição latente e crônica dos sistema de saúde ao redor do mundo, em países e localidades que não estão em conflito bélico, mas ainda sofrem e convivem com a duradoura guerra neoliberal aos direitos humanos.

O sistema de saúde de Gaza está completamente colapsado. Na realidade, foi completamente colapsado. E agora a impossibilidade de cuidar dos enfermos se junta ao surgimento de novas enfermidades. Doenças relacionadas à pobreza (hepatites virais e cólera vêm sendo relatadas em surtos desde outubro) e fome. Morte por inanição, categorizando categoria aguda de insegurança alimentar segundo a FAO. O [cenário se agrava](#) com a prisão política e retenção de trabalhadores da saúde, ativistas internacionais e a destruição de pontos de recebimento de alimentos.

“A fome na Faixa de Gaza está a matar crianças enquanto Israel continua os seus ataques e obstrui a entrega de alimentos ao enclave. Estes ataques afetaram gravemente organizações internacionais e prestadores de cuidados de saúde que tentam oferecer apoio nutricional, aumentando o risco de surtos e os efeitos a longo prazo na saúde. Mais de 8.000 crianças menores de cinco anos foram diagnosticadas com desnutrição aguda, com 32 mortes confirmadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), incluindo 28 crianças da mesma faixa etária. A UNICEF alerta que milhares de crianças que recebiam apoio nutricional foram cortadas devido ao aumento dos ataques no sul de Gaza. Os números são quase certamente uma subestimação, considerando que a recolha de dados nas actuais circunstâncias é dificultada. A

fome em Gaza não se deve apenas à falta de ajuda humanitária. James Smith, um médico que retornou recentemente de uma missão médica na Strip, disse ao Democracy Now! que é crucial compreender a fome em Gaza no contexto mais amplo da violência israelita. “Esta fixação excessiva no número de caminhões que entram em Gaza [...] é uma distração da violência e das suas muitas manifestações”, alertou”

No meio dessa campanha de inanição como mecanismo de morte, [o Comitê Internacional da ONU em Segurança Alimentar \(World Food Security\) está desenvolvendo uma série de recomendações em políticas para reduzir as desigualdades em segurança alimentar e nutrição](#). Durante as sessões com Estados Membros e outras instituições das Nações Unidas, a CSIPM - *Civil Society and Indigenous People’s Mechanism for relations with the UN Committee on World Food Security* - fez uma série de colocações sobre os contornos necessários para que essas políticas sejam de fato transformadoras. Três tópicos foram levantados: A necessidade de ver a interconexão e interseccionalidade das opressões e elas como motor da desigualdade; A necessidade de reconhecer o “link” entre conflitos, ocupações e desigualdades - olha aí a Palestina - e através desses reconhecer o papel da concentração do poder como centro da desigualdade e desafiar o sistema econômico atual, para pensar políticas ao redor de uma agenda progressiva e transformadora focada em povos socialmente minorizados - como as pessoas indígenas, por exemplo.

Voltando aos sistemas de saúde, a situação ao redor do mundo não é nada positiva para a saúde pública e seus trabalhadores. Uma investigação veiculada pelo [The Guardian](#) revelou que entre abril de 2023 e março de 2024, quase 19 mil pacientes foram obrigados a esperar 3 dias para atendimento por *A & E Services - Accident and Emergency* - basicamente, atendimento de urgência. Urgências, esperando por até 3 dias. 19 mil pacientes. Considerando os dados dos valores preditivos e presumindo que sejam a maioria atendimentos de urgência grave - eventos cardíacos, fraturas importantes, infecções - temos aí um número altíssimo de complicações devido aos altos tempos de espera. Isso enfraquece o sistema de saúde público, o *National Health System* - que inspirou nosso SUS - já está sob ataque constante desviando dos abutres da privatização e esse tipo de notícia não ajuda a preservar a imagem do sistema ou a passar com veracidade sua necessidade de existência. O artigo continua contando como um paciente com suspeita de acidente vascular aguardou atendimento por 24h numa sala de espera - lotada. Isso é terrível, mas esse horror é causado por fatores estruturais muito e constantemente denunciados pelos trabalhadores da saúde do Reino Unido - já visto em vários informes anteriores. Quer um serviço de saúde melhor? O caminho claro seria o investimento pesado em infraestrutura, pessoal treinado e descansado com escalas respeitadas e número suficiente de profissionais, salas de exame e máquinas, porém, o caminho “óbvio” é sempre a política de privatização. Por isso, as críticas ao sistema devem ser feitas, mas sempre acompanhadas de um diagnóstico situacional que contextualize a raiz das deficiências.

No [Nepal, organizações de Agentes Comunitários da Saúde brigam com reconhecimento e segurança](#), advogando pela causa no último encontro da Organização Internacional do Trabalho. Tanto na região dos continentes asiáticos e africanos, os *CHWs (Community Health Workers)* desempenham o papel fundamental de se deslocarem e proverem atendimento a regiões de difícil acesso e que são constantemente negligenciadas pelo sistema de saúde, criando um paradoxo: ao mesmo tempo que são essenciais, são marginalizados pelo sistema que cria a necessidade de sua existência. A campanha exposta na OIT é pelo reconhecimento dos *CHWs* como trabalhadores, não como voluntários, e a serem reconhecidos - e, portanto - protegidos pelo governo como força de trabalho da saúde.

“Em muitos países asiáticos e africanos, milhares de ACS prestam serviços de saúde cruciais a comunidades remotas, incluindo cuidados maternos e infantis e aconselhamento de saúde pública, como durante a pandemia de COVID-19. Apesar do seu papel crítico, os ACS são frequentemente marginalizados no sistema de saúde e explorados para preencher lacunas deixadas por sistemas de saúde pública subfinanciados.

Por outro lado, as contribuições dos ACS são bem reconhecidas nas suas comunidades, uma vez que geralmente fazem parte dos territórios que servem. No Nepal, o processo de seleção dos ACS é conduzido pela comunidade, com grupos ativos de mães a escolher os trabalhadores. Esta forte ligação comunitária é altamente benéfica para a saúde pública. Para proteger e nutrir esta ligação, a PSI enfatiza a necessidade de os governos locais, regionais e nacionais apoiarem os ACS e concederem-lhes direitos iguais a outros trabalhadores nos sectores da saúde e dos cuidados.

No entanto, a situação hoje está longe de ser ideal. Diferentes níveis de governo no Nepal têm apontado o dedo uns aos outros em vez de se envolverem em discussões produtivas sobre o futuro dos ACS. Tal como noutros países do Sul da Ásia, os ACS no Nepal enfrentam negligência, afetando a sua saúde e segurança, especialmente durante a pandemia da COVID-19, quando desempenharam tarefas essenciais de saúde pública sem proteção adequada, incluindo equipamento de proteção individual.

Em 2022/2023, os 52.000 ACS do Nepal receberam uma remuneração anual que varia entre 96 e 384 dólares. “Apesar de fazermos sacrifícios e fazermos o nosso trabalho com seriedade, não somos tratados como trabalhadores, mas como voluntários”, disse Gita Devi Thing. “Isso é injusto. Merecemos dignidade, respeito e compensação justa pelos serviços vitais que prestamos às nossas comunidades.”

Clima

Numa publicação de 18 de junho, a *UN Environment Programme* analisa o impacto que o “conflito” - palavra infeliz e infiel para descrever o que ocorre, mas ok - em Gaza teve no meio ambiente. O documento relata:

“incluindo impactos na gestão ambiental e nos sistemas de eliminação de resíduos; energia, combustível e infraestruturas associadas; destruição de edifícios e escombros relacionados com conflitos; ambientes marinhos e terrestres; e qualidade do ar. Além de descrever os impactos ambientais conhecidos e, em muitos casos, visíveis, esta avaliação destaca questões ambientais relacionadas com conflitos que são de grande preocupação, mas sobre as quais as Nações Unidas têm informações limitadas nesta fase.”

[A avaliação preliminar foi preparada pela ONU a pedido do Estado da Palestina](#), tem 50 páginas que exploram a situação “pré” e pós escalada do conflito, sendo os dados de 2020 já alarmantes, denunciando uma grande concentração populacional - a população palestina espremida pelas forças de Israel em pequenos pedaços de terra - a falta de saneamento básico e a contaminação do solo. Com a escalada das operações de aniquilação por parte do estado terrorista de Israel, as conclusões da avaliação foram negativas.

“Conclusão: Esta Avaliação Preliminar descreveu uma intensidade sem precedentes de danos relacionados com o conflito em comparação com conflitos anteriores na Faixa de Gaza, e forneceu uma análise inicial das suas prováveis implicações para as pessoas e seu ambiente. A avaliação também resumiu desafios ambientais de longa data e recentes e os esforços palestinos

e internacionais para proteger as pessoas e ecossistemas através do aprimoramento de instalações e capacidades para a gestão integrada da água e dos resíduos sólidos. Os progressos registados em algumas áreas foram duramente conquistados e caros, em parte devido às restrições políticas e de segurança predominantes em Gaza. O progresso limitado foi revertido e oprimido pelo conflito atual.”

Fechando nosso informe com uma notícia feliz, em meio a tragédia humana e ambiental da República Democrática do Congo, o *Tricontinental: Institute for Social Research* publicou um dossiê de título “O povo Congolês luta por sua própria riqueza” denunciando como a cultura de extração e exploração do meio ambiente e seus recursos naturais é um legado colonial e imperial e deve ser superado por um povo congolês livre numa luta pela proteção no sistema terra contra o regime neocolonialista que ainda explora a região num movimento de recuperação das lutas ancestrais que resistiram aos avanços dos imperialistas.

“A realidade moderna da RDC continua a ser uma realidade de violência resultante da extração desenfreada de recursos, exacerbada pela revolução tecnológica. “Em 2018, a RDC produzia 71% do cobalto utilizado em telemóveis, computadores e carros eléctricos em todo o mundo”, escreve a Tricontinental. Mineiros congolezes com apenas oito anos de idade, mal remunerados pelo seu trabalho, cavam com as mãos na terra de minas a céu aberto para alimentar a electrónica mundial.

Qual é a visão do povo congolês face a um extrativismo tão violento? O dossiê termina com palavras provenientes de jovens activistas congolezes que destacam oito categorias para a construção de um caminho para a liberdade.

Terra, desenvolvimento da autonomia económica, sociedade, justiça estatal, dignidade, pensamento crítico, produção e difusão da cultura e colectivos de cidadania são as oito categorias que são elevadas. Ao fazê-lo, estes jovens activistas fazem eco do espírito da resistência descolonial congoleza que reverberou ao longo de décadas.

“As terras congolezas devem ser protegidas e utilizadas tendo em mente os melhores interesses do povo congolês”, detalha o dossiê. “Os recursos congolezes devem ser controlados pelo povo congolês com o objetivo de fortalecer a sociedade e resistir à pressão das instituições financeiras internacionais.”

Sul Global: De olho no futuro

Global South: Looking into the future

Regina Ungerer

Erica Kastrup

Tiago Nery

Abstract: *With the HLPF fast approaching, from July 8th to 18th, UNOSSC is preparing to host a side event to discuss countries' debt relief and learn from local experiences to deal with the over-indebtedness that affects 40% of countries of the Global South. UNOSSC also highlighted the impact of the IBSA Fund partnership and the strengthening of Triangular Cooperation.*

Brazil emphasized its South-South cooperation projects in agriculture in Latin America, the Caribbean, and Africa, as well as discussions with Belize on child labor and sharing of the Brazilian data generation experiences and best practices. In the health sector, Tanzania and Brazil collaborated on maternal and child health, while Brazil donated 10,000 insecticide-treated dog collars to fight an outbreak of visceral leishmaniasis in Bolivia.

The G-77 and China remain committed to promoting the best for the Pact for the Future, recognizing that the Summit's primary goal has always been to accelerate the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development and the attainment of all SDGs within the next six years. During the Humanitarian Affairs Segment of ECOSOC 2024 from 25 to 27 June, whose theme was "Putting humanity first in the face of conflict and climate change: Strengthening humanitarian assistance and respect for international humanitarian law and promoting effectiveness, innovation and partnerships, the G-77 and China highlighted, once again, that major global crises disproportionately affect the most vulnerable, and that almost 300 million people around the world are in need of humanitarian assistance, so it is imperative that there is commitment to humanity, neutrality, impartiality and independence, to alleviate suffering and defend the dignity of all affected. They also participated in the preparatory commission for the entry into force of the United Nations Convention on the Law of the Sea Agreement on the conservation and sustainable use of marine biological diversity in areas outside national jurisdiction.

The Non-Aligned Youth Movement continues to be highly motivated to discuss climate action and environmental sustainability, and the South Centre was very active discussing the zero draft of the term of reference for a United Nations Framework Convention on International Fiscal Cooperation; collaborative solutions for Global development, and have written research articles on antimicrobial resistance: Optimizing antimicrobial use in food-producing animals; the constraints to and prospects for sustainable livestock sector practices in Argentina with emphasis on antimicrobial usages; transforming non-military global governance structures, assessing the priorities of Chapter 5 of the Pact for the Future and ending corporate-related human rights abuses.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Com a proximidade do HLPF, de 08 a 18 de julho, o UNOSSC vai se preparando para um evento paralelo para discutir o alívio da dívida dos países e aprender com as experiências locais para lidar com o sobre-endividamento que afeta 40% dos países do Sul Global. O UNOSSC também destacou o impacto da parceria do Fundo IBSA e na intensificação da Cooperação Triangular.

O Brasil destacou projetos de cooperação Sul-Sul na agricultura na América Latina, Caribe e África, intercâmbio com Belize sobre o trabalho infantil com trocas de experiências brasileiras e boas práticas na geração de dados. Na área da saúde, o destaque foi para a cooperação em saúde materno infantil com a Tanzânia e a doação do Brasil de 10 mil coleiras para cães impregnadas com inseticida com o objetivo de controlar surto de leishmaniose visceral na Bolívia.

Já o G-77 e a China seguem firmes impulsionando o melhor para o Pacto para o Futuro cientes de que o principal objetivo da Cúpula sempre foi dinamizar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a concretização de todos os ODS nos próximos seis anos. Durante o Segmento de Assuntos Humanitários do ECOSOC 2024 de 25 a 27 de junho passado, cujo tema foi “Colocar a humanidade em primeiro lugar face aos conflitos e às alterações climáticas: Fortalecendo a assistência humanitária e o respeito pelo direito humanitário internacional e promovendo eficácia, inovação e parcerias, o G-77 e a China destacaram, mais uma vez, que as principais crises globais afetam desproporcionalmente os mais vulneráveis, e que quase 300 milhões de pessoas em todo o mundo necessitam de assistência humanitária, por isso é imperativo que haja compromisso com humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, para aliviar o sofrimento e defender a dignidade de todos os afetados. O Grupo também participou da comissão preparatória para a entrada em vigor do Acordo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional.

O Movimento Jovem dos não-alinhados seguem envolvidos com a discussão sobre a ação climática e promoção da sustentabilidade ambiental e o Centro Sul esteve bastante ativo em reuniões com o projeto do Termo de Referência para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional; a Conferência de líderes de desenvolvimento, Rumo à prosperidade compartilhada: Soluções colaborativas para o desenvolvimento global e escreveram artigos de pesquisa sobre a resistência antimicrobiana: Otimizando o Uso de Antimicrobianos em Animais Produtores de Alimentos; as restrições e perspectivas para práticas sustentáveis do setor pecuário na Argentina com ênfase no uso de antimicrobianos; transformando estruturas não militares de governança global, avaliando as prioridades do Capítulo 5 do Pacto para o Futuro e sobre acabar com os abusos dos direitos humanos relacionados com as empresas.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma

plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC



SAVE THE DATE para o UNOSSC

A próxima reunião do Fórum Político de Alto Nível (*High Level Political Forum – HLPF*) será realizada de 8 a 17 de julho de 2024.

Lembrando que o HLPF é a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 e dos ODS a nível global. Foi criado com o objetivo de fortalecer a governança do desenvolvimento sustentável na ONU e

o Fórum substituiu a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável em 2013.

O tema do HLPF de 2024 é **“Reforçar a Agenda 2030 e erradicar a pobreza em tempos de crises múltiplas: a entrega eficaz de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras”**. A cada ano, o Fórum elege 5 ODS para discutir mais profundamente e este ano os ODS selecionados são: ODS 1 - Erradicação da Pobreza; ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 13 Ação contra a mudança global do clima; ODS 16 Paz, Justiça e Instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação.

O HLPF irá considerar também as medidas de recuperação eficazes e inclusivas para enfrentar os impactos da Covid-19 e às múltiplas crises recentes e a interligação entre todos os ODS.

Neste contexto, o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, em parceria com o Governo do Sri Lanka, na qualidade de Presidente do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, está organizando um evento paralelo híbrido no dia 11 de julho de 2024 intitulado **“Intercâmbios de soluções inovadoras para o alívio da dívida: experiências dos países e o papel da cooperação Sul-Sul e Triangular”**. O evento deve aproveitar experiências inovadoras para lidar com o sobre endividamento de alguns países do Sul Global. Espera-se que os resultados contribuam para o debate geral sobre a mitigação da dívida através da perspectiva da cooperação Sul-Sul e triangular, à medida que a comunidade internacional se prepara para a Cúpula do Futuro.

O tema do sobre endividamento tornou-se uma questão crítica para muitos países do Sul Global, afetando significativamente sua capacidade de se desenvolver e crescer. Os países de África, da América Latina e alguns países da Ásia têm uma alta dívida em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB), o que reflete em instabilidade econômica e social.

EM 2022, o montante da dívida externa dos países em desenvolvimento era da ordem de 11,4 bilhões de dólares, mais do dobro do registrado há dez anos.

De acordo com o relatório de 2024 da UNCTAD sobre [“Um mundo de dívida: um peso crescente para a prosperidade global”](#), a dívida pública global atingiu um recorde de 97 bilhões de dólares em 2024, com os países em desenvolvimento representando quase 30% deste total.

Um total de 54 países, ou quase 40% do mundo em desenvolvimento, estão em situação de grave sobre endividamento e dedicam, pelo menos, 10% dos seus fundos governamentais ao pagamento de juros da dívida. Estes países são forçados a priorizar o pagamento da dívida em detrimento de investimentos essenciais na saúde, na educação e no desenvolvimento sustentável, o que gera graves consequências socioeconômicas. Atualmente, 3,3 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com juros do que com educação e saúde.

Os custos dos empréstimos dos países em desenvolvimento são superiores aos dos países desenvolvidos. As taxas de empréstimos para estes países são 2 a 4 vezes superiores às dos Estados Unidos e 6 a 12 vezes superiores às da Alemanha.

O relatório ressalta que as soluções digitais podem ajudar governos com investimentos baixos criando um ambiente transparente e simplificado. Destaca o crescimento significativo dos serviços online e dos portais de informação, concluindo que tais ferramentas também apoiam o desenvolvimento mais amplo do governo digital, beneficiando em particular as nações em desenvolvimento.

Além disso, os choques econômicos e as flutuações nos preços globais das matérias-primas reduzem drasticamente as receitas de exportação dos países que dependem deste tipo de exportação, levando a dificuldades no pagamento da dívida.

As catástrofes naturais, os efeitos das alterações climáticas, os conflitos e outras crises também sobrecarregam os orçamentos nacionais, obrigando os países a contrair mais empréstimos para financiar os esforços de reconstrução e recuperação.

Outras notícias



27 de junho de 2024 - A diretora do UNOSSC Dima Al Khatib reuniu-se com a Embaixadora Mathu Joyini, representante permanente da África do Sul na ONU para discutir o impacto da parceria do Fundo IBSA e na formulação de uma nova janela de Cooperação Triangular dentro do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul que foi estabelecido em 1996.

<https://x.com/UNOSSC>

O Fundo IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) foi criado em 2006 para o alívio da pobreza e da fome e implementa, através de parcerias, projetos replicáveis, escalonáveis e disseminados aos países em desenvolvimento interessados.

Um exemplo é a capacitação de mulheres Karamoja em Uganda por meio da agricultura comercial. Para saber mais, [clique aqui](#).



21 de junho de 2024 - Os nossos direitos, as nossas vidas, o nosso futuro: o maior programa de educação sexual de África

Este é o maior programa de educação sexual na África Subsaariana, abrangendo 33 países e relacionado com a Meta 4.7 dos ODS.

<https://x.com/UNOSSC>

Com 158 milhões de jovens com idades entre 15 e 24 anos, estima-se que esta população deverá aumentar para 281 milhões até 2050.

O programa tem o objetivo de melhorar a saúde sexual e reprodutiva, bem como chamar a atenção para a disparidade de gênero e educação para jovens na África Subsaariana. A meta é reduzir os novos casos de HIV e outras infeções sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e indesejada e violência baseada no gênero.

Para saber mais, [clique aqui](#).

O Brasil na cooperação Sul-Sul

Agricultura, saúde e trabalho infantil foram os temas principais das atividades de cooperação Sul-Sul desenvolvida pela Agenda Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores na quinzena.

Na América Latina e Caribe

Na área de agricultura, o destaque foi o lançamento do boletim informativo “+ Algodão em Movimento”, produzido pelo projeto +Algodão desenvolvido pelo Brasil em parceria com a FAO e governos de sete países parceiros: Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Haiti, Paraguai e Peru. O projeto é uma cooperação Sul-Sul trilateral na América Latina que tem por objetivo promover sistemas de produção sustentáveis e inclusivos na cadeia de valor do algodão, contribuindo com o desenvolvimento rural, comércio justo e a construção de um sistema agro têxtil inclusivo. Desenvolvido desde 2013, o projeto vem inovando ao adotar uma gestão compartilhada entre parceiros para a definição de atividades em nível regional e em cada país associado e, após 10 anos de sua execução apresenta conquistas e resultados importantes¹¹⁹.

A publicação reflete as trocas de experiências técnicas na área do algodão com mais de 10 mil produtores e 5 mil especialistas, sejam das áreas de extensão rural, pesquisa, agentes de desenvolvimento ligados a centenas de instituições públicas e privadas, sociedade civil, academia, entre outros ao longo deste tempo¹²⁰.

Outro foco da cooperação foi relacionado ao trabalho infantil em Belize. De 24 a 28 de junho de 2024, técnicos da ABC e do Ministério do Trabalho estiveram no país em missão técnica de intercâmbio do projeto “**Consolidação do progresso da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre do Trabalho Infantil**” entre os países da região. Durante a visita foram realizadas trocas de experiências brasileiras e boas práticas na geração de dados, inspeção do trabalho e coordenação local entre os principais atores para a implementação de políticas nacionais voltadas à erradicação do trabalho infantil.

¹¹⁹ <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/setor-algodoeiro/pt/>

¹²⁰ <https://www.instagram.com/p/C8XInPMuaac/>

O intercâmbio contou com a participação de representantes do Brasil e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como autoridades políticas de alto nível, representantes de organizações de empregadores e trabalhadores e outras instituições e organizações de partes interessadas de Belize. O objetivo foi respaldar a melhoria do planejamento estratégico e abordagens de inspeção adaptadas ao contexto do país; contribuir para a compreensão de Belize dos requisitos para soluções digitais para análise de dados sobre trabalho infantil e inspeção; e, melhorar a integração com programas de proteção social e segurança social para uma resposta e gestão mais eficientes nos casos de trabalho infantil¹²¹.

África

É importante destacar que o algodão também é tema de cooperação brasileira com países africanos desde 2007, quando foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e a União Africana. Desde então, o Brasil vem trabalhando em diversos países africanos para contribuir com o melhoramento da cadeia produtiva deste produto que é responsável por cerca de 40% da receita total de exportação e até 60% da receita da exportação de produtos agrícolas em países como Benin, Burkina Faso, Chade e Mali¹²². As principais instituições nacionais executoras da cooperação brasileira em torno do algodão são a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio do Projeto Cotton-4¹²³ e algumas universidades públicas.

Outro destaque da cooperação neste tema no período foi o curso sobre “**Melhoria de Sementes**” oferecido pela Universidade Federal de Lavras e a Associação Mineira dos Produtores de Algodão, para 23 participantes senegaleses. O curso foi ministrado na localidade de Tambacounda no Senegal, de 10 a 14 de junho de 2024 no âmbito do projeto “**Aumento do potencial produtivo do algodão no Senegal**”¹²⁴.

Outro país parceiro do Brasil na cooperação em agricultura é a Tunísia, onde técnicos da Embrapa ofereceram, entre os dias 03 e 13 de junho de 2024, um treinamento em técnicas de escalada para coleta de sementes em altura como parte do projeto de cooperação técnica “**Desenvolvimento e Valorização das Florestas de Eucalipto na Tunísia**”. Participaram da capacitação nove técnicos tunisianos, para os quais foram adquiridos três kits de escalada para trabalho em duplas, e indicação de dois técnicos como reserva¹²⁵. O curso foi organizado pela Direção Geral de Florestas (DGF) da Tunísia, na cidade de Tabarka, em uma escola de Engenharia Florestal, no âmbito da cooperação com o Brasil.

Saúde

Na área de saúde, o destaque foi para a cooperação em saúde materno infantil com a Tanzânia. Entre os dias 24 a 29 de junho de 2024, uma missão da ABC e do Ministério da Saúde do Brasil visitou Zanzibar, capital do país. A delegação foi recebida pelo presidente Hussein Ali Mwinyi e pelo o Ministro da Saúde Nassor Ahmed Mazrui em reunião onde foram apresentadas áreas identificadas para a realização de projetos de cooperação, incluindo intervenções de baixo

¹²¹ https://www.instagram.com/p/C8ppB8Vv1B_/?img_index=1

¹²² <https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/660>

¹²³ <https://www.embrapa.br/cotton-4-togo#:~:text=Desenvolvido%20pelo%20Brasil%20em%20conjunto,a%20qualidade%20do%20produto%20Ocultivado>

¹²⁴ https://www.instagram.com/p/C8uUCbeMQ2s/?img_index=1

¹²⁵ https://www.instagram.com/p/C8pyXK4PB-b/?img_index=1

custo que podem contribuir para melhorar os indicadores da saúde materna e infantil e fortalecer a atenção primária.



Os representantes da Coordenação de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente e da Coordenação de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde do Brasil apresentaram os eixos de trabalho realizado no Brasil. A delegação visitou hospitais e centros especializados em atendimentos para jovens, para conhecer melhor a realidade e traçar as áreas de intervenção para um novo projeto de cooperação técnica¹²⁶.

Ainda no tema da saúde, o Brasil doou à Bolívia 10 mil coleiras para cães impregnadas com inseticida com o objetivo de controlar surto de leishmaniose visceral no Departamento de Tarija, naquele país. A cerimônia de entrega da doação humanitária brasileira foi realizada em 8 de junho último, no Ministério de Saúde e Esportes da Bolívia. Durante a cerimônia, a Chefe da unidade de prevenção e controle de doenças do Ministério da Saúde e Esportes bolivianos, Roxana Salamanca, frisou a importância da doação para o combate à leishmaniose que, na Bolívia, afeta principalmente crianças vulneráveis de até 5 anos de idade, de bairros carentes da região de Villamontes, no Departamento de Tarija.

Na ocasião, o Embaixador do Brasil em La Paz, Luis Henrique Sobreira Lopes, aproveitou a oportunidade para agradecer a doação humanitária feita pelo governo boliviano à população do Estado do Rio Grande do Sul, de cerca de 60 toneladas de mantimentos, cobertores e barracas, enviados num gesto de cooperação, muito apreciado, tendo sempre presente a relação de amizade entre os dois países.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

¹²⁶ https://www.instagram.com/p/C8safksvBMk/?img_index=3

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹²⁷, Nairóbi (UNEP)¹²⁸, Paris (UNESCO)¹²⁹, Roma (FAO/IFAD)¹³⁰, Viena (UNIDO)¹³¹ e Washington (G-24)¹³².

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

De 20 de junho à 01 de julho de 2024, o G-77 e a China participaram de 4 reuniões da AGNU



<https://x.com/ugandamissionun>

27 de junho de 2024 – Declaração feita pelo Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto da República de Uganda, em nome do G-77 e da China na terceira leitura do rascunho 1 do Pacto para o Futuro

Cientes de que o principal objetivo da Cúpula sempre foi dinamizar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a concretização de todos os ODS nos próximos seis anos, o G-77 e a China consideraram importante que se concentre nos resultados do Pacto para o Futuro. É preciso desenvolver e ir além da Cúpula dos ODS, reafirmando claramente princípios essenciais como os da [Declaração do Rio](#).

De acordo com o Embaixador, é preciso focar em ações que acelerem a implementação dos ODS, especialmente nos países em desenvolvimento, através de meios adequados de implementação, caso contrário não haverá muita diferença entre esta e outras Cúpulas.

É necessário o cumprimento urgente de todos os compromissos anteriores, bem como de novos compromissos por parte da comunidade internacional para apoiar os países em desenvolvimento na implementação da Agenda 2030.

Existem pontos concretos relativos ao desenvolvimento sustentável; ao financiamento para o desenvolvimento; à reforma da arquitetura financeira internacional, incluindo Instituições financeiras internacionais e a arquitetura da dívida global. Porém, o que se observa, são essencialmente incentivos positivos que elevam a ambição do pacto, mas ao mesmo tempo, removem e diluem os resultados concretos relacionados a estes temas. Da mesma forma, há ressalvas e limitações excessivas e sem precedentes sobre o papel da ONU na governança econômica global.

A janela de oportunidade para alcançar todos os ODS está terminando. Portanto, não é possível permitir a conclusão deste processo sem resultados claros e impactantes para materializar as aspirações de todos os que representam cerca de 80% da população mundial. Esta é uma obrigação legítima que requer atenção e apoio global.

¹²⁷ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹²⁸ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹²⁹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹³⁰ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹³¹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹³² G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Em relação às áreas de discussão propostas nos diálogos interativos, existem esforços para se obter uma forma de equilíbrio entre os capítulos do pacto, porém fundir os aspectos de dois capítulos pode diluir a importância de cada um.



<https://x.com/ugandamissionu>

[n](#)

25 de junho de 2024 - Declaração feita pela Sra Celia Kafureka Nabeta, Ministra Conselheira da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no Segmento de Assuntos Humanitários do ECOSOC 2024 sobre o tema prioritário: Colocar a humanidade em primeiro lugar face aos conflitos e às alterações climáticas: Fortalecendo a assistência humanitária e o respeito pelo direito humanitário internacional e promovendo eficácia, inovação e parcerias

O Segmento de Assuntos Humanitários do ECOSOC 2024 ocorreu de 25 a 27 de junho de 2024 em Nova York.

A Sra Celia Kafureka Nabeta começou seu pronunciamento dizendo que são muitos os desafios que o mundo enfrenta e que são exacerbados por conflitos, catástrofes naturais e alterações climáticas. Estas crises afetam desproporcionalmente os mais vulneráveis, incluindo mulheres, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade. Estima-se que quase 300 milhões de pessoas em todo o mundo necessitem de assistência humanitária, o que corresponde a 46,6 milhões de dólares.

De acordo com a Ministra Conselheira, é imperativo que haja compromisso com os princípios da humanidade, da neutralidade, da imparcialidade, da independência e da assistência humanitária. Estes princípios devem orientar as ações à medida que todos se esforcem para aliviar o sofrimento e defender a dignidade de todos os indivíduos afetados por emergências humanitárias.

O tema deste ano “Colocar a humanidade em primeiro lugar face aos conflitos e às alterações climáticas: Fortalecendo a assistência humanitária e o respeito pelo direito humanitário internacional e promovendo eficácia, inovação e parcerias” enfatiza a importância crítica de dar prioridade à humanidade em meio a desafios globais como conflitos armados e emergências humanitárias. Ressalta a necessidade de melhorar a assistência humanitária, defender o direito humanitário internacional e promover a cooperação internacional para a eficácia, a inovação e as parcerias na abordagem destas questões complexas.

Deve-se reforçar a cooperação e a solidariedade internacionais para garantir que a assistência humanitária chegue às pessoas necessitadas de forma rápida e eficaz. Isto requer não apenas recursos financeiros, mas também vontade política e um compromisso de respeitar o direito humanitário internacional.

O G-77 e a China insistem com todos os estados, especialmente os países desenvolvidos, a aumentarem as suas contribuições financeiras para os planos de resposta humanitária e apela a todas as partes interessadas para que cumpram os seus compromissos de financiamento humanitário para garantir uma resposta internacional mais forte às crescentes necessidades humanitárias.

Além disso, para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso abordar as causas das crises humanitárias, incluindo a pobreza e a desigualdade. A prevenção de conflitos também

é essencial para criar resiliência, reduzir a vulnerabilidade e investir no fortalecimento das instituições estatais para garantir a estabilidade a longo prazo.

A ministra reforçou a necessidade de aproveitar a oportunidade para renovar a determinação e redobrar os esforços para proteger os mais vulneráveis e garantir o pleno gozo dos direitos humanos e da dignidade de cada ser humano. Todos devem trabalhar juntos e com determinação e compaixão, para progredir rumo a um mundo mais justo.



24 de junho de 2024 - Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na reunião organizacional da comissão preparatória para a entrada em vigor do Acordo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional (BBNJ)

<https://x.com/ugandamissionun>

É extremamente importante o trabalho da Comissão Preparatória para o Acordo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional (BBNJ) e sua futura implementação. Também fundamental garantir que todos os direitos e obrigações estabelecidos no Acordo se tornem uma realidade, o mais rápido possível.

Nesta conjuntura inicial, o G-77 e a China destacaram três pontos.

O Grupo reitera e destaca a importância de garantir a presença de delegados de todos os Estados-Membros em cada fase da Comissão Preparatória, já que cada delegação desempenha um papel fundamental na coordenação e implementação futura do Acordo.

O Grupo agradece a todos os contribuintes do fundo fiduciário voluntário e incentiva novas contribuições para o fundo para garantir a máxima inclusão e apoio aos países em desenvolvimento e para facilitar a participação de delegações desses países em desenvolvimento na Comissão Preparatória.

Toda e qualquer atividade de capacitação e assistência técnica que seja oferecida pela ONU relativa à entrada em vigor e implementação do Acordo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional deve responder às necessidades dos países em desenvolvimento.

É importante preparar a convocação da primeira Conferência das Partes para garantir a implementação efetiva do o Acordo no futuro.



Acima, os membros do G-77 consultam o Presidente, Marvin Ikondere, Conselheiro Jurídico da Missão Permanente de Uganda junto à ONU, durante a reunião organizacional da Implementação do Acordo BBNJ.

21 de junho de 2024 - Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na reunião de encerramento da segunda parte do 5º Comitê da 78ª sessão da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

A retomada da segunda parte do 5º Comitê foi principalmente dedicada aos orçamentos das operações de manutenção da paz.

Os pontos da agenda que foram apresentados, o G-77 e a China observaram que houve um grande número de itens da agenda que foram concluídos somente com um esboço de resolução. Espera-se que, no futuro, o Comitê se esforce para obter resultados negociados e orientações adequados ao secretariado e à gestão da organização. No entanto é louvável que a resolução sobre o pessoal militar e policial enviado para serviço ativo tenha sido concluída com consenso.

O Grupo considerou positivo que o Comitê tenha conseguido finalizar a Revisão 1 sobre o financiamento do sistema de coordenadores residentes e espera-se que estas discussões prossigam na parte principal da 79ª sessão da AGNU.

X do Embaixador Adonia Ayebare, Representante permanente da Missão de Uganda junto às Nações Unidas



<https://x.com/adoniaayebare>

20 de junho de 2024 – A Assembleia Geral da ONU aprovou por unanimidade o orçamento do Centro de Serviços Regionais da ONU em Entebbe e autorizou a transferência de TI e Segurança da MONUSCO (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo) para a RSCE (Centro de Serviços Regionais das Nações Unidas em Entebbe), e a criação de 31 postos adicionais.

A RSCE foi criada em 24 de junho de 2010 como parte da [Resolução 64/269 da AGNU](#), que criou a Estratégia Global de Apoio no Campo (GFSS) com a missão de transformar a prestação de serviços das missões de campo através de uma

mudança na divisão de trabalho existente e uma realocação de funções para melhorar a capacidade de resposta e atender às necessidades das missões de campo.

A RSCE em Entebbe é um centro de serviços partilhados, que oferece serviços administrativos, logísticos e de TIC (tecnologia de informação e comunicação) a várias missões das Nações Unidas na África.



19 de junho de 2024 – O G-77 e a China chegaram a uma posição comum sobre o financiamento do sistema de coordenadores residentes da ONU a partir do orçamento regular da ONU, aguardando que o Secretário-Geral apresente um relatório durante a 79ª sessão da AGNU.

<https://x.com/adoniaayebare>

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

(Sem destaques na quinzena)

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

Destaques do NAMYO

27 de junho de 2024 -A "Cúpula de Oportunidades Ilimitadas" do Movimento Jovem dos Não-Alinhados (NAMYO), durante o Festival Global da Juventude realizado no Uzbequistão.

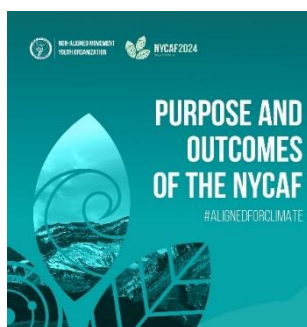
Realizado em 5 cidades do Uzbequistão, o festival reuniu mais de 1.000 jovens de mais de 150 países. O evento promoveu a cooperação entre eles, a troca de ideias e melhores práticas para abordar questões importantes do cenário global.



Cúpula de Oportunidades Ilimitadas <https://x.com/home>

20 a 24 de junho de 2024 – Fórum Jovem de Ação Climática do MNA (NYCAF)

Como a próxima geração, os jovens suportarão o fardo de um planeta em crise?



<https://x.com/home>

O Fórum Jovem de Ação Climática do MNA reuniu membros da equipe COP29, profissionais de alto nível, especialistas em clima e representantes de 18 Capítulos Nacionais da NAMYO.

O NYCAF teve o objetivo de promover o envolvimento dos jovens na sustentabilidade ambiental, explorando seu envolvimento na mitigação da crise climática, no intercâmbio de conhecimentos entre os jovens do MNA sobre a ação climática e trabalhou na sua conscientização sobre as iniciativas climáticas globais.

NYCAF oferece uma plataforma inclusiva para jovens de diferentes origens discutirem as alterações climáticas e debaterem sugestões específicas sob seu ponto de vista.

Jovens dos Estados Membros do MNA representam a diversidade, com ideias novas e recomendações necessárias para alcançar um progresso mais rápido nas reduções de emissões de gases de efeito de estufa e consequentemente, uma ação climática rápida.

Ao final adotaram um documento sobre os esforços de mitigação, medidas de adoção e resiliência às alterações climáticas.

Aproveitando sua estadia no Azerbaijão, participantes do Fórum Jovem de Ação Climática visitaram o Observatório Astrofísico Shamakhi localizado a 150 km de Baku. Este Observatório é o maior da região do Cáucaso e ofereceu aos participantes uma experiência deslumbrante de observação de estrelas.

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça, criada em 1995. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. O relatório da Comissão, o Desafio para o Sul (*The Challenge to the South*), enfatizou a necessidade de os países do Sul trabalharem juntos, no cenário mundial, em prol do desenvolvimento de suas populações.

Notícias do Centro Sul de 15 a 28 de junho de 2024



28 de junho de 2024 - SouthNews (497) - Contribuições do Centro Sul sobre o “Projeto Zero de Termo de Referência para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional”

A decisão de desenvolver uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional nasceu das preocupações expressadas por muitos países sobre a complexidade e os ganhos mínimos associados às regras que estão sendo desenvolvidas em outros fóruns.

Após a divulgação da Proposta para o Projeto Zero de Termo de Referência para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional e o pedido de comentários sobre o Projeto Zero, o Centro Sul apresentou suas contribuições, descritas neste artigo.

Em 2016, o Centro Sul lançou a Iniciativa Tributária do Centro Sul (SCTI) que é o principal programa do Centro para promover a cooperação Sul-Sul entre os países em desenvolvimento em questões fiscais internacionais.

Para ler as contribuições do Centro-Sul à proposta, [clique aqui](#).



18 de junho de 2024 - SouthNews (496) -- Conferência de líderes de desenvolvimento “Rumo à prosperidade compartilhada: Soluções colaborativas para o desenvolvimento global”

A Conferência foi realizada em Bali, Indonésia, de 12 a 13 de junho de 2024, sob o tema “Rumo à Prosperidade Compartilhada: Soluções Colaborativas para o Desenvolvimento Global”. Foi coorganizada com a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD) e o Centro para o Desenvolvimento Global – Europa (CGD).

De acordo com o vice-ministro das Relações Exteriores da Indonésia, S.E. Pahala Nugraha Mansury, o tema desta Conferência foi muito importante e oportuno, devido aos enormes desafios que impactam o desenvolvimento global e que exigem soluções colaborativas e inovadoras, para que todos os países possam alcançar prosperidade e desenvolvimento sustentável. Ele destacou que o mundo

ainda não se recuperou totalmente da pandemia do Covid-19 e que os conflitos em várias partes do mundo causam interrupções nas cadeias de abastecimento e exacerbam a inflação. Além disso, as mudanças climáticas são responsáveis por diversos desastres naturais, o que influenciam o desenvolvimento global dificultando a implementação dos ODS.

Em seu longo pronunciamento ele destacou quatro pontos.

Primeiro: Apoio aos mais vulneráveis. Aproximadamente 75% das populações mais pobres do mundo residem em regiões frágeis e afetadas por conflitos. Mais de 85% das pessoas que enfrentam fome vivem em países afetados por conflitos. Pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS), que são mais suscetíveis às mudanças climáticas e desastres naturais, recebem fluxos financeiros abaixo da média, e mais da metade dos países mais pobres do mundo enfrentam um crescente problema de endividamento.

Segundo: A cooperação para o desenvolvimento deve ser um facilitador para uma transformação econômica justa. Isso permitirá que os países em desenvolvimento avancem na cadeia de valor, produzam produtos com maior valor agregado e avancem em direção a uma economia mais avançada.

Terceiro: A cooperação para o desenvolvimento como um catalisador para ações mais colaborativas. A cooperação para o desenvolvimento tem suas próprias limitações. Embora o montante da assistência para o desenvolvimento (ODA) tenha aumentado em 2023, isso se deve a eventos específicos, como a pandemia do Covid-19, a guerra na Ucrânia e os refugiados nos países doadores. O montante real de apoio para países mais pobres em outras áreas diminuiu. Portanto, é importante que a cooperação para o desenvolvimento seja um catalisador para mobilizar outros recursos, em cooperação com vários atores, incluindo o setor privado, organizações filantrópicas e outras partes interessadas.

Quarto: O papel dos países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento e as economias emergentes, antes receptores da cooperação para o desenvolvimento, podem compartilhar suas próprias experiências de desenvolvimento. Muitos desses países em desenvolvimento agora se tornaram doadores emergentes e provedores de ajuda, através da Cooperação Sul-Sul.

Duas coisas são absolutamente necessárias para fortalecer o papel dos países em desenvolvimento na cooperação para o desenvolvimento. Primeiro, uma mudança de mentalidade. Os países em desenvolvimento não devem apenas ser receptores da cooperação internacional para o desenvolvimento, mas podem desempenhar um papel ativo em ajudar outros países. Segundo, é o apoio dos países desenvolvidos para garantir que esse modelo de cooperação para o desenvolvimento seja sustentável e escalável.

O Centro Sul fez uma apresentação para aumentar o impacto da cooperação no desenvolvimento.

Para ler o pronunciamento completo, [clique aqui](#).

Artigos de Pesquisa do Centro Sul entre 15 a 28 de junho de 2024

28 de junho de 2024 - Restrições e Perspectivas para Práticas Sustentáveis do Setor Pecuário na Argentina com Ênfase no Uso de Antimicrobianos

A resistência antimicrobiana (RAM) é uma das principais ameaças para a saúde e o desenvolvimento globais, pois tem potencial para se tornar a próxima pandemia. A agricultura

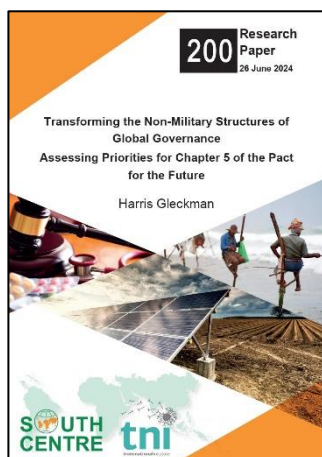
é responsável por aproximadamente três quartos de todo o uso de antimicrobianos. Os sistemas modernos de criação de animais utilizam antimicrobianos para prevenção de doenças e promoção do crescimento. As regulamentações e restrições relativas ao uso de antimicrobianos na agricultura variam entre as regiões do mundo. Este artigo explora a situação do setor pecuário argentino em relação ao uso de antimicrobianos. A Argentina é reconhecida como produtora global de alimentos, principalmente por seu potencial de produção de grãos e pecuária. O artigo analisa as restrições e as perspectivas de transição para uma produção pecuária mais sustentável no país, dependendo menos de antimicrobianos, sem comprometer a produtividade. A intensificação da agricultura geralmente requer o uso de maiores quantidades de antibióticos. É necessária uma intensificação sustentável alternativa para superar o uso excessivo de antimicrobianos. Vários fatores, incluindo econômicos, sociais e culturais, moldam os padrões de consumo.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

27 de junho de 2024 - Resistência Antimicrobiana: Otimizando o Uso de Antimicrobianos em Animais Produtores de Alimentos

A crescente resistência dos microrganismos aos antimicrobianos que ajudam a tratar e controlar a propagação de infecções é um importante problema de saúde pública em todo o mundo. A resistência antimicrobiana é agravada pelo uso inadequado de antimicrobianos na saúde humana e animal e na agricultura vegetal e animal. Este artigo aborda a questão de como mudar a produção de alimentos de origem animal para implementar práticas adequadas de manejo antimicrobiano.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).



26 de junho de 2024 - Transformando estruturas não militares de governança global. Avaliando as prioridades do Capítulo 5 do Pacto para o Futuro

Extrato integral do Capítulo 5 do Pacto para o Futuro

“Transformando a governança global”

17. Através das medidas estabelecidas neste Pacto, pretendemos concretizar a visão de um sistema multilateral que seja mais eficaz, mais confiável, mais inclusivo e mais bem equipado para os desafios, oportunidades e capacidades do presente e do futuro. Como tal, reafirmamos o carácter intergovernamental das Nações Unidas, ao mesmo tempo que nos comprometemos a garantir que uma gama diversificada de intervenientes, para além dos Estados, contribuam para os esforços para enfrentar os desafios globais. Comprometemo-nos a reformar os órgãos intergovernamentais das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança, para que possam cumprir os seus mandatos num mundo em mudança, e a reforçar o pilar dos direitos humanos da Organização. Concordamos em novas formas de melhorar a nossa resposta aos choques globais e em formas alargadas de medir o progresso humano, para que o bem-estar humano e planetário não seja esquecido. Procuraremos uma governança econômica global mais equitativa e eficaz, nomeadamente através a reforma da arquitetura financeira internacional. Por último, promoveremos a

utilização pacífica e sustentável do espaço exterior para benefício de todos, aumentando a cooperação internacional neste domínio em rápida mudança.

18. Reconhecemos que o bem-estar das gerações atuais e futuras e a sustentabilidade do nosso planeta dependem da nossa vontade de fazer estas mudanças e de continuar a garantir que o sistema multilateral, com as Nações Unidas no seu centro, seja adequado à sua finalidade. Encorajamos as partes interessadas a participar e a envolver-se na implementação do Pacto para o Futuro. Analisaremos os progressos na implementação dos compromissos deste Pacto até ao final da 8ª sessão e tomaremos as medidas necessárias para cumprir as promessas que fizemos hoje”

Para transformar a ONU, é necessária uma mudança de poder. As propostas do Pacto para o Futuro levarão a um sistema global mais eficaz? Fortalecer a ONU requer ideias ousadas!

Este artigo analisa a complexa rede de desafios que a humanidade enfrenta – alterações climáticas, pandemias, desigualdade econômica e conflitos violentos – exige um sistema de governança global robusto. Contudo, a arquitetura atual, centrada nas Nações Unidas, é amplamente considerada inadequada. Este documento aprofunda este debate, analisando as reformas propostas para o sistema da ONU no contexto da Cúpula do Futuro. No centro da discussão está a necessidade de uma atualização do Sistema ONU, fortalecendo particularmente a sua eficácia, eficiência e representação democrática. O documento reconhece a necessidade de estabelecer prioridades, centrando-se em reformas que abordem a “crise tripla” – alterações climáticas, desigualdade e conflito – mantendo-se ao mesmo tempo politicamente exequíveis. O documento também destaca a desconexão entre as instituições econômicas e políticas, defendendo uma abordagem mais unificada. As propostas de reforma abrangem um amplo espectro, incluindo mudanças institucionais, práticas consultivas, regras de tomada de decisão e financiamento. As reformas propostas visam capacitar a ONU para tomar medidas decisivas sobre questões globais prementes, analisando os esforços de reforma anteriores, avaliando a viabilidade das propostas atuais e priorizando aquelas com maior probabilidade de produzir resultados tangíveis. Esta publicação pretende servir como um roteiro para navegar pelas complexidades da reforma da ONU e fornecer uma visão abrangente das mudanças propostas para moldar um sistema de governança global mais eficaz e democrático para o futuro. Para ler o documento completo, [clique aqui](#).

Visões do Centro Sul de 15 a 28 de junho de 2024



20 de junho de 2024 - SouthViews (267) - O acordo Índia-EFTA: um novo modelo para os países em desenvolvimento?

Os governos estão modificando seus mecanismos de disputa entre investidores e Estado para tratados que incentivam e facilitam o investimento. O Acordo de Parceria Comercial e Econômica entre a Índia e a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) poderá estabelecer um novo padrão para os países em desenvolvimento promoverem e se beneficiarem do investimento estrangeiro.

O Acordo EFTA, que é integrada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, foi assinado em 10 de março de 2024 e chama a atenção para a inclusão de um

compromisso não vinculativo dos países da EFTA para promover investimentos estrangeiros na Índia, com o objetivo de alcançar US\$ 100 bilhões.

Para ler o artigo, [clique aqui](#).



SouthViews (266) - 19 de junho de 2024 - Acabar com os abusos dos direitos humanos relacionados com as empresas com uma pena: a diretiva europeia sobre a devida diligência em matéria de sustentabilidade empresarial é suficiente para combater a impunidade empresarial?

Em abril de 2024, o Parlamento Europeu aprovou a Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Empresarial (CSDDD), com o objetivo de garantir que as empresas europeias e os seus parceiros respeitem os direitos humanos e as normas ambientais nas suas cadeias de abastecimento.

Esta diretiva se aplica a grandes empresas da UE e de países terceiros, com uma implementação em fases a partir de 2027.

A Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade

Empresarial exige a integração da devida diligência nas políticas empresariais e o desenvolvimento de planos de transição alinhados com o Acordo de Paris.

Apesar destes avanços, o âmbito de aplicação da Diretiva e as disposições em matéria de responsabilidade civil são limitados para responsabilizar efetivamente as empresas por violações dos direitos humanos. As negociações em curso sobre um instrumento internacional juridicamente vinculativo para as empresas e os direitos humanos oferecem uma oportunidade para adotar normas comuns em matéria de devida diligência e jurisdição para melhorar o acesso à justiça e às soluções para as vítimas de abusos relacionados com as empresas.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

Preservação ambiental e inclusão de povos tradicionais no G20. Ministros da Educação se encontram no G7. Um preocupante future para a OCDE.

Environment protection and inclusion of traditional communities in the G20; Ministers of Education have met at the G7. A worrying future for the OECD.

***Pedro Burger
João Miguel Estephanio
Vitória Moreira Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves***

Abstract: G20 - Following a fortnight highlighted by events on the health agenda, the G20 made progress on environmental and climate issues at the meetings of the Bioeconomy Initiative and the Climate and Environmental Sustainability Working Group that took place in Manaus. The T20 anticipates its Communiqué to G20 Leaders

G7 - The highlight of the G7 period is the Ministers' meeting on Education. The meeting took place in the Italian city of Trieste between 27 and 29 June.

OCDE - The OECD's highlights are divided between the release of the latest edition of *Society at a Glance*, new studies on education and a collection of highlights from other studies and research on various topics promoted by the organization during the period.

Keywords: G20; T20 G7; OECD; Brazil; Education; International Cooperation.

Resumo: G20 - Após uma quinzena marcada por eventos na agenda da saúde, o G20 avançou em questões ambientais e climáticas nos encontros da Iniciativa de Bioeconomia e do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática e Ambiental que aconteceram em Manaus. O T20 antecipa seu Comunicado aos Líderes do G20.

G7 - O destaque do G7 vai para a reunião dos ministros da educação do grupo na cidade italiana de Trieste entre os dias 27 e 29 de junho.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação da mais atual edição do *Society at a Glance*, novos estudos sobre educação e uma coletânea de destaques de outros estudos e pesquisas de temas variados promovidos pela organização durante o período.

Palavras-chave: G20; T20; G7; OCDE; Brasil; Educação; Cooperação Internacional.

Preservação ambiental e inclusão de povos tradicionais no G20

Após uma quinzena marcada por eventos na agenda da saúde, o G20 mobilizou questões ambientais e climáticas. Situados em Manaus entre os dias 17 e 21 de junho, os delegados da Iniciativa de Bioeconomia e do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática e Ambiental

realizaram seus primeiros encontros fora de Brasília¹³³. Como vimos nos últimos informes, a escolha dos locais dessa rodada de encontros técnicos do bloco está diretamente relacionada com os temas abordados em cada grupo. Neste caso, não teria capital mais congruente para promover os dois encontros da pasta.

Em relação à Iniciativa de Bioeconomia, projeto inédito da gestão brasileira, a reunião foi coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) e contou com a discussão dos seguintes temas: (i) bioeconomia para comunidades tradicionais e rurais e para povos indígenas; (ii) uso sustentável de florestas para a bioeconomia; (iii) usos da água para a bioeconomia; e (iv) papel da bioeconomia como facilitador da recuperação produtiva, na regeneração ambiental e na biorremediação¹³⁴. A expectativa, segundo o presidente da iniciativa, o embaixador André Corrêa do Lago, era a de sair de Manaus com princípios claros sobre o que é a bioeconomia e em quais bases ela pode ser mobilizada pelos países mais ricos em suporte dos países emergentes. Conforme o embaixador, atualmente o setor movimenta cerca de US\$ 4 trilhões, mas seu potencial é de mais de US\$ 34 trilhões, o que representaria mais de um terço de toda a riqueza produzida mundialmente.

Um entendimento comum do tema se faz importante na ausência de uma definição aceita amplamente. Além disso, construir um consenso no G20 é um passo valioso para facilitar as negociações sobre meio ambiente nos próximos anos, com destaque para a COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), a ser realizada no Brasil em 2025.

O benefício de manter a floresta preservada, sobretudo como medida para reduzir a pobreza e a desigualdade, orientou grande parte dos debates e conquistou o apoio dos representantes internacionais do fórum. “Se a floresta queimada ou derrubada traz um prejuízo, a floresta preservada traz um benefício global”, apontou Rodrigo Rollemberg, secretário de Economia Verde do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil¹³⁵. Não menos importante, o papel estratégico da bioeconomia para a segurança alimentar, climática e transição energética global também foi destacado. Ainda segundo Rollemberg: “A bioeconomia é um instrumento fundamental seja na diversificação de alimentos para o mundo todo, seja na produção de bioinsumos para uma agricultura mais amigável com o solo e com as águas, seja para a produção de biomassa em biocombustíveis, bio-manufaturas de alto valor agregado, além de extremamente importante para a segurança climática”¹³⁶.

O papel das comunidades tradicionais foi um outro elemento pontuado. Isso porque essas populações estão historicamente relacionadas com a preservação das florestas, recursos

¹³³ O mundo no encontro das águas: em Manaus, delegações irão debater Bioeconomia e Sustentabilidade Climática e Ambiental. G20. 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-chega-a-manaus-no-encontro-das-aguas-delegacoes-irao-debater-bioeconomia-e-sustentabilidade-climatica-e-ambiental>. Acesso em: 30 jun. 2024.

¹³⁴ G20 Brasil discute preservação da Amazônia e desenvolvimento econômico sustentável em Manaus. G20. 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-brasil-discute-preservacao-da-amazonia-e-desenvolvimento-economico-sustentavel-em-manaus>. Acesso em: 30 jun. 2024.

¹³⁵ G20 discute bioeconomia como fundamental para a redução das desigualdades e da pobreza. G20. 19 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-discute-bioeconomia-como-fundamental-para-a-reducao-das-desigualdades-e-da-pobreza>. Acesso em: 30 jun. 2024.

¹³⁶ No G20, Brasil defende uso sustentável da biodiversidade para desenvolvimento da bioeconomia. Ministério do Meio Ambiente. 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brasil-defende-uso-sustentavel-da-biodiversidade-em-reuniao-da-iniciativa-de-bioeconomia-do-g20>. Acesso em: 30 jun. 2024.

e outros ecossistemas e podem oferecer alternativas econômicas e sustentáveis para o assunto. Tal movimento de igual modo contribui para um reconhecimento dos saberes tradicionais enquanto fonte de conhecimento, superando uma noção de superioridade científica dos países desenvolvidos. Nesse sentido, pode-se falar de uma sociobioeconomia, conceito que adere o prefixo 'socio' para evidenciar a forma pela qual os povos das águas, das florestas e do campo articulam essas questões¹³⁷.

Luciane Lima, indígena do povo Tariana e representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), trouxe a perspectiva indígena sobre a iniciativa: “Através desses espaços, a gente tem como falar por nós mesmos, mostrar o nosso trabalho, a nossa vivência, nossa autonomia em fazer a gestão dos nossos projetos, que somos capazes de atuar em todas as esferas possíveis, para que a gente faça das nossas iniciativas alternativas de sustentabilidade para as nossas comunidades”. Em uma perspectiva nacional, o governo brasileiro tem atuado em escuta ativa com os povos e comunidades tradicionais, em especial indígenas, em temas-chave para as medidas de preservação do meio ambiente e transição ecológica. Mas além do Brasil, países com significativa participação de povos e comunidades tradicionais, como Austrália e Canadá, compartilharam experiências e propostas ao avanço da sociobioeconomia em um cenário internacional. A Austrália, por exemplo, apresentou os trabalhos da Corporação de Terras e Mares Indígenas (ILSC na sigla em inglês), o qual tem como objetivo auxiliar esses povos a adquirir e administrar terras para obter benefícios econômicos, ambientais, sociais e culturais. Enquanto o Canadá apresentou instâncias governamentais como um órgão federal de centralização de demandas indígenas e uma política de reparação aos povos originários.

Deve-se salientar que para além dos povos indígenas, as especificidades das comunidades rurais também atravessaram as discussões. Como expôs Carina Pimenta, secretária de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA): “As comunidades rurais, sobretudo agricultores familiares, também detém muitos conhecimentos sobre o manejo da biodiversidade. Historicamente desenvolvem princípios da agroecologia, agroflorestas, quintais produtivos, a continuidade das sementes crioulas, então, é entender que eles são um escopo muito mais amplo do nosso meio rural, essas diferentes formações socioculturais das populações”, explicou.

Em continuidade, os debates de Bioeconomia deram lugar ao Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática e Ambiental. Ainda dentro de uma perspectiva preocupada com a preservação, o encontro mobilizou os seguintes assuntos: pagamentos por serviços ecossistêmicos (PSE) no plano global; inclusão dos movimentos de catadores para uma transição justa; e resíduos e economia circular.

Com isso em mente, uma das principais propostas do grupo tem sido a criação de um fundo global para financiamento à conservação de florestas tropicais por meio dos chamados PSE. Esse tipo de pagamento funciona como um mecanismo de compensação financeira pelos benefícios ambientais e incentiva a conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas. Os PSE são entendidos como ferramentas essenciais para aumentar a competitividade de práticas sustentáveis, com vantagens especiais para grupos que ajudam a conservar as florestas. Até então a recepção da proposta pelos membros do G20 tem sido positiva: “Os países desenvolvidos que nós temos ouvido até o momento têm reagido muito

¹³⁷ G20 em Manaus: povos indígenas e comunidades tradicionais internacionais na pauta de Bioeconomia. G20. 19 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-em-manaus-povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais-internacionais-na-pauta-de-bioeconomia>. Acesso em: 30 jun. 2024.

bem à proposta e agradecido o foco que o Brasil tem dado ao pagamento desses serviços ambientais”, afirmou a diplomata Maria Angélica Ikeda, diretora do Departamento de Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores (MRE)¹³⁸.

Nessa seara, o Brasil é visto como exemplo de boas práticas pelo emprego do chamado Bolsa Verde, programa de pagamentos trimestrais a famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária e territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais. A partir deste auxílio, os beneficiários se comprometem a cuidar da região onde vivem; a utilizar os recursos naturais de forma sustentável; e a preservar a floresta, além de ajudar no trabalho de monitoramento e de proteção dessas áreas. Outro exemplo consiste no projeto Florestas Tropicais para Sempre, anunciado pelo governo na COP28 no ano passado. A iniciativa pretende criar um fundo global para remunerar a manutenção e a restauração das florestas tropicais em mais de 60 países. A proposta defende que seja pago um valor fixo anual para cada hectare de floresta preservada e que haja desconto no valor a receber para cada hectare desmatado ou degradado.

Já em relação à discussão sobre resíduos e economia circular, a presidência brasileira apresentou ao G20 um roteiro que incorpora sugestões de países-membros e destaca o papel de governadores e prefeitos para a implementação de políticas públicas inclusivas¹³⁹. Até o momento, 38% do resíduo no mundo ainda não tem uma destinação correta. O documento foi pré-aprovado e consolida um avanço nas discussões ao trazer para o bloco o conceito de economia circular inclusiva, focada em ações de resíduos sólidos, fechamento de lixões e empoderamento de catadores. As discussões também estão alinhadas a nível global pela criação do critério de promoção de design de produtos e redução dos materiais que não podem ser reciclados para aumentar a circularidade dos produtos do ponto de vista técnico e biológico.

O embaixador André Corrêa do Lago, secretário de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Ministério das Relações Exteriores (MRE), destacou que os países-membros concordaram em integrar uma perspectiva social às discussões sobre gestão de resíduos sólidos. Nesse sentido, não só o Brasil, mas países como Canadá e Austrália, foram enfáticos sobre a importância da inclusão das populações originárias na formulação de políticas ambientais. Para Corrêa, o foco recente nessas comunidades é um avanço considerável, refletindo uma nova percepção global sobre a necessidade de incluir as culturas e conhecimentos tradicionais na busca por soluções sustentáveis: “Quando o Brasil apresenta a questão dos catadores, a gente se dá conta da quantidade de países do G20 nos quais os catadores existem, são desconsiderados ou são esquecidos. Foi muito impressionante esse foco do Brasil e o quanto os países estão reagindo bem” destacou.

¹³⁸ Liderar pelo exemplo: Brasil aprofunda debate sobre pagamentos por serviços ecossistêmicos no G20. G20. 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/liderar-pelo-exemplo-brasil-aprofunda-debate-sobre-pagamentos-por-servicos-ecossistemicos-no-g20>. Acesso em: 30 jun. 2024.

¹³⁹ G20 pré-aprova documento sobre gestão de resíduos e economia circular. G20. 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-pre-aprova-documento-sobre-gestao-de-residuos-e-economia-circular>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Figura 1: Reunião do Grupo de Trabalho Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20, em Manaus.



Fonte: G20, 2024.

Por fim, outras atualizações do bloco na quinzena foram em relação à Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde (JTFFH, na sigla em inglês)¹⁴⁰. A iniciativa foi concebida durante a pandemia de Covid-19 para servir como um fórum de diálogo e cooperação em Prevenção, Preparação e Resposta (PPR) a futuras pandemias, alinhada à Abordagem de Saúde Única e aos objetivos e prioridades da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sob presidência brasileira, a JTFFH incorporou outros temas na agenda, como uma maior mobilização de recursos financeiros para o setor de saúde em países com dívida crescente e o aprofundamento do debate sobre os determinantes sociais da Saúde. De maneira concreta, a JTFFH está travando discussões sobre mecanismos de financiamento sustentáveis para endereçar os determinantes sociais da saúde, bem como, a iniciativa *debt for health*, que visa a promover a destinação de parte da dívida pública dos países para investimento em infraestrutura de saúde. Com isso em mente, no mês de junho, realizaram o segundo encontro de forma virtual com a presença de representantes dos Ministérios da Fazenda (MF), da Saúde (MS) e das Relações Exteriores (MRE). O intuito foi o de avançar nessas duas proposições, que têm sido bem recebidas pelos membros, e trabalhar na elaboração de um documento que será apresentado na reunião de setembro. Segundo Tatiana Rosito, coordenadora da Trilha de Finanças do G20, as expectativas são positivas: “Nos encontramos na metade do plano de trabalho e é animador ver o progresso que fizemos até agora. Nossos esforços coletivos deram frutos com a organização bem-sucedida de várias entregas, que nos proporcionam perspectivas valiosas¹⁴¹”.

¹⁴⁰ Força-Tarefa do G20 discute troca de dívida por investimentos em saúde. G20. 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/forca-tarefa-do-g20-discute-troca-de-divida-por-investimentos-em-saude>. Acesso em: 30 jun. 2024.

¹⁴¹ Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde realiza sua segunda reunião. Ministério da Fazenda. 19 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/forca-tarefa-conjunta-de-financas-e-saude-realiza-sua-segunda->

Com relação aos grupos de engajamento, diversas conferências estão em curso no início de julho e serão reportadas no próximo informe, como do T20, S20, C20 e Mulheres nos Parlamentos¹⁴². O T20 liberou ao público, previamente à sua Conferência de Meio de Caminho, o seu *Comunique*, o documento formal de recomendações aos governos do G20.

Sob o lema “Vamos repensar o mundo”, o comunicado do T20 possui dez recomendações centrais e mais cinco recomendações em cada Task Force, buscando que sejam recomendações concretas e factíveis. Elas foram baseadas em mais de 300 *Policy Briefs* aprovados no processo de consulta do T20, além dos informes de cada TF e na Conferência Inicial do Grupo. O Grupo antecipou a divulgação do documento para buscar influenciar a Declaração dos líderes do G20 desde a formulação do seu primeiro rascunho.¹⁴³

Os títulos das dez recomendações centrais, em tradução livre, foram:

1. Fortalecer a cooperação multilateral no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.
2. Empregar uma política fiscal progressiva e redirecionar os subsídios dos combustíveis fósseis para reduzir as desigualdades e promover a justiça climática.
3. Alavancar o financiamento do clima e do desenvolvimento sustentável a preços acessíveis, incluindo os recursos necessários para promover transições energéticas justas.
4. Proporcionar o desenvolvimento de capacidades, a transferência de tecnologia e o financiamento adequado para os planos nacionais de transição, incluindo medidas para alavancar a adaptação climática e a bioeconomia.
5. Reformar o Quadro Comum do G20 para o Alívio da Dívida e a política de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para expandir o espaço fiscal para investimentos em desenvolvimento inclusivo e sustentável.
6. Estabelecer o Data20, uma plataforma multissetorial para melhorar a cooperação em governança global de dados.
7. Melhorar a cooperação para melhorar a conectividade significativa, *DPIs* (Infraestruturas Digitais Públicas na sigla em inglês) inclusivos e IA (Inteligência Artificial) centrada no ser humano.
8. Reformar e fortalecer a Organização Mundial do Comércio (OMC) como o principal fórum para negociações globais de facilitação de comércio, serviços e investimentos, inclusive em relação às normas comerciais que abordam o clima e a transformação digital.
9. Abordar a desigualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a transferência de tecnologia e a cooperação global em matéria de vacinação, medicamentos e insumos estratégicos de saúde nos países em desenvolvimento.
10. Traduzir em ações os compromissos do G20 em matéria de igualdade de gênero, racial e étnica.

[reuniao#:~:text=A%20For%C3%A7a%20tarefa%20Conjunta%20de%20Finan%C3%A7as%20e%20Sa%C3%BAde%20foi%20concebida,da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)%2C%20entidade](#). Acesso em: 30 jun. 2024.

¹⁴² <https://www.g20.org/pt-br/g20-social?page=2>

¹⁴³ Informações sobre e íntegra do Comunicado em inglês: <https://t20brasil.org/en/communique>

Cada uma delas possui um texto que elabora a proposta. No caso da recomendação número 9, sobre Saúde, reproduzimos o texto completo:

9. Abordar a desigualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a transferência de tecnologia e a cooperação global em matéria de vacinação, medicamentos e insumos estratégicos de saúde nos países em desenvolvimento:

O G20 deve priorizar a cobertura universal de saúde e a organização dos sistemas de saúde, expandindo os serviços de saúde acessíveis a populações, comunidades e regiões vulneráveis, bem como aumentando o financiamento do sistema de saúde, a transferência tecnológica e a inclusão digital. Para tal, é fundamental desenvolver uma infraestrutura digital partilhada para a coordenação global durante e fora de contextos de crise. O G20 também deve apoiar a criação de um fundo global de vacinação para garantir a prevenção e a distribuição rápida e equitativa de vacinas durante crises de saúde e eventos epidêmicos, também deve reduzir as restrições que os direitos de propriedade intelectual podem representar no acesso a medicamentos e a outros tratamentos e terapias de saúde.

Ministros da Educação se encontram no G7

Na última quinzena ocorreu o encontro dos Ministros e Ministras da Educação do grupo das sete potências em Trieste, cidade a nordeste da Itália. Entre os dias 27 e 29 de junho, a programação partiu do princípio da escola no centro do desenvolvimento econômico e social compartilhado dos países, e da cooperação internacional para inovar os sistemas educacionais. Adotando o lema da Agenda 2030, “ninguém deve ser deixado para trás”, os ministros e ministras compartilharam a visão da educação como a força motora de um país. O encontro contou também com participação do Comissário Europeu para a educação, líderes da União Africana, representantes da OCDE, UNESCO e UNICEF e da Parceria Global para a Educação, e de representantes da Ucrânia e do Brasil. Essa ampliação da participação nas reuniões do G7 tem sido uma marca da presidência italiana. A agenda se debruçou em 2 prioridades: i) sob o tema “liberando o potencial de cada indivíduo”, os ministros e ministras focaram no talento de todos os alunos e no desenvolvimento de suas capacidades individuais. Além disso, as autoridades destacaram especialmente o apoio aos alunos mais marginalizados, buscando evitar a evasão escolar; ii) sob o tema da educação inovadora e novas competências para o futuro, as autoridades discutiram a melhoria da capacidade dos países para reduzir a lacuna entre a oferta e a procura de competências no mercado de trabalho.

Na declaração emitida como resultado do encontro, podemos dar destaque a dois pontos. Primeiramente tem-se a proposta de reconstrução da Ucrânia através da educação em um contexto em que mais de 3.700 estabelecimentos de ensino foram danificados ou destruídos no país em guerra¹⁴⁴. É preciso frisar que as guerras em andamento no mundo, não apenas na Ucrânia, retiram direitos das crianças e adolescentes de acessarem a educação. Em segundo lugar, é interessante apontar que a declaração destaca a ênfase na relação entre saúde, segurança e bem-estar nas escolas para garantir engajamento dos alunos e resultados da aprendizagem. É importante o reconhecimento pelos ministros de uma educação ampliada para além do sucesso acadêmico, mas reconhecendo a saúde física, social e emocional dos alunos e demais membros da comunidade escolar. De acordo com a declaração: “*Essas abordagens holísticas incluem a promoção dos valores de inclusão e empoderamento, abordando questões*

¹⁴⁴ Itália quer assumir reconstrução de escolas na Ucrânia. EURONEWS. 2024. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/my-europe/2024/06/28/italia-quer-assumir-reconstrucao-de-escolas-na-ucrania>>. Acesso em: 30/06/2024.

globais de discriminação, violência, intolerância, bullying e cyberbullying, apoiando relacionamentos fortes e colaboração, a promoção de ambientes de aprendizado saudáveis, seguros e comprometidos e o fortalecimento dos serviços de apoio ao aluno” (tradução livre)¹⁴⁵.

Figura 2. Encontro dos Ministros da Educação do G7



Fonte: G7 Itália.

O objetivo principal do encontro era extravasar as declarações de princípios e fornecer soluções concretas para apoiar o aprimoramento dos sistemas educacionais. Para tanto, de acordo com o Ministro da Educação e Mérito da Itália, Giuseppe Valditara, o G7 quer lançar uma ponte para o próximo G20, levantando ideias que possam ser aprofundadas pelo grupo dos vinte países. A reunião dos ministros da Educação do G20 acontecerá em 30 e 31 de outubro, em Fortaleza.

Um preocupante futuro para a OCDE

Durante a segunda quinzena de junho, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou a versão de 2024 do estudo *“Society at a Glance 2024: OECD Social indicators”*¹⁴⁶.

Em sua décima edição, a produção bienal sobre os indicadores sociais da OCDE visa abordar a crescente demanda por evidências quantitativas sobre o bem-estar social e suas tendências. Ressalta-se que o relatório dedica um capítulo especial sobre tendências de fertilidade, onde discute dados de recentes análises da OCDE sobre o efeito dos resultados do mercado de trabalho, dos custos de moradia e de diferentes aspectos da estrutura de política

¹⁴⁵ G7 Education Ministers’ Declaration. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Education-Ministers-Declaration.pdf>>. Acesso em: 30/06/2024.

¹⁴⁶ OCDE. Declining fertility rates put prosperity of future generations at risk. OCDE [Internet]. 2024 Jun 20 [cited 2024 Jun 28]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/declining-fertility-rates-put-prosperity-of-future-generations-at-risk.htm>.

familiar (por exemplo, licença parental, assistência à infância e apoio financeiro) sobre as tendências de fertilidade e salienta os principais desafios de políticas que abordam o tema.

Assim, o cenário observado indica que, nas últimas seis décadas, as taxas de fertilidade caíram pela metade nos países membros da OCDE e atingiram um mínimo histórico, com a média de taxa de fertilidade total de 3,3 filhos por mulher em 1960 contrastando com a média identificada de 1,5 filhos por mulher em 2022¹⁴⁷. Tal conjuntura representa um risco de declínio populacional e também sérios desafios econômicos e sociais para as gerações futuras, com as taxas estando significativamente abaixo do que é entendido como “nível de reposição” (“*replacement level*”, em inglês) de 2,1 filhos por mulher, condição necessária para manter a população constante na ausência de migração.

A pesquisa alerta que as baixas taxas de fertilidade podem levar ao declínio populacional a partir da próxima década, com os índices de mortalidade superando os de natalidade pela primeira vez em pelo menos meio século. É revelado também as expectativas de que a proporção de indivíduos com 65 anos ou mais para cada 100 pessoas em idade ativa deverá dobrar nos próximos anos, passando de 30 em 2020 para 59 em 2060 em toda a região da OCDE. A resultante redução da população ativa possivelmente levará ao envelhecimento das sociedades, o que causará pressões sociais e econômicas significativas sobre os governos, principalmente no que diz respeito a um aumento de custos com pensões e serviços de saúde.

Outra tendência identificada no estudo é a de paternidade tardia, com a idade média das mulheres que dão à luz aumentando de 28,6 anos em 2000 para 30,9 anos em 2022. Ao comparar dados referentes às mulheres nascidas em 1935 e 1975, a porcentagem de mulheres sem filhos praticamente dobrou na Estônia, Itália, Japão, Lituânia, Polônia, Portugal e Espanha. Ademais, os jovens adultos contemporâneos possuem mais dificuldades para se tornarem financeiramente independentes e se estabelecerem nos mercados de trabalho e de moradia, com a geração enfrentando também uma sucessão de crises globais (por exemplo, pandemia, preocupações com questões climáticas, a crise do custo de vida) e o desequilíbrio na combinação entre trabalho e vida familiar, especialmente para o gênero feminino, que auxiliam no aumento de inseguranças econômicas, sociais e políticas entre os jovens e complica sua transição para a paternidade.

O baixo crescimento populacional se tornará, então, um entrave à expansão econômica e taxas de prosperidade, com a soma do aumento da expectativa de vida e da baixa natalidade também afetando outro aspecto das finanças públicas: um menor número de pessoas contribuindo para as receitas fiscais necessárias para pagar os custos crescentes do envelhecimento da população. A diminuição da população jovem também provocará outros efeitos, como, por exemplo, um aumento no fechamento de escolas – o que já pode ser observado em casos na Europa, no Japão e na Coreia do Sul.

Além disso, a edição atual também inclui outra seção especial, baseada na pesquisa “*Risks that Matter*” de 2022 da OCDE, que aborda sobre as percepções das pessoas em relação aos riscos sociais e econômicos e até que ponto elas acham que os governos lidam com os mesmos de modo eficaz. O *Society at a Glance* apresenta 25 indicadores sociais, 5 em cada um dos capítulos sobre Contexto Geral, Autossuficiência, Equidade, Saúde e Coesão Social. Tais indicadores incluem dados de 38 países membros da OCDE e, quando disponíveis, também de

¹⁴⁷ OCDE. *Society at a Glance 2024: OECD Social indicators*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/918d8db3-en>.

países em fase de adesão e parceiros-chave (Argentina, Bulgária, Brasil, Croácia, China, Índia, Indonésia, Peru, Romênia e África do Sul) e outro país do G20 (Arábia Saudita). A organização ainda expressa a recomendação para que tomadores de decisão e governos promovam um compartilhamento mais justo do trabalho e da criação dos filhos, abordando também o aspecto de custos de moradia, além de se preparar para um futuro bastante possível e próximo de baixa fertilidade.

Na esteira da discussão, a OCDE lançou duas atualizações sobre o mais recente levantamento do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

No relatório *“PISA 2022 Results (Volume III): Creative Minds, Creative Schools”*¹⁴⁸, terceiro volume de estudos e análises derivados dos resultados da oitava rodada da avaliação do PISA, que se propõe a avaliar a capacidade e desempenho de estudantes de 64 países e economias em se envolverem em pensamento criativo, com a geração, avaliação e aprimoramento de ideias que podem resultar em soluções originais e eficazes. Abordando as diferenças de performances de acordo com as características dos estudantes, incluindo gênero e situação socioeconômica, bem como as particularidades da escola, o volume aponta que estudantes de sistemas educacionais de alto desempenho não estão apenas obtendo sucesso em testes padronizados de matemática, leitura e ciências, mas também em novos testes de pensamento criativo – o que se contrasta com os resultados objetivos por aqueles de origens desfavorecidas, que obtiveram uma pontuação significativamente mais baixa, o que é atribuído tanto ao ambiente desafiador que esses vivem, quanto aos currículos escolares com poucos recursos¹⁴⁹. Na pesquisa, o Brasil ficou em 49ª posição, junto a outros países que apresentaram resultado significativamente abaixo da média da OCDE. O estudo ainda conta com uma versão reduzida, resumindo de seus principais dados e achados¹⁵⁰.

Já o quarto volume das análises derivadas do PISA de 2022, o relatório *“PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students?”*¹⁵¹, se dedica ao tema de alfabetização financeira em 14 economias da OCDE e 6 países parceiros, explorando as experiências com dinheiro, seu comportamento e atitudes financeiros, a exposição à alfabetização financeira em casa e na escola e os vínculos entre essa e as competências em matemática e interpretação, assim como as diferenças entre grupos sociodemográficos. Novamente, os resultados obtidos pelos estudantes menos favorecidos são menores do que aqueles com privilégios socioeconômicos e/ou que têm maior acesso para discutir questões monetárias com seus

¹⁴⁸ OECD. PISA 2022 Results (Volume III): Creative Minds, Creative Schools. PISA [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/765ee8c2-en>.

¹⁴⁹ OCDE. Students in high-performing education systems record top scores in new international creative thinking assessment. OCDE [Internet]. 2024 Jun 18 [cited 2024 Jun 28]. Available from: <https://www.oecd.org/education/students-in-high-performing-education-systems-record-top-scores-in-new-international-creative-thinking-assessment.htm>.

¹⁵⁰ OECD. New PISA results on creative thinking: Can students think outside the box? PISA in Focus [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28];125. Available from: <https://doi.org/10.1787/b3a46696-en>.

¹⁵¹ OECD. PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students? PISA [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en>.

familiares ou fazem decisões autônomas¹⁵². O Brasil ocupa a 18ª posição na lista. O estudo também conta com uma versão reduzida, resumindo seus principais dados e achados¹⁵³.

Ainda durante o período desta quinzena junina, a organização econômica intergovernamental apresentou uma série de outras novas e interessantes adições de temas variados ao seu constantemente atualizado acervo de documentos publicados e promovidos. Desse modo, são ressaltadas brevemente algumas dessas.

A primeira publicação destacada é a intitulada “*Environment at a Glance Indicators*”¹⁵⁴. Disponibilizado em um formato Web, o documento oferece os dados mais recentes e comparáveis dos países da OCDE sobre a temática de meio ambiente e seus indicadores, captados e avaliados pelo *OECD Core Set of Environmental Indicators*, em uma ferramenta de acesso on-line interativa e em constante atualização, possibilitando aos usuários um melhor acompanhamento do curso rumo ao desenvolvimento sustentável. A versão Web permite também que os usuários utilizem os dados e gráficos, façam o download e os compartilhem, além de consultar e baixar e-books temáticos indicados e explorar os perfis dos países compreendidos na pesquisa. É interessante frisar que os indicadores disponibilizados no documento contêm dados relevantes sobre as principais tendências ambientais em áreas como mudança climática, biodiversidade, recursos hídricos, qualidade do ar, economia circular e recursos oceânicos.

Também se destaca o estudo “*Aid for Trade at a Glance 2024*”¹⁵⁵, edição mais recente da produção bienal conjunta da OCDE e da OMC objetiva fornecer uma análise abrangente das últimas tendências e dos desenvolvimentos de “*Aid for Trade*” (Ajuda ao Comércio, em uma tradução livre), ou seja, se debruçando sobre os fluxos de financiamento do desenvolvimento que visam assistir os países em desenvolvimento a se integrarem à economia global e a se beneficiarem das oportunidades comerciais. Analisando a evolução de tais fluxos em um mundo pós-pandemia, o estudo constata que os mesmos se revelaram resilientes e se mantiveram amplamente alinhados com as prioridades dos países parceiros, prestando um apoio significativo para preencher lacunas de infraestrutura, promover a conectividade, expandir a economia digital e apoiar transições de energia limpa. O relatório também se propõe a avaliar os impactos de tal modalidade de ajuda internacional sobre os resultados de desenvolvimento, se baseando em dados inéditos e em uma pesquisa abrangente com as partes interessadas, e indica que a Ajuda ao Comércio é cada vez mais solicitada para o enfrentamento de novos desafios, incluindo a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

Consonante com tal discussão, o relatório “*Insights from social and solidarity economy data: An international perspective*”¹⁵⁶ aborda sobre a temática de economia social e solidária

¹⁵² OCDE. Action needed to address gaps in financial literacy among students. OCDE [Internet]. 2024 Jun 27 [cited 2024 Jun 28]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/action-needed-to-address-gaps-in-financial-literacy-among-students.htm>.

¹⁵³ OECD. Shaping students' financial literacy: The role of parents and socio-economic backgrounds. PISA in Focus [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28]; 126. Available from: <https://doi.org/10.1787/c3f3dc74-en>.

¹⁵⁴ OCDE. Environment at a Glance Indicators. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ac4b8b89-en>.

¹⁵⁵ OCDE, OMC. Aid for Trade at a Glance 2024. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/7a4e356a-en>.

¹⁵⁶ OCDE. Insights from social and solidarity economy data: An international perspective. OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28]; 2024/05. Available from: <https://doi.org/10.1787/71d212f3-en>.

(SSE, na sigla em inglês), que tem ganhado força nas políticas públicas em nível subnacional, nacional e internacional, porém também possui poucos dados disponíveis sobre, dificultando uma melhor compreensão de seu alcance e sua contribuição para a economia total. Observando tal circunstância, a organização procurou coletar dados relacionados à temática, elaborando e disponibilizando fichas informativas de 34 países (com o Brasil incluído no grupo¹⁵⁷) no intuito de fornecer retratos de suas economias sociais e solidárias em nível nacional, compilando informações sobre definições oficiais, número e tamanho das entidades, padrões de emprego, setores de atividade e contribuição econômica, bem como estruturas legais e iniciativas de impacto social. Além disso, o documento ainda analisa os pontos em comum entre esses países em seus ecossistemas de SSE para apresentar percepções e tendências gerais do meio.

Paralelamente, o estudo *“The Economics of Space Sustainability: Delivering Economic Evidence to Guide Government Action”*¹⁵⁸ apresenta as mais recentes constatações do projeto da OCDE sobre a economia da sustentabilidade espacial, que tem como finalidade aprimorar o conhecimento dos tomadores de decisão sobre o valor social da infraestrutura espacial e os custos (e riscos) dos detritos espaciais. Assim, a publicação disponibiliza extensas evidências sobre o crescimento do lixo espacial, além de apresentar métodos de avaliação e quantificação do valor dos satélites em risco e analisar maneiras para garantir um uso mais sustentável do ambiente orbital. Inclui, também, os estudos de casos da Itália, do Japão e Coreia do Sul a respeito do valor socioeconômico de diferentes tipos de infraestrutura espacial e examina a viabilidade e o projeto ideal de medidas fiscais e esquemas voluntários de classificação ambiental para mudar o comportamento dos operadores.

Por fim, as últimas duas publicações destacadas aqui abordam sobre efeitos e riscos relacionados à globalização e à interconexão de economias, sociedades e tecnologias.

No artigo intitulado *“Shocks in a highly interlinked global economy”*¹⁵⁹, seus autores se preocupam em analisar os amplos riscos associados às interrupções da produção setorial, tanto em nível local (nacional), como em nível exterior (internacional), examinando variadas métricas de exposição. Os resultados da pesquisa indicam que os abalos internos geralmente têm impactos setoriais maiores do que os abalos externos – na maior parte dos casos, as interrupções na produção estrangeira causam respostas mínimas na produção doméstica, sugerindo que os vínculos nacionais e internacionais, juntamente com os mecanismos de ajuste econômico, tendem a amortecer, ao invés de amplificar, os choques externos. Todavia, uma acumulação de choques adversos pode vir a afetar significativamente setores específicos, com os setores manufatureiros sendo, em média, significativamente mais expostos a abalos de produção externa do que setores de serviços e agroalimentar, devido à sua maior internacionalização da produção e dos insumos. Economias com fortes vínculos de cadeia de valor para trás e para frente com as principais economias estrangeiras também tendem a ser mais expostas a choques externos.

¹⁵⁷ OECD. BRAZIL: OECD Global Action on Promoting Social and Solidarity Economy Ecosystems. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 June 28]. Available from: <https://www.oecd.org/cfe/leed/social-economy/oecd-global-action/country-fact-sheet-brazil.pdf>.

¹⁵⁸ OCDE. The Economics of Space Sustainability: Delivering Economic Evidence to Guide Government Action. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 June 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/b2257346-en>.

¹⁵⁹ Arriola C, Kowalski P, van Tongeren F. Shocks in a highly interlinked global economy. OECD Trade Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing [cited 2024 Jun 28];283. Available from: <https://doi.org/10.1787/4a2f0127-en>.

Em contraponto, o documento “*Framework on management of emerging critical risks*”¹⁶⁰, a fim de auxiliar os governos e tomadores de decisão no gerenciamento de riscos críticos globais emergentes e apoiando o *OECD Recommendation on the Governance of Critical Risks* (Recomendação da OCDE sobre a Governança de Riscos Críticos, em uma tradução livre) de 2014 da organização, busca contribuir ao descrever um processo de sete etapas para antecipar, compreender, abordar e administrar esses riscos, que são transfronteiriços, altamente incertos e sistêmicos.

O processo proposto pela OCDE possui, então, as seguintes etapas recomendadas: (i) a identificação da emergência de riscos críticos; (ii) a avaliação e compartilhamento de informações; (iii) a avaliação da maturidade do gerenciamento e a identificação de lacunas; (iv) o desenvolvimento e priorização de recomendações para gerenciar os riscos identificados e a compreensão para lidar com a incerteza (riscos imprevistos ou mal compreendidos); (v) a realização de exercício de riscos emergentes para validar as lacunas e as soluções propostas; (vi) o desenvolvimento de flexibilidade e planejamento estratégico adaptável; e (vii) a implementação de recomendações, promovendo a resiliência contra os desafios atuais e futuros.

¹⁶⁰ OECD. Framework on management of emerging critical risks. OECD Public Governance Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 28];49. Available from: <https://doi.org/10.1787/2f2eddd8-en>.

Demora da Arabia Saudita em integrar os BRICS, novas admissões pausadas e a 6ª Reunião sobre Biotecnologia e Biomedicina, Saúde Humana e Neurociências

Saudi Arabia's delay in joining the BRICS, new admissions paused and the 6th Meeting on Biotechnology and Biomedicine, Human Health and Neurosciences

Claudia Hoirisch

Abstract: *Saudi Arabia's delay in joining the BRICS? The imbalance in the approach contained in the MFA declaration between Russia x Ukraine and Hamas x Israel conflicts has been delaying the arab country's entry into the group. While the conflict in Gaza is covered in eighteen lines, the main content of which is criticism of Israel, without any mention of Hamas and the group's terrorist attack that caused the war; the conflict in Ukraine, in which one of the parties is a member of the BRICS, only received a vague section. The fear in Riyadh is that alignment with BRICS positions compromises not only its desire to maintain an "equidistance" in relation to the war in Ukraine, but mainly its interest in positioning itself as a stabilizing force in the Middle East. A peace agreement with Israel remains part of that plan. Not only is the fifth newcomer slow to integrate, but the group's much-heralded expansion is also on hold. The Russian MFA, Sergei Lavrov announced, based on a consensus decision by BRICS members, that the group will pause admissions and focus on integrating newcomers. The gathering of the BRICS countries do not stop. A couple of weeks after the MFA meeting, the BRICS WG held its 6th Meeting on Biotechnology and Biomedicine, Human Health and Neurosciences, on June 24th and 25th, in Moscow. The event was attended by official delegations from Brazil, Russia, India, China, South Africa, Iran and the United Arab Emirates. The experts discussed the new innovative cycle of vaccine and drug development in the BRICS countries, opportunities to participate in the BRICS STI Framework Programme calls, defined the priorities in the areas of cooperation and the GT's plans for 2025. They also debated on cooperation proposals in the field of agrobiotechnology, food innovation and healthy nutrition.*

Keywords: *BRICS. Saudi Arabia. MFA declaration. New admissions. Health. Science, Technology, Innovation. 6th meeting of the BRICS Working Group on Biotechnology, Bio-Medicine and Human Health and Neuroscience. Vaccine and drug development. BRICS STI Framework Programme. Agrobiotechnology, food innovation and healthy nutrition. Priorities in the areas of cooperation for 2025.*

Resumo: Demora da Arabia Saudita em ingressar nos BRICS? O desequilíbrio na abordagem contida na declaração dos MRE entre os conflitos da Rússia x Ucrânia e do Hamas x Israel, vem retardando a entrada do país árabe no grupo. Enquanto o conflito em Gaza é abordado em dezoito linhas, cujo teor principal é o de críticas a Israel, sem haver qualquer menção ao Hamas e ao ataque terrorista do grupo que provocou a guerra; o conflito na Ucrânia, no qual uma das partes é membro do BRICS, mereceu apenas um trecho vago. O temor em Riad é que o alinhamento com as posições do BRICS comprometa não apenas seu desejo de manter uma "equidistância" em relação à guerra da Ucrânia, mas principalmente o interesse de se posicionar como uma força estabilizadora no Oriente Médio. Um acordo de paz com Israel continua sendo parte desse plano. Não apenas o quinto recém-chegado demora a se integrar, mas a tão anunciada expansão do grupo também está congelada. O chanceler russo, Sergei Lavrov anunciou, baseado numa decisão consensual dos membros do BRICS, que a associação fará uma

pausa nas admissões e se concentrará na integração dos recém-chegados. As reuniões do BRICS não param. Após a reunião dos MRE, o GT do BRICS realizou a sua 6ª Reunião sobre Biotecnologia e Biomedicina, Saúde Humana e Neurociências, nos dias 24 e 25 de junho em Moscou. O evento contou com a presença de delegações oficiais do Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã e Emirados Árabes Unidos. Os especialistas discutiram o novo ciclo inovador de desenvolvimento de vacinas e medicamentos em seus países, as oportunidades de participação nas convocatórias do Programa-Quadro de CTI do BRICS, definiram as prioridades nas áreas de cooperação e os planos do GT para 2025. Debateram sobre propostas de cooperação no campo da agrobiotecnologia, inovação alimentar e nutrição saudável.

Palavras-chave: BRICS. Arabia Saudita. Declaração MRE. Admissão de novos membros. Saúde. Ciência, Tecnologia, Inovação. 6ª reunião do Grupo de Trabalho do BRICS sobre Biotecnologia, Biomedicina e Saúde Humana e Neurociências. Vacinas e medicamentos. Programa-Quadro em CTI do BRICS. Agro biotecnologia, inovação alimentar e nutrição saudável. Prioridades nas áreas de cooperação para 2025.

Demora da Arabia Saudita em integrar os BRICS?

De todas as reuniões organizadas este ano na Rússia, país que exerce a presidência rotativa do BRICS, a participação saudita tinha sido nula até 11/06, data do encontro de chanceleres na cidade de Nizhny Novgorod. E mesmo assim, o envolvimento foi inusitado e parcial: o ministro saudita, Príncipe Faisal bin Farhan al-Saud, ausentou-se do primeiro dia (10/6), quando deveria participar da reunião em que os novos membros se juntaram aos antigos. Na foto oficial, faltou ele. O chanceler saudita só apareceu no dia seguinte, e limitou-se a encontros bilaterais. Ao ministro brasileiro, Mauro Vieira, Bin Farhan confirmou que a Arábia Saudita ainda não se decidiu sobre a adesão.

Na extensa declaração divulgada pelos chanceleres, o conflito em Gaza é abordado em dezoito linhas, cujo teor principal é de críticas a Israel, sem nenhuma menção ao Hamas e ao ataque do grupo terrorista que provocou a guerra. Já o conflito na Ucrânia, deflagrado pela ação de um dos membros do BRICS, mereceu apenas um trecho vago: “Os ministros lembraram suas posições nacionais em relação à situação dentro e ao redor da Ucrânia.”

O desequilíbrio na abordagem entre os dois conflitos é um dos motivos que levam a diplomacia saudita a atrasar a decisão sobre a entrada formal no BRICS. O temor em Riad é que o alinhamento com as posições do BRICS compromete não apenas seu desejo de manter uma “equidistância” em relação à guerra da Ucrânia, mas principalmente o interesse de se posicionar como uma força estabilizadora no Oriente Médio. Um acordo de paz com Israel continua sendo parte desse plano.

Lavrov anuncia que BRICS fará uma pausa nas admissões e se concentrará na integração dos recém-chegados: a decisão foi tomada pela maioria dos países do grupo

Por esmagadora maioria de votos, o grupo decidiu fazer uma pausa nas novas admissões para assimilar os países recém-chegados no BRICS, que duplicaram a composição do grupo.

O chefe da diplomacia russa apontou que "ao mesmo tempo, estamos trabalhando em categorias de países parceiros como etapas anteriores à frente de uma afiliação plena. Apoiaremos nossos amigos bielorrussos assim como outras nações com ideias semelhantes"¹⁶¹.

6ª Reunião do Grupo de Trabalho do BRICS sobre Biotecnologia e Biomedicina, Saúde Humana e Neurociências

Nos dias 24 e 25 de junho, o Grupo de Trabalho (GT) do BRICS realizou a sua 6ª Reunião sobre Biotecnologia e Biomedicina, Saúde Humana e Neurociências em Moscou. Este GT opera sob a trilha de Ciência, Tecnologia e Inovação do BRICS. O evento contou com a presença de delegações oficiais do Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã e Emirados Árabes Unidos¹⁶².

De acordo com a ordem presidencial russa assinada em 18 de junho de 2024, garantir uma longevidade saudável é uma das direções prioritárias do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, e as áreas de biotecnologia e biomedicina são consideradas as mais importantes tecnologias intensivas em ciência.

Na reunião, especialistas dos países do BRICS tiveram a oportunidade de apresentar relatórios sobre o estado atual da biomedicina, saúde humana e neurociência em seus países, discutir o desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos e propostas de cooperação no campo da agrobiotecnologia, inovação alimentar e nutrição saudável.

Discutiram o novo ciclo inovador de desenvolvimento de vacinas e medicamentos e as oportunidades de participação nas convocatórias do Programa-Quadro de CTI do BRICS. Nesse encontro, os participantes resumiram os resultados, definiram as prioridades nas áreas de cooperação e os planos do Grupo de Trabalho para o próximo ano¹⁶³.

Países do BRICS apoiam ideia de bolsa de grãos que permitiria que os compradores adquirissem diretamente dos produtores

Os países do BRICS apoiaram uma iniciativa para estabelecer uma bolsa de grãos que permita que os compradores comprem diretamente dos produtores. A ideia foi apoiada pelo presidente russo, Vladimir Putin, antes da cúpula do BRICS a ser realizada na Rússia em outubro.

O grupo trabalhará conjuntamente na criação e desenvolvimento de uma plataforma e na possibilidade de liquidações em moedas nacionais de seus países.

O agrupamento é responsável por mais de 40% da produção global de cereais e carne, quase 40% dos produtos lácteos e mais de 50% da produção total de peixes e frutos do mar¹⁶⁴.

Comentários

Sem a presença da Arábia Saudita nos BRICS, perde-se boa parte do peso almejado quando foi decidida a expansão, principalmente não podendo contar com os petrodólares da monarquia sunita na capitalização do Novo Banco de Desenvolvimento.

¹⁶¹ <https://tass.com/politics/1808415>

¹⁶² <https://brics-russia2024.ru/en/events/vstrechi-rabochikh-grupp-mekhanizmov/5-ya-vstrecha-rabochey-gruppy-briks-po-biotekhnologiyam-i-biomeditsine-vklyuchaya-zdorove-cheloveka-/>

¹⁶³ <https://mniop.ru/en/vstrecha-rabochey-gruppyi-briks-po-biotekhnologiyam-i-biomeditsine-vklyuchaya-zdorove-cheloveka-i-neyronauki.html>

¹⁶⁴ <https://www.infomoney.com.br/economia/paises-do-brics-apoiam-ideia-de-bolsa-de-graos-diz-ministra-da-russia/>

Em relação à bolsa de grãos, por orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adidos agrícolas serão enviados às embaixadas brasileiras em todos os países-membros do BRICS. A presença desses funcionários diplomáticos fortalecerá o empenho brasileiro em abrir novos mercados nos novos parceiros do BRICS, que são grandes consumidores de *commodities* agrícolas. Em dezoito meses o Brasil já chegou à abertura de cento e cinquenta novos mercados, que é um recorde histórico.

O Brasil tem interesse em harmonizar padrões sanitários com suas partes no grupo, criando leis comuns que facilitem o comércio de bens agrícolas.

A turbulência política sul-americana e a busca por respostas através da cooperação hemisférica

Turbulencias políticas en Sudamérica y la búsqueda por respuestas a través de la cooperación hemisférica

**Sâmia de Brito
Sebastian Tobar
Miryam Minayo**

Resumen. *En esta edición de nuestro informe presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana. Echamos un vistazo a la 54ª Asamblea General de la OEA. El día 4 de julio, comienza en Asunción, una serie de reuniones, q culminaran el día 8, con la Cumbre de Jefes de Estado del Mercosur y Estados Asociados y donde se esperaba el encuentro de los Presidentes de sus más grandes socios: Milei con Lula. Milei anunció que no vendrá a la Cumbre. Además, seguimos las agendas de los organismos regionales relacionados con la salud y el desarrollo, tales como: ORAS-CONHU, que llevó a cabo su agenda sobre salud neonatal y cáncer infantil; COMISCA, que celebró su LX Reunión Ordinaria; OTCA, que discutió la importancia de la Amazonia en un foro global de ciudades; y, por último, SELA, que llevó a cabo su agenda sobre riesgos de desastres.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración*

Resumo. Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político e econômico recente da região latino-americana. Observamos a 54ª Assembleia Geral da OEA. No dia 4 de julho começa uma série de reuniões em Assunção, que culminam no dia 8, com a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e de Estados Associados e onde era esperado o encontro dos presidentes dos seus maiores parceiros: Milei e Lula. Milei anunciou que não irá à Cúpula. Além disso, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o ORAS-CONHU que cumpriu agenda nos temas saúde neonatal e câncer infantil, o COMISCA que realizou LX Reunião Ordinária, a OTCA que discutiu a importância da Amazonia em fórum global de cidades e, por fim, o SELA cumpriu agenda em riscos a desastres.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

Apresentação

A região continua em estado de efervescência, com tensões políticas devido às eleições na Venezuela, eleições internas no Uruguai, tentativa de golpe na Bolívia e aos impactos significativos das mudanças climáticas, como os observados no sul do Brasil, tendo como pano de fundo a disputa da Copa América de Futebol.

Nesta quinzena, **Bolívia**, o país que possui a maior reserva de lítio do mundo¹⁶⁵, reviveu uma das tragédias mais sombrias da América Latina, o “fantasma” dos Golpes de Estado. A Bolívia foi um dos países que mais sofreu golpes de Estado. Houve 36 golpes¹⁶⁶ desde a sua independência, o que mantém a ameaça de um novo evento ocorrer a qualquer momento.

Veículos militares blindados e um grande grupo de soldados cercaram o “Palácio Quemado¹⁶⁷”, que abriga o governo do presidente Arce. O Governo do Presidente Luis Arce denunciou um “golpe de Estado” perpetrado por militares liderados pelo comandante geral do Exército, Juan José Zuñiga, que cercou durante algumas horas a praça central Murillo, em La Paz.

A crise foi reprimida com a retirada dos militares rebeldes e Zuñiga foi demitido e detido. O presidente Arce, em discurso, apelou pelo fim das “tentativas de golpe”, pedindo a todos os bolivianos que defendessem a democracia. No palácio Quemado, ele disse “*Saudamos as organizações sociais e as convidamos a demonstrar mais uma vez o caminho da democracia ao povo boliviano*” e acrescentou “*Respeitaremos a democracia conquistada com o voto nas urnas do povo boliviano*”.

O suposto golpe de Estado, que não durou mais de duas horas, com zero feridos, zero tiros, zero mortes e teve como pano de fundo a disputa global pela maior reserva energética de lítio, que tem despertado interesse entre americanos e russos, que recentemente assinou um acordo sobre exploração do mineral com o governo boliviano.

Antes do golpe, o presidente Arce estava muito fragilizado, com uma Assembleia Legislativa que não lhe respondia e enfrentando uma disputa eleitoral com Evo Morales que foi banido das próximas eleições para presidente da Bolívia. Porém, num ato de considerável exposição pública na mídia local e internacional, Arce ficou cara a cara com o general golpista e conseguiu que ele depusesse as armas. O desdobramento foi uma onda de solidariedade do povo boliviano e de toda a liderança política internacional^{168, 169, 170}.

Diferentes meios de comunicação e o próprio ex-presidente Evo Morales afirmaram que o golpe militar na Bolívia foi arquitetado pelo presidente Arce ou que foi um autogolpe. O boato

¹⁶⁵ A reserva de Lítio da Bolívia pode ser chamada como “ouro branco” e resulta estratégica para a fabricação de baterias. O interesse no ouro branco poderia estar trás da tentativa frustrada de golpe militar recém conduzida em La Paz. Vide PAIXAO, M. (2024) “Subexplorado, lítio volta a ser tema na Bolívia após levante” Publicado na versão em papel da Folha de São Paulo, Segunda Feira 1 de Julho de 2024. Página A9.

¹⁶⁶ <https://www.cronista.com/internacionales/uno-por-uno-como-fueron-los-36-golpes-de-estado-que-sufrio-bolivia-desde-su-independencia/>

¹⁶⁷ O Palácio Quemado (oficialmente Palácio do Governo), batizado em homenagem a um incêndio em 1875. É o palácio presidencial mais importante da história da Bolívia, posteriormente substituído pela Casa Grande del Pueblo

¹⁶⁸ <https://www.aa.com.tr/es/mundo/l%C3%ADderes-sudamericanos-condenan-intento-de-golpe-de-estado-en-bolivia-y-apoyan-a-su-presidente-luis-arce/3259562>

¹⁶⁹ O repúdio ao golpe de Estado foi expresso desde presidentes de esquerda como Lula do Brasil, Xiomara Castro das Honduras, Sanchez de Espanha, até ao governo liberal de extrema-direita do Presidente Milei na Argentina. <https://www.swissinfo.ch/spa/arce-agradece-el-apoyo-de-lula-y-comunidad-internacional-tras-intento-de-golpe-en-bolivia/82214195>

¹⁷⁰ O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, teria confirmado sua viagem à cidade de Santa Cruz no dia 9 de julho para apoiar seu homólogo Luis Arce e “fortalecer” a democracia. Veremos o que acontece à luz das novas declarações de autogolpe do presidente Evo Morales. <https://abi.bo/index.php/component/content/article/35-notas/noticias/politica/52071-lula-confirma-que-arribara-a-bolivia-en-julio-para-respaldar-a-arce?Itemid=101>

de que se tratava de um autogolpe e de que Arce *“pediu a Zuñiga que preparasse algo”* para aumentar sua popularidade, foi divulgado por alguns meios de comunicação e inclusive reproduzindo declarações deste general em conversas com o presidente da Bolívia¹⁷¹. O Evo Morales^{172, 173} afirmou que Luis Arce realizou um autogolpe na Bolívia¹⁷⁴: *“O presidente Luis Arce enganou e mentiu ao povo boliviano e ao mundo”... “É lamentável que seja utilizado um tema tão delicado como a denúncia de um golpe”... “Perante esta realidade, devo pedir desculpa à comunidade internacional pelo alarme gerado e agradecer a sua solidariedade para com o nosso país. É importante que uma investigação completa e independente demonstre a veracidade deste facto”*. O deputado Anyelo Céspedes Miranda¹⁷⁵ também afirmou a suspeita de autogolpe, com base na estreita ligação entre o general Juan José Zuniga e o presidente Arce. *“Todos acreditávamos que se tratava de um golpe de Estado. Mas quando o general Zuñiga é preso, verifica-se que tudo foi planeado, armado e orquestrado pelo atual presidente para elevar a imagem que está desgastada”*, afirmou o deputado à AM. Rádio 750. Enquanto isso, o Presidente Arce respondeu à acusação: *“Evo Morales, não se engane mais uma vez! É evidente que o que aconteceu em 26 de junho foi um golpe militar fracassado na Bolívia. Não fique do lado do fascismo que nega o que aconteceu!”*¹⁷⁶.

É preciso atenção para que esse acontecimento tem como pano de fundo as eleições de 2025, na qual bolivianos elegerão um novo presidente e o único partido que tem chances de vencer é o Movimento ao Socialismo – MAS, que inclui Arce, Morales e o próprio deputado Céspedes Miranda.

Na **Venezuela**, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e que já sofreu a diáspora de mais de 9 milhões de venezuelanos, a campanha para as eleições presidenciais continua e as votações serão realizadas no dia 28 de julho.

As pesquisas pré-eleitorais mostram a vitória do adversário Edmundo Gonzalez, o que tem motivado reações do partido no poder. Edmundo Gonzalez é apoiado por María Corina Machado que foi proibida de concorrer e de viajar de avião, mas tem viajado o país de carro recebendo forte apoio ao seu candidato¹⁷⁷. Maduro intensificou sua aparição pública através do programa de tv no estilo do ‘American Idol’¹⁷⁸ e de queixas judiciais que colocou apoiadores de

¹⁷¹ <https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/policia-aprehende-zuniga/20240626191124948900.html>

¹⁷² https://www.clarin.com/mundo/evo-morales-afirmo-luis-arce-monto-autogolpe-bolivia-engano-mintio-pueblo-boliviano-mundo_0_j4HgWvJ8tc.html

¹⁷³ https://x.com/intent/follow?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1807496134119571492%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.clarin.com%2Fmundo%2Fevo-morales-afirmo-luis-arce-monto-autogolpe-bolivia-engano-mintio-pueblo-boliviano-mundo_0_j4HgWvJ8tc.html&screen_name=evoespueblo

¹⁷⁴ https://www.clarin.com/mundo/evo-morales-afirmo-luis-arce-monto-autogolpe-bolivia-engano-mintio-pueblo-boliviano-mundo_0_j4HgWvJ8tc.html

¹⁷⁵ O deputado destacou que na Plaza Murillo quem cuida do palácio Quemado são os membros da Guarda Presidencial dos Colorados da Bolívia. "Sempre há 20 ou 30 soldados. Todos os dias. Acontece que quando o General chegou com seus tanques não havia nenhum." A meio quarteirão da Praça fica a Unidade Antimotim, que conta com mais de mil policiais, porém no dia do suposto golpe “não havia nenhum”. Ele também argumentou que um Golpe de Estado nunca acontecerá às 14h e na frente da imprensa. <https://www.pagina12.com.ar/747636-todo-ha-sido-planificado-en-las-filas-del-mas-sospechan-de-u>

¹⁷⁶ <https://www.dw.com/es/luis-arce-a-evo-morales-no-te-equivoques-una-vez-m%C3%A1s/a-69522091>

¹⁷⁷ https://www.youtube.com/watch?v=SI_5_32k7hw

¹⁷⁸ <https://eltestigo.do/maduro-incursiona-en-un-programa-de-talentos-similar-a-american-idol>

Gonzalez na prisão. Outra estratégia tem sido a sua vitimização com a denúncia de uma suposta tentativa de assassinato por parte da oposição¹⁷⁹.

o entanto, parece improvável que Maduro tenha intenção de deixar o poder. Assim, o partido da situação pode buscar saídas alternativas para permanecer no poder entre elas¹⁸⁰:

✓ Desqualificar González ou os partidos que representa e assim eliminar o único representante com reais intenções de voto.

✓ Recorrer à manipulação das eleições a seu favor para suprimir a participação, confundir os eleitores e, em última análise, vencer.

✓ Cancelar ou adiar as eleições, usando como desculpa a crise em Essequibo, com a vizinha Guiana¹⁸¹.

✓ Recorrer à fraude, alterando os resultados das eleições, uma vez que as autoridades eleitorais respondem ao poder do partido no poder¹⁸².

Enquanto isso no cone sul, no **Uruguai**, neste domingo, 30 de junho, foram realizadas as eleições internas que elegeram o ex-Chefe da Casa Civil de Lacalle Pou, Alvaro Delgado, como representante pelo Partido Nacional; o discípulo de Pepe Mujica, Yamandu Orsi, como representante do Frente Ampla, e, por fim, um jovem advogado criminal, Andrés Ojeda, pelo Partido Colorado. Tratou-se de eleições internas, não obrigatórias, para escolher os candidatos que irão disputar as eleições presidenciais de 27 de outubro deste ano. Estas eleições internas de 2024 representam o menor percentual de participação eleitoral da história do Uruguai. Apenas 34% dos uruguaios elegíveis para votar o fizeram nas eleições deste domingo¹⁸³.

Orsi, promovido e apoiado por Pepe Mujica, foi o candidato mais votado no domingo e, segundo as pesquisas de opinião, é o que tem maior intenção de voto para ser o próximo presidente. Basta lembrar que a Frente Ampla governou por três períodos a partir de 2005, num país onde os presidentes não têm possibilidade de serem reeleitos.

Após as eleições internas, a chapa da Frente Ampla apresentará Yamandu Orsi para presidente e Carolina Cosse para vice-presidente, a do Partido Nacional será liderada por Álvaro

¹⁷⁹ O presidente Maduro denunciou recentemente no domingo que há assassinos à disposição da oposição que preparam um ataque contra ele antes das eleições presidenciais de 28 de julho. <https://primicia.com.ve/nacion/maduro-denuncia-que-la-oposicion-tiene-sicarios-para-hacerle-dano/>

¹⁸⁰ Essas opções foram identificadas por um grupo de pessoas entrevistadas pelo The New York Times International Weekly citadas pelo Diario Clarin da Argentina. https://www.clarin.com/new-york-times-international-weekly/maduro-podria-mantenerse-poder-importar-quieran-votantes_0_T16klhB9Km.html

¹⁸¹ Apenas lembrando que na semana passada, através de um comunicado, a República Bolivariana da Venezuela rejeitou veementemente a licença ilegal de produção de petróleo concedida pelo Governo da República Cooperativa da Guiana às empresas petrolíferas do Bloco Stabroek, com as quais se pretende alienar recursos energéticos em zonas marítimas ilimitadas. <http://radiomundial.com.ve/venezuela-rechaza-ilegal-licencia-otorgada-por-guyana-a-empresas-petroleras/>

¹⁸² Basta lembrar que em 2017, a empresa que contou os votos: a Smartmatic manifestou que o resultado foi manipulado e que o governo reportou menos de um milhão dos que efetivamente foram realizados. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-40804551> e <https://www.infobae.com/america/venezuela/2022/06/08/smartmatic-demando-al-regimen-de-nicolas-maduro-por-cometer-fraude-electoral-y-expropiar-sus-maquinas-de-votacion/>

¹⁸³ <https://ladiaria.com.uy/elecciones/articulo/2024/7/yamandu-orsi-alvaro-delgado-y-andres-ojeda-ganaron-en-sus-respectivas-internas-y-competiran-por-la-presidencia-en-octubre/>

Delgado e Carolina Ripoll. No partido Colorado ainda não está definida a composição para as eleições¹⁸⁴.

Mercosul

A **Cúpula de Presidentes do MERCOSUL** se aproxima e as tensões ou divergências de posicionamentos tem crescido nas últimas semanas. As atividades da Cúpula acontecerão em Assunção, entre quinta-feira, 4 de julho, e segunda-feira, 8 de julho, quando o Paraguai entregará a presidência pro tempore ao Uruguai.

Após a incontinência verbal do presidente da Argentina, Javier Milei, que chamou o presidente Lula da Silva do Brasil de "*corrupto*" e "*comunista*" decidiu não participar da Cúpula e enviará seu ministro das Relações Exteriores¹⁸⁵. Quando questionado se o presidente Lula teve contato com Milei, ele disse: "*Não falei com o presidente da Argentina porque acho que [antes] ele tem que pedir desculpas ao Brasil e a mim, ele falou um monte de bobagens, eu só quero que ele peça desculpas*"¹⁸⁶.

Longe de querer pacificar, o argentino aumentou o tom da disputa e expressou: "*O que eu disse para ele? Corrupto? Ele não foi preso por ser corrupto? E o que eu disse para ele? Comunista? Ele não é um comunista? Desde quando devemos pedir desculpas por dizer a verdade ou estamos tão cansados do politicamente correto que nada pode ser dito à esquerda, mesmo que seja verdade?*", Milei disse em uma entrevista¹⁸⁷.

Outra posição dissonante que chega à Cúpula de Presidentes do MERCOSUL é a do **presidente do Uruguai**¹⁸⁸, **Luis Lacalle Pou**, que continua insistindo na ideia de "*sair desse espartilho*" referindo-se a sua meta para o Mercosul para 2024 dado que o acordo com a União Europeia (UE) não deve ser finalizado este mês e num momento em que parece que a possibilidade de um Acordo de Comércio Livre – TLC entre o bloco regional e a China não prosperará¹⁸⁹.

Na América Central, a Presidente de **Honduras**, Xiomara Castro, e o Presidente da **Guatemala**, Bernardo Arévalo, dialogaram e concordaram em buscar soluções conjuntas para

¹⁸⁴ <https://ladiaria.com.uy/elecciones/articulo/2024/7/yamandu-orisi-alvaro-delgado-y-andres-ojedaganaron-en-sus-respectivas-internas-y-competiran-por-la-presidencia-en-octubre/>

¹⁸⁵ A chefe da delegação que viajará a Assunção deverá agora ser a ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino. Paralelamente, também viaja o chefe da Comissão de Relações Exteriores dos Deputados, Fernando Iglesias, que hoje é muito próximo do Presidente. https://www.clarin.com/politica/idas-vueltas-milei-cumbre-mercosur-evitar-cara-cara-lula_0_Y6S0NYJO1x.html

¹⁸⁶ <https://elpais.com/argentina/2024-06-26/lula-milei-tiene-que-disculparse-con-brasil-y-conmigo-porque-ha-dicho-muchas-tonterias.html>

¹⁸⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=3Q-Gbb1cKio> e <https://www.ambito.com/politica/javier-milei-le-respndio-lula-da-silva-desde-cuando-hay-que-pedir-perdon-decir-la-verdad-n6022735>

¹⁸⁸ <https://www.ambito.com/uruguay/lacalle-pou-insistira-2024-salir-del-corse-del-mercosur-y-afianzar-el-vinculo-argentina-n5906070>

¹⁸⁹ Lembremos que já na Cúpula Presidencial do MERCOSUL, durante a presidência pro tempore de Basília em dezembro de 2023, o Presidente Lacalle Pou teria pedido um MERCOSUL com maior flexibilidade e abertura nos tratados e insistindo em avançar nas negociações para um Acordo de Livre Comércio. (ACL) com a China, embora marcado com algum desespero por um acordo com a União Europeia (UE). <https://www.ambito.com/uruguay/un-mercosur-mas-flexible-y-moderno-los-ejes-del-discurso-luis-lacalle-pou-n5893661>

enfrentar bilateralmente os desafios da migração, do desenvolvimento e da crise climática e a reativação e aprofundamento da **integração centro-americana e a cooperação no SICA**¹⁹⁰.

No **Haiti**¹⁹¹, as forças policiais começam a andar pelas ruas de Porto Príncipe, como parte de uma missão apoiada pelas Nações Unidas para enfrentar grupos armados que assumiram o controle da capital. Um contingente de cerca de 400 policiais quenianos chegou ao Haiti nesta terça-feira, 25 de junho, para liderar a missão multinacional¹⁹² autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para alcançar a paz na nação caribenha.

Segundo o presidente William Ruto¹⁹³: *“O Quênia tem fortes credenciais na manutenção da paz e na resolução de conflitos. A presença dos nossos agentes policiais no Haiti trará alívio às mulheres, homens e crianças cujas vidas foram destruídas pela violência de gangues armadas”* e acrescentou *“Trabalharemos com a comunidade internacional para alcançar uma estabilidade duradoura no Haiti”*

54ª Assembleia Geral da OEA

54ª Assembleia Geral da OEA¹⁹⁴ aconteceu nesta última semana, de 24 a 28 de junho. A 54ª Assembleia reagiu rapidamente à tentativa de golpe de estado na Bolívia, aprovando uma resolução condenando veementemente os acontecimentos e denunciando qualquer tentativa de desestabilizar as instituições democráticas do país. Além do apoio à democracia boliviana, foram aprovados diversos documentos:

- ✓ Promoção e Proteção dos Direitos Humanos;
- ✓ Promoção da Segurança Hemisférica: Uma abordagem multidimensional;
- ✓ Fortalecimento da Democracia;
- ✓ Os Estados Americanos pela igualdade substantiva e pela participação plena, igual e eficaz de todas as mulheres através das suas políticas externas;
- ✓ Sexagésimo quinto aniversário da criação e instalação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, quinquagésimo quinto aniversário da adoção da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica) e quadragésimo quinto aniversário da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- ✓ Celebração da Semana da Francofonia na OEA;
- ✓ Promoção da paridade nas eleições de órgãos colegiados, organizações e entidades da Organização dos Estados Americanos;

¹⁹⁰ <https://www.laprensa.hn/honduras/xiomara-castro-bernardo-arevalo-dialogan-desafios-honduras-guatemala-DA20025053>

¹⁹¹ <https://www.elcaribe.com.do/panorama/internacionales/policias-kenianos-comienzan-a-patrullar-en-haiti/>

¹⁹² Os Estados Unidos são o principal apoiador financeiro de uma força de segurança internacional liderada pelo Quênia e ratificada pelas Nações Unidas¹⁹², que foi enviada ao Haiti para ajudar a sua polícia a combater gangues armadas que mergulharam o país na crise.

¹⁹³ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/06/25/el-primer-contingente-de-400-policias-extranjeros-respaldado-por-la-onu-llego-a-haiti-en-medio-de-la-violencia-criminal/>

¹⁹⁴ https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-040/24

- ✓ Direito internacional;
- ✓ Aumentar e fortalecer a participação da sociedade civil e dos atores sociais nas atividades da Organização dos Estados Americanos e no Processo de Cúpulas das Américas;
- ✓ Convocação do Quinquagésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral para analisar e aprovar o orçamento-programa de 2025 e tratar de assuntos administrativos e outros assuntos orçamentários;
- ✓ Coordenação do voluntariado no hemisfério para a resposta a desastres e a luta contra a fome e a pobreza - Iniciativa Capacetes Brancos;
- ✓ Papel prioritário da Comissão Interamericana de Telecomunicações no Desenvolvimento das Telecomunicações/Tecnologias da Informação e a Comunicação;
- ✓ Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente. Papel e parâmetros de atuação das pessoas que exercem a titularidade da Secretaria-Geral e da Secretaria-Geral Adjunta da OEA;
- ✓ Promover iniciativas hemisféricas em matéria de desenvolvimento integral: Promoção da resiliência;
- ✓ Continuar promovendo o fortalecimento do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI);
- ✓ Promovamos o Desenvolvimento de Portos Competitivos, Seguros, Sustentáveis e Inclusivos;
- ✓ Promoção da conectividade e da tecnologia para o desenvolvimento socioeconômico resiliente nas Américas.

O principal documento político resultante da 54ª Assembleia foi a Declaração de Assunção “Integração e Segurança para o Desenvolvimento Sustentável da Região” e comprometeu-se a: promover a cooperação regional em questões econômicas, técnicas, políticas, jurídicas, ambientais, sociais, educacionais, culturais, científicas e tecnológicas, de segurança e de defesa para a estabilidade e a segurança dos Estados e do Hemisfério como um todo; fortalecer a governação e as instituições democráticas nos países da região como fator de coesão social, promovendo as condições que geram sociedades igualitárias, justas e prósperas, garantindo o respeito pelos processos democráticos e pelos direitos de todas as pessoas. No que diz respeito ao tema relacionado com o lema da Assembleia proposto pelo país anfitrião, “*Integração e segurança para o desenvolvimento sustentável da região*”, a Declaração anuncia a intenção de reforçar as capacidades para combater o crime organizado transnacional em todas as suas dimensões¹⁹⁵.

A 54ª Assembleia da OEA será lembrada pelo retrocesso político marcado pela delegação argentina, que propôs mudanças retrógradas¹⁹⁶ nas resoluções sobre direitos humanos, retirando todas as referências aos direitos sexuais e reprodutivos, aos direitos ambientais e aos relacionados com a diversidade. Objeção a termos como “população LGBTI”,

195 A declaração na íntegra pode ser consultada em: https://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_24/AG09100S04.docx

¹⁹⁶ <https://www.pagina12.com.ar/748078-las-propuestas-retrogradas-de-cancilleria-ante-la-oea-no-tuv>

“gênero”, “tolerância” e “mudança climática” que foram criticados por quase todos os estados membros (com exceção do Paraguai).

É oportuno mencionar que a Assembleia Geral da OEA é a área de governança onde participam delegações de todos os países do continente para promover resoluções e acordos básicos sobre direitos humanos¹⁹⁷. A posição diplomática da Argentina tem sido uma verdadeira vergonha¹⁹⁸ e a maioria dos países queixou-se da dificuldade de negociações como parte de uma estratégia de confronto com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável através de uma política externa regressiva e de alto nível de confronto¹⁹⁹.

As resistências de Argentina, Paraguai e El Salvador²⁰⁰ não foram suficientes para retirar as referências ao gênero e ao ambientalismo dos documentos da 54ª Assembleia da OEA.

A 54ª Assembleia da OEA nomeou novas autoridades em suas organizações. Na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Tribunal IDH) chegam através de eleição: o paraguaio Diego Moreno, o peruano Alberto Borea²⁰¹ e o uruguaio Ricardo Pérez Manrique. Em seguida, foi definida a composição da Comissão Jurídica Interamericana e tomaram posse da representação: o chileno Claudio Troncoso Repetto, o guatemalteco Gabriel Orellana e a norte-americana Nienke Grossman. Para o Tribunal Administrativo da OEA, o boliviano Israel Campero foi reeleito por aclamação, sendo o único candidato.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipolito Unanue (ORAS-Conhu) cumpriu agenda nos temas saúde neonatal e câncer infantil²⁰²²⁰³

Os temas de recém-nascidos e crianças ocuparam a agenda do Organismo em finais de junho. Na semana do dia 15, foi realizada a primeira edição do curso “Projeto para melhoria da qualidade em Saúde Neonatal”. O curso foi resultado das atividades de um grupo de trabalho em saúde neonatal, que tem como objetivo fortalecer as competências de trabalhadores de saúde, através da base de evidências de um grupo de experts na temática e em metodologia para elaboração de projetos de melhoria da qualidade em saúde neonatal. Mais de 1500 pessoas, entre eles trabalhadores da saúde de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) Neonatais de hospitais de todos os países membros, estudantes e profissionais da ciências da saúde, participaram da atividade.

O tema de saúde neonatal foi incluído na agenda de prioridades sanitárias em 2020 e a organização já tem buscado desenvolver capacitações para os trabalhadores de saúde das UTI

¹⁹⁷ Um desses projetos foi o projeto da OEA para a igualdade substantiva e a participação plena, igual e significativa de todas as mulheres através das suas políticas externas.

¹⁹⁸ <https://www.pagina12.com.ar/747774-papelon-diplomatico-anunciado-en-la-oea>

¹⁹⁹ <https://www.pagina12.com.ar/748510-la-ultraderecha-contra-la-agenda-2030>

²⁰⁰ Os movimentos da sociedade civil “pró-vida e família” também fizeram lobby para eliminar todas as referências à Agenda 2030. <https://www.lapoliticaonline.com/paraguay/politica-py/la-oea-reafirma-la-agenda-2030-y-aisla-al-cartismo-y-milei/>

²⁰¹ O jurista peruano Alberto Borea Odría foi eleito nesta sexta-feira, 28 de junho, novo juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte Interamericana), para o período 2025-2030. Eleição teria ocorrido com 15 votos. <https://larepublica.pe/politica/2024/06/28/alberto-borea-es-elegido-como-juez-de-la-corte-interamericana-de-derechos-humanos-corte-idh-675304>

²⁰² <https://www.orasconhu.org/es/mas-de-1500-participantes-mejoraron-sus-capacidades-en-la-primera-edicion-del-curso-proyecto-de>

²⁰³ <https://www.orasconhu.org/es/reunion-regional-de-la-iniciativa-mundial-de-cancer-infantil-en-america-latina-y-caribe-cure-all>

Neonatais com participação de estudiosos internacionais da OPAS/OMS e de hospitais da América do Norte, referências no tema.

Já na temática crianças, representantes do ORAS-Conhu participaram do Congresso Anual da Sociedade Latinoamericana de Oncología Pediátrica e da Associação Mexicana de Onco-Hematologia Pediátrica. No evento, realizou-se uma discussão entre os responsáveis do grupo andino de câncer infantil do ORAS-CONHU, composto por funcionários das estratégias de câncer dos Ministérios da Saúde da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, na qual foram apresentadas experiências entre os países da região sobre estratégias de implementação, como planos nacionais, projetos e intervenção de CureAll em câncer infantil e a validação da proposta de indicadores CureAll, de impacto em saúde pública e de câncer infantil.

Além disso, na ocasião foram apresentados os resultados do Projeto de Cooperação entre os Países para Desenvolvimento Sanitário (CCHD) sobre diagnóstico precoce do câncer infantil nos países andinos e o acompanhamento dos três objetivos relacionados a colaboração, capacitação, comunicação e avaliação dos avanços em cada um dos pilares estratégicos do Cure All, centros de excelência que receberam capacitação e formação de recursos humanos para atenção integral do câncer em criança e adolescentes.

Finalmente, o dr Luis Beingolea More, coordenador do Comitê Andino de Câncer do Oras-conhu, apresentou a estrutura organizacional institucional que resultou na preparação de uma agenda conjunta entre os representantes do Comitê e do Grupo de Trabalho de Câncer Infantil, assim como a Política de Prevenção e Controle do Câncer, aprovada mediante resolução dos ministros de saúde andinos e roteiro andino para a prevenção e controle do câncer infantil até 2030. Durante o evento também se discuti o projeto CCHD relacionado ao transplante de progenitores hematopoyéticos (TPH) e a incorporação do TPH nas políticas de saúde e a importancia de fomentar o intercâmbio de experiências e cooperação sul-sul.

O Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (COMISCA) realiza a LX Reunião Ordinária e renova sua presidência pró-tempore²⁰⁴²⁰⁵²⁰⁶

Nos dias 19 e 20 de junho, o COMISCA realizou presencialmente a sua LX Reunião Ordinária. A abertura foi realizada pela Ministra de Saúde de Honduras, Carla Paredes, que conclamou os países a continuarem trabalhando em prol da integração regional em saúde e a maximizar os benefícios para os cidadãos de cada um dos países da região SICA.

Durante o primeiro dia de trabalhos, foram debatidos temas como:

- Avanços no processo de avaliação do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2021-2025;
- Resultados do Foro Intersetorial Regional da Saúde
- Alimentação Saudável²⁰⁷

²⁰⁴https://www.sica.int/noticias/ministros-de-salud-de-centroamerica-y-republica-dominicana-celebran-su-lx-reunion-ordinaria_1_134130.html

²⁰⁵https://www.sica.int/noticias/continua-la-lx-reunion-ordinaria-del-comisca_1_134136.html

²⁰⁶ https://www.sica.int/noticias/nicaragua-recibe-presidencia-pro-tempore-del-consejo-de-ministros-de-salud-de-centroamerica-y-republica-dominicana_1_134150.html

²⁰⁷ Sendo que na ocasião foi lançada a sétima edição da revista Saúde Regional focada em Alimentação Saudável. Para conferir o conteúdo, acesse https://www.sica.int/documentos/revista-salud-regional-alimentacion-saludable-septima-edicion_1_134165.html

- Avanços na implementação de ações regionais sob o marco da epidemia de dengue nos Estados Membros do SICA
- Avanços na proposta do roteiro de Funções Essenciais de Saúde Pública (FESP) e do roteiro de Recursos Humanos para a Saúde da América Central e República Dominicana.

No segundo dia, foram trabalhados os temas:

- Informe do Estudos de Saúde e Macroeconomía;
- Estratégia para o fortalecimento da abordagem integral da saúde de adolescentes na América Central e República Dominicana 2024-2030;
- Avanços no tema de migração e saúde;
- Fortalecimento dos Sistemas de Informação em Saúde na América Latina e República Dominicana;
- Apresentação sobre a implementação da WHO-Drug em FACEDRA;
- Desenvolvimento do Catálogo Centroamericano de Medicamentos e a maximização de benefícios da negociação conjunta COMISCA;
- Fortalecimento da Regulação Sanitária.

Finalmente, durante a Reunião, a presidência pró-tempore do COMISCA foi transferida de Honduras, representante no período janeiro-junho 2024, para Nicarágua, representante para o período de julho a dezembro.

A Organização do Tratado Amazônico (OTCA) participou do Congresso Mundial do ICLEI 2024²⁰⁸

A diretora executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do Congresso Mundial de Governos Locais pela Sustentabilidade na sessão “Cidades amazônicas, únicas e insubstituíveis”.

Em sua apresentação, os principais tópicos tratados foram:

- Necessidade de uma visão integrada para a Amazônia, transcendendo fronteiras nacionais.
- Desafios socioeconômicos enfrentados pela população amazônica
- Destaque para a importância global da Amazônia
- Papel da OTCA como única organização internacional focada na cooperação e integração dos países amazônicos.
- Menção ao projeto OTCA com parceria do BID para melhorar o saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos nas cidades amazônicas e criação de um sistema integrado de alertas precoces para enchentes e secas.

Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA) e agência da ONU renovam compromisso no tema de desastres²⁰⁹

O SELA e a Agência das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR) renovaram o compromisso de colaboração para a implementação regional do Marco Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015/2030. A renovação foi realizada através da troca de

²⁰⁸<https://otca.org/pt/otca-participa-do-congresso-mundial-do-iclei-2024-em-sao-paulo/>

²⁰⁹ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/96003/sela-y-undrr-renuevan-compromiso-para-la-reduccion-del-riesgo-de-desastres-en-america-latina-y-el-caribe>

cartas entre o Secretario Permanente do SELA, Embaixador Clarems Endara e o chefe da Agência Regional para as Américas e o Caribe da UNDRR, Nahuel Arenas.

Entre as estratégias da colaboração que foram renovadas se destacam:

- A revisão do progresso de implementação do Plano de Ação Regional
- O desenvolvimento de alianças público-privadas para a construção de resiliência frente a desastres
- Implementação de iniciativas em entes governamentais, financeiros, nacionais e internacionais em matéria de gestão integral e redução de desastres naturais e infraestrutura
- Promoção de mecanismos e instâncias de cooperação sul-sul e triangular

Aposta na produção local na África
Investment in local production in Africa

Augusto Paulo Silva
Manuel Mahoche
Tomé Cá
Felix Rosenberg

Abstract. *The African Union is taking a serious look at the war in Sudan, demanding sovereignty, territorial integrity and the independence of the country, while the European Union is adopting sanctions against those responsible, including Sudan's former head of diplomacy. CDC Africa obtains a substantial funding to support local production of health products. CDC Africa holds a training workshop on data curation to expand genomic capacity with the participation of Mozambique's INS. Finally, the ANC succeeded in creating South Africa's government of national unity with the coalition of 10 parties. UNFPA innovates its strategies to eradicate FGM and child marriage in East and Southern Africa. WHO AFRO supports the definition of a new roadmap to reshape the health financing ecosystem on the continent.*

Keywords. *African Union. Africa CDC. WHO AFRO. UNFPA.*

Resumo. A União Africana debruça-se seriamente sobre a guerra no Sudão exigindo soberania, integridade territorial e a independência do país, enquanto a União Europeia adota sanções contra responsáveis, incluindo o antigo chefe da diplomacia do Sudão. O CDC África obtém considerável investimento para apoiar a produção local de produtos de saúde. O CDC África realiza oficina de capacitação em curadoria de dados para expandir a capacidade genômica com a participação do INS de Moçambique. Finalmente, o ANC conseguiu criar o governo de unidade nacional da África do Sul com a coligação de 10 partidos. O UNFPA inova estratégias para erradicar a MGF e o casamento infantil na África Oriental e Austral. A OMS AFRO apoia a definição de um novo roteiro para remodelar o ecossistema de financiamento da saúde no continente.

Palavras-chave: União Africana. CDC África. OMS AFRO. UNFPA.

União Africana

Comunicado sobre análise da situação no Sudão

[Adoptado pelo Conselho de Paz e Segurança](#) (CPS, *Peace and Security Council*) da União Africana na reunião realizada a nível de Chefes de Estado e de Governo, em 21 de junho, sobre a análise da situação no Sudão.

Reafirmando o compromisso contínuo de respeitar a soberania, a integridade territorial, a unidade nacional e a independência da República do Sudão;

Reiterando a sua solidariedade para com o povo do Sudão na sua legítima aspiração à restauração da ordem constitucional através de um governo democrático, inclusivo e liderado por civis;

Registrando as observações iniciais de S. Exa. Yoweri Kaguta Museveni, Presidente do Uganda e Presidente do Conselho de Paz e Segurança da União Africana para este mês de junho, as informações prestadas por S. Exa. Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da UA, a apresentação do Dr. Mohamed Ibn Chambas, Presidente do Painel de Alto Nível da UA sobre o Sudão e a declaração apresentada em nome de S. Exa. António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas; registrando igualmente as declarações de S. Exa. Workneh Gebeyehu, Secretário Executivo da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), bem como de S. Exa. Ahmed Aboul Gheit, Secretário Executivo da Liga dos Estados Árabes; e

O Conselho de Paz e Segurança, atuando nos termos do artigo 7º do seu Protocolo:

1. Condena firmemente a guerra em curso no Sudão e as suas consequências negativas para o povo sudanês e para a região, bem como as violações dos direitos humanos, do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário que lhe estão associadas.
2. Exige que as partes em conflito, nomeadamente as Forças de Apoio Rápido (RSF) e as Forças Armadas Sudanesas (SAF), ponham imediatamente termo aos combates e deem prioridade aos interesses do Sudão e do seu povo;
3. Manifesta a sua profunda preocupação com a situação humanitária catastrófica sem precedentes, com os assassinatos indiscriminados de civis inocentes e com a destruição gratuita de infraestrutura, incluindo hospitais, escolas, estações de tratamento de água e de produção de eletricidade, bem como de instalações de missões diplomáticas, em clara violação dos direitos humanos e da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas;
4. Manifesta a sua profunda preocupação com a continuação da violência em diferentes regiões do Sudão, nomeadamente na zona de Cartum/Omdurman, no Darfur, especialmente nos Estados de El Fasher, Al Gezira e Kordofan, e alerta para as potenciais repercussões étnicas e comunitárias perigosas do conflito;
5. Salaria ainda a importância de garantir a proteção do Estado sudanês, das suas instituições e do seu povo;
6. Salaria que não existe uma solução militar viável e sustentável para o conflito e que só um verdadeiro diálogo inclusivo pode conduzir a uma solução sustentável para a situação atual;
7. Exige, uma vez mais, com carácter de urgência, que os beligerantes cessem imediata e incondicionalmente as hostilidades, a fim de voltar às negociações e pôr termo ao sofrimento do povo sudanês;
8. Apela veementemente às partes beligerantes para que concedam acesso humanitário e proteção aos trabalhadores humanitários, a fim de prestar assistência humanitária de emergência à população necessitada, em particular às mulheres, às crianças, aos idosos e a outras populações vulneráveis afetadas pelo conflito, sem demora e sem condições prévias, em conformidade com o direito e as práticas humanitárias internacionais em matéria de proteção dos civis, dos trabalhadores humanitários e sanitários e dos objetos, e recorda, neste contexto, a Resolução 2736(2024) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que exige o levantamento do cerco a El Fasher;
9. Denuncia, com a maior veemência possível, a alegada prática desenfreada de crimes de atrocidade em resultado do conflito entre os beligerantes, em violação grosseira dos instrumentos jurídicos do continente em matéria de direitos humanos e dos povos, bem como do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, e mandata a União Africana e os seus órgãos competentes, em colaboração com o Painel de Alto Nível sobre o Sudão e a IGAD, para, doravante, acompanharem e denunciarem regularmente esses crimes hediondos cometidos em todo o Sudão, a fim de pôr em prática medidas preventivas e reduzir o risco de recorrência; elaborar propostas sobre a forma de os abordar para evitar uma nova escalada, bem como desenvolver um plano para a proteção dos civis; e adverte que os autores dos crimes serão responsabilizados;

10. Toma nota, com apreço, da informação prestada pelo Presidente da Comissão sobre as medidas que estão a ser tomadas para resolver o conflito no Sudão; e reafirma a relevância contínua do Roteiro da UA para a Resolução do Conflito no Sudão, que foi adotado pelo Conselho através do seu Comunicado [PSC/HoSG/COMM.1156 (2023)] em 27 de maio de 2023; a este respeito, apela a uma ação renovada e acelerada de todas as partes, das partes interessadas nacionais, dos intervenientes regionais e da comunidade internacional para a realização dos seis (6) pilares do Roteiro da UA;
11. Louva os esforços envidados pelo Presidente da Comissão, através do Painel de Alto Nível da UA sobre o Sudão, em colaboração com a IGAD, para convocar o próximo processo de diálogo político inclusivo sobre o Sudão em Adis Abeba, de 10 a 15 de julho próximo, e insta todos os intervenientes sudaneses a apoiarem ativamente o diálogo político com vista a uma solução duradoura para o conflito, impulsionada pelo povo, e a restabelecer a ordem constitucional democrática no Sudão para um futuro melhor;
12. Congratula-se com os esforços envidados por S. Exa. Ismail Omar Guelleh, Presidente do Jibuti e Presidente da IGAD, no sentido de encontrar uma solução negociada para a crise no Sudão;
13. Salienta que um cessar-fogo aceitável só pode ser alcançado através de negociações diretas entre os principais intervenientes na guerra e, a este respeito, encarrega o Presidente da Comissão da UA de criar urgentemente um Comité Presidencial *ad hoc* do CPS, composto por um Chefe de Estado e de Governo de cada região do continente e liderado por S. Exa. E. Yoweri Kaguta Museveni, Presidente do Uganda, e Presidente do CPS para junho, a fim de facilitar os contatos diretos entre os dirigentes das Forças Armadas sudanesas e das Forças de Apoio Rápido, o mais rapidamente possível;
14. Exorta o Presidente do Conselho de Soberania de Transição e o Comandante das Forças de Apoio Rápido a reunirem-se sob os auspícios da UA e da IGAD e sem mais demoras;
15. Manifesta o seu apreço aos países vizinhos do Sudão, que suportaram o peso de acolher e apoiar milhões de refugiados do Sudão, pela sua colaboração contínua com a UA e a IGAD para encontrar soluções duradouras em todos os aspectos do conflito e da sua resolução; apela a todos os parceiros e Estados-Membros em posição de o fazer, para que prestem apoio humanitário ao povo do Sudão e aos Estados vizinhos que acolhem um grande número de refugiados sudaneses e apela aos doadores para que cumpram as suas promessas feitas durante o Evento de Compromisso de Alto Nível para apoiar a resposta humanitária no Sudão e na região, realizado em Genebra, em 19 de junho de 2023, e a conferência humanitária internacional para o Sudão e os seus vizinhos, convocada em Paris, França, em 15 de abril deste ano;
16. Manifesta o seu apreço pelos esforços envidados pelos países vizinhos, em coordenação com a UA e a IGAD, para facilitar a promoção da paz no Sudão, incluindo os esforços em curso do Egito para facilitar o diálogo entre os intervenientes sudaneses, previsto para o início de julho no Cairo, a fim de complementar os esforços em curso para convocar o diálogo inclusivo liderado pela UA/IGAD;
17. Louva especialmente as Nações Unidas e a Liga dos Estados Árabes pelos seus esforços na promoção da paz no Sudão e incentiva a comunidade internacional a apoiar plenamente o processo de diálogo político UA/IGAD;
18. Reitera a sua preocupação com a proliferação de iniciativas de mediação e de paz; sublinha a importância de uma coordenação reforçada e da complementaridade dos esforços de paz através da colaboração entre a UA, a IGAD e os países vizinhos, e reitera o imperativo de todas as partes interessadas trabalharem de forma inclusiva, coordenada e sincronizada através do mecanismo de coordenação existente estabelecido pela UA - o Mecanismo Alargado e o seu Grupo Central para a Resolução da Crise no Sudão;
19. Condena todas as formas de interferência externa que estão a alimentar o conflito, em flagrante violação de todos os comunicados pertinentes do CPS e das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular da Resolução 1556 (2004), e, reiterando o pedido de que cessem imediatamente de o fazer, exige que todos os intervenientes, incluindo Estados e

entidades não estatais, ponham termo a qualquer apoio militar e financeiro aos beligerantes que esteja a agravar ainda mais o conflito no Sudão; a este respeito, encarrega o Subcomité de Sanções do CPS de estabelecer a ligação com a Comissão da UA e o Comité dos Serviços de Informação e Segurança de África (CISSA, *Committee of Intelligence and Security Services of Africa*) para identificar todos os atores externos que apoiam militar, financeira e politicamente as facções beligerantes, bem como de apresentar propostas sobre a forma de conter cada um deles num prazo estipulado não superior a três (3) meses a partir de agora em diante;

20. Salaria a necessidade de assegurar a proteção dos civis no Sudão e, a este respeito, solicita à Comissão da UA, em coordenação com a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP), que investigue e faça recomendações ao CPS sobre as medidas práticas a tomar para a proteção dos civis;
21. Propõe a convocação de uma cúpula extraordinária da UA para analisar a situação no Sudão; e, a este respeito, solicita à Comissão, em consulta com o Presidente da União, que proceda a consultas sobre a data e o local da referida cúpula extraordinária;
22. Solicita à Comissão da UA que transmita urgentemente o presente comunicado aos membros africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como documento de trabalho, a fim de assegurar uma melhor coordenação e harmonização dos esforços no Sudão;
23. Decide continuar a ocupar-se ativamente do assunto.

União Europeia adota sanções contra responsáveis no Sudão

O Conselho da União Europeia decidiu [aplicar sanções](#) a seis (6) responsáveis, incluindo um antigo chefe da diplomacia do Sudão.

No que respeita às RSF (Forças de Apoio Rápido), alista das pessoas sujeitas a medidas restritivas por atividades que minam a estabilidade e a transição política no Sudão inclui, entre outros, o antigo Ministro de Relações Exteriores Ali Ahmed Karti Mohamed e um comandante da Força Aérea.

Do lado da FAS (Forças Armadas Sudanesas), a listagem abrange um responsável militar no Darfur e um chefe tribal, que lidera uma milícia associada.

As sanções aplicam-se agora a seis pessoas, que ficam impedidos de entrar no espaço da EU e com os seus bens congelados, e seis entidades, que deixam de poder ser financiadas.

Recorde-se, a guerra no Sudão eclodiu em abril de 2023 entre o exército, liderado pelo general Abdel Fattah al-Burhane, e as paramilitares das RSF, do seu antigo adjunto, o general Mohamed Hamdane Daglo.

Esta guerra já matou pelo menos 30 000 pessoas, segundo a União Médica Sudanesa, e deslocou mais de 10 milhões de pessoas, interna e externamente, causando a pior vaga de deslocamentos do mundo, de acordo com as Nações Unidas.

CDC África

Linha de crédito para apoiar a produção de produtos farmacêuticos e de saúde

O Banco Africano de Exportação-Importação (Afreximbank ou o Banco) e o CDC África renovaram a sua parceria com um novo acordo de cooperação anunciado à margem do Fórum Global para a Soberania e Inovação das Vacinas em Paris. Através desta colaboração, o Afreximbank desembolsou [uma linha de crédito](#) de 2 bilhões de dólares ao "Plano de Investimento para a Segurança da Saúde em África" para apoiar a ambição do continente em matéria de fabrico de produtos de saúde. Esta iniciativa centrar-se-á no Mecanismo Africano de

Aquisições Agrupadas (APPM, *African Pooled Procurement Mechanism*) e na Plataforma para o Fabrico Harmonizado de Produtos de Saúde em África (PHAHM, *Platform for Harmonized African Health Products Manufacturing*).

Esta iniciativa é fundamental para enfrentar os desafios do investimento na saúde em África, promover o desenvolvimento económico e reforçar a segurança sanitária em todo o continente. Pretende também complementar o mecanismo de financiamento inovador da GAVI, o Acelerador Africano de Fabrico de Vacinas (AVMA, *African Vaccine Manufacturing Accelerator*), que deverá financiar até um bilhão de dólares para os fabricantes africanos de produtos farmacêuticos e de saúde nos próximos dez anos.

As empresas farmacêuticas africanas enfrentam graves impactos dos desafios globais em matéria de saúde, segurança e economia, mas são elas que impulsionam os investimentos e os avanços tecnológicos de que o sector da saúde necessita. A baixa confiança dos investidores, a falta de infraestrutura adequadas, as barreiras relacionadas com o comércio e os desafios regulamentares são alguns dos constrangimentos ao investimento no sector da saúde em África. Embora possam estar disponíveis fundos, muitos investimentos potenciais não se concretizam devido a obstáculos financeiros e não financeiros. Os esforços coordenados a nível continental são essenciais para inverter esta tendência e alinhar-se com a Nova Ordem de Saúde Pública.

Colmatar o défice de investimento será crucial para alcançar a ambição da União Africana de fabricar localmente 60% das vacinas necessárias até 2040, bem como para implementar todas as outras contramedidas necessárias para garantir a autossuficiência, especialmente durante crises como pandemias e surtos.

Benedict Oramah, Presidente do Conselho de Administração do Afreximbank, comentou a assinatura nestes termos:

"Temos o prazer de fazer parte de mais um acontecimento importante que irá mudar o rumo da segurança sanitária em África. Esta facilidade ajudará a reforçar o fabrico de produtos farmacêuticos e de saúde em África através das nossas intervenções abrangentes e existentes, como o financiamento da preparação de projetos, o financiamento e do comércio, bem como as garantias. Além disso, tencionamos apoiar plenamente este mecanismo com investimentos de capital através da nossa filial FEDA (*Fund for Export Development into Africa*) - o Fundo para o Desenvolvimento das Exportações em África".

"Hoje é um grande dia para o fabrico de vacinas em África, bem como para o fabrico de produtos de saúde em geral, pois saudamos estes importantes anúncios de investimento que irão mudar a face do fabrico de produtos de saúde em África nos próximos anos. Proteger o nosso futuro significa investir na nossa capacidade de alcançar a autossuficiência em todas as contramedidas de saúde; vital para cumprir a nossa missão de salvaguardar a saúde de África", afirmou o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África.

O "Plano de Investimento para a Segurança da Saúde em África" permitirá ao Afreximbank apoiar e financiar os principais projetos de saúde identificados pelo CDC África. O esforço conjunto combina recursos institucionais e financeiros, instrumentos financeiros como o financiamento de capital próprio e de dívida, garantias, capital de risco, reforço de capacidades e partilha de riscos para impulsionar e atrair mais investimentos na área da saúde em África.

O "Plano de Investimento para a Segurança Sanitária em África" assenta em três pilares fundamentais:

Assistência técnica e serviços de consultoria: Um ponto de entrada único para a preparação e implementação de projetos de saúde, com apoio ao reforço de capacidades do CDC África.

Pipeline de projetos de investimento: Uma lista clara e prospectiva de projetos de investimento na área da saúde em África, acessível através do Portal de Projetos do Afreximbank.

Apoio regulamentar e normativo: implementação de programas destinados a eliminar os estrangulamentos e a criar um ambiente propício ao comércio e ao investimento, orientados pelo Comité de Direção Técnica do CDC-AfCFTA de África.

O Investimento na Segurança da Saúde em África visa enfrentar os desafios do investimento na saúde em África, promover o crescimento económico e reforçar a segurança da saúde em todo o continente.

Oficina de curadoria de dados sobre agentes patogénicos

Como parte do seu programa para expandir a capacidade e o apoio à genómica de agentes patogénicos, o CDC África realizou sua primeira ação de [capacitação em curadoria de dados](#), um pilar da ciência de dados moderna.

Com base no lançamento da primeira plataforma africana de partilha de dados sobre agentes patogénicos em 2023, a oficina de três dias decorreu de 18 a 20 de junho, em Adis Abeba, Etiópia.

A oficina, realizada em colaboração com o National Center for Biotechnology Information (NCBI), National Library of Medicine, EUA, contou com a participação de representantes de laboratórios de saúde pública de 20 Estados-Membros.

O workshop, parte integrante da Plataforma Africana de Partilha e Arquivo de Dados sobre Agentes Patogénicos do CDC África, também conhecida como Agari²¹⁰, é o primeiro oferecido e visa acelerar a verificação e validação de dados antes da partilha para utilização em saúde pública. Esta plataforma continental destina-se a ser utilizada por instituições nacionais de saúde pública, laboratórios nacionais de referência, instituições académicas e de pesquisa de toda a África para carregar, gerir e partilhar sequências de agentes patogénicos e metadados associados para responder eficazmente às ameaças à saúde pública nos Estados-Membros de forma coordenada.

“A curadoria de dados é fundamental para o êxito da instalação e utilização da Agari, uma vez que garante a exatidão e a facilidade de utilização dos dados de saúde pública introduzidos no sistema”, explicou o Prof. Alan Christoffels, Diretor do Instituto Nacional de Bioinformática da África do Sul e consultor sénior em genómica e bioinformática do CDC África. “É difícil encontrar curadores de dados formados e capacitação em curadoria de dados em África”, observou Christoffels.

²¹⁰ **Agari**, uma palavra amárica (língua oficial da Etiópia, pertencente ao ramo semita da família afro-asiática. Deriva do *gueês* - antiga língua semita que ainda sobrevive enquanto língua litúrgica dos cristãos etíopes) que significa **partilhar** e **beneficiar**.

"Idealmente, deveríamos estar a desenvolver uma comunidade de curadores de dados em África para apoiar dados reprodutíveis para utilização na saúde pública e partilha de benefícios", afirmou.

O workshop serviu de primeiros passos para criar essa comunidade e fortalecer a colaboração com o NCBI. A capacitação incluiu uma série de palestras, combinadas com sessões práticas alargadas, tendo o programa abrangido a exploração das melhores práticas estabelecidas em matéria de curadoria de dados e suas ferramentas baseadas na Web e familiarizou os participantes com os processos passo a passo de limpeza, formatação e partilha de dados com repositórios nacionais, regionais e mundiais.

"É incrível saber que estou a subutilizar as ferramentas que estão disponíveis na plataforma", disse Olusola Anuoluwapo, chefe da Unidade de Genômica do CDC da Nigéria, que trabalha na sequenciação genômica de agentes patogénicos de interesse na Nigéria e utiliza a plataforma NCBI há já alguns anos, mesmo quando era estudante universitária.

"Uma mensagem que podemos levar para casa é que recolhemos muitas amostras no terreno, analisamo-las e publicamo-las, mas esquecemo-nos dos metadados, o que torna as nossas amostras ou esforços inúteis e não podemos associar os nossos resultados à sua proveniência", afirmou ela.

Anuoluwapo acrescentou que a base de dados NCBI dispõe de uma série de ferramentas que podem ajudar a minimizar o tempo de resposta no que respeita à análise dos dados e à sua disponibilização.

Tholwana Pelokgosi, que lida com dados biológicos no Laboratório Nacional de Saúde Pública do Botswana, disse que o seminário a dotou de conhecimentos sobre a base de dados NCBI, como o banco de genes e a Pubmed. "Compreender estes recursos ajudar-me-á a racionalizar melhor a recuperação e a análise dos dados", afirmou.

"Ensinar-nos que é fundamental garantir que os dados apresentados são de boa qualidade ou que cumprem as normas e os formatos exigidos, para que sejam facilmente acessíveis e para que haja consistência e fiabilidade de bom valor para a comunidade científica", disse Pelokgosi.

O workshop segue as recomendações do grupo de trabalho técnico de curadoria de dados da *Public Health Alliance for Genomic Epidemiology* (PHA4GE) para desenvolver os controlos de qualidade iniciais para os dados a serem depositados na Agari. A equipa incluiu membros do SANBI, do PHA4GE, do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, do Institut Pasteur de Marrocos, do Instituto Nacional de Saúde Pública do Uganda e do Institut Pasteur de Dakar do Senegal.

O grupo também desenvolveu um procedimento operacional normalizado (POP, *Standard Operating Procedure*) para normalizar os metadados na plataforma Agari. O SOP baseou-se no trabalho efetuado pela PHA4G, uma coligação mundial que trabalha para estabelecer normas de dados.

"Este workshop faz parte do plano do PGI África de formar 100 curadores de dados todos os anos para acelerar e garantir a qualidade dos dados genômicos no continente ", afirmou o Dr. Harris Onywera, cientista de dados da bioinformática no CDC África.

África do Sul – 10 partidos formam governo

O Congresso Nacional Africano (ANC) anunciou a criação do governo de unidade nacional (GNU, sigla em inglês), tendo dez partidos assinado a declaração de intenção de aderir à iniciativa.

O presidente do ANC, Cyril Ramaphosa, anunciou no início deste mês que o partido iria convidar todos os partidos a formar um GNU depois de não ter conseguido obter a maioria dos votos nas eleições de 29 de maio. O partido obteve pouco mais de 40% dos votos nacionais, enquanto a principal oposição, o DA, obteve 21,8%.

“O ANC, como partido que recebeu mais votos, depois de considerar várias opções para a formação do governo, decidiu que o modelo GNU seria o mais adequado ao interesse nacional e tomou a iniciativa de envolver todos os partidos que conquistaram assentos parlamentares na formação do governo de unidade nacional”, disse o porta-voz do ANC, Mahlengi Bhengu-Motsiri.

Os partidos signatários do GNU são o ANC, DA, Aliança Patriótica, Partido da Liberdade Inkatha, Good, Congresso Pan-Africano da Azânia, Frente da Liberdade Plus, Movimento Democrático Unido, Levante-se Mzansi, Al Jama-ah. Estes partidos garantiram juntos mais de 70% dos votos nas eleições de 2024. Espera-se que Ramaphosa anuncie nomeações para o executivo nos próximos dias.

UNFPA

Inovação digital e ferramentas erradicar a MGF e o casamento infantil na África Oriental e Austral

Com o relógio a avançar para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, o UNFPA, a agência das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva, anunciou uma nova iniciativa inovadora para ajudar a criar um mundo mais seguro, onde as mulheres e as raparigas possam viver livres de violência e de práticas nocivas, para atingirem o seu potencial máximo.

O Kit de Ferramentas de Inovação Social, uma componente central da Estratégia Regional de Inovação e Transformação Digital para a África Oriental, tem como objetivo enfrentar desafios críticos como a mutilação genital feminina (MGF, *Female Genital Mutilation*) e o casamento infantil, e capacitar os jovens através da inovação digital. A iniciativa foi revelada no “Diálogo sobre o financiamento da inovação e da transformação digital em África”, realizado em Sandton, Joanesburgo, a 20 de junho.

"A inovação é um acelerador fundamental para alcançar as ambiciosas metas dos ODS", afirmou Chinwe Ogbonna, Diretora Regional Adjunta do UNFPA para a África Oriental e Austral. "O nosso Kit de Ferramentas de Inovação Social foi concebido para equipar os jovens, especialmente os adolescentes e as raparigas, com os recursos de que necessitam para desenvolver soluções inovadoras para acabar com as práticas nocivas."

O conjunto de ferramentas, intitulado "Abordar as práticas nocivas através da inovação social: [UNFPA Innovation Guide for 'YOU' and Startups](#)", oferece recursos valiosos para jovens inovadoras. Fornece orientações práticas e liga as usuárias ao apoio do crescimento de empreendedorismo social, tanto dentro como fora de África. Este kit de ferramentas interativo e de autoajuda promove o desenvolvimento de novas ideias e incentiva as jovens a participarem ativamente no seu próprio desenvolvimento.

"Os inovadores em África enfrentam desafios como a falta de investimento, o apoio limitado ao empreendedorismo e o fraco acesso ao mercado", afirmou Sydney Hushie, especialista regional em inovação do UNFPA para a África Oriental e Austral. "Apesar destes desafios, os jovens estão a liderar a mudança à sua maneira. Este kit de ferramentas apoiará os seus esforços e ajudará a escalar as suas soluções inovadoras."

O evento de lançamento em Joanesburgo reuniu uma série de parceiros importantes, incluindo representantes do Banco Africano de Desenvolvimento, Uyoyo Edosio, Frank Asiwani da Africa Venture Philanthropy Alliance. O diálogo destacou o papel da inovação e da tecnologia digital na promoção do desenvolvimento sustentável e na resolução de questões como a MGF.

Mark Marangu, fundador do Tutor Register do Quênia, salientou a importância do financiamento sustentável para projetos inovadores. Falou da forma como o apoio de organizações como o UNFPA foi fundamental para desenvolver e transformar a sua ideia inovadora num produto de sucesso.

Num painel de discussão sobre como colmatar o fosso entre as partes interessadas na proteção das crianças, tirar partido dos dados em tempo real e criar estruturas empresariais viáveis, os membros do painel debateram o financiamento, a inovação e a transformação digitais e reforçaram o compromisso coletivo de promover mudanças positivas na região.

O FNUAP continuará a trabalhar com as jovens como agentes ativas de mudança para acabar com as práticas nocivas em toda a África. "Imploramos às jovens inovadoras que aproveitem este conjunto de ferramentas e outras iniciativas para apoiar este esforço coletivo", acrescentou o Sr. Hushie.

O Escritório Regional do UNFPA para a África Oriental e Austral (ESARO, *East and Southern Africa Regional Office*), com o apoio do Programa Conjunto do UNFPA/Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para a Eliminação da MGF e da Iniciativa *Spotlight*, está a tomar medidas ousadas no sentido de integrar a inovação nos seus programas e operações na região para alcançar estes resultados transformadores.

Espera-se que o conjunto de ferramentas e a Estratégia Regional de Inovação e Transformação Digital tenham um impacto positivo em vários ODS na região.

OMS AFRO

Novo roteiro para reformular o financiamento global da saúde

Mais de 80 peritos dos Ministérios da Saúde, parceiros regionais e mundiais e representantes da sociedade civil puseram em marcha o [desenvolvimento de um roteiro](#) para catalisar ações destinadas a remodelar o ecossistema de financiamento da saúde em África e a torná-lo adequado para 2030 e além.

A reunião foi organizada Gabinete Regional da Organização Mundial de Saúde para África, em colaboração com o CDA África e o Gabinete da Circunscrição Africana do Fundo Mundial.

A elaboração do roteiro constitui um passo importante no processo em curso de identificação de formas de garantir que as iniciativas mundiais no domínio da saúde (GHI, *Global Health Initiatives*) e outros parceiros externos de financiamento sejam mais eficazes, eficientes e equitativos na complementação do financiamento nacional, a fim de fortalecer os sistemas de

saúde, acelerar os progressos no sentido da “cobertura universal de saúde” (UHC, *Universal Health Coverage*) e produzir um impacto na saúde.

"Com a necessidade crescente de sistemas de saúde fortes e resilientes que se possam adaptar às ameaças emergentes, continuando ao mesmo tempo a satisfazer as necessidades de saúde existentes, o imperativo de otimizar o impacto dos recursos disponíveis está a tornar-se cada vez mais urgente para fazer avançar a África em direção à cobertura universal de saúde", afirmou a Dr.^a Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África.

Concentrando-se nas GHI como um ponto de entrada e catalisador para a mudança no ecossistema mais amplo de financiamento da saúde, a [Agenda de Lusaka](#), publicada no “Dia da UHC” em 12 de dezembro de 2023, representou o culminar de um processo de 14 meses com várias partes intervenientes que obteve consenso em torno de cinco mudanças estratégicas para a evolução de longo prazo das GHI. O roteiro para a realização da Agenda de Lusaka em África estabelecerá ações prioritárias para concretizar estas mudanças.

"Na 37ª Cúpula da União Africana, no passado mês de fevereiro, os líderes africanos aprovaram a criação de um mecanismo de responsabilização para garantir a implementação efetiva da Agenda de Lusaka no continente. As nossas discussões ao longo dos últimos dois dias começaram a dar forma ao que este mecanismo poderia ser", afirmou o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África.

O projeto de roteiro será aperfeiçoado nos próximos meses, antes de ser apresentado para apreciação pelos Ministros da Saúde no Comité Regional da OMS para África, que se realizará em Brazzaville, no Congo, no próximo mês de agosto.

"A Agenda de Lusaka assegurará a sustentabilidade a longo prazo e impulsionará os países para a concretização da UHC", afirmou o Dr. Patrick Kuma-Aboagye, Diretor-Geral do Serviço de Saúde do Gana e copresidente do Grupo de Trabalho da Agenda de Lusaka.

A fim de obter um impacto mais sustentável face às ameaças emergentes, como as mudanças climáticas e os conflitos, as principais mudanças destacadas na Agenda de Lusaka incluem uma ênfase na Atenção Primária através do fortalecimento dos sistemas de saúde, da catalisação de ações em matéria de financiamento interno, da melhoria das abordagens conjuntas para alcançar a equidade na saúde e da coerência estratégica e operacional entre as GHI. A Agenda de Lusaka apela igualmente a uma melhor coordenação das abordagens em matéria de produtos, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e fabrico regional, a fim de colmatar as lacunas do mercado e das políticas no domínio de saúde mundial.

"A Agenda de Lusaka está agora a passar do discurso à ação, liderada pelos países, e as GHI estão a ouvir", acrescentou Linda Mafu, Diretora da Sociedade Civil e da Defesa Política do Fundo Mundial.

Novo quadro para eliminar a leishmaniose visceral na África Oriental

Foi lançado um novo quadro abrangente para orientar as autoridades sanitárias, os decisores políticos e outras partes interessadas no sentido da eliminação da leishmaniose visceral (LV, *visceral leishmaniasis*) como um problema de saúde pública na África Oriental.

Também conhecida como calazar, a LV é uma doença parasitária mortal que provoca febre, perda de peso, aumento do baço e do fígado e - se não for tratada - a morte. Transmitida pela picada de flebótomos fêmeas infectadas, a LV é endémica em 80 países de todo o mundo.

Em 2022, a África Oriental foi responsável por 73% dos casos globais de LV, metade dos quais ocorreram em crianças com menos de 15 anos.

O [quadro de eliminação](#) delinea cinco estratégias principais para orientar a eliminação da LV: (i) diagnóstico e tratamento precoces; (ii) gestão integrada dos vectores; (iii) vigilância eficaz; (iv) sensibilização, mobilização social e criação de parcerias; e (v) implementação e pesquisa operacional.

Descreve também um processo gradual para a implementação das principais fases de eliminação e estabelece objetivos nacionais e regionais; estes incluem uma redução de 90% do fardo da LV na sub-região da África Oriental para menos de 1500 casos por ano até 2030; deteção e tratamento de 90% dos casos no prazo de 30 dias após o início dos sintomas até 2030; uma redução de 100% das mortes por LV em crianças até 2030; 100% dos doentes com LV-HIV começarem a receber terapia antirretroviral; e a deteção, notificação e gestão de todos os casos de leishmaniose dérmica pós-calazar (PKDL, *post kala-azar dermal leishmaniasis*).

"A introdução deste novo quadro representa um passo significativo nos nossos esforços colectivos para eliminar a LV da África Oriental", afirmou o Dr. Saurabh Jain, pesquisador e ponto focal da OMS para a LV. "Ao fornecer aos países ferramentas e estratégias adaptadas, estamos a lançar uma base sólida para um progresso sustentado na luta contra esta doença tropical negligenciada."

O quadro foi desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em colaboração com vários parceiros, incluindo a organização sem fins lucrativos de investigação e desenvolvimento de medicamentos Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, *Drugs for Neglected Diseases initiative*) e os Ministérios da Saúde de toda a região. Foi lançado numa reunião co-organizada pela OMS, DNDi e o Ministério da Saúde da Etiópia. A reunião contou com a participação de funcionários dos Ministérios da Saúde de nove (9) países africanos com elevada carga de LV, nomeadamente Chade, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda, bem como de representantes da União Africana, pesquisadores, universidades, sector privado e instituições de financiamento.

"O quadro de eliminação da LV oferecerá uma orientação importante aos países da região e dará um impulso para alcançar a meta de eliminação", afirmou o Dr. Dereje Duguma, Ministro de Estado do Ministério da Saúde da Etiópia. "O Governo da Etiópia continua empenhado em trabalhar com parceiros para desenvolver programas a todos os níveis, do nacional à comunidade, para expandir o acesso aos cuidados de saúde e atingir os objetivos de eliminação até 2030."

O lançamento do quadro da África Oriental surge numa altura em que os países da Ásia já estão a demonstrar sucesso na eliminação da LV como um problema de saúde pública. Entre 2004 e 2008, o Bangladesh, a Índia e o Nepal foram coletivamente responsáveis por 70% dos casos globais. No entanto, em outubro do ano passado, a OMS anunciou que o Bangladesh tinha eliminado com êxito a LV como problema de saúde pública - tornando-se o primeiro país do mundo a alcançar este estatuto. O processo de eliminação na Ásia começou em 2005 com o lançamento de um quadro estratégico regional para a LV. Este quadro, associado a um programa de eliminação acelerado, ao compromisso político e ao apoio sustentado de parceiros, contribuiu significativamente para a consecução dos objetivos de eliminação.

Para a África Oriental, o novo quadro representa uma oportunidade semelhante para os nove (9) países endémicos, oferecendo uma abordagem abrangente para que os países

implementem estratégias, avaliem os progressos, identifiquem lacunas e desenvolvam capacidades.

"A LV é uma doença grave que afeta principalmente grupos vulneráveis, como as crianças e as populações mais pobres. Estou muito satisfeito que os pilares centrais do quadro priorizem a inovação para essas populações negligenciadas. Desde a sua criação em 2003, a DNDi tem se concentrado no desenvolvimento de novos tratamentos, mais seguros, mais eficazes e de fácil utilização pelos pacientes. Isso, combinado com estratégias complementares, como o controle de vetores, sem dúvida desempenhará um papel fundamental na jornada rumo à eliminação", disse o professor Samuel Kariuki, diretor da DNDi para a África Oriental.

A pesquisa e o desenvolvimento contínuos de novos instrumentos serão fundamentais para ultrapassar os obstáculos remanescentes e manter a eliminação da LV. Os instrumentos atuais, embora eficazes, continuam a ser um desafio devido à sua administração complexa e à sua potencial toxicidade, o que limita a sua utilização em contextos de Atenção Primária.

O lançamento do quadro segue-se à [Declaração de Nairobi](#) (janeiro de 2023), em que os representantes dos Ministérios da Saúde do Chade, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda, juntamente com as principais partes interessadas da região, se comprometeram a eliminar a LV como um problema de saúde pública até 2030.

Este quadro foi desenvolvido em coerência com o [roteiro da OMS para as doenças tropicais negligenciadas 2021-2030](#), um plano de 10 anos formulado para orientar todas as nações que trabalham no sentido do controle e da eliminação dessas doenças tropicais.

Na França, a vitória foi histórica, mas não suficiente

In France, the victory was historic, but not enough

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *The EU receives the rotating presidency of Hungary, following the victory of the extreme right in the first round of the French legislature. The victory was historic, but not enough to create a majority. Macron calls for a democratic and republican union, to face the second round, which will define the majorities in parliament and the future of the country's government. Meanwhile, elections in the United Kingdom promise to remove the Conservatives and return the Labor Party to power. EU health ministers call for health to be kept a priority in the European Commission's next term in the document *The Future of the European Health Union*, which sets out key areas for EU health policy such as the workforce crisis and security of supply. The EU Council is negotiating an internal mechanism for compulsory licensing in crisis situations. WHO Europe releases a relevant report on commercial determinants of health*

Keywords: *Global Health; European Union; European Parliament; Far right;*

Resumo. A UE recebe a presidência rotativa da Hungria, sob a vitória da extrema direita no primeiro turno das legislativas da França. A vitória foi histórica, mas não suficiente para compor maioria. Macron clama por uma união democrática e republicana, para enfrentar o segundo turno, que definirá as maiorias no parlamento e o futuro do governo do país. Enquanto isso, as eleições no Reino Unido prometem retirar os conservadores e levar de volta o Partido Trabalhista ao poder. Ministros da saúde da UE clamam para que a saúde seja mantida como prioridade no próximo mandato da Comissão Europeia no documento [O Futuro da União Europeia da Saúde](#), que define áreas chave para a política de saúde da UE, como a crise na força de trabalho e a segurança no abastecimento. O Conselho da UE está negociando mecanismo interno de licenciamento compulsório em situações crises. A OMS Europa divulga relevante relatório sobre determinantes comerciais da saúde.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Parlamento Europeu; Extrema-direita;

A nova composição política da União Europeia começa a ser desenhada. A presidência do *Conselho Europeu*, que reúne os chefes de Estado, será exercida por António Costa, ex primeiro-ministro de Portugal. Ursula von der Leyen segue à frente da *Comissão Europeia*, braço executivo do bloco. A surpresa ficou por conta da nomeação de Kaja Kallas para *Alta Representante da Política Externa e Segurança*. Primeira-ministra da Estônia, Kallas é a primeira europeia do Leste a ocupar o cargo e a primeira estoniana a ocupar um dos cargos mais importantes da UE. Ferrenha opositora à Rússia, ela é tida como uma força motriz nos esforços da UE para punir a Rússia com sanções, enviar apoio militar à Ucrânia e reforçar as capacidades de defesa do bloco. Todo este currículo, faz dela uma pessoa com status de “procurada” na Rússia.

[A Hungria assume a presidência rotativa da União Europeia a partir de 1º de julho, com o slogan “tornar a Europa grande novamente”](#) (!?). Na condição de país anfitrião, caberá à

Hungria: presidir as reuniões do Conselho da UE; negociar consensos entre seus integrantes; e mediar acordos legislativos com o Parlamento Europeu (PE). [Algumas das prioridades húngaras são](#): promover a adesão do Balcãs ocidentais à UE, combater a migração ilegal; fortalecer a competitividade econômica do bloco; promover uma política agrícola da UE orientada aos fazendeiros; dentre outras.

O momento é de apreensão, pois Viktor Orbán, primeiro-ministro húngaro, conhecido por seus embates com Bruxelas, assume a liderança do bloco num contexto de ascensão de grupos totalitários e fundamentalistas ao PE e de crescimento da extrema direita na França e na Alemanha, países fundadores do bloco. Orbán mantém laços com a Rússia e é contrário à adesão da Ucrânia ao bloco europeu, além de ser portador de valores que entram em choque com os tradicionais valores da União Europeia.

Não por acaso, uma das primeiras iniciativas de Orbán à frente do bloco, foi visitar à Ucrânia pela primeira vez, logo no segundo dia da gestão húngara. Na conversa com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskyy, Orbán propôs um cessar-fogo rápido, vinculado a um limite de tempo. O primeiro-ministro húngaro sublinhou que depois de assumir a presidência da UE, foi a Kiev em sua primeira visita porque a questão da paz é importante não só para a Ucrânia, mas para toda a Europa, acrescentando que a guerra afeta profundamente a segurança europeia. Orbán disse que foi à Kiev com a intenção de fazer progressos na questão das relações bilaterais e manifestou interesse em celebrar um acordo de cooperação abrangente com a Ucrânia. Muitos analistas duvidam que ele esteja falando à verdade...

A França realizou o primeiro turno de suas eleições, com quase 70% de comparecimento da população às urnas, número considerado histórico. Antes mesmo da divulgação do resultado, já havia manifestações nas ruas contra a extrema direita, que se sagrou vitoriosa. O Reunião Nacional (RN) conquistou 34% dos votos, a Nova Frente Popular – que reúne os partidos mais à esquerda –, ficou com 29% e a aliança de Macron, com 21%. A antecipação das eleições por ele convocada, lhe traz uma segunda derrota seguida, após o resultado das eleições para o Parlamento Europeu.

O segundo turno, que acontecerá no próximo domingo, dia 7 de julho, definirá as maiorias no parlamento e o futuro do governo do país. Para tentar evitar que a extrema direita cresça, tanto a Nova Frente Popular, quanto a aliança em torno de Macron – que clama uma união democrática e republicana –, prometem retirar as suas candidaturas nos locais em que estiverem projetadas para ficar em terceiro lugar. Caso o RN conquiste 289 assentos, dos 577 da Assembleia Legislativa Francesa, Macron terá que dividir o poder, em cohabitação no governo. Caso isto aconteça, Marine Le Penn já anunciou que é seu filho de 28 anos, Jordan Bardella, quem assumirá o cargo de primeiro-ministro francês.

Abafadas pelas eleições francesa e do parlamento europeu, estão as eleições para o parlamento britânico que acontecem no próximo dia 4 de julho. Lá o contexto é diferente e a continuidade de Rishi Sunak no cargo de primeiro-ministro é improvável. Tais eleições podem mudar completamente o panorama político no Reino Unido, cuja economia ainda sofre as consequências do Brexit. Segundo as projeções, a tendência segue sendo a derrota conservadora para o retorno do partido trabalhista ao poder.

Na última [reunião do Conselho da UE para Emprego, Política Social e Consumidores](#) sob a presidência belga, ministros clamaram para que a saúde seja mantida como prioridade no próximo mandato da Comissão Europeia. As conclusões do Conselho sobre [O Futuro da União Europeia da Saúde](#), define áreas chave para a política de saúde da UE, como a crise na força de

trabalho e a segurança no abastecimento de suprimentos médicos. Nas conclusões aprovadas, os Estados-membros reconhecem o trabalho que vem sendo realizado pela melhoria na coordenação política da saúde no âmbito da EU, sublinhando os desafios enfrentados pelos sistemas de saúde do bloco. Foram adotadas [recomendações sobre vacinação para a prevenção de cânceres preveníveis](#), para aumentar a adesão e monitorização das vacinações contra o vírus do papiloma humano e o vírus da hepatite B. Os ministros propuseram ainda o estabelecimento de uma estratégia da UE para as alterações climáticas e a saúde.

Para enfrentar a escassez na força de trabalho, as conclusões do Conselho incentivam os Estados-membros a resolverem através de investimentos, ferramentas digitais, partilha de conhecimentos, cooperação a nível da EU, e quadros regulamentares adaptados. Em relação à segurança no abastecimento de suprimentos médicos, o Conselho apela aos Estados-membros e à Comissão, para que continuem a trabalhar na mitigação da escassez de medicamentos críticos, nomeadamente através da Aliança dos Medicamentos Críticos, e convida a Comissão a considerar uma proposta de lei sobre medicamentos críticos, que proporcionaria um quadro jurídico para abordar as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento.

A prevenção às doenças não transmissíveis (DNT) – que respondem por quase 90% de todas as mortes na UE –, também foram ponto de pauta, por serem consideradas uma área onde medidas adicionais devam ser tomadas. O Conselho apela para que estilos de vida e ambientes saudáveis sejam promovidos. Do mesmo modo, no campo das doenças transmissíveis, a abordagem deve incluir a manutenção das ameaças sanitárias transfronteiriças no topo da agenda da UE, o reforço da luta contra a desinformação e a melhoria da segurança no abastecimento de medicamentos e tecnologias médicas.

Para se abordar as necessidades prioritárias na área da saúde, propõe-se a criação de uma base de dados independente e com necessidades comprovadas para ajudar a identificar necessidades não atendidas dos pacientes e da sociedade. Considera-se o estabelecimento de um mecanismo voluntário, conduzido pelos Estados-membros para se avaliar e dar prioridade a essas necessidades, sob a coordenação da UE para oferecer resposta às demandas prioritárias. Cogita-se ainda, a criação de um centro de investimento na saúde da UE.

[O Conselho da UE apresentou seu mandato de negociação sobre o regulamento relativo ao licenciamento obrigatório](#) (também conhecido como licença compulsória ou quebra de patentes) para gestão de crises. A posição adotada clarifica o âmbito de aplicação do regulamento, redefine o processo de tomada de decisão, reforça os direitos dos titulares de direitos e limita o número de atos legislativos que podem ativar o modo de crise ou de emergência ao abrigo do qual uma licença obrigatória da União pode ser publicada. Os papéis do órgão consultivo e dos peritos nacionais em propriedade intelectual são reforçados no processo de tomada de decisões. Além disso, o mandato de negociação estabelece que, quando uma licença é concedida a um licenciado durante uma crise, o titular dos direitos deve ser remunerado. Tal remuneração, será estabelecida pela Comissão caso a caso, podendo ultrapassar o limite máximo de 4% da receita total gerada pelo licenciado. A natureza de “último recurso” é enfatizada, implicando que apenas será utilizada quando acordos voluntários não estiverem disponíveis ou não forem adequados.

O mecanismo de ativação do licenciamento compulsório só poderá ser acionado por três instrumentos jurídicos: [IMERA](#) (Internal Market Emergency Resilience Act), o Regulamento sobre Ameaças Transfronteiriças Graves para a Saúde e o Regulamento sobre Medidas para Garantir o Fornecimento de Contramedidas Médicas relevantes para situações de crise em caso

de uma crise pública. A posição do Conselho também esclarece que o regulamento não se aplicará a produtos relacionados com a defesa. Além disso, o mandato protege os titulares de direitos de terem de divulgar segredos comerciais. Cabe destacar que a medida é interna ao bloco, tendo alcance apenas regional, não se estendendo para terceiros países.

Recentemente a União Europeia anunciou o lançamento da plataforma [Destination Earth](#). Trata-se de uma réplica digital da terra, alimentada por supercomputadores e inteligência artificial. Tida como um divisor de águas na luta contra as mudanças climáticas, esta tecnologia permitirá: monitorar o planeta em tempo real; prever eventos climáticos severos; mitigar riscos socioeconômicos; e projetar estratégias de adaptação para um futuro mais resiliente. O modelo digital já está operacional e o objetivo é criar uma terra gêmea digital até 2030.

Sentindo os efeitos das mudanças climáticas, a Europa segue sendo castigada por fortes chuvas, que causam inundações e deslocam pessoas. Será que veremos refugiados do clima europeus?

[Também associada aos efeitos das mudanças climáticas está o crescimento da dengue no continente, transmitida pelo mosquito tigre-asiático](#). Trata-se de uma espécie invasora de mosquito, que se instalou em 13 países da UE, incluindo França, Espanha, Grécia, Áustria, Itália, Portugal e Alemanha. É o ECDC quem afirma que as alterações climáticas estão criando condições favoráveis para a propagação do mosquito. Paris, que receberá os Jogos Olímpicos no final do mês, têm monitorizado e capturado o inseto. O ECDC alerta que as viagens internacionais aumentarão ainda mais o risco de surtos europeus. A exemplo do que vemos no Brasil, o Centro aconselhou as pessoas a remover a água parada de jardins ou varandas, e a usar repelentes, bem como telas nas janelas e portas. Mosquitos vem se tornando uma ameaça crescente na Europa nas últimas duas décadas. Nosso velho e temido conhecido, o *aedes aegypti*, que também transmite dengue e outras doenças, já está estabelecido no Chipre. Especialistas alertam com preocupação sobre o potencial de seu espalhamento para outras partes do continente.

A OMS/Europa lançou relevante [Relatório sobre os Determinantes Comerciais da Saúde](#), revelando como grandes indústrias contribuem para o aumento de Doenças Não Transmissíveis (DNT) e bloqueiam políticas de saúde. Quase 7.500 mortes por dia na região, são atribuídas a determinantes comerciais, como tabaco, álcool, comida ultraprocessada, combustíveis fósseis e práticas ocupacionais. O relatório detalha como interesses comerciais exacerbam as DNT, que contribuem para 25% de todas as mortes na região europeia da OMS e suas estratégias para influenciar negativamente políticas relativas às DNT em níveis nacionais e internacionais. Estudos de caso da Região são apresentados para ilustrar estratégias chave e resultados da influência da indústria em políticas de saúde. O relatório clama por ação urgente e coordenada para abordar os determinantes comerciais das DNT e ressalta a necessidade de reformas financeiras robustas e de rigorosa regulamentação para limitar o poder da indústria e proteger a saúde pública.

Considerações finais

A vitória da extrema direita na França é histórica, mas ainda não suficiente. A expectativa é que este movimento conquiste de 230 a 280 assentos no parlamento francês, o que não lhe garante maioria absoluta que seria de 289, dos 577 assentos. Estes dias entre o primeiro e o segundo turno são decisivos não só para a França, a União Europeia e o mundo, como para a democracia. A convocação de uma ampla frente republicana e democrática, se bem-sucedida, pode comprometer os planos do RN de emplacar Jordan Bardella, filho de Marine

Le Penn, como primeiro-ministro francês. Apesar das possibilidades, a derrota de Macron é indubitável.

Curiosamente, este informe abordou tanto DNT, quanto a dengue, que é uma doença transmissível, que cresce na Europa com a presença do mosquito tigre-asiático. O que ressalta aos olhos é a disparidade do percentual de mortes associadas às DNT entre a região compreendida pela EU e aquela compreendida pela OMS Europa. A UE conta com 27 Estados-membros, enquanto a OMS Europa tem 53 membros. Enquanto as DNT respondem por 90% das mortes na primeira região, representam 25% das mortes na segunda. Esta diferença revela a iniquidade nos padrões de vida e de morte entre o clube dos mais ricos e o território ampliado.

Neste clube de ricos, a solidariedade se aplica apenas internamente, como no caso da discussão sobre o licenciamento compulsório, que valerá apenas para países membros do bloco. Um paradoxo, se confrontarmos com o relatório sobre determinantes comerciais da saúde da OMS Europa. Enquanto a OMS aborda o lado obscuro das práticas comerciais, seus segredos industriais (às vezes mortíferos) são protegidos em nome do lucro...

Gaza: mais que uma calamidade, é um massacre em câmara lenta

Lucia Marques

“Isto não é guerra... É assassinato em massa, aniquilação em massa. Que tipo de louco vem com seus tanques para as tendas, matando crianças, matando bebês, matando idosos, matando mulheres?”²¹¹

Resumo: Calamidade, catástrofe humanitária, crime humanitário, crime de guerra, massacre são algumas das expressões que apareceram nos 11 relatórios elaborados, e divulgados nos últimos dois meses, pelas agências da ONU, sobre Gaza e sobre os Territórios Palestinos Ocupados, e por organizações parceiras humanitárias que atuam em Gaza. O presente informe apresenta esses relatórios. Dois deles trazem análises jurídicas que deverão ser usadas no Tribunal de Haia sobre genocídio e crime de guerra praticados pelos líderes de Israel e Hamas.

Pela falta de dados, os números são imprecisos, mas não deixam de ser astronômicos! E mostram que são as crianças que mais estão sendo penalizadas. Se as bombas não as matarem, a doença ou a fome estão a rondar. São milhares de crianças desaparecidas sob escombros, enterradas em valas comuns ou perdidas, cujas famílias foram dizimadas. São milhares de crianças cujos futuros foram destruídos pela ganância dos senhores da guerra, pela insanidade do ódio e pela gana de um homem que é capaz de tudo para se manter no poder. Os líderes políticos falharam abjetamente.

Palavras chaves: Gaza, Territórios Ocupados, catástrofe humanitária, Israel, crime de guerra, genocídio.

Abstract: *Calamity, humanitarian catastrophe, humanitarian crime, war crime, massacre are some of the expressions that appeared in the 11 reports prepared and released in the last two months by UN agencies, about Gaza and the Occupied Palestinian Territories, and by humanitarian partner organizations operating in Gaza. This report presents these reports. Two of them provide legal analyzes that should be used in the Hague Court on genocide and war crimes committed by the leaders of Israel and Hamas.*

Due to the lack of data, the numbers are imprecise, but they are still astronomical! And they show that it is children who are being penalized the most. If the bombs don't kill them, disease or famine is around the corner. There are thousands of children missing under rubble, buried in mass graves or lost, whose families were decimated. There are thousands of children whose futures were destroyed by the greed of warlords, the insanity of hatred and the greed of a man who is capable of anything to stay in power. Political leaders have failed abjectly.

Keywords: *Gaza, Occupied Territories, humanitarian catastrophe, Israel, war crime, genocide.*

²¹¹ Asrina Sari, enfermeira indonésia que chegou a Rafah em abril para trabalhar como voluntária, em entrevista ao jornal Arab News. <https://www.arabnews.com/node/2541316/world>

Especialistas das agências das Nações Unidas, de organizações não governamentais e de ajuda humanitária alertam para a calamidade que se instalou em Gaza. É mais que uma calamidade; é um genocídio! Um genocídio planejado. A fome sendo usada como arma de guerra²¹² é um “massacre em câmara lenta” imposto por Israel aos palestinos em Gaza, como descreveu o especialista em fome, Alex de Waal.²¹³

Um [relatório](#) da Agência da ONU de Assistência e Obras para Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), de final de abril, elaborado para ser apresentado na [77ª Assembleia Mundial da Saúde](#), (WHA77), que aconteceu em maio, aponta que cerca de 5,5% da população foi morta, está ferida/mutilada ou desaparecida e milhares de deslocados estão amontoados na região fronteira com o Egito, vivendo sem um pinga de humanidade.

O sistema de saneamento, que já era precário antes da guerra por conta do bloqueio imposto por Israel, foi colapsado; sem coleta, o lixo se amontoa e se mistura a dejetos humanos e de animais expostos a céu aberto²¹⁴ – não há banheiros e as estações de tratamento de água e esgoto foram destruídas pelas ações militares israelenses – trazendo risco de contaminação e proliferação de doenças infecciosas, como hepatite A, já detectada pela OMS.²¹⁵

O sistema de saúde colapsado cria uma multidão de amputados – autoridades da saúde apontam que são cerca de 85 mil feridos e um número desproporcional de amputados – que passaram por amputação sem anestesia e sem assepsia.²¹⁶

“Ninguém e em nenhum lugar está seguro. As pessoas que sobrevivem aos ataques aéreos implacáveis estão vivendo em abrigos superlotados, em tendas, nas ruas. Com pouca comida ou água limpa. Se as bombas não as matarem, a doença ou a fome estão ao virar da esquina. É uma terrível catástrofe humanitária.”²¹⁷

A escalada de violência também atinge a população palestina na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental: ataques às infraestruturas de saúde e aumento das restrições à circulação estão obstruindo o acesso aos cuidados médicos. Desde outubro de 2023, foram mortos 521 palestinos – seja pela polícia israelense, seja por colonos israelenses -, incluindo 126 crianças, e mais de 5.200 pessoas, 800 delas crianças, ficaram feridas, aumentando a crescente carga de

²¹² O Tribunal Penal Internacional emitiu mandado de prisão contra Netanyahu e seus aliados ocidentais por crime contra humanidade e pelo uso da fome como arma de guerra. Também foi emitido mandado contra os três principais líderes do Hamas. Ver mais em **Marques, L.** Cúpula da Liga Árabe: consenso árabe sobre Gaza e solução de dois Estados. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 8-2024. P. 217-222](#). Além do processo no TPI contra alguns de seus líderes políticos, Israel é alvo de uma ação que trata sobre possível prática de genocídio em Gaza, movida pela África do Sul.

²¹³ Alex de Waal, diretor executivo da Fundação para a Paz Mundial na Escola Fletcher de Direito e Diplomacia da Universidade Tufts, nos EUA, e especialista em fome e crises humanitárias, [falando sobre a fome em Gaza](#). Waal é autor de “Fome em Massa: A História e o Futuro da Fome”.

²¹⁴ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/20/cheiro-perturbador-crise-sanitaria-em-gaza-forca-moradores-a-viver-entre-pilhas-de-lixo-e-sob-risco-de-contaminacao.ghtml>

²¹⁵ <https://www.who.int/news/item/03-05-2024-rafah-incursion-would-substantially-increase-mortality-and-morbidity-and-further-weaken-an-already-broken-health-system>

²¹⁶ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/19/sem-anestesia-e-sujeitos-a-graves-infeccoes-sistema-de-saude-em-colapso-cria-multidao-de-amputados-em-gaza.ghtml>

²¹⁷ Falando sobre a calamidade em Gaza, Marta Valdes Garcia, Diretora Humanitária da Oxfam, [organização](#) com sede no Reino Unido, que atua globalmente para combater a pobreza e a fome. A Oxfam surgiu em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial.

traumas e cuidados de emergência em unidades de saúde já sobrecarregadas.²¹⁸ Esse cenário está detalhadamente descrito no [relatório](#) sobre a situação dos direitos humanos no Território Palestino Ocupado e sobre a obrigação de garantir a responsabilização e a justiça, apresentado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, no Conselho de Direitos Humanos.

E como se já não bastasse esse sofrimento, a fome e a desnutrição se instalaram em Gaza, confirmando as piores previsões. Considerando que cerca de 85% da população (1,9 milhão de pessoas) é deslocada, com muitas pessoas se deslocando várias vezes e atualmente amontoadas em uma área geográfica cada vez menor, principalmente na região fronteira com o Egito, as mortes por doenças e fome poderão em breve ultrapassar as mortes relacionadas diretamente com o conflito em Gaza, diz a ONU e organizações de ajuda.²¹⁹

Até o momento, mais de 8.000 crianças foram diagnosticadas e tratadas para desnutrição aguda, incluindo 1.600 crianças com a forma mais perigosa da doença, [disse](#) o Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Uma [avaliação da segurança alimentar](#) realizada por um grupo de peritos apoiados pela ONU, no final de novembro e início de dezembro do ano passado, concluiu que toda a população de Gaza – cerca de 2,3 milhões de pessoas – enfrentava o risco iminente de fome e que cerca de 60% da população enfrentava níveis “catastróficos” ou “emergenciais” de insegurança alimentar.

Ainda em janeiro, à medida que a fome e os surtos de doenças se espalhavam, as agências da ONU [apelavam](#) para uma mudança fundamental na quantidade de ajuda que entrava em Gaza, bem como para um maior acesso e garantias de segurança por parte de Israel, para permitir a realização de atividades humanitárias dentro do território. Naquela ocasião, Alex de Waal, especialista em fome e crises humanitárias, alertava que se a situação da distribuição e do acesso à ajuda não fosse rapidamente revertida, “não demoraria muito até que crianças, especialmente as pequenas, começassem a morrer em grande número de fome e doenças”.²²⁰

Desde então, a situação só piorou, como mostra o recente relatório de insegurança alimentar elaborado pelo [Comitê de Revisão da Fome do IPC](#) (FRC). O documento aponta que cerca de 96% da população da Faixa de Gaza (2,15 milhões de pessoas) enfrentará altos níveis de insegurança alimentar aguda até setembro de 2024. Enquanto todo o território é classificado em Emergência (Fase 4), mais de 495 mil pessoas (22% da população) já enfrentam níveis catastróficos de insegurança alimentar aguda (IPC Fase 5). Nesta fase, as famílias experimentam uma extrema falta de comida, fome e exaustão das capacidades de enfrentamento. E que 745 mil pessoas (33%) foram classificadas em Emergência (IPC Fase 4).²²¹ Em função do agravamento rápido da situação e das evidências acima do limiar da Fase 5 de insegurança alimentar, o IPC [revisou o relatório](#) e divulgou um complemento com recomendações e reclassificando a Faixa de Gaza para Fase 5 (catástrofe/Fome).

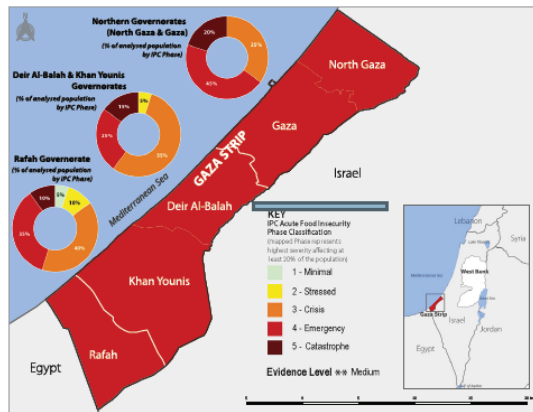
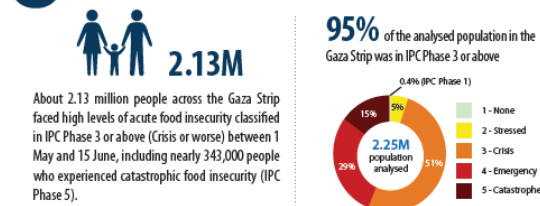
²¹⁸ <https://www.who.int/news/item/14-06-2024-who-concerned-about-escalating-health-crisis-in-west-bank>

²¹⁹ <https://childrenandarmedconflict.un.org/2024/04/risk-of-starvation-imperative-to-immediately-scale-up-humanitarian-access/>

²²⁰ <https://peacerep.org/2024/01/22/famine-expert-alex-de-waal-on-israels-starvation-of-gaza/>

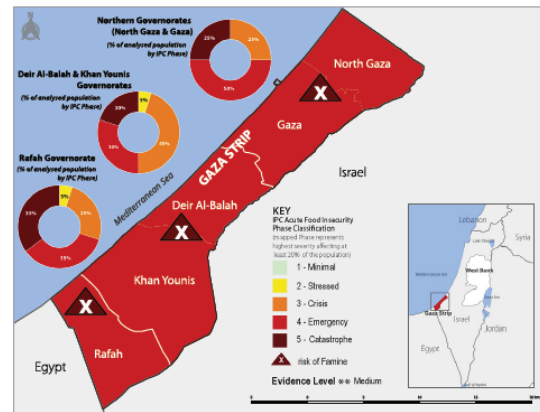
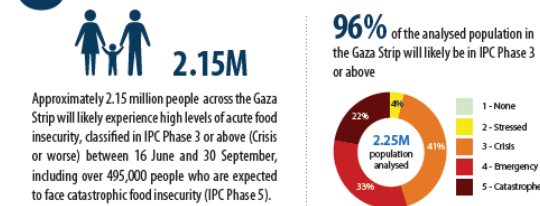
²²¹ <https://www.ipcinfo.org/ipcinfo-website/countries-in-focus-archive/issue-105/en/>

Current Acute Food Insecurity | 1 May - 15 June



Some areas are classified in IPC Phase 4 (Emergency) despite the prevalence of households in IPC Phase 5 (Catastrophe) exceeding 20 percent. Households may be in IPC Phase 5 (Catastrophe), but the area may not be classified as IPC Phase 5 (Famine) if widespread deaths and acute malnutrition have not yet materialised at area level.

Projected Acute Food Insecurity | 16 June - 30 September



<https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1157065/?iso3=PSE>

E, infelizmente, são as crianças que mais estão sendo penalizadas. São milhares de crianças cujos futuros foram destruídos pela ganância dos senhores da guerra, pela insanidade do ódio e pela gana de um homem que é capaz de tudo para se manter no poder.

Milhares já foram mortas, feridas ou mutiladas; outras tantas ficaram órfãs ou se perderam de seus familiares; centenas já morreram de fome e desnutrição e vão morrer muito mais, se não houver um cessar-fogo humanitário imediato, como aponta relatório da ONU.²²² Uma em cada seis crianças está desnutrida

Em uma coletiva de imprensa recente, Philippe Lazzarini, comissário-geral da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), apontou que 10 crianças estão perdendo uma ou duas pernas todos os dias na Faixa de Gaza, explicando que esses números não incluem crianças que perderam membros superiores.²²³

As crianças que não morreram sob as bombas ou de doenças infecciosas ou de desnutrição terão sequelas para toda a vida, sem falar no trauma psicológico. As crianças que sobrevivem à falta de alimentos terão problemas para desenvolver completamente seus cérebros e corpos, resultando em baixa estatura, organismos fisicamente mais fracos e até dificuldades para aprender no futuro.²²⁴

São mais de 21 mil crianças desaparecidas. O grupo humanitário *Save the Children* calcula que cerca de 4.000 crianças provavelmente estão enterradas sob os destroços, enquanto pelo menos 17.000 estão desacompanhadas, cujas famílias foram dizimadas, um “número desconhecido” está em [valas comuns](#) com sinais de tortura, e outros foram “detidos e

²²² <https://news.un.org/en/story/2024/06/1150996>

²²³ [الرئيسية | وكالة أنباء الإمارات \(wam.ae\)](https://www.wam.ae)

²²⁴ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/05/fome-em-gaza-deixara-criancas-palestinas-com-sequelas-para-toda-a-vida-alertam-especialistas-e-um-massacre-em-camera-lenta.ghtml>

transferidos à força de Gaza, seu paradeiro desconhecido para suas famílias em meio a relatos de maus-tratos e tortura, violência e de abusos”.²²⁵ A Save the Children enfatizou que sua contagem de crianças desaparecidas de Gaza está longe de ser conclusiva, dada a dificuldade de coletar informações precisas em áreas sob ataque quase constante. O grupo observou que confirmar a identificação de um corpo pelos parentes mais próximos é quase impossível quando famílias inteiras foram eliminadas.

“Estou chocado com o aumento dramático e a escala e intensidade sem precedentes de graves violações contra crianças na Faixa de Gaza, em Israel e na Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental, apesar dos repetidos apelos para que as partes implementem medidas para acabar com as graves violações”, manifestou o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, em seu [relatório anual sobre Crianças e Conflitos Armados](#), lançado na última quinzena de junho.

O relatório revelou que crianças foram mortas e mutiladas em números sem precedentes em locais como Israel e Territórios Palestinos ocupados, especialmente em Gaza; também mostrou a situação das crianças em conflito em lugares como Burkina Faso, Camarões, Colômbia, República Democrática do Congo, Iraque, Israel e Território Palestino Ocupado, Mali, Moçambique, Nigéria, Somália, Sudão do Sul, Síria, Ucrânia e Iêmen - a ONU verificou quase 33.000 violações graves que afetaram mais de 22.500 crianças, principalmente meninos, em 26 situações no mundo todo.

O conflito em Israel e nos territórios palestinos ocupados levou a um aumento de 155% nas graves violações contra crianças, concluiu o relatório. O relatório anual contém uma “lista negra” (página 42) das partes que cometem violações graves. Pela primeira vez, as forças armadas e de segurança israelitas foram incluídas pelo assassinato e mutilação de crianças e atacar escolas e hospitais. O Hamas e a Jihad Islâmica Palestina também foram adicionados à lista pela primeira vez por matar, ferir, mutilar e sequestrar crianças.

O relatório apontou que o aumento alarmante deveu-se à evolução da natureza, complexidade e intensificação do conflito armado, bem como ao uso de armas explosivas em áreas povoadas.

Essa desproporcionalidade e indiscriminação foram apontadas como prática de crimes de guerra e contra a humanidade em dois relatórios da ONU, apresentados agora em junho, que deverão servir à corte de Haia no caso de genocídio, apresentado pela África do Sul.²²⁶

O primeiro é o [relatório da](#) Comissão de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, instituída pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU (CDH) para acompanhar a situação na Faixa de Gaza logo após a guerra de 11 dias entre Israel e Hamas, em 2021, e vem monitorando desde então a situação e as causas profundas do conflito israelense-palestino. A comissão é liderada pela sul-africana Navi Pillay, que já foi alta comissária para os Direitos Humanos da ONU, presidente do Tribunal Penal Internacional (TPI) e juíza do TPI. O relatório abrange o período de 1º de novembro de 2022 a 31 de outubro de 2023, portanto cobre o período anterior à guerra atual e apresenta uma análise jurídica dos fatos ocorridos no conflito em Gaza, no que especialistas “apresentaram como exame mais detalhado da ONU, até agora, sobre acontecimentos ocorridos do dia 7 e 8 de outubro e logo após.

²²⁵ <https://www.commondreams.org/news/gaza-children-missing>

²²⁶ <https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/commission-inquiry-occupied-palestinian-territory-concludes-israeli-authorities-and>

O relatório aponta que a situação nos Territórios Palestinos Ocupados já era terrível antes de 7 de Outubro, dada uma ocupação de 56 anos de Israel, afetando todos os direitos dos palestinos, incluindo o direito à autodeterminação, um bloqueio de 16 anos a Gaza, bem como os sistemas discriminatórios de controle de longa data sobre os palestinos. No período analisado, houve um aumento da violência dos colonos e medidas que poderiam facilitar a anexação de fato da Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental e que Israel aumentou o uso de táticas militares e armas em operações de aplicação da lei, levando a um aumento maciço no número de palestinos mortos. O relatório registra que, depois de 7 de outubro, a violência do Estado e dos colonos contra os palestinos explodiu, consolidando o sistema discriminatório de longa data sob o qual Israel exerce controle sobre os palestinos.

Como descreve o documento, os chocantes ataques perpetrados pelo Hamas em 7 de outubro e a consequente resposta militar maciça de Israel, que causou destruição e sofrimento sem precedentes de civis em Gaza, conduziram a uma terrível crise humanitária. Os meios e métodos de guerra escolhidos por Israel levaram ao sofrimento maciço dos palestinos, inclusive através do assassinato de civis em larga escala, deslocamentos repetidos e extensos, destruição de casas e a negação de alimentos suficientes e outros itens essenciais da vida. Todas as partes cometeram violações claras do Direito Internacional Humanitário, incluindo crimes de guerra.

Em relação às operações militares de Israel e aos ataques em Gaza a partir de 7 de outubro, a Comissão concluiu que as autoridades israelenses foram responsáveis por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e violações do direito internacional humanitário e de direitos humanos. O cerco total de Israel à Faixa de Gaza bloqueou o fornecimento de necessidades de sustentação da vida **para ganhos estratégicos e políticos**, inclusive cortando o fornecimento de água, alimentos, eletricidade, combustível e outros suprimentos essenciais, e de assistência humanitária. A Comissão descobriu que as forças israelenses cometeram violência sexual e de gênero com a intenção de humilhar e subordinar ainda mais a comunidade palestina.

As conclusões provavelmente serão levadas em consideração pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) e por outros órgãos judiciais internacionais que acolheram processos penais contra as partes no conflito e suas lideranças.

O segundo relatório aponta que o uso israelense de bombas pesadas em Gaza demonstra indiscriminação e desproporcionalidade, configurando crime de guerra. O [relatório](#) do Escritório de Direitos Humanos da ONU, que acaba de ser divulgado, avaliou seis ataques emblemáticos das Forças de Defesa de Israel (IDF) em Gaza no período de outubro a dezembro de 2023, que levaram a um grande número de mortes de civis e “à destruição generalizada de objetos civis, levantando sérias preocupações sob as leis da guerra e seus princípios.”²²⁷ As bombas atingiram edifícios residenciais, uma escola, campos de refugiados e um mercado.

A análise avaliou os ataques sob os princípios dos direitos humanos e dos princípios fundamentais das leis de



²²⁷<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/06/un-report-israeli-use-heavy-bombs-gaza-raises-serious-concerns-under-laws>

guerra: princípio da distinção; princípio da proporcionalidade; proibição de ataques indiscriminados e das precauções nos ataques. O relatório conclui que a série de ataques israelenses, exemplificada pelos seis incidentes, indica que a IDF pode ter violado repetidamente esses princípios: uso extensivo de armas explosivas com efeitos de área ampla em áreas densamente povoadas, não conseguiram garantir que eles efetivamente distinguissem entre civis e combatentes.

Em três dos ataques, a IDF afirmou que tinha como alvo indivíduos ligados aos ataques a Israel em 7 e 8 de outubro de 2023. Como o relatório estabelece, no entanto, a mera presença de um comandante, ou mesmo vários combatentes, ou de vários objetivos militares distintos em uma área, não transforma um bairro inteiro em um objetivo militar, pois isso violaria o princípio da proporcionalidade e a proibição de ataques indiscriminados. Todos devem lembrar do ataque ao comboio de ambulâncias em novembro passado, sobre o qual Israel argumentou que não havia civis nas ambulâncias, que eram terroristas do Hamas - mesmo sendo verdade, o ataque desrespeitou os direitos internacionais e a 1ª Convenção de Genebra, de 1864, que fala sobre proteção de feridos e enfermos, sobre a convenção do uso do símbolo de uma cruz vermelha para identificação dos transportes de feridos - incluídos aí os soldados inimigos feridos -, entre outros ²²⁸

O direcionamento ilegal cometido como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil, em consonância com um Estado ou uma política organizacional, pode também implicar a prática de crimes contra a humanidade. “A vida civil e a infraestrutura são protegidas pelo DIH. Esta lei estabelece as obrigações muito claras das partes em conflitos armados que priorizam a proteção dos civis”.

A conclusão do relatório é de que Israel e Hamas cometeram crimes de guerra, e que o Estado judeu cometeu crimes contra a Humanidade durante o conflito na Faixa de Gaza e representa um revés para os israelenses no campo da política internacional. O documento não tem consequências imediatas para a continuidade ou suspensão do conflito em Gaza, mas pode ter consequências na esfera jurídica, uma vez que poderá ser usado pela corte de Haia em caso de Genocídio e crime contra a humanidade. ²²⁹

Outro relatório divulgado recentemente é o do [Comitê Especial das Nações Unidas \(OHCHR\)](#).²³⁰ O Comitê Especial concluiu missão de campo e, em seu [comunicado](#) final, disse que estava horrorizado com violações contra palestinos sob custódia israelense e níveis de impunidade para os soldados israelenses envolvidos em comportamento desumano, cruel e humilhante em relação aos palestinos, incluindo mulheres e crianças. O [relatório](#) documenta a crescente influência dos colonos israelenses sobre a situação dos direitos humanos nos territórios ocupados. A Parte IV considera a atual política do governo israelense em seu contexto histórico e político. A Parte V considera as práticas israelenses nos territórios ocupados de setembro de 2022 a setembro de 2023 – o relatório não cobre a guerra atual.

A resposta do governo israelense aos relatórios sobre a situação humanitária em Gaza e sobre crimes de guerra é mais um ataque. Em meio à operação militar israelense em curso,

²²⁸ <https://threadreaderapp.com/thread/1720795485361913878.html>

²²⁹ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/12/relatorio-da-onu-sobre-crimes-de-guerra-de-israel-apresenta-analise-juridica-que-deve-servir-a-corte-de-haia-em-caso-de-genocidio.ghtml>

²³⁰ Criado pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 1968 para examinar a situação dos direitos humanos no Golã sírio ocupado, na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza.

em Rafah, que virou zona de calamidade, Israel realiza intensos bombardeios no norte de Gaza (em 1º de julho), forçando cerca de 84 mil pessoas a se deslocarem para leste, ao mesmo tempo em que corta o acesso a um importante centro de distribuição de ajuda. Mais uma devastação.²³¹

Neste [link](#), uma lista de comunicados de imprensa, discursos, vídeos e outras declarações do Escritório de Direitos Humanos da ONU e outros mecanismos de direitos humanos da ONU sobre a situação no Território Palestino Ocupado e Israel desde 7 de outubro de 2023.

Considerações finais

Se isso não é genocídio, se não é crime contra a humanidade, se não é crime de guerra... repetindo a frase de Waal, é um massacre em câmara lenta.

Os números são imprecisos, mas não deixam de ser absurdos! São milhares de crianças cujos futuros foram destruídos pela ganância dos senhores da guerra, pela insanidade do ódio e pela gana de um homem que é capaz de tudo para se manter no poder.

E sofrem as crianças. Quem sobrevive não sai ileso. Na fase adulta, as crianças palestinas que hoje sofrem com a desnutrição terão problemas com oportunidades educativas e para trabalho.

Como disse Virginia Gamba, Representante Especial da ONU para Crianças e Conflitos Armados²³², em sessão especial do Conselho de Segurança da ONU sobre crianças e conflitos armados: **“Estamos falhando com as crianças.”** Proteger as crianças de conflitos é essencial para quebrar o ciclo de violência, pedindo uma cultura de responsabilidade compartilhada para proteger as crianças. O respeito pelo direito internacional “é o pré-requisito mínimo para a proteção das crianças”, enfatizou²³³

De Gaza ao Sudão, milhões de crianças presas em conflitos armados sofrem de fome aguda. O acesso à água, alimentos e outras formas de assistência vital para crianças não é apenas uma questão de sobrevivência imediata, mas também é uma questão de saúde e crescimento sustentáveis. Facilitar o acesso à ajuda humanitária não é uma escolha, é uma obrigação para todas as partes em conflitos armados e, portanto, é a proteção das crianças.

Os líderes políticos falharam abjetamente. Esses ataques bárbaros são uma violação flagrante do direito internacional. Eles também são um ataque à decência humana e à nossa humanidade coletiva”, especialistas da ONU, em sessão especial do Conselho de Direitos Humanos.²³⁴

E como nada é tão ruim que não possa piorar, o calor traz nova miséria aos palestinos em Gaza. Sem eletricidade e sem água, famílias que vivem em tendas ou amontoados em abrigos

²³¹ <https://news.un.org/en/story/2024/07/1151651>

²³² [Crianças e Conflitos Armados](#)

²³³ https://news.un.org/en/story/2024/06/1151516?_gl=1*pd8wc2*_ga*NzUzMDEwNzk1LjE1ODk4OTk2MjY.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTcxOTQ5NDE1OC42My4xLjE3MTk0OTQyNDkuMC4wLjA

²³⁴ <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/05/un-experts-outraged-israeli-strikes-civilians-sheltering-rafah-camps>

lotados, enfrentam o aumento das temperaturas, em meio ao aumento das taxas de desnutrição e doenças.²³⁵

Deus proteja a todos!

God protect everyone!

الله يحمي الجميع!

גאט באשיצן אלעמען!

²³⁵ [Calor do verão traz nova miséria aos palestinos na campanha de Israel em Gaza | Os Tempos dos Estreitos \(straitstimes.com\)](https://www.straitstimes.com)

70 anos dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica

70 years of the Five Principles of Peaceful Coexistence

André Costa Lobato

Abstract. *“Beijing commemorates the 70th anniversary of the Five Principles of Peaceful Coexistence, a foundation of Chinese foreign policy for a post-colonial world. Brazil opens a consulate in Chengdu. The National Science Award has a high participation of young people (<45 years). The main award goes to a pioneer in remote sensing.”*

Keywords: Diplomatic History, Science and Technology, Human Genetic Resources

Resumo. Pequim comemora os 70 anos dos Cinco Pontos de Coexistência Pacífica, fundamento da política externa chinesa para um mundo pós-colonial. Brasil inaugura Consulado em Chengdu. Prêmio Nacional de Ciência grande participação de jovens (<45 anos). Prêmio principal vai para pioneiro do sensoriamento remoto.

Palavras-chave: História da Diplomacia, Ciência e Tecnologia, Recursos Genéticos Humanos

Diplomática

- Em 27 de junho, o Consulado Geral do Brasil em Chengdu realizou uma cerimônia de abertura em Chengdu, cobrindo as províncias de Sichuan, Chongqing, Guizhou, Yunnan e Shaanxi. Cesar Amara se tornou o primeiro Cônsul-Geral do Brasil em Chengdu. O Consulado Geral do Brasil em Chengdu é o terceiro estabelecido do Brasil na China; foi estabelecido por decreto em janeiro de 2022²³⁶.



- Uma conferência comemorativa do 70º Aniversário dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica²³⁷²³⁸ foi realizada em Pequim no último dia 28. A cerimônia contou com a participação de ex-líderes de governo de vários países, entre a elas, a ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Em pronunciamento, Xi disse que os cinco pontos “responderam ao chamado dos tempos” e representam “uma desenvolvimento histórico inevitável” no contexto da descolonização do pós-II Guerra. Os Cinco Pontos são: respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de outros países, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica.

A “Declaração de Pequim da Conferência Marcando o 70º Aniversário dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” afirma que os pontos são consistentes com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, promovendo a convivência pacífica entre países com

²³⁶ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/abertura-de-novas-reparticoes-consulares-do-brasil-no-exterior

²³⁷ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202406/t20240628_11444322.html

²³⁸ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202406/t20240628_11443839.html

diferentes sistemas sociais e protegendo os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

A declaração propõe o estabelecimento de um centro de pesquisa do Sul Global, oferecendo 1.000 bolsas de estudo sob os Princípios de Coexistência Pacífica e 100.000 oportunidades de treinamento para países do Sul Global nos próximos cinco anos, além de lançar um programa para jovens líderes do Sul Global. Também sugere alavancar os fundos de Paz e Desenvolvimento China-ONU, de Desenvolvimento Global e Cooperação Sul-Sul, e de Cooperação Sul-Sul para Mudanças Climáticas, trabalhando com partes interessadas para criar um centro de excelência tripartite para implementar a Iniciativa de Desenvolvimento Global, facilitando o crescimento nos países do Sul Global.

Adicionalmente, a China renovará a Instalação de Cooperação Sul-Sul e Triangular com o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura, com uma contribuição adicional de RMB equivalente a US\$ 10 milhões para apoiar o desenvolvimento do Sul Global. A China discutirá arranjos de livre comércio com mais países do Sul Global, continuará apoiando a iniciativa de Ajuda para o Comércio da OMC, renovará sua contribuição para o Programa China da OMC, e acolherá mais países do Sul Global na Iniciativa de Cooperação Internacional para a Economia Digital e Desenvolvimento Verde. Entre agora e 2030, espera-se que as importações da China dos países em desenvolvimento ultrapassem US\$ 8 trilhões.

Inicialmente, os Cinco Princípios foram incluídos nas declarações conjuntas de aproximação diplomática entre a recém-fundada República Popular da China com a Índia e Mianmar, e, com o tempo, se estabeleceram “como normas fundamentais nas relações interestatais”, diz a declaração. Os princípios foram consagrados pela Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955. Dos dez pontos da conferência, cinco são claramente influenciados pelos princípios da coexistência pacífica²³⁹.

A fala de Xi e a Declaração traçam uma linha de continuidade histórica de evolução da visão chinesa de governança internacional. A atual proposta de “Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade” dá continuidade à essência dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, disse Xi. Os participantes da conferência elogiaram as propostas da China para promover a cooperação de alta qualidade na Iniciativa do Cinturão e Rota, a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global e a Iniciativa de Civilização Global, diz a declaração.

Na cerimônia foi enfatizado que as grandes potências devem servir de exemplo, respeitando os caminhos de desenvolvimento e os sistemas escolhidos independentemente pelos povos de outros países. No contexto da globalização econômica, é crucial promover o desenvolvimento e alcançar benefícios mútuos através da cooperação.

Questões sensíveis, como a crise na Ucrânia e o conflito israelo-palestino, só podem ser resolvidas por meio de acordos políticos através do diálogo e da consulta. Desafios globais, como as mudanças climáticas e a inteligência artificial, devem ser enfrentados por meio de cooperação aberta, diz a declaração.

A presidenta Rosseff disse, no evento, que o mundo de hoje está enfrentando desafios sem precedentes, e a importância dos Cinco Princípios de Consciência Pacífica está se tornando

²³⁹<https://blog.stoodi.com.br/blog/historia/conferencia-de-bandung/#:~:text=A%20Conferência%20de%20Bandung%20foi,hoje%20conhecemos%20como%20Tercero%20Mundo.>

cada vez mais proeminente. Aderindo à conotação espiritual dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, o "Construindo uma Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade" proposto pelo presidente Xi Jinping tornou-se um dos conceitos centrais da ordem internacional. Ela ressaltou que a cooperação Sul-Sul é um modelo de respeito mútuo, igualdade e benefício mútuo, que incorpora os cinco princípios da coexistência pacífica e o objetivo de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, e é propício para promover o equilíbrio multipolar do mundo²⁴⁰.

Sanitária

- A transferência de responsabilidade dos recursos genéticos humanos para a Comissão Nacional de Saúde, que antes era feita pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, foi analisada pelo China Briefing. A mudança, diz o site, visa facilitar a cooperação internacional e promover o ambiente científico inovador. Uma das expectativas é estimular o desenvolvimento de novos remédios²⁴¹.

Socioeconômica

- A Conferência Nacional de Prêmios de Ciência e Tecnologia aconteceu em Pequim, com a entrega dos prêmios de Ciência e Tecnologia de 2023. Os principais premiados foram Li Deren, da Universidade de Wuhan, e Xue Qikun, da Universidade de Tsinghua²⁴².

Li Deren recebeu o prêmio pelo seu trabalho em sensoriamento remoto. Ele introduziu o método de iteração com pesos variáveis, também chamado de "Método Li Deren", para lidar com erros sistemáticos na observação da Terra. Li diz que sua dedicação foi redobrada após o terremoto de Sichuan em 2008. "Li, chateado com o atraso nos dados de satélite, culpou-se por sua incompetência, e decidiu acelerar sua pesquisa em sensoriamento remoto", diz a Xinhua. Durante o período de chuvas de 2023, ele identificou uma rachadura numa represa, permitindo a evacuação segura de um vilarejo.

No total, foram outorgados 49 Prêmios Nacionais de Ciências Naturais²⁴³ (1 primeiro prêmio e 48 segundos prêmios), 62 Prêmios Nacionais de Invenção Tecnológica (8 primeiros prêmios e 54 segundos prêmios) e 139 Prêmios Nacionais de Progresso em Ciência e Tecnologia (3 prêmios especiais, 16 primeiros prêmios e 120 segundos prêmios). Além disso, o Prêmio Internacional de Cooperação em Ciência e Tecnologia foi atribuído a 10 pessoas.

Segundo a agência "Juventude", o prêmio de 2024 apresenta 3 três características principais:

1. Foco em Grandes Conquistas: Houve um contínuo destaque para as grandes necessidades estratégicas do país e as "quatro orientações". As quatro orientações foram propostas por Xi Jinping em 2020 e são: estar na vanguarda da ciência e tecnologia mundial, servir às principais necessidades econômicas do país, atender às necessidades estratégicas nacionais e proteger

²⁴⁰ http://cn.chinadiplomacy.org.cn/2024-06/29/content_117281745.shtml

²⁴¹ <https://www.china-briefing.com/news/navigating-chinas-evolving-approach-to-human-genetic-resources>

²⁴² <https://english.news.cn/20240625/d6f203f3bef940b68c7cf4f904c6d9aa/c.html>

²⁴³ https://news.youth.cn/gn/202406/t20240625_15334970.htm#:~:text=本报北京6月,科技进步奖139项

a vida e a saúde do povo. Isso resultou em avanços significativos em áreas como transporte, eletrônica, manufatura avançada, medicina e agricultura.

2. Jovens Talentos em Ascensão: Jovens cientistas se destacaram, com cerca de 40% dos vencedores dos três grandes prêmios tendo menos de 45 anos. O Acadêmico Xue Qikun, por exemplo, é o mais jovem vencedor do maior prêmio nacional desde 2001.

3. Expansão da Cooperação Internacional: A cooperação internacional em ciência e tecnologia foi ampliada, com renomados cientistas internacionais, incluindo laureados com o Prêmio Nobel e o Prêmio Turing, colaborando em projetos como a Iniciativa Cinturão e Rota e biotecnologia.

A Conferência Nacional de Prêmios de Ciência e Tecnologia ocorreu no Grande Salão do Povo em Pequim em conjunto com a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, a 21ª Conferência de Acadêmicos da Academia Chinesa de Ciências e a 17ª Conferência de Acadêmicos da Academia Chinesa de Engenharia.

Atualização EUA

Guto Galvão

Resumo: Drew Altman publicou no KFF de 24 de junho de 2024 uma [“comparação lado a lado”](#) entre o Presidente Biden e o ex-Presidente sobre saúde. Ele tem feito isso em cada eleição, mas considerou essa vez uma tarefa especialmente desafiadora.

Um estudo feito por Eric Coker e outros ([Climate change and health: rethinking public health messaging for wildfire smoke and extreme heat co-exposures](#)) analisou efeitos da fumaça de incêndios florestais e o calor extremo que são dois perigos sensíveis ao clima que podem ter efeitos adversos significativos à saúde. A exposição a ambos os perigos pode ocorrer simultaneamente, levando à coexposição, o que pode amplificar os riscos à saúde. Nas conclusões os autores destacam que mensagens eficazes de saúde pública são cruciais para informar o público sobre os perigos da coexposição e promover medidas de proteção.

Palavras-chave: saúde nas eleições de 2024, incêndio florestal e onda de calor

Summary: *Drew Altman published in the June 24, 2024 KFF a "side-by-side comparison" between President Biden and the former President on healthcare. He has done so in every election, but he has found this time an especially challenging task.*

A study by Eric Coker and others (Climate change and health: rethinking public health messaging for wildfire smoke and extreme heat co-exposures) looked at the effects of wildfire smoke and extreme heat, which are two climate-sensitive hazards that can have significant adverse health effects. Exposure to both hazards can occur simultaneously, leading to co-exposure, which can amplify health risks. In the conclusions, the authors highlight that effective public health messages are crucial to inform the public about the dangers of co-exposure and promote protective measures.

Keywords: *health in the 2024 elections, wildfire, and heat wave*

Desvendando os Mistérios de Biden vs. o ex-presidente Trump na Saúde

Drew Altman publicou no KFF de 24 de junho de 2024 uma [“comparação lado a lado”](#) entre o Presidente Biden e o ex-Presidente sobre saúde. Ele tem feito isso em cada eleição, mas considerou essa vez uma tarefa especialmente desafiadora.

ELECTION 2024



KFF Illustration/Getty Images

Compare the Candidates on Health Care Policy

Updated: June 27, 2024

The general election campaign has commenced, spotlighting President Biden and former President Trump as the presumptive nominees for their respective parties and the currently viable contenders for the presidency. While this is not an election like in the past where health care reform is a central issue being debated, health care is an important issue for voters and Biden and Trump have sharply divergent records and positions. This side-by-side analysis serves as a quick resource for understanding each candidate's record as president, positions, public statements, and proposed policies. It will be continuously updated as new information and policy details emerge throughout the campaign.

From Drew Altman: [Unraveling The Mysteries of Biden vs Trump on Health Care](#)

- Affordable Care Act
- Medicaid
- Abortion
- Contraception
- LGBTQ Health
- Gun Violence
- Public Health
- Prescription Drug Prices
- Medicare
- Health Care Costs
- Mental Health
- Opioid Use Disorders
- Long-term Care
- Global Health
- Immigrant Health Coverage

O ex-presidente evita detalhes de políticas, tanto como característica pessoal quanto como estratégia para escapar da responsabilidade e das críticas da mídia. As direções que ele pode tomar devem ser deduzidas a partir de comentários esporádicos, posições adotadas quando era presidente e, principalmente, das posições políticas das organizações conservadoras republicanas. Muitas dessas organizações são lideradas por pessoas que poderiam ocupar cargos em uma segunda administração do ex-presidente. A dificuldade está em que não podemos saber com certeza se ele irá abraçar os planos políticos elaborados por esses grupos conservadores, caso seja eleito presidente. E o próprio ex-presidente não se posiciona claramente sobre isso.

A postura "talvez sim, talvez não" tornou-se a posição oficial da campanha do ex-presidente. Segundo o Washington Post:

"A campanha do ex-presidente distanciou-se do extenso planejamento. Os gerentes de campanha disseram em um comunicado: 'A menos que uma mensagem venha diretamente do ex-presidente ou de um membro autorizado de sua equipe de campanha, nenhum aspecto de futuras nomeações presidenciais ou anúncios de políticas deve ser considerado oficial.'"

Biden, por outro lado, articulou posições políticas mais claras e específicas, e tem geralmente aproveitado a vantagem que possui com os eleitores sobre questões de saúde. No entanto, ele não está concorrendo com grandes novos planos para a saúde. Em vez disso, ele se concentra em políticas incrementais que ressoam com os eleitores e o destacam como o candidato que se importa com a saúde. Entre essas políticas estão adicionar mais medicamentos à lista de negociações de preços de medicamentos do Medicare, estender o limite de copagamentos de insulina de \$ 35 e o limite de \$ 2.000 para custos diretos do Medicare para a

cobertura privada, e continuar com os subsídios aprimorados do ACA que estão prestes a expirar.

O restou ao autor, então, foi fornecer a melhor análise discernível das diferenças entre os dois candidatos. Suas diferenças tendem a ser articuladas, cobertas pela imprensa e digeridas pelo Congresso, política por política e programa por programa. Essa visão detalhada é a mais relevante para o debate em curso entre Biden e O ex-presidente na saúde. Da visão panorâmica, no entanto, as diferenças são maiores, resultando em uma bifurcação na direção do papel do governo federal na saúde e nos gastos federais com saúde. Os republicanos conservadores vislumbram, e tentarão convencer o ex-presidente de uma agenda que reduziria drasticamente o papel federal na saúde enquanto expande o papel dos estados e das escolhas de mercado. Cortes profundos nos gastos federais com saúde acompanhariam essas mudanças. Por outro lado (e também em contraste com a agenda do Medicare para Todos da esquerda progressista), Biden tentará construir incrementalmente sobre as recentes expansões nos programas públicos: Medicaid, ACA e Medicare. A abordagem de Biden não é modesta, nem é uma reforma abrangente do sistema de saúde; é uma forma agressiva de incrementalismo.

A questão do aborto é outra diferença marcante. A divergência entre as posições de Biden e O ex-presidente sobre aborto e saúde reprodutiva é tão clara e amplamente discutida que não necessita de mais explicações. No entanto, ainda é incerto até que ponto O ex-presidente adotaria a agenda conservadora republicana sobre aborto e saúde reprodutiva. Mais recentemente, ele afirmou que a política de aborto deveria ser uma questão decidida pelos estados.

Se mudanças dramáticas nas políticas poderiam ser alcançadas é uma questão totalmente diferente que depende de quem controla o Congresso, quem é nomeado para altos cargos, a opinião pública, o posicionamento para a próxima eleição de meio de mandato e muito mais. A seguir, alguns dos principais pontos de discussão sobre políticas de saúde.

Com a promessa do ex-presidente de não cortar o Medicare, é provável que a principal ação para reduzir os gastos federais e o papel federal na saúde se concentre no Medicaid e no ACA (parando antes de outra tentativa de revogação). O Comitê de Estudo Republicano propôs uma série complexa de subsídios em bloco, combinando subsídios do ACA e cobertura do Medicaid, que estimam reduzir os gastos federais em 4,5 trilhões de dólares ao longo de dez anos. Um corte dessa magnitude parece fantasioso e dizimaria a cobertura para mais de 100 milhões de pessoas de baixa renda que a obtêm do Medicaid e do ACA agora. Certamente seria reduzido nas negociações legislativas. Da mesma forma, a implementação de qualquer lei desse tipo seria adiada em um acordo para obter apoio dos governadores republicanos atuais, de modo que os cortes no financiamento federal afetem seus estados quando eles não estiverem mais no cargo. Os provedores se oporiam fortemente aos cortes, que erodiriam suas taxas de reembolso. Um subsídio em bloco de cobertura Medicaid/ACA como este poderia ser o principal drama na política de saúde após uma eleição do ex-presidente. Com o Medicaid tão abrangente e popular como é hoje, e a magnitude dos cortes contemplados, mesmo com uma trifeta republicana produzindo controle do Congresso e da Casa Branca, as chances de aprovação são duvidosas. Pode obter mais apoio se os republicanos decidirem sacrificar seus objetivos de redução de gastos por seus objetivos ideológicos e políticos.

Apesar da promessa de campanha do ex-presidente de "não cortar o Medicare", não se deve assumir que o Medicare está fora de perigo. Os mesmos grupos republicanos estão novamente propondo converter o Medicare em um programa de apoio a prêmios ou similar a

um voucher. Como tal programa afetaria os beneficiários e os gastos federais depende muito dos detalhes e pode ser objeto de argumentação e análise concorrente. O voucher está vinculado ao plano de menor custo ou a um plano melhor do que isso? Como o valor do voucher aumentaria ao longo do tempo? Os arquitetos do plano estão mais interessados em economias federais ou no objetivo político de privatizar ainda mais o Medicare? O ex-presidente é notoriamente avesso a se aprofundar nos detalhes das políticas e poderia escolher interpretar um plano de apoio a prêmios de maneiras que ele acredita honrar suas promessas de campanha. Politicamente, no entanto, o Medicare é uma questão de saúde em uma liga própria. As eleições de meio de mandato começam a surgir rapidamente e os republicanos não quererão entregar aos democratas o Medicare — ou o que chamam de MediScare — como uma questão central.

Em nossa comparação de candidatos, descrevemos as diferenças entre O ex-presidente e Biden sobre aborto e saúde reprodutiva. Há uma tensão entre o antigo O ex-presidente de Nova York e o atual O ex-presidente MAGA sobre aborto e saúde reprodutiva, e é impossível dizer onde um O ex-presidente que não está mais concorrendo para reeleição se posicionaria quando os conservadores tentassem impor restrições mais severas ao aborto ou à contracepção ou qualquer aspecto da saúde reprodutiva. Certamente ele não os bloquearia, mas pode não abraçar 100% de sua agenda também.

Uma área complicada para decifrar diferenças é o custo dos medicamentos. O ex-presidente nunca foi fã das empresas farmacêuticas e as enfrentou em seu primeiro mandato. Ele prometeu emitir uma ordem executiva sobre os preços dos medicamentos que ele pode ou não ter autoridade para emitir. Mas os republicanos queriam reverter as medidas regulatórias de Biden para conter alguns custos de medicamentos e certamente não as expandiriam. Esta área, mais do que a maioria, destaca como é desafiador analisar as posições de um candidato presidencial que não assume posições e pode ou não seguir os planos traçados para ele por grupos conservadores cujos membros irão compor sua administração.

Há muitas outras diferenças em outras questões de saúde e relacionadas à saúde, desde a violência armada até o uso de substâncias, questões LGBTQ e saúde global, todas cobertas na comparação lado a lado.

Se o Presidente Biden for reeleito, você também poderá ver um ressurgimento de propostas mais expansivas da esquerda, incluindo uma reemergência de propostas de Medicare para Todos. A esquerda democrata tem na maioria apoiado as políticas de saúde de Biden enquanto se preocupa com a ameaça do ex-presidente.

Global Health



Donald Trump

- Pursued an “[America First](#)” approach to [foreign policy](#), including for global health, prioritizing sovereignty and disengaging from multilateral agreements.
- [Halted U.S. funding](#) for the World Health Organization and initiated a [process to withdraw](#) U.S. [membership](#) in the organization.
- Significantly expanded the [Mexico City Policy](#) to apply to virtually all U.S. bilateral global health funding. When in place, the policy requires foreign NGOs to certify that they will not “perform or actively promote abortion as a method of family planning” using funds from any source as a condition of receiving U.S. funding.
- Chose [not to join COVAX](#), the global initiative to distribute COVID-19 vaccines.
- Proposed [eliminating/significantly](#) reducing funding for most US global health programs in multiple Presidential budget requests; [ended funding](#) for United Nations Family Planning Agency (UNFPA).
- Dissolved the National Security Council’s stand-alone Directorate for Global Health Security and Biodefense, moving its functions into other parts of the NSC.
- [Supported](#) extending the Global Health Security Agenda (GHS) initiative for an additional five-year period.



Joe Biden

- Promotes international cooperation and alliances in foreign policy and global health.
- [Reversed](#) decision to withdraw from WHO and [restored](#) U.S. funding for the organization.
- [Rescinded](#) the Mexico City Policy that was expanded under Trump.
- [Restored](#) funding for UNFPA.
- Released a [National Security Memorandum](#) and [Executive Order](#) that positioned global health as “top national security priority.”
- [Joined COVAX](#) and committed to the U.S. being the largest donor of COVID-19 vaccines globally.
- [Re-established](#) the NSC Directorate for Global Health Security and Biodefense.
- Created new, elevated [Bureau of Global Health Security and Diplomacy](#) at the State Department.
- Supported WHO-based negotiations to develop a new [pandemic agreement](#) and to revise the [International Health Regulations](#).
- Updated and [expanded](#) the U.S. Global Health Security Strategy.

[Back to top](#)

Os estados também merecem atenção. Geralmente, a pureza ideológica se desbota em favor do interesse orçamentário para governadores quando eles aprendem como a legislação federal afetará seu estado. Mas governadores e legislaturas tornaram-se ainda mais partidários e ideológicos, e padrões passados podem não se manter mais.

Normalmente, durante uma campanha eleitoral, grandes equipes disputando cargos e trabalhando para satisfazer grupos de eleitores para campanhas preparam planos políticos sobre praticamente todas as questões de saúde, publicando-os no site de um candidato. Uma vez eleitos, espera-se que os candidatos coloquem a maioria desses planos no processo legislativo e implementem o que puderem administrativamente. Desta vez, com um presidente concorrendo à reeleição cujas políticas já estão definidas, e um ex-presidente que evita detalhes de políticas, ambos os campos estão pulando o processo usual de planejamento de políticas, e a tarefa rotineira de descrever as diferenças entre os dois candidatos em questões de saúde é um quebra-cabeça de mil peças.

Mudança Climática e Saúde: Repensando as Mensagens de Saúde Pública para Exposições Conjuntas à Fumaça de Incêndios Florestais e Calor Extremo ([Climate change and health: rethinking public health messaging for wildfire smoke and extreme heat co-exposures](#))

Com a crescente crise das mudanças climáticas, as agências e profissionais de saúde pública devem cada vez mais desenvolver documentos orientadores que abordem os riscos à saúde pública e as medidas de proteção associadas a eventos multirrisco. O estudo de Revisão de Política e Prática de Eric S. Coker e outros avaliou as orientações atuais de saúde pública e as mensagens relacionadas à coexposição à fumaça de incêndios florestais e ao calor extremo.

Foram revisadas as mensagens de saúde pública publicadas por agências governamentais entre janeiro de 2013 e maio de 2023 no Canadá e nos Estados Unidos, disponíveis e discutissem a coocorrência de fumaça de incêndios florestais e calor extremo e mencionassem intervenções pessoais (medidas de proteção) para prevenir a exposição a qualquer um desses perigos. Foram revisados mensagens de agências governamentais locais, regionais e nacionais, como folhetos online e documentos orientadores e estes foram avaliados de acordo com quatro temas de mensagens de saúde pública: (1) discussões sobre grupos vulneráveis e fatores de risco, (2) sintomas associados a essas exposições, (3) riscos à saúde de cada exposição individualmente e (4) riscos à saúde da exposição combinada.

O estudo identificou 15 recursos online voltados para o público que forneciam mensagens de saúde sobre coexposição; no entanto, apenas um discutia todos os quatro temas. Foram identificadas 21 medidas protetoras distintas mencionadas nos 15 recursos. Das 21 medidas protetoras identificadas, nove podem proteger simultaneamente contra ambos os perigos, sugerindo oportunidades de enfatizar essas mensagens específicas para abordar ambos os perigos juntos. Mensagens de saúde pública mais precisas, completas e coordenadas protegeriam contra resultados de saúde sensíveis ao clima atribuíveis a coexposições à fumaça de incêndios florestais e calor extremo.

Evidências recentes do Canadá e dos EUA destacam oportunidades para melhorar a prática de mensagens de saúde pública em relação à fumaça de incêndios florestais e eventos de calor extremo. A evidência sugere a necessidade de estratégias de comunicação aprimoradas e mensagens para populações em risco e recomendações uniformes e baseadas em evidências. No Estado de Washington, por exemplo, intervenções baseadas em evidências, como o uso de filtros de ar de partículas de alta eficiência (HEPA) e filtros de ventilador de caixa "faça você mesmo" (DIY), ou a distribuição desses recursos por organizações de saúde pública, foram mencionadas entre as intervenções pessoais ou administrativas menos comuns mencionadas por agências governamentais locais e estaduais durante a temporada de incêndios florestais de 2018. Lacunas na orientação e nas mensagens de saúde pública quanto ao calor extremo também foram observadas nos EUA. Uma análise de conteúdo das mensagens dos departamentos de saúde locais nos EUA sobre calor extremo encontrou lacunas na menção ou alcance para vários grupos em risco e instâncias limitadas de tradução de mensagens de saúde pública para não falantes de inglês.

Os temas avaliados foram:

1. Grupos vulneráveis e fatores de risco: Indivíduos com um ou mais fatores de risco associados a maior exposição ou fatores de risco para efeitos à saúde da exposição à fumaça de incêndios florestais e calor extremo.

2. Sintomas para ambas as exposições: Descrição de sinais e sintomas de efeitos à saúde associados à exposição à fumaça de incêndios florestais e calor extremo.

3. Riscos à saúde de cada risco individualmente: Descrição de riscos específicos à saúde ou impactos na saúde da população associados à exposição à fumaça de incêndios florestais e calor extremo separadamente.

4. Riscos à saúde combinados: Descrição da possibilidade de efeitos sinérgicos ou interativos da co-exposição à fumaça de incêndios florestais e calor extremo.

Government agency, year of publication	Vulnerable groups and risk factors	Symptoms for both exposures	Health risks of each hazard individually	Combined health risks
Health Canada, 2022 (23)	2	1	0	0
British Columbia Ministry of Emergency Management and Climate Readiness, 2022 (24)	2	0	0	0
British Columbia Centre for Disease Control, 2022 (26)	2	2	2	2
British Columbia Centre for Disease Control, 2023 (46)	2	0	1	0
US Environmental Protection Agency, 2016 ^a (29)	2	1	2	0
US Environmental Protection Agency, 2019 ^b (24)	2	1	2	0
California Department of Public Health, 2022 (51)	2	0	1	0
Government of Alberta, 2023 (47)	2	1	0	0
National Collaborating Centre for Environmental Health, 2018 (77)	2	1	0	0
Vancouver Coastal Health, 2022 (54)	2	0	0	0
British Columbia Centre for Disease Control, 2014 (30)	2	0	0	2
Missoula City-County Public Health Department, 2023 (52)	2	0	0	0
San Joaquin Valley Air Pollution Control District, 2022 (28)	2	0	0	0
British Columbia Housing, 2022 (27)	2	2	1	0
US Center for Disease Control and Prevention, 2022 (53)	2	1	0	0

^aEach theme was scored on a scale from 0 to 2 (refer to Table 2 for score descriptors).

^bSeries of guidance documents from the US Environmental Protection Agency originally published in 2008 that was updated in 2016 and in 2019.

Nota-se que os temas dois, três e quatro são inter-relacionados. No entanto, os autores optaram por desagregar esses conceitos inter-relacionados porque isso permitiu avaliar inconsistências potenciais e oportunidades de melhoria na orientação e nas mensagens de saúde pública.

Grupos Vulneráveis e Fatores de Risco

Os recursos incluídos abordam grupos vulneráveis e fatores de risco intrínsecos e extrínsecos. Entre os fatores de risco intrínsecos estão os estágios da vida (idosos, crianças e adolescentes), gravidez, condições crônicas de saúde (doenças respiratórias, cardiovasculares e psiquiátricas) e limitações físicas ou mentais (mobilidade reduzida, pessoas em medicação que afeta a termorregulação, transtornos por uso de substâncias). Os fatores de risco extrínsecos incluem tabagismo, prática de esportes, falta de moradia, morar sozinho, trabalho ao ar livre, viver em comunidades remotas, minorias racializadas, baixa situação socioeconômica, má qualidade de habitação ou morar em edifícios altos, e pessoas sem acesso a ar condicionado, filtragem de ar ou cuidados de saúde.

Apesar de não ter sido encontrado um recurso que mencione todos esses fatores de risco de maneira abrangente, alguns documentos de orientação inter agências e páginas da web e folhetos informativos da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (US EPA) e do Centro de Controle de Doenças da Colúmbia Britânica (BCCDC) mencionaram pelo menos sete desses grupos. Os grupos vulneráveis mencionados com mais frequência incluíam populações mais velhas, crianças pequenas, grávidas, trabalhadores ao ar livre, pessoas com condições crônicas de saúde como asma, doença pulmonar obstrutiva crônica e doenças cardiovasculares, e aqueles em casas sem ar condicionado.

Sintomas para Ambas as Exposições

A revisão encontrou que as distinções de sintomas entre a fumaça de incêndios florestais e o calor extremo raramente são descritas nas mensagens de saúde pública. Menos da metade dos recursos menciona ou descreve qualquer sintoma de exposição à fumaça de

incêndios florestais e ao calor extremo. Apenas dois recursos delinham os diferentes sintomas desses perigos.

Riscos de Saúde de Cada Perigo Individualmente

Menos da metade dos recursos menciona ou descreve os riscos conhecidos à saúde decorrentes da fumaça de incêndios florestais, ou eventos de calor extremo. Apenas três recursos descrevem os efeitos distintos à saúde da fumaça de incêndios florestais e do calor extremo no mesmo documento. O folheto informativo do BCCDC fornece dados que comparam os impactos relativos na mortalidade de um evento de calor extremo e de um evento de fumaça de incêndio florestal. O documento de orientação sobre fumaça de incêndios florestais da US EPA menciona doenças associadas à fumaça de incêndios florestais e descreve doenças específicas relacionadas ao calor, como estresse térmico, erupção cutânea de calor, câibras de calor e insolação.

Riscos de Saúde Combinados

Apenas dois recursos identificados abordam o potencial de risco combinado da exposição ao calor extremo e à fumaça de incêndios florestais com efeitos sinérgicos à saúde. Um documento de orientação sobre fumaça de incêndios florestais produzido pelo BCCDC em 2014 afirma: "Os riscos à saúde podem ser agravados se ondas de calor e fumaça ocorrerem simultaneamente, pois muitas das mesmas populações são vulneráveis tanto ao calor quanto à fumaça". Um folheto informativo do BCCDC de 2022 escreve: "A fumaça e o calor colocam o corpo humano sob estresse. A exposição combinada pode levar a sintomas mais graves".

Medidas de Proteção

Na avaliação dos autores as medidas de proteção mais consistentemente descritas incluíam o uso de ar condicionado, a limitação de atividades ao ar livre ou extenuantes, a ida a um centro de resfriamento, o fechamento de janelas e portas, ou a verificação dos sistemas de aviso/previsão da qualidade do ar. Outras medidas de proteção que ficaram na faixa inferior dos escores incluíam o uso de máscara protetora ou respirador, a minimização de outras fontes de poluição do ar interno, a verificação dos sistemas de alerta de calor, o uso de métodos alternativos para manter a casa fresca além do ar condicionado (por exemplo, uso oportuno de coberturas de janela), a permanência em áreas sombreadas ao ar livre, o uso de filtros de ar improvisados (DIY) com ventiladores de caixa e o uso de sensores de ar de baixo custo para monitorar a qualidade do ar interno/externo ou a temperatura.

Foram identificadas nove medidas de proteção que abordam a coexposição à fumaça de incêndios florestais e ao calor extremo. As medidas de proteção identificadas incluem o uso de ar condicionado, a limitação de atividades ao ar livre ou extenuantes, a busca ou criação de áreas com ar mais limpo (por exemplo, filtragem e limitação de fontes de poluição do ar interno) e mais fresco dentro ou fora de casa, a procura de cuidados médicos, o apoio de amigos ou familiares, a priorização da mitigação da exposição ao calor sobre a fumaça de incêndios florestais, o check-in com outras pessoas, a manutenção da hidratação e o uso de sensores de ar de baixo custo para monitorar a qualidade do ar interno/externo e a temperatura.



Recomendações de Ação

Os autores recomendam melhorar as mensagens de saúde pública em várias áreas para a ocorrência conjunta de fumaça de incêndios florestais e calor extremo. Existem oportunidades para melhorar as mensagens sobre sintomas e efeitos na saúde da coexposição à fumaça de incêndios florestais e ao calor extremo.

Mensagens claras sobre esses sinais e sintomas podem auxiliar os indivíduos a identificar o perigo específico que está afetando sua saúde, o que pode apoiar decisões sobre a priorização da redução da exposição a um perigo específico. Além do autogerenciamento, isso é uma informação prática para o gerenciamento inicial dos sintomas entre grupos vulneráveis por funcionários de escolas ou instalações residenciais de cuidados de longo prazo.

Mensagens de saúde pública ao nível local também são necessárias para fornecer orientações mais flexíveis e adaptadas para populações de risco que enfrentam ações potencialmente conflitantes ao se protegerem contra a fumaça de incêndios florestais e o calor extremo. Tal orientação é urgente para comunidades suscetíveis ao efeito da ilha de calor urbana, como aquelas em habitações urbanas de alta densidade e aquelas sem acesso a ar-condicionado, filtragem de ar ou centros de resfriamento.

O desenvolvimento de sistemas de alerta de múltiplos perigos que integrem explicitamente a co-ocorrência de fumaça de incêndios florestais e calor extremo é algo a ser considerado, à medida que aprendemos mais sobre os vínculos entre mudança climática e saúde e a demanda por estratégias mais eficazes de comunicação de saúde pública na América do Norte.

Considerações adicionais

1. Adapte as mensagens de saúde pública a públicos específicos, considerando suas vulnerabilidades e fatores de risco únicos.
2. Utilize vários canais de comunicação para alcançar um público amplo, incluindo mídia tradicional, mídia social e estratégias de engajamento da comunidade.
3. Faça parcerias com agências de saúde pública, organizações de gerenciamento de emergências e grupos comunitários para desenvolver e disseminar mensagens eficazes de saúde pública.

Conclusão

Este estudo destaca a necessidade de melhorar as mensagens de saúde pública para lidar com a crescente ameaça de co-exposição à fumaça de incêndios florestais e calor extremo. Ao fornecer informações mais claras e abrangentes sobre os riscos à saúde e as medidas de proteção associadas a esses perigos, as mensagens de saúde pública podem capacitar indivíduos e comunidades a tomar medidas para proteger sua saúde.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephanio – Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **95** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVAQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

04 de julho (seminário especial) – 50 anos do TDR: Balanço e perspectivas

10 de julho – Enfrentamento global à fome: responsabilidades nacionais, regionais e internacionais

24 de julho – Desenvolvimento, saúde e seus determinantes no ECOSOC e HLPF 2024

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 11/2024

Período de 19 de junho a 02 de julho de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 04 de julho de 2024

254 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz